



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMORIAL SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL**

NORIS MARA PACHECO MARTINS LEAL

**A TRAJETÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO PATRIMONIAL: A TRADIÇÃO
DOCEIRA DE PELOTAS E ANTIGA PELOTAS NA CONSTITUIÇÃO DO MUSEU
DO DOCE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

Pelotas/RS

2019

Noris Mara Pacheco Martins Leal

**A TRAJETÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO PATRIMONIAL: A TRADIÇÃO
DOCEIRA DE PELOTAS E ANTIGA PELOTAS NA CONSTITUIÇÃO DO MUSEU
DO DOCE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

Tese apresentada ao Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural/PPGMP do Instituto de Ciências Humanas/ ICH, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientadora: Prof^ª. Dra. Francisca Ferreira Michelin

Pelotas/RS, 2019.

Dados de catalogação na fonte:

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

L435t Leal, Noris Mara Pacheco Martins

A trajetória de uma Construção Patrimonial: A tradição doceira de Pelotas e Antiga Pelotas na Constituição do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas/ Noris Mara Pacheco Martins Leal. – 290 p. : il. – Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2019. – Orientadora Francisca Ferreira Michelin.

1.PATRIMÔNIO MATERIAL. 2.PATRIMÔNIO IMATERIAL. 3.TRADIÇÃO.

Noris Mara Pacheco Martins Leal

A TRAJETÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO PATRIMONIAL: A TRADIÇÃO DOCEIRA DE PELOTAS E ANTIGA PELOTAS NA CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DO DOCE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 18 de setembro de 2019.

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a Francisca Ferreira Michelin (Orientadora)

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica - RS - PUC-RS

.....
Prof^a. Dr^a Cleusa Maria Gomes Graebin

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

.....
Prof^a. Dr^a Maria Angélica Zubaran

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

.....
Prof^a. Dr^a Carla Rodrigues Gastaud

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

.....
Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Universidade Católica de São Paulo

Dedico este trabalho às mulheres da minha família, que tiveram sonhos, mas não chance de chegar ao lugar em que me encontro hoje. Todas me deram sonhos, força e coragem para não desistir, apesar das dificuldades. Hoje, sou um pouco de cada uma de vocês.

AGRADECIMENTOS

A minha vida acadêmica e profissional tem sido acompanhada por pessoas essenciais para a minha jornada, enumerá-las não é uma tarefa fácil, pois sempre corremos o risco de deixar alguém adormecido em algum lugar da memória. Deixo aqui o meu agradecimento, sem estarem colocados em ordem de importância, para aqueles que são essenciais na minha vida e no meu caminho e que de alguma forma iluminaram o desenvolvimento deste trabalho.

- À Prof^a. Francisca Ferreira Michelin, por sua importante contribuição na ordenação de pensamentos e da pesquisa, por seus conselhos sábios e confiança no meu potencial e, por assumir essa tarefa em um momento delicado para mim, esse ato de carinho foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho;

- À Ana Paula, minha companheira de todos os momentos, que sofre todas as minhas ausências e que me acompanhou nos momentos difíceis e me inspirou para continuar e não desistir;

- À minha mãe, minha incentivadora primeira, que me deu asas para voar;

- À Rossana, minha irmã e companheira de sonhos, e ao João, nosso pequeno ser iluminado;

- À minha querida comadre Simone Flores Monteiro, amiga de longa data que divide angústias, conquistas e felicidades;

- Ao querido Matheus Cruz parceiro de trabalho no Museu do Doce da UFPel, que sempre esteve pronto para debater pontos da pesquisa, para auxiliar nas fontes e para o abraço das horas nem tão doces;

- Aos bolsistas e voluntários do Museu do Doce que me instigaram a sempre procurar mais conhecimento sobre o meu objeto de trabalho;

- Ao querido amigo Fabio Galli que franqueou todo o seu acervo de fotos sobre a Casa do Conselheiro Maciel, assim como livros para uso durante a minha pesquisa. Assim como o foi o apoio nas horas que necessitava dar uma boa risada e falar bobagem;

- Às queridas amigas do Clube Carlota Joaquina, os nossos encontros com “C, L e A” foram essenciais nesta jornada e em outras tantas;
- À amiga Rosângela Schulz pelos bons conselhos, pelo ombro e pelas comidas maravilhosas que me tiravam da frente do computador nas horas certas;
- À amiga Rejane Jardim sempre presente e que me auxiliou com as leituras sobre mulheres;
- Aos amigos Leandro Selister e Clau Paranhos pelos afetos divididos;
- Aos colegas do Departamento de Museologia Conservação e Restauração da UFPel pelo apoio constante;
- Aos queridos alunos do Bacharelado em Museologia, aos meus bolsistas e participantes de projetos acadêmicos que nesses últimos anos têm torcido por mim e são parceiros pelo amor aos projetos sociais, à museologia e aos museus;
- Aos queridos Lucia Peres, Gely, Rose Kerr de Barros e Gustavo Jaeger pelo apoio afetivo e psicológico;
- Aos meus entrevistados que se disponibilizaram a dividir as suas informações sobre o meu objeto de pesquisa;
- Aos colegas do PPG que dividiram essa etapa da minha vida;
- Aos funcionários das instituições de acervo em que pesquisei, principalmente Biblioteca Pública Pelotense, Museu Municipal Parque da Baronesa e Arquivo Público Do Rio Grande do Sul e Arquivo do IPHAN;
- Aos queridos Adão Monquelat, Moises Vasconcelos, Adroaldo Xavier e Elizabeth Stocker que ajudaram na busca de fontes ou deram dicas importantes para esta pesquisa;
- Às queridas Maria da Glória e Maria Alice que nos receberam em suas casas no Rio de Janeiro e nos contaram muito da sua família;
- À Professora Doutora Juliane Serres, coordenadora do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural, por sua atenção sempre que solicitada;

- À Gisele Quevedo secretária do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural,
por sua disponibilidade e carinho constante.

Porque o Museu?

perguntou a musa ao dicionário

porque é necessário respondeu

tem que ter

um lugar, um lugar, um lugar

onde ver cabe dentro de um olhar

(Alexandre Brito)

RESUMO

LEAL, Noris Mara P. M. **A TRAJETÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO PATRIMONIAL: A TRADIÇÃO DOCEIRA DE PELOTAS E ANTIGA PELOTAS NA CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DO DOCE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS** Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019

A pesquisa aqui desenvolvida buscou compreender as motivações que levam a musealização do doce de Pelotas, e a da escolha da Casa do Conselheiro Maciel, Casa 08, como sua sede, indicar as forças e interesses, institucionais e políticos, que maneжaram o processo e definiram a condição deste Museu. Através de pesquisa exploratória com levantamento de fontes documentais e depoimentos de pessoas envolvidas no planejamento da construção do Museu Brasileiro do Doce, podemos perceber que a escolha dessa Casa, não é um ato aleatório, da Associação de Amigos do Museu Brasileiro do Doce e da Prefeitura, mas sim é resultado de uma política de valorização do patrimônio cultural local como forma de desenvolvimento social e econômico. Analisar esse movimento de institucionalização da memória é de grande importância para entender como acontecem estes processos conduzidos por grupos locais e com atuação do IPHAN, na consolidação das escolhas locais como patrimônio nacional. Para tanto é necessária uma visão crítica deste processo, mostrar a trajetória das decisões e práticas em relação ao patrimônio material e imaterial e os discursos inerentes a estas ações. Foram associados os dois patrimônios da cidade o material, representado pela casa, o imóvel que é um dos primeiros exemplares de arquitetura eclética a ser tombado, no Brasil, com um importante conjunto de bens integrados que representam um modo de vida das famílias ligadas à produção de charque no século XIX na cidade, e o imaterial, pela tradição doceira que, no momento de escolha da sede, ainda, não tinha o seu registro como patrimônio imaterial brasileiro, mas cujo o trabalho de inventário já havia iniciado.

Palavras-chave: patrimônio material; patrimônio imaterial; tradição; museu, Museu do Doce da UFPel.

ABSTRACT

LEAL, Noris Mara P. M- **THE PATH OF A HERITAGE CONSTRUCTION: THE SWEET TRADITION OF PELOTAS AND OLD PELOTAS IN THE CONSTITUTION OF THE MUSEU DO DOCE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS** Dissertation (PHD in Social Memory and Cultural Heritage) –Human Sciences Institute. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

The research developed here sought to understand the motivations that lead to the musealization of the sweet of Pelotas, and the choice of the House of Councilor Maciel, House 08, as its headquarters, to indicate the forces and interests, institutional and political, that managed the process and defined the condition of this museum. Through exploratory research with survey of documentary sources and testimonials of people involved in planning the construction of the Museu Brasileiro do Doce, we can see that the choice of this house is not a random act, the Associação de amigos do Museu Brasileiro do Doce and the City Hall, but it is the result of a policy of valorization of the local cultural heritage as a form of social and economic development. Analyzing this memory institutionalization movement is of great importance to understand how these processes are conducted by local groups and acting by IPHAN, in the consolidation of local choices as national heritage. Therefore, a critical view of this process is necessary, showing the trajectory of decisions and practices regarding material and immaterial heritage and the discourses inherent to these actions. The two assets of the city were associated with the material, represented by the house, the property that is one of the first examples of eclectic architecture to be listed in Brazil, with an important set of integrated goods that represent a way of life of families linked to production of charque in the nineteenth century in the city, and the immaterial, by the tradition of sweets that at the time of choosing the headquarters, had not yet its registration as Brazilian intangible heritage, but had already begun the work of inventory.

Keywords: material heritage; intangible heritage; tradition; museum, Museu do Doce da UFPel.

Lista de figuras

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 01 | : Fotografia das Casas 02, 06 e 08 | 40 |
| Figura 02 | Fotografia das Casas 02,06 e 08 antes do restauro | 41 |
| Figura 03 | Fotografia Chácara da Baronesa antes da doação para o município | 44 |
| Figura 04 | Fotografia do Castelo Simões Lopes | 50 |
| Figura 05 | Chafariz das Nereidas | 53 |
| Figura 06 | Inauguração do Chafariz das Nereidas pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, acompanhado do Prefeito Fernando Marroni e da Reitora da UFPel Prof ^a Inguelore Scheunemann..... | 54 |
| Figura 07 | Casa 02 | 54 |
| Figura 08 | Mapa de Bens tombados de acordo com mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul | 58 |
| Figura 09 | Gráfico de % de museus por região museológica | 65 |
| Figura 10 | Mapa da divisão das Regiões Museológicas | 68 |
| Figura 11 | Mulheres quitadeiras na Vila Rica – Séc. XVIII – Jean Baptiste Debret | 78 |
| Figura 12 | Programa de um recital, onde aparecem mulheres de famílias charqueadoras | 87 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 13 | Cardápio do Jantar de aniversário do Conselheiro Maciel | 91 |
| Figura 14 | Publicidade da Confeitaria Brauner | 94 |
| Figura 15 | Terezinha Morango, Miss Brasil do ano de 1957, recebida na Confeitaria Nogueira | 95 |
| Figura 16 | Time da Seleção Brasileira de 1958 na Confeitaria Nogueira | 95 |
| Figura 17 | Confeitaria Nogueira | 96 |
| Figura 18 | Anúncio da Confeitaria A Dalila | 97 |
| Figura 19 | Colocação manual de rótulo na fábrica de Albino Schaun na década de 1960 | 101 |
| Figura 20 | Rótulos de indústrias de pêssego de Pelotas | 102 |
| Figura 21 | Capa do Livro Doces de Pelotas - 1959 | 109 |
| Figura 22 | Capa do livro Receita de Doces -1970 | 112 |
| Figura 23 | Suplemento especial da Revista Manchete ed 1073 de 1972 | 113 |
| Figura 24 | Divulgação da Indústria Agapê na Rede de supermercados Sendas – SP | 114 |
| Figura 25 | I FeNaPêssego – 1973 | 117 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 26 | Prefeito Bernardo Olavo de Souza -1ª Fenadoce | 118 |
| Figura 27 | Público na 1ªFenadoce | 119 |
| Figura 28 | Cartaz da 1ª Fenadoce | 120 |
| Figura 29 | Governador Pedro Simon e o Prefeito José Maria Carvalho da Silva conferindo, com o empresário Hugo Poetsch, as embalagens de exportação das Conservas Agapê | 121 |
| Figura 30 | Doceira D. Zilda | 122 |
| Figura 31 | Vista aérea da Industria CICASUL | 123 |
| Figura 32 | Fábrica de Doces D. Zilda no Centro de Eventos | 124 |
| Figura 33 | Placa de Identificação da Fábrica de Doces D. Zilda no Centro de Eventos | 124 |
| Figura 34 | Exposição comemorativa ao centenário da Confeitaria Nogueira - 1999 | 125 |
| Figura 35: | Entrada da exposição Museu do Doce | 126 |
| Figura 36 | Governador Germano Rigotto, acompanhado da corte da Feira | 131 |
| Figura 37 | Fotografia frontão lateral Rua Butuí | 143 |
| Figura 38 | Fotografia Fachada com portão lateral | 143 |

| | | |
|----------------|--|-----|
| Figura 39 | Fotografia da Placa Comemorativa ao Centenário do Conselheiro | 144 |
| Figura 40 | Fotografia da Praça Cel Pedro Osório – 1910 | 145 |
| Figura 41 | Fotografia da Rua Félix da Cunha, na qual se observam as casas que formam o conjunto eclético da Praça | 147 |
| Figura 42 | Fotografia dos elementos da fachada da Casa do Conselheiro | 148 |
| Figura 43 e 44 | Fotografia dos estuques decorados na sala da claraboia e quarto das meninas, respectivamente | 149 |
| Figura 45 e 46 | Fotografia dos estuques decorados da sala de música e jantar, respectivamente | 150 |
| Figura 47 e 48 | Fotografia dos jardins da casa de Francisco Antunes Maciel, entrada principal e lateral, respectivamente | 150 |
| Figura 49 e 50 | Fotografia da banheira de Alabastro e vaso de faiança transferidos de Pelotas para o RJ..... | 152 |
| Figura 51 e 52 | Fotografia de exemplares do mobiliário dos Antunes Maciel transferidos de Pelotas para o RJ | 152 |
| Figura 53 | Fotografia da fachada principal da Casa do Conselheiro | 154 |
| Figura 54 e 55 | Sala de Música e da Claraboia | 155 |

| | | |
|----------------|---|-----|
| Figura 56 e 57 | Sala da Claraboia e de Visitas | 155 |
| Figura 58 | Professor César Borges e Beatriz Araújo, no ato de recebimento da chave da Casa do Conselheiro Maciel | 156 |
| Figura 59 e 60 | Fachada Principal da Casa do Conselheiro | 161 |
| Figura 61 e 62 | Pátio posterior da Casa do Conselheiro Maciel, antes da obra de restauro | 162 |
| Figura 63 | Frontão da fachada da Praça Coronel Pedro Osório | 163 |
| Figura 64 | Fachada Principal da Casa do Conselheiro com faixas, nas quais a UFPel agradece ao MEC pela aquisição do Casarão 08 | 163 |
| Figura 65 e 66 | Trabalhadores durante as obras de restauro | 165 |
| Figura 67 | Aluno do Bacharelado em Conservação e Restauração da UFPel restaurando uma escaiola | 165 |
| Figura 68 | Ministra Ana de Holanda acompanhada do Presidente e da Superintendente Regional do IPHAN, do Secretário Municipal de Cultura e do Reitor da UFPel, recebendo informações sobre os procedimentos do restauro | 166 |
| Figura 69 | Descerramento da placa de inauguração, com a presença do professor César Borges, do Antônio Simões, das arquitetas responsáveis pelo restauro e do mestre de obras, dez. 2012 | 167 |
| Figura 70 | Pintura a óleo de Francisco Antunes Maciel | 174 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 71 | Fotografia da fachada da Escola Eliseu Maciel | 175 |
| Figura 72 | Pintura a óleo do Comendador Antônio Castro | 181 |
| Figura 73 | Pintura a Óleo de Maria Josepha | 182 |
| Figura 74 | Pintura a Óleo de José Antônio Moreira – Barão de Butuí | 185 |
| Figura 75 | Pintura a Óleo de Francisca Castro Moreira Maciel | 186 |
| Figura 76 | Pintura a óleo de dois filhos do primeiro casamento de Francisca | 189 |
| Figura 77 | Cartão de participação de casamento | 191 |
| Figura 78 | Leque que Francisca recebeu de presente da Princesa Isabel | 192 |
| Figura 79 | Francisco Antunes Maciel Júnior | 194 |
| Figura 80 | Foto de Emília Adamo | 196 |
| Figura 81 | Acervo exposto na Fenadoce | 198 |
| Figura 82 | Mesa de Convidados da Audiência Pública na Sala de Visitas da Casa 08 | 208 |
| Figura 83 | Fotografia da fachada da Casa do Conselheiro com fila para entrada no Museu durante a programação do Dia do Patrimônio | 209 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 84 | Projeto da sala sobre os doces coloniais | 210 |
| Figura 85 | Projeto da sala das confeitarias | 210 |
| Figura 86 | Convite para abertura da exposição em setembro de 2016 | 212 |
| Figura 87 | Exposição Museu do Doce – Visita Escola Louis Braille | 212 |

Lista de Tabelas

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 01 | Utensílios existentes no inventário pós morte do Barão de Butuí | 88 |
| Tabela 02 | Tabela 2 - Casamentos dos filhos de Elyseu e Leopoldina | 172 |
| Tabela 03 | Bens constantes no inventário de Leopoldina Antunes Maciel | 172 |
| Tabela 04 | Herdeiros e valores recebidos da herança de Francisca Alexandrina | 183 |
| Tabela 05 | Bens existentes no inventário do Barão de Butuy | 184 |
| Tabela 06 | Heranças recebidas por Francisca de Castro Moreira | 189 |

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|-------------|--|
| CEDOP | Centro de Documentação e Pesquisa |
| UFPeI | Universidade Federal de Pelotas |
| ICH | Instituto de Ciências Humanas |
| APERS | Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SPHAN | Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| PRR | Partido Republicano Rio-Grandense |
| Cel | Coronel |
| BPP | Biblioteca Pública Pelotense |
| SUDESUL | Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul |
| IILA | Instituto Ítalo-Latino-Americano |
| IFSul | Instituto Federal Sul-Rio-Grandense |
| CDL | Câmara de Dirigentes Lojistas |
| Fenadoce | Feira Nacional do Doce |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| FENAPÊSSEGO | Feira Nacional do Pêssego |
| DPHAN | Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico nacional |
| APLUB | Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| IAB | Instituto dos Arquitetos do Brasil |
| COMPHIC | Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural |
| IPHAE | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado |
| IBPC | Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural |

| | |
|-----------|--|
| ZPPCs | Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| Sinduscon | Sindicato da Construção Civil |
| FNpM | Fundação Nacional Pró-Memória |
| DEMU | Departamento de Museus e Centros Culturais |
| UNIRIO | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| SBM | Sistema Brasileiro de Museus |
| IBRAM | Instituto Brasileiro de Museus |
| CODEC | Conselho de Desenvolvimento Cultural |
| CEM | Coordenadoria Estadual de Museus |
| MINC | Ministério da Cultura |
| SNM | Sistema Nacional de Museus |
| INRC | Inventário Nacional de Referências Culturais |
| CoDoPel | Cooperativa das Doceiras de Pelotas |
| Fundapel | Fundação Municipal de Cultura, Lazer, Turismo de Pelotas |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| INPI | Instituto Nacional da Propriedade Industrial |
| LEPAARQ | Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia |
| ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 24 |
| 2 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E DE MUSEUS..... | 37 |
| 2.1 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO | 37 |
| 2.1.1 A Carta de Pelotas e um novo panorama para a preservação local | 45 |
| 2.1.2 O Programa Monumenta uma nova perspectiva da preservação | 51 |
| 2.1.3 O patrimônio imaterial, uma nova concepção de patrimônio | 55 |
| 2.2 A POLÍTICA DE MUSEUS NO BRASIL | 59 |
| 2.2.1 A política de Museus no RS | 65 |
| 3 O DOCE NO SUL NO SUL | 70 |
| 3.1 OS PORTUGUESES E O AÇÚCAR | 71 |
| 3.2 A INTRODUÇÃO DOS DOCES NO BRASIL... .. | 75 |
| 3.3 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO..... | 79 |
| 3.4 O DOCE NO SUL: OS PRIMEIROS TEMPOS | 83 |
| 3.5 O DOCE NO APOGEU DAS CHARQUEADAS | 85 |
| 4 A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO | 103 |
| 4.1 DOCE PRÉ – FENADOCE | 104 |
| 4.1.1 O doce pelotense e a Literatura | 104 |
| 4.1.2 As receitas de doce chegam às livrarias | 107 |
| 4.1.3 A formação e organização da profissão | 115 |
| 4.2 O FUTURO PARA OS DOCES: A FENADOCE | 116 |
| 4.2.1 O registro de indicação de procedência | 127 |
| 4.2.2 O doce como Patrimônio cultural | 130 |
| 5 UM MUSEU PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL | 141 |
| 5.1 UMA CASA PARA O MUSEU | 141 |
| 5.1.1 A edificação | 142 |
| 5.1.2 Os usos da casa | 151 |

| | |
|---|------------|
| 5.1.3 O processo de tombamento | 153 |
| 5.1.4 As ações de salvamento da Casa do Conselheiro | 159 |
| 5.2 UMA FAMÍLIA QUE REPRESENTA UMA TRADIÇÃO | 168 |
| 5.2.1 Os Antunes Maciel em Pelotas | 168 |
| 5.2.2 Os Castro Moreira | 177 |
| 5.2.3 A união de Francisco e Francisca | 187 |
| 5.3 UM MUSEU NA CASA DO CONSELHEIRO | 197 |
| 5.3.1 A idéia inicial | 198 |
| 5.3.2 A organização do Museu | 200 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 215 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 221 |
| APÊNDICE | 232 |
| ANEXOS | 291 |

1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2009, quando ingressei como professora na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, o Museu do Doce, tal como é, ainda não existia. Poucos meses depois do ingresso, eu sabia de sua existência por ter sido chamada pelo diretor, na época, do Instituto de Ciências Humanas, ICH, Fabio Vergara, e pela Professora Maria Leticia, para compor a equipe de organização desse museu. Em seguida, fui indicada como presidente da comissão, designada por portaria do reitor. A casa sede do Museu, ainda, era uma ruína angustiante pelo grau de degradação em que se encontrava. A história da família que a construía me era desconhecida e distante, pelos tantos anos em que morei fora da cidade e, conseqüentemente, a proposta deste museu nada me dizia ou tocava. A missão me soava como um grande desafio, não tanto por estar ciente de que era um trabalho grande que me aguardava, mas por estar em um terreno que ainda me era estranho e indiferente.

Não foi o primeiro museu do qual participei da organização. Já tinha vivenciado isso com o Museu da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde trabalhei por doze anos. Iniciei a trabalhar lá logo após minha formatura em História, como historiógrafa no Arquivo Histórico da instituição hospitalar, como parte da equipe do Centro de Documentação em Pesquisa - CEDOP, no qual o arquivo estava lotado. Desde o início das atividades, a equipe do CEDOP começou a coletar peças que eram encontradas nos diferentes setores do Hospital, colocando-as em um depósito. Somente em 1994, conseguimos uma área para instalar o Museu da Santa Casa, que denominamos de Irmão Joaquim Francisco do Livramento, em homenagem ao fundador da instituição de caridade.

A equipe que organizou este museu era composta por historiadores, arquivistas e sociólogos, sem nenhuma experiência com museus. A organização inicial foi instintiva, mas, a partir desta, buscamos, incessantemente, cursos dos mais diversos tipos que pudessem nos capacitar para o trabalho com museus. Como não havia curso de graduação em museologia no Rio Grande do Sul, neste

momento, passamos a assistir a todos os cursos de curta duração, seminários, fóruns. Com essas formações, fomos aperfeiçoando o trabalho iniciado por instinto e o desenvolvendo conforme as normas da museologia. Hoje, o Arquivo Histórico e o Museu fazem parte do Centro Histórico Cultural da Santa Casa, projeto em cuja concepção trabalhei.

Como professora do Curso de Museologia, participar e dirigir a organização do Museu do Doce estava no rol das atividades inerentes ao campo de conhecimento no qual deveria (e devo) formar profissionais. Tudo, nesse sentido, estava no contexto do esperado. O que me surpreendeu, com o passar dos anos, foi a presença que esse Museu assumiu na minha vida. Enquanto o restauro avançava, a casa se revelava bela e majestosa. Junto com ela, emergia a história de uma família e de um tempo passado da cidade de Pelotas. E a ideia do Museu tomava forma com o trabalho da Comissão.

Aos poucos, a comissão foi agregando outras pessoas, professores e técnicos, os quais se uniram a este esforço. A primeira fase foi ocupada pela discussão do espaço, de sua divisão com o museu de arqueologia, proposta apresentada na mesma ocasião pelo diretor do Instituto de Ciências Humanas. Passado esse momento, veio a organização dos documentos de criação do novo museu e, na sequência, a discussão sobre a exposição de longa duração e a organização do projeto expográfico. O trabalho foi lento, a comissão acreditava que o restauro não seria ágil; acreditávamos que a obra ia demorar muito mais do que realmente aconteceu. Além disso, tivemos dificuldades de contactar a Comissão responsável pela criação do Museu Brasileiro do Doce¹, esta busca ocupou um grande período. Naquele momento, a organizadora desta primeira comissão estava doente, e não encontrávamos pessoas que pudessem auxiliar nessa busca.

Em janeiro de 2013, houve a troca de reitor, o Professor César Borges havia completado o seu tempo como gestor da universidade e assumiu a reitoria o Professor Mauro Del Pino. Esta mudança da conjuntura política da UFPel, quando o restauro da casa estava quase pronto, nos deixou na incerteza de como seria o andamento dos trabalhos e se o projeto teria apoio da nova gestão. Continuamos

¹ Nome que a instituição possuía antes da Casa do Conselheiro ser comprada pela UFPel.

firmes, agora, por nós mesmos. Finalmente, na primeira semana de maio daquele ano, a casa foi entregue pela empresa responsável pela obra do restauro.

Com o restauro, a casa - que teve a sua construção iniciada em 1878, com a autoria do projeto atribuída ao italiano José Izella, em estilo eclético - retomou a suntuosidade que tinha, com uma riqueza muito grande de detalhes e técnicas, destacando-se, principalmente, a sua arquitetura, inovadora para o período em que foi construída, e os estuques decorados que ornaram os tetos dos cômodos da casa. Inauguramos a casa restaurada em um evento que franqueava a visita ao público que, já nos primeiros dias, formou filas para o passeio mediado. Mesmo vazia, a casa encantava: pela sua luz, pelos seus belos ornamentos e pela sua imponência.

Não tínhamos uma exposição para mostrar ao público. A verba necessária para a execução desta foi acordada com o Instituto Brasileiro de Museus. Neste momento, aguardávamos a liberação, mas tínhamos um lugar que, além de ser a sede do futuro museu, era um bem precioso que precisava ser apresentado para a comunidade. A universidade nos dava algumas possibilidades de fazer isso, uma delas, na condição de sermos produtores de conhecimento, era usar esse conhecimento. Estávamos no mesmo departamento do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio com muitos trabalhos desenvolvidos ou em andamento que tratavam sobre este patrimônio edificado. Vimos, nesta produção, a forma de qualificar as informações que passaríamos para o público visitante. Sabíamos muito sobre o patrimônio material, tínhamos informações quase plenas sobre a construção da casa e dos seus bens integrados, mas muito pouca coisa sobre os usos, sobre os indivíduos que ali moraram ou por ali passaram.

A nossa curiosidade aguçava-se conforme o tempo passava e as perguntas dos visitantes deixavam claro que não tínhamos respostas. Ao longo de dois anos de visitas guiadas, a equipe, impulsionada pela curiosidade e indagações do público visitante, sentiu necessidade de conhecer mais sobre as pessoas que ali moraram, os seus hábitos e costumes. Os dados que tínhamos referiam-se à vida política do Conselheiro e de seu filho Francisco Júnior, este último, Ministro da Justiça no primeiro governo de Getúlio Vargas. Mas tínhamos muito pouco sobre a família no seu conjunto. Carecíamos de conhecer os nossos personagens.

A primeira experiência a caminho deste conhecimento foi a leitura do livro "Chiquinha e Eu", uma narrativa romanceada, escrita por uma das bisnetas do Barão - Beth Stockinger (2012). A escritora, jornalista de profissão, trama uma narrativa mística com elementos ficcionais e dados reais para contar a história da bisavó. Figura central do texto, ela é apresentada como uma mulher doce, devotada à família e profundamente preocupada com os homens da casa: marido e filho. O fantasma de Chiquinha passeia, com o leitor, pela casa e pelo cotidiano da família, e tal narrativa acabou fornecendo algumas pistas sobre o que procurávamos.

O livro, escrito em um tom muito nostálgico, apesar de Beth não ter vivido na casa, rememora as histórias de Dora, sua tia e madrinha, que morou com sua família no Rio de Janeiro. Segundo a autora, Dora era a guardiã das lembranças da família, que lhe transmitiu o sentimento de amor por uma tradição deixada para trás, quando se mudaram de Pelotas, em 1930. O texto reflete o amor aprendido pela autora a todos que moraram na casa do Conselheiro. Beth assumiu, como depois contou em entrevista, o papel de Dora e outorgou-se à função de guardiã das histórias da casa.

Num contexto de pouquíssima informação, aproximamo-nos da história de nossa narradora, e dela partimos em busca das peças do quebra-cabeça. Afinal, a autora avisava, no início do seu livro, que o seu trabalho não tinha pretensões históricas: "Este livro é baseado no emocional e na imaginação, com algumas memórias esparsas de fatos contados por Tia Dora." (Stockler, 2012, p.10). No entanto, em numa instituição museológica universitária, não poderíamos trabalhar com o fantástico, ou, pelo menos, não como informação do museu.

A autora do livro foi localizada e passamos a manter contato constante com ela. Contou-me que sua mãe e tia estavam vivas, Maria Alice e Glorinha, filhas de Francisco Júnior, as duas últimas Antunes Maciel que nasceram na casa do Conselheiro. A conversa com as duas senhoras nos permitiria, como nos diz Garrido (1992), incorporar não apenas indivíduos aos nossos discursos, mas compreender o porquê do desinteresse atual sobre a família Antunes Maciel. Entrevistar essas mulheres nos daria a possibilidade de inserir os seus discursos na nossa pesquisa, já que, até então, as fontes encontradas só falavam dos homens desta família e de sua vida política.

Optamos por uma entrevista aberta, que seria realizada na casa de uma das entrevistadas, no Rio de Janeiro, onde moram desde que seu pai, Francisco Júnior, assumiu o Ministério da Justiça, em 1932.

A entrevista com as senhoras, de 86 e 85 anos, transformou-se em um momento para repensar o trabalho que estávamos fazendo. A conversa² foi acompanhada por Beth Stockinger, e o que poderia, para nós pesquisadoras, ter se tornado um desastre se tivéssemos optado, no primeiro momento, por uma entrevista gravada. Foi um momento de conquista de confiança e descontração, o que acabou impulsionando o trabalho.

As duas irmãs, com características físicas muito diferentes uma da outra, também se mostraram diversas na expressão, no discurso, na visão de mundo e, por consequência, na percepção da própria família. Essas diferenças ficaram cada vez mais claras, conforme elas recordavam o passado.

Glorinha, a mais nova e a mais falante, caracterizou a si como a rebelde da família, e a irmã, como a medrosa. Maria Alice havia passado, recentemente, por problemas de saúde e apresentava grande dificuldade em lembrar dos fatos. As duas contavam com a ajuda de Beth para falar de nomes, lugares, datas e detalhes das ocorrências. Ambas relataram as memórias de uma mãe doente, internada por muito tempo, e a figura de um pai sempre envolvido com a política, que deixava a criação das filhas para babás, que Glorinha cuidava de atormentar com a sua rebeldia. Depois da morte da mãe, a tia Dora assumiu a criação das duas.

Quando as memórias afloravam, em especial sobre a família, fazia-se evidente a diferença de visão que cada irmã tinha sobre o tema, refletindo a distância das suas personalidades. Maria Alice adorava a tia Dora e sempre foi a mais ligada a casa e à família, guardiã dos documentos e objetos. Já Glorinha se mostrava muito identificada com o pai.

Essas ponderações nos fizeram entender melhor a narrativa do livro "Chiquinha e Eu". Nele, a escritora foi influenciada pelas reminiscências de sua tia

2A entrevista foi realizada por mim e pela Professora Francisca Ferreira Michelin, minha orientadora na casa de Maria da Glória, no Rio de Janeiro em julho de 2015 e 2016..

Dora, que também era sua madrinha. Dora morou com Maria Alice, a mãe de Beth, até o final da vida.

Dora passou para a sobrinha essas histórias que são referenciadas de maneira oposta na voz de Glorinha. Quando essa fala de Chiquinha, descreve uma mulher "carola" e dominadora que, segundo ela, não deixava as filhas se divertirem. As moças só se casaram depois que os pais morreram e quando, para os padrões da época, já eram solteironas. Com boas gargalhadas, conta que seu pai, logo que o avô morreu, deu jeito de casar as duas irmãs com amigos deputados, para não ter que cuidar delas. Casaram-se com homens mais velhos. Dora ficou viúva seis meses depois, passando a se dedicar às lembranças de sua família e a cuidar das sobrinhas.

Quando perguntadas por sua relação com a casa do Conselheiro Maciel, elas já colocam logo à mostra aquilo que mais as une a este passado: os objetos que foram levados de Pelotas para o Rio de Janeiro, na década de 1950, quando a casa foi alugada para o Exército. Na casa de Glorinha, onde a entrevista se realizou, existem diversos retratos da família. Ali, vejo pela primeira vez um retrato de Chiquinha. É uma pintura de uma mulher muito jovem, bonita, trajada com riqueza, mas, como elas mesmo salientaram, "bigoduda". As brincadeiras de Glorinha evidenciando o espesso buço da avó contrapõem-se à imagem criada por Beth em seu livro.

A fala é de deboche, mas o quadro está em local privilegiado da casa, na sala de visitas, às vistas de todos; enquanto o retrato do Conselheiro está colocado num local secundário, assim como o de outros parentes, personagens da história pelotense. Isso indica que, apesar de Glorinha mostrar-se independente em relação a estes personagens, eles estão lá no seu dia a dia, reforçando a identidade familiar pela qual se dizem ser Antunes Maciel, nome que se mantém de geração para geração. Independente de alianças matrimoniais, o nome composto se mantém.

Elas não conviveram com a casa na efervescência do período de moradia principal da família. Para elas, a cidade e a casa eram o local das férias, onde nasceram, mas que deixaram muito cedo. Sua narrativa toma cuidado de evitar aquilo que não cabe na sua imagem de descendentes de uma família tão importante. Numa tarde, em uma visita que durou em torno de duas horas,

conseguimos muito mais do que esperávamos. Abrimos caminho para descobertas que as fontes bibliográficas pesquisadas nem sequer sugeriam.

Estas narrativas possibilitariam, como diz Garrido (1992), abrir possibilidades inesperadas à própria pesquisa, permitindo, em primeiro lugar, identificar, no livro "Chiquinha e Eu", o que é criação da escritora e o que pode ser informação. Também se desvelou um aspecto importante para a pesquisa: o esquecimento da família no processo de tombamento e de musealização.

Durante a entrevista, fomos indagadas pelas entrevistadas porque Museu do Doce naquela casa. No entanto, a decisão de ali instalar o Museu é anterior à venda do prédio pelas entrevistadas, ou seja, a prefeitura de Pelotas e IPHAN decidiram a localização da instituição museológica à revelia de suas então proprietárias.

Essas buscas sobre informações da família e dos usos da casa levantaram algumas questões importantes que deveriam ser analisadas durante a minha pesquisa. Uma delas era por que a família foi esquecida no processo de musealização e de patrimonialização? Outra questão, se o projeto do Museu Brasileiro do Doce já existia muito antes da venda da casa 08 para a UFPel, e se já tinha sido definido que ele seria a sede do Museu, por que elas não sabiam desta movimentação? Como e por que foi definida a casa como sede do Museu Brasileiro do Doce?

A partir destas questões, buscou-se compreender as motivações que levam a musealização do doce de Pelotas e as da escolha da Casa do Conselheiro Maciel, Casa 08, como sua sede, e indicar as forças e interesses institucionais e políticos que manearam o processo e definiram a condição deste Museu.

A análise aqui desenvolvida pretende analisar as permanências e os silêncios nos processos de tombamento e de musealização realizados pelo IPHAN, usando como objeto de análise o processo ocorrido com a Casa do Conselheiro Maciel - bem tombado como patrimônio nacional na década de 70 e, depois, nos primeiros anos do século XXI, passou por um processo de musealização instigado pelo Instituto. Com este trabalho, buscamos entender como ocorrem algumas regularidades e atributos que perpassam um processo de patrimonialização.

Esta pesquisa tem como objetivos: Compreender como se deu o processo de patrimonialização do lugar que sedia o Museu do Doce, assim como identificar a origem da ideia de um museu para o doce e, traçar os caminhos desta construção. Num segundo momento verificar como foi recuperada a historicidade do patrimônio edificado, levantando as relações e os vínculos entre a família do Conselheiro Maciel, a cidade e a casa. E, por fim, analisar como estas trajetórias se vinculam para constituir a tradição doceira de Pelotas e antiga Pelotas.

Através de pesquisa exploratória com levantamento de fontes documentais e depoimentos de pessoas envolvidas no planejamento da construção do Museu Brasileiro do Doce, percebemos que a escolha dessa Casa não é um ato aleatório da Associação de Amigos do Museu Brasileiro do Doce e da Prefeitura, mas, sim, resultado de uma política de valorização do patrimônio cultural local como forma de desenvolvimento social e econômico.

Acreditamos que analisar esse movimento de institucionalização da memória é de grande importância para entender como acontecem estes processos conduzidos por grupos locais e com a atuação do IPHAN, na consolidação das escolhas locais como patrimônio nacional. Para tanto, é necessária uma visão crítica deste processo, mostrar a trajetória das decisões e práticas em relação ao patrimônio material e imaterial e os discursos inerentes a estas ações.

No caso específico do Museu do Doce, foram associados os dois patrimônios da cidade: o material, representado pela casa, o imóvel que é um dos primeiros exemplares de arquitetura eclética a ser tombado no Brasil, com um importante conjunto de bens integrados que representam um modo de vida das famílias ligadas à produção de charque no século XIX na cidade; e o imaterial, pela tradição doceira que, no momento de escolha da sede ainda não tinha o seu registro como patrimônio imaterial brasileiro, mas já começavam os primeiros passos para o trabalho de inventário.

Ao longo da revisão sobre a política de preservação de patrimônio no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, podemos perceber um predomínio do conteúdo da materialidade nos discursos com finalidade protetiva. Apesar do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da Resolução nº 1, de 3 de agosto de

2006, que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera-se uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial que avança oscilante quando se depara com a inerência que o longo tempo de luta pela preservação dos bens materiais, sobretudo, do edificado, parece ter consolidado.

No Rio Grande do Sul, a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - no estado continua valorizando em larga escala o patrimônio material. Até o ano de 2006³, foram abertos setenta e dois (72) processos de pedidos de tombamento federal no Rio Grande do Sul. Todos eles de patrimônio material: sessenta e três (63) são de prédios, conjuntos arquitetônicos e/ou monumentos, os que se diferenciam são dois (02) monumentos naturais, que não foram tombados, e seis (06) coleções museológicas, das quais apenas três (03) foram tombadas e um calçamento de rua. Após o ano de 2006, foram encaminhados pelo IPHAN os processos referentes às culturas indígenas e negras, que se referiam aos índios Mibiá-Guaranis, junto às ruínas de São Miguel e ao de Porongos, sendo o primeiro já reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro. Com parceria da UFPel, foram organizados os inventários das lidas campeiras em Bagé e dos doces de Pelotas. Este último foi considerado patrimônio cultural brasileiro, no dia 15 de maio de 2018, em conjunto com o patrimônio material referente ao centro histórico da cidade e à área charqueadora.

Entre os setenta e dois processos iniciais, está o de tombamento da Casa do Conselheiro Maciel, em 1977, que em conjunto com a Casa do Barão de São Luiz e do Barão de Butuí - constitui um dos primeiros conjuntos ecléticos a ter proteção federal no país, segundo Fonseca (2005, p.184), a partir da mobilização da comunidade local. Do conjunto, destaca-se pela relevância estética, a casa do Conselheiro, em especial pelos exemplares de estuque esculpido que o diferenciam de outros exemplares decorativos no Estado. Não há um estudo mais profundo a respeito da história dos usos da casa desde a sua construção até o seu restauro para uso universitário. Sua condição atual como sede do Museu Brasileiro do Doce foi determinado pelo IPHAN, em parceria com o gestor do município e com pessoas

³ Ano em que a Casa 08 foi definida, por lei, como Sede do Museu Brasileiro do Doce, quando começam as atividades do Inventário Nacional de Referências Culturais da Tradição Doceira

ligadas à comunidade doceira. Este processo de musealização apontava a possibilidade de vir a desligar o prédio da história da sua origem.

No entanto, quando trabalhamos com patrimônio e, também, com museus, mais do que analisar os aspectos técnicos, precisamos entender que estes são resultado de sonhos, vontades, ideias e imagens de mundo, ligados à formação de seus organizadores ou àqueles que almejam a preservação do bem, muitas vezes para além das teorias utilizadas pelos estudiosos. Entender como foram engendradas as políticas de patrimônio não só nos permite entender as ações de preservação da memória, mas buscar entender os esquecimentos.

Como nos salienta Candau (2012), os museus são excelentes sociotransmissores, isto é são elementos atuantes na construção de discursos memoriais e na sua transmissão, que nos levam a pensar nas políticas de memória e em todos os dispositivos e mecanismos ativados por elas. (Ferreira e Michelin, 2015, p. 81)

O discurso memorial representado nos museus e espaços públicos leva a todos o que os grupos representados acreditam ser o seu discurso e que buscam consolidar no meio social em que interagem. Como nos diz Candau, a memória funciona como um elemento de coesão social e de identidade.

Por fim, como já citado, os museus, memoriais e monumentos são importantes sociotransmissores que fortalecem os discursos e as narrativas sobre determinado período, acontecimento. O que é preciso entender é o que está colocado por trás desta narrativa, os meandros que a engendraram.

Segundo Ruoso (2009), precisamos decifrar as nossas fontes com os olhos e com o coração para entendermos o visível e o invisível e chegar aos indícios por meio dos questionamentos e da comparação com as diversas fontes.

Compreender as motivações que levam à patrimonialização e à musealização de um bem permite a emergência de uma visão crítica deste processo. Entender estas ações, carregadas de subjetividade e de intenções, é instigante. Analisar esse movimento de criação da memória é fundamental para a comunidade; esse é um trabalho feito em sentido contrário, visto a partir da organização da instituição e de seus jogos de poder, a procurar nela os elementos

de sua constituição. O trabalho metuculoso do investigador revela a trajetória das políticas que permitem as decisões em relação ao patrimônio e às referências inerentes a elas.

Para o estudo aqui proposto, fez-se uma análise qualitativa dos documentos existentes no arquivo da Biblioteca Pública Pelotense, onde foram encontrados documentos específicos da família Antunes Maciel, como certidões de óbitos, discursos, documentos de propriedade e transmissão da casa, além dos jornais do final do século XIX e início do XX; dos documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, onde foram analisados os inventários do século XIX e início do XX; do arquivo da Superintendência do IPHAN-RS e dos processos de registro de patrimônio imaterial e tombamento do IPHAN em Brasília. Foi analisado o acervo do Museu do Doce da UFPel, com fontes escritas, fotografias e impressos, do Museu Municipal Parque da Baronesa e do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, com fontes impressas.

O acervo de fotos do Conservador/Restaurador Fabio Galli foi de grande valia para analisar o estado de conservação da Casa do Conselheiro ao longo dos anos, desde o período em que a casa estava alugada pela prefeitura, com todos os aspectos de degradação, passando por um acompanhamento bastante amplo da obra de restauro e inauguração. Ademais, o acervo de fotos da Fenadoce foi de grande importância para visualizar e entender as ações desenvolvidas pela Câmara de Diretores Lojistas -CDL.

Foi utilizada a metodologia da história oral, com entrevistas abertas, em que foi lançada uma pergunta prévia sobre os temas “Família Antunes Maciel”, “A Casa” ou o “Museu”, e, a partir do discurso do depoente, outras questões foram inseridas à conversa. Para compor o conjunto da amostra, foram colhidos os depoimentos de Ana Lúcia Goeltz Meira - Superintendente do IPHAN no RS, no período do restauro da casa, de Beatriz Araujo - Secretária de Cultura de Pelotas de 2005 a 2006, responsável pelo início do processo do Inventário Nacional de Referências Culturais do doce de Pelotas e das negociações de organização do Museu Brasileiro do Doce e de Gilceia Vasques Bender (Théia Bender), Secretária da Associação de Amigos do Museu do Doce. Os depoimentos de Olga Vieira da Cunha, Presidente da Associação de Amigos do Museu do Doce e membro do grupo que

planejou a criação do Museu Brasileiro do Doce, de Maria de Lourdes Parreira Horta, museóloga indicada como a pessoa que fez a primeira proposta expositiva para a Casa do Conselheiro e de João Fernando Igansi Nunes, organizador da exposição do Museu do Doce na Fenadoce, em 1999, foram coletados com questionários respondidos via e-mail.

Foram realizadas duas visitas às descendentes do Conselheiro que moram no Rio de Janeiro, as netas Maria da Glória e Maria Alice, que relataram as histórias da família, permitiram que fosse fotografado o mobiliário que era utilizado na casa em Pelotas, e forneceram cópia de documentos e fotografias do acervo da família. Em Pelotas, foram realizados encontros com a bisneta Maria Laura, filha de Gilda Maciel, que forneceu uma entrevista não gravada e com Leda Maciel Echenique, neta de Arthur Antunes Maciel, um dos irmãos mais novos do Conselheiro Maciel.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, no primeiro capítulo, denominado “Políticas de Patrimônio e de Museus”, serão analisadas as políticas públicas nacionais que refletem no município, definindo ações de preservação local. Apresenta a abordagem teórica que dá sustentação a esta pesquisa, analisando as políticas de patrimônio e de musealização, as disputas pela memória, as permanências e os silêncios.

No segundo capítulo, denominado “O Doce no Sul do Sul”, é analisado como Pelotas chegou à condição de Capital Nacional do Doce. A partir de diversos autores, é analisado o uso do açúcar em Portugal, no Brasil, chegando ao Sul do Brasil. Vendo, por meio das fontes, o uso do açúcar, desde os primeiros tempos da ocupação do território, primeiro denominado São Francisco de Paula e, depois, Pelotas. Neste capítulo, é visto não só como acontece o consumo e a produção de doces ao longo do tempo, assim como os aspectos de sociabilidade referentes a este consumo.

O terceiro capítulo, denominado “A Construção de uma Tradição”, tem como objetivo analisar como a cidade chega à condição de Capital Nacional do Doce. Serão analisados os séculos XX e XXI a partir da trajetória da comunicação deste saber fazer e das políticas públicas associadas a ele, até o momento em que o doce é inventariado como patrimônio cultural brasileiro em 2018. Será vista a situação do doce antes da primeira Fenadoce e depois de iniciar o evento, vendo como o

reconhecimento deste saber/fazer vai se transformando em algo distintivo da identidade do local. O relato desenha o cenário de uma sociedade que se transforma rapidamente a partir dos anos de 1980, quando os discursos sobre a tradição, a historicidade e a memória da cidade constroem-se com base na ancoragem em territórios de memória, ligados a evidências materiais ou imateriais.

O quarto capítulo, denominado “Um Museu para o Patrimônio Imaterial”, tratará sobre a organização do Museu do Doce, a partir de uma intenção de pessoas ligadas à Fenadoce. Para melhor entender o objetivo de instalar o Museu na Casa do Conselheiro Maciel, o capítulo contém a história da edificação e da família de Francisco Antunes Maciel. Assim, podemos esclarecer sua importância na trajetória da cidade para embasar a reflexão sobre as permanências e os esquecimentos nos processos de patrimonialização e musealização de bens tombados. Vamos fazer uma leitura das ocorrências que descortinam o elo entre a família, a casa e o museu.

2 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E DE MUSEUS

2.1 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, podemos perceber que a escolha da casa do Conselheiro Maciel para ser a sede do Museu do Doce não foi um ato aleatório da Associação de Amigos do Museu Nacional do Doce e da Prefeitura de Pelotas, mas, sim, o resultado de uma política de valorização do patrimônio cultural local, com a finalidade de desenvolvimento social e econômico do município. Foram associados os dois patrimônios da cidade: o material e o imaterial. O primeiro representado pela casa, caracterizada por um importante conjunto de bens integrados - um dos primeiros exemplares de arquitetura eclética a ser tombado no Brasil. O bem é representativo do modo de vida das famílias ligadas à produção do charque no século XIX, nesta cidade. E o segundo, representado pela tradição doceira que, naquele momento, ainda não tinha o seu registro como patrimônio imaterial brasileiro, já que o processo estava iniciando.

Este processo não está descolado das políticas de patrimônio desenvolvidas para o resto do País dentro do período de análise aqui proposto, entre a década de 1970 e o início da segunda década do século XXI. Nesse período, ocorrem dois movimentos da comunidade pelotense em busca da salvaguarda do seu patrimônio. Podemos identificar as primeiras ações naquela década, com a luta pelo tombamento das Casas 02, 06 e 08 na Praça Cel. Pedro Osório e, em um segundo momento, nas ações de patrimonialização da tradição doceira, que resultaram na implantação do Museu do Doce. São dois momentos distintos das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro: o primeiro, sob a égide do Decreto Lei nº 25, de 1937, e o segundo, em pleno vigor da Constituição de 1988 e do Decreto Lei nº 3.551 de 2000.

Segundo Fonseca (2005), no Brasil, desde 1937, com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, o instrumento de preservação é o tombamento, de tal modo imposto, a ponto de confundi-lo com a preservação. Este instrumento, desenvolvido por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, buscava a proteção de bens materiais

considerados patrimônio histórico e artístico, baseado numa noção de história e arte daquele momento. Conforme consta no Decreto:

Art. 1º- Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis na história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁴

O texto do Decreto valorizava, essencialmente, o tangível. Preocupava-se, como salienta Fonseca (2005), com a monumentalidade, com a singularidade e com a excepcionalidade. Assim, vê-se que, até a década de 1970, o Estado definia, preponderantemente, aquilo que era considerado patrimônio no Brasil. Isso é possível perceber pela quase totalidade dos pedidos de tombamento terem nascido no SPHAN.

Era o momento de afirmação do estado nacional, de valorização daquilo que os técnicos do órgão entendiam representar a identidade brasileira. Dominado pelo pensamento modernista, nesta primeira fase, o que era considerado patrimônio, ligava-se ao passado colonial. Fonseca (2005), ao afirmar que Lucio Costa definia que os tombamentos estavam subordinados ao que denominavam de "boa arquitetura", observa que:

Este princípio levou a uma leitura da arquitetura brasileira que via afinidades estruturais entre as construções coloniais e as modernistas, numa linha de continuidade que remontava à Antiguidade Greco-Romana. (Fonseca, 2005, pg.188)

Segundo Márcia Chuva (2012), ao longo do século XX, a noção de patrimônio foi se ampliando, com a inserção do campo do patrimônio cultural de forma global, principalmente a partir do final da 2ª Guerra Mundial. Tal ampliação culmina com a sua aprovação, em 1972, em Paris, durante a décima sétima reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Cabe dizer que o assunto já vinha sendo discutido e delineado na Assembleia Geral da UNESCO, anteriormente à Conferência.

4 In: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_.pdf pesquisado em 05 de janeiro de 2018. as 15:35 hs

Conforme a autora, com o incremento das tecnologias de comunicação, o enfraquecimento dos Estados e a expansão do capital, novos valores foram atribuídos à ideia de nação e de fortalecimento de identidades, sejam religiosas, ideológicas, étnicas, de gênero, entre outras. Dessa forma, a noção de patrimônio cultural passa a abarcar novos objetos, bens e práticas que vêm a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio cultural. Passando a cultura a ser observada como processo, as relações cotidianas, possíveis de patrimonialização, tornam-se objetos de investigação para o campo.

No contexto brasileiro, neste período, embora a legislação que define o que é patrimônio continue sendo o Decreto 25/37, começa uma mudança em relação aos pedidos de tombamento e à entrada de novos atores na origem destes pedidos, que passam a ter como demandantes prefeituras, políticos, entidades culturais, entre outros. Isso não quer dizer que a interferência dos técnicos tenha diminuído. A maioria dos bens tombados continua sendo aqueles iniciados dentro do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico nacional - DPHAN⁵, que possuem, portanto, um maior embasamento para referenciar os pedidos e o andamento dos processos dentro de um arcabouço referencial, instruído conforme os critérios empregados para a aprovação.

Um dos casos que foge à regra dos pedidos realizados pelos técnicos do Instituto é o do conjunto de casas da Praça Cel. Pedro Osório (Figura 01). O processo foi motivado pelo perigo iminente da destruição da casa do Barão de Butuí, a de nº2, adquirida para ser destruída e, no seu lugar, construído um edifício residencial. Esta casa é a mais antiga da Praça, construída, aproximadamente, em 1830, para ser a residência do charqueador José Vieira Viana. Mais tarde, comprada por José Antônio Moreira, Barão de Butuí, que a deixou por herança a seu filho Alfredo Gonçalves Moreira. Construída em estilo colonial, foi remodelada, no final da década de 1870, com o projeto de José Isella, tornando a sua arquitetura muito aproximada das duas outras casas da quadra, as de número 06 e 08, construídas neste período.

5 O SPHAN passou a ser Departamento do Patrimônio em 1946



Figura 01: Fotografia das Casas 02, 06 e 08 – início do séc. XX

Fonte: Acervo Nelson Nobre – Universidade Católica de Pelotas

Segundo Fonseca (2005, p.184), na década de 1970, a casa 02 foi adquirida pela Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB, que tinha a intenção de demoli-la para a construção de um edifício residencial. Isso motivou uma mobilização da comunidade local, por meio de uma campanha liderada pelo colecionador e artista plástico Adail Bento Costa, com o objetivo de impedir a destruição do imóvel. O pedido de tombamento foi encaminhado pelo prefeito Ari Alcântara, em 1975, com o apoio da Câmara de Vereadores, da Associação Comercial, do Centro das Indústrias e da Promotoria Pública.

O tombamento concretizou-se em 15 de dezembro de 1977, incluindo as outras duas casas da quadra, passando a ser um dos primeiros conjuntos ecléticos a ter proteção federal no País. O salvamento das casas tornou-se uma realidade com o tombamento, principalmente o perigo iminente da destruição da casa do Barão de Butuí se esvaiu, com a desapropriação do imóvel pela Prefeitura Municipal. Como primeira ideia de uso, a casa de número 02 foi destinada para ser um museu, planejado por Adail Bento Costa. As outras duas casas foram alugadas pela prefeitura para sediarem setores administrativos do município. Isso foi pensado como uma forma de preservar as casas, o que se mostrou uma política desastrosa. O uso contínuo, por longos anos, por setores da prefeitura, sem o devido cuidado, levou a graves problemas estruturais, sendo o caso da casa do Conselheiro Maciel

o mais sério (Figura 02). Ao longo dos anos e pelo mau uso da edificação, a casa chegou quase à destruição total, como será visto mais adiante quando for trabalhada a sua história.



Figura 02 – Fotografia das Casas 02,06 e 08 antes do restauro – Início séc XXI
Fonte: Acervo Diário da Manhã

Este tombamento não é o primeiro de estilo eclético a ser realizado em Pelotas. Antes disso, em 1972, o Teatro Sete de Abril já havia sido reconhecido. No entanto, segundo Schlee (2018), ele foi reconhecido pelo valor histórico, por ser um dos teatros mais antigos em funcionamento. O pedido de tombamento foi realizado em 1961 e registrado, quase dez anos depois, nos livros de Tombo Histórico e de Belas Artes.

Antes de 1970, era impensável um bem de arquitetura eclética ser tombado nacionalmente. Na visão dos modernistas e, principalmente, de Lúcio Costa, vigente no DPHAN, a arquitetura eclética não era uma boa arquitetura, especialmente porque era considerada uma cópia da arquitetura europeia. Conseqüentemente, não refletia a cultura brasileira. Assim, dava-se prioridade de preservação ao que pertencia ao período colonial - que refletia o que era considerado como referência da identidade nacional.

Essas mudanças não estão descoladas do que ocorria nas ciências sociais, nas quais o campo dos objetos de estudo já se havia ampliado. As relações cotidianas passaram a compor este campo, assim como a cultura passou a ser vista como processo. Com isso, o pensamento sobre o que devia ser considerado patrimônio vai se modificando. Com uma visão cada vez mais antropológica, novos

objetos, práticas e identidades começam a ser entendidos como dignos de serem reconhecidos como representativos da cultura nacional.

Os novos rumos a respeito do que era considerado como cultura começaram a ser notados nas discussões sobre o que pode ser determinado como patrimônio. Conforme salienta Fonseca (2005), com este novo panorama, os técnicos do Departamento passam a ter uma visão mais abrangente da história da arte. Se antes o valor artístico de um bem era o prioritário, e o valor histórico baseava-se no Decreto-Lei 25, de 1937, com as mudanças ocorre uma redefinição do que possui valor artístico. Com isso, é possível aceitar, por exemplo, o ornamento autônomo, a dissimulação de materiais e, assim, o ecletismo deixa de ser uma arte menor.

As três casas da Praça Cel. Pedro Osório, hoje, formam um conjunto de relevância estética. Destaca-se, principalmente, a do Conselheiro, em decorrência de conter exemplares de estuque esculpido, singulares frente a outros exemplares decorativos no Rio Grande do Sul. Segundo Fonseca (2005), tais exemplares consagraram o reconhecimento do valor artístico do ecletismo. Acresce o paisagístico, por tratar-se de um tombamento do conjunto urbano, que, segundo Miranda (2006), são partes da cidade que possuem uma unidade morfológica de seu traçado e características peculiares que lhes conferem uma ambiência diferenciada. No conjunto pelotense, que não estava ligado aos fatos memoráveis da história do Brasil, houve um entendimento sobre a sua importância que:

Implicava em uma leitura mais abrangente desses bens, em consonância com as ideias da École des Annales, que analisa os fatos históricos a partir de uma postura multidisciplinar, para que concorrem a história, a geografia, a arqueologia, a antropologia e etc. Essa leitura entende esses bens realmente enquanto conjuntos, a partir da relação entre o meio geográfico, natural e os grupos humanos que ocuparam aquele solo e nele deixaram vestígios. (Fonseca, 2005. p.1980)

Este enunciado aproxima-se ao que foi definido na Convenção do Patrimônio Cultural e Natural⁶, elaborada durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO -, realizada em 1972, em Paris. Definiu-se, então, que o patrimônio cultural -que deveria ser considerado sob a importância que teria para a identidade, a memória e a cultura

⁶ In: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conven%C3%A7%C3%A3o1972.pdf>, acessado em 12 de dezembro de 2017, às 15h26 min

dos povos - era composto por conjuntos de construções, monumentos e sítios arqueológicos. O Instituto de Patrimônio⁷, no período em que foi dirigido por Renato Soeiro, objetivou incentivar que a preocupação com a preservação do patrimônio brasileiro fosse expandida para todas as esferas de poder, na busca de que estados e municípios desenvolvessem os planejamentos de preservação de seu patrimônio.

Nos Compromissos de Brasília (1970) e no de Salvador (1971), documentos resultantes dos 1º e 2º Encontros de governadores de estado, secretários estaduais da área de cultura, prefeitos de municípios interessados e presidentes e representantes de instituições culturais no evento promovido pelo MEC, fica expresso o entendimento de que cabia aos estados e municípios atuarem na proteção do patrimônio nacional e regional, além de fomentarem a criação de departamentos de preservação e legislação específica nos estados e municípios, com apoio do órgão nacional.

Procurou-se, neste período, dividir a responsabilidade com outros entes da federação. Conjuntamente, busca-se sensibilizar a sociedade, mostrando que preservar o patrimônio é uma forma de desenvolvimento econômico. Preservar e estimular o desenvolvimento econômico podem ser complementares, assim, o turismo passa a ser visto como uma saída para a preservação.

No Rio Grande do Sul, desde 1954, quando foi criada a Divisão de Cultura do Estado, já existia, no seu regulamento, a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural. Entretanto, não havia legislação que permitisse o tombamento dos bens de relevância. Isso só vai acontecer a partir da década de 1970, dentro deste movimento mais amplo da política de patrimônio brasileira. Em 1979, cria-se a Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e, em 1980, é tombado o primeiro bem com proteção estadual, a ponte 25 de Julho em São Leopoldo.

Além do estímulo para a criação de legislação e órgãos responsáveis pelo patrimônio, era necessário dar aporte econômico para que o patrimônio fosse aceito pelos governantes de estados e municípios como uma saída para o desenvolvimento. Em 1973, segundo Fonseca (2005), foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, uma parceria entre Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Planejamento, o Ministério do Interior e o

⁷ Em 1970, durante a gestão de Renato Soeiro, 1967 a 1979, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN passa a ter a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Ministério do Turismo, num primeiro momento para cidades do norte e nordeste, mais tarde implementado em outras regiões. Assim, foi dado o impulso para que os governos municipais e estaduais começassem a dividir a responsabilidade com a salvaguarda do patrimônio brasileiro.

Em Pelotas, segundo Leal (2007), a prefeitura municipal, no final da década de 1970, aproveitou linhas de créditos que tinham a intenção da preservação de prédios históricos. A Prefeitura utilizou uma linha de financiamento do Banco Nacional de Habitação – BNH, que financiava projetos que previssem a recuperação e a valorização de prédios históricos, ou melhor, o “Programa Cura” - Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada -, buscando o restauro da Chácara da Baronesa dos Três Serros (Figura 03), que havia sido doada ao Município pelos seus descendentes. Durante a gestão do prefeito Irajá Andara Rodrigues, foi desenvolvido o projeto Baronesa, o qual, além de restaurar o prédio histórico, mudaria “a fisionomia da cidade”, como foi salientado nos discursos da solenidade de assinatura da doação do prédio. Inclusas no projeto, estavam obras de pavimentação, esgotos sanitários, rede de água, esgoto cloacal, iluminação pública, parques e praças, arborização das vias públicas, sinalização etc.



Figura 03 :Fotografia Chácara da Baronesa antes da doação para o município - 1977
Fonte: Acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa

No entanto, é importante salientar que esta ação vem impulsionada não só pela política nacional, mas também, segundo Schlee (2008), pela força da Carta de Pelotas - documento resultante da Caravana Cultural, organizada por professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, apoiado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, em abril de 1978, em Pelotas. Este movimento foi resultante da preocupação dos arquitetos com a destruição do patrimônio ambiental ou urbano do Rio Grande do Sul. Pelotas foi escolhida por ser, segundo o documento, “um dos repositórios maiores das tradições de civilização material do território rio-grandense”. E é com este contexto que abordamos a Carta de Pelotas e as Políticas locais.

2.1.1 A Carta de Pelotas e um novo panorama para a preservação local

A década de 1970, como foi mostrada anteriormente, foi o momento em que entraram em cena, na preservação do patrimônio das localidades, outros atores, além dos técnicos do SPHAN. Segundo Meira (2004), desde o início da década de 1960, arquitetos no Rio Grande do Sul já discutiam e lutavam pela preservação de diversos prédios. Em 1961, aconteceu na UFRGS, na Faculdade de Arquitetura, o 1º Seminário de Defesa e Estudo do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, segundo a autora, constantemente, arquitetos e outros intelectuais se pronunciavam, pela imprensa, na defesa de bens que estavam na iminência de serem destruídos.

É neste contexto que, em 1978, segundo Dias (2009), o Professor Júlio de Curtis e o Professor José Albano, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, pensaram uma atividade dirigida aos alunos da disciplina de Patrimônio Cultural do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em que seriam realizadas visitas ao patrimônio do interior do Rio Grande do Sul, especificamente nos municípios de Pelotas, Piratini, Rio Grande e São José do Norte. A iniciativa foi apoiada e encampada pelo IAB. A Caravana Cultural, nome que a atividade recebeu, realizou o seu encontro em 21 de abril do referido ano, no Conservatório de Música de Pelotas. Segundo o documento, os arquitetos gaúchos estavam estarecidos com a dilapidação do patrimônio do estado.

Um primeiro documento que se constitui no reflexo de revolta incontida dos jovens arquitetos diante da violência que diária

e insidiosamente vai esmaecendo os derradeiros traços da imagem que personalizou a cidade onde vivem, foi assinado como Carta de Princípios. Ou como Carta de Pelotas, homenagem ao interior gaúcho e em particular a um dos municípios que organizaram as bases econômicas da nossa comunidade a nível de permitir-lhe suporte para as suas atividades na área da cultura material. (Curtis,s/d, pg.10)

As atividades não se mantiveram, permanentemente, no prédio do Conservatório de Música, mas as discussões percorreram os prédios históricos da cidade e, segundo relato de Adroaldo Xavier da Silva, o documento final foi assinado no saguão do Grande Hotel, por todos os participantes.

A Carta salienta a validade, a atualidade e a necessidade de ampliar a divulgação de documentos internacionais, nacionais e regionais, tais como: a Carta de Veneza, as Normas de Quito, a Declaração de Amsterdã, a de Nairobi e os documentos nacionais: Os Compromissos de Brasília e de Salvador, assim como a Carta Cultural de São Miguel das Missões.

Embasada nas diversas discussões que aconteceram nos diferentes níveis, ressaltou-se a importância da criação imediata, na administração estadual, de um sistema permanente de proteção do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, que, segundo o próprio documento, há muito vinha sendo insistentemente pedido. A Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado foi criada em 1979, como ressaltado anteriormente.

As outras duas propostas partiram da necessidade de criar bases para o conhecimento e para a identidade com o patrimônio. A primeira se daria através da educação, que antecipava aquilo que seria introduzido na década de 80 por Maria de Lourdes Parreira Horta, com o nome de Educação Patrimonial.

E, a segunda solicitava o inventário que tratava, exclusivamente, da arquitetura, em cada município, de todos os testemunhos de civilização ainda existentes, que fossem dignos de preservação. Não se falava quais os parâmetros, somente disse que seriam necessários critérios bem formulados, científicos e não baseados *em* “atitudes nostálgicas ou de atitudes piegas, capazes de confundir o sentido racionalista da preservação”. (*Carta de Pelotas, 1978*)

O documento é bastante simples, ressaltando cinco itens, não chegando a duas folhas de texto. Segundo Schlee (2008), a sua importância é reconhecida nacionalmente e teve responsabilidade pela mudança no tratamento do patrimônio na cidade de Pelotas. Segundo o autor, no governo do prefeito Irajá Andara Rodrigues, de 1977 a 1982, começavam a efetivar-se ações mais sistemáticas para a preservação do patrimônio, por exemplo, a desapropriação e o restauro da casa 02 da praça Cel Pedro Osório, a reforma da Chácara da Baronesa e a desapropriação do Teatro Sete de Abril, em 1979.

É neste contexto que se desenvolveu o II Plano diretor de Pelotas, em torno de dez anos depois da organização do primeiro, realizado na gestão de Edmar Fetter. Nos dois últimos anos da década de 1970, arquitetos trabalharam no desenvolvimento do plano, aprovado em 1980 como Lei municipal número 2565, que reconheceu, pela primeira vez, segundo Schlee (2008), a existência de um patrimônio que necessitava ser protegido. Estava colocada a necessidade de:

Criação das zonas de preservação, tombamento de alguns exemplares, elaboração do cadastro de prédios de interesse patrimonial e a preocupação com o entorno dos prédios históricos são alguns dos principais aspectos contidos no novo plano (Almeida, 2006, pg.101)

O II Plano foi um avanço em relação ao primeiro, que “classificou as ruas da cidade como monótonas e caracterizou a arquitetura pelotense de fraca topologicamente” (Schlee, 2008, pg. 06). A legislação tinha graves incongruências, ao mesmo tempo que tinha uma teoria preservacionista. Segundo Almeida (2006), o II Plano implantou, na região do centro histórico, um regime urbanístico, que incentivava a ocupação e a renovação do uso do solo. Ora, isso ia contra tudo o que era colocado na Carta de Pelotas, que pregava a preservação da arquitetura do passado. Rapidamente, segundo a autora, houve um crescimento na destruição de casas de um e dois andares para a construção de edifícios comerciais.

Com o patrimônio sendo dilapidado, em 1982, foi aprovada a Lei municipal 2708, de autoria de Bernardo Olavo de Souza, que instituía o tombamento municipal e o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural – COMPHIC, o que, segundo Almeida (2006), colocou Pelotas como inovadora na área de patrimônio. Esta lei baseia-se, em sua totalidade, nos conceitos inseridos pelo Decreto-Lei 25/37.

Doze anos após o Encontro de Brasília, Pelotas atendeu aos preceitos do compromisso firmado pelos governadores e prefeitos presentes no referido evento. A cidade passava, então, a dividir com a nação a incumbência de cuidar e preservar o patrimônio da região, sobre a tutela do SPHAN. Pelotas, segundo Almeida (2006) e Schlee (2008), dava, neste momento, um importante passo para uma política avançada em relação à preservação do patrimônio arquitetônico. Com grande embasamento técnico e com apoio nas ações do SPHAN e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, foi desenvolvido o regimento do CONPHIC e o Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano de Pelotas.

O Inventário tinha como objetivos:

(1) identificar e preservar a imagem urbana produzida até o segundo quarto do século XX no sítio físico e entorno do primeiro e segundo loteamentos de Pelotas (área compreendida entre as vias Almirante Barroso e Marcílio Dias, Bento Gonçalves e João Manoel); (2) identificar e preservar as edificações que compõem o patrimônio cultural do referido sítio; e (3) preservar a memória cultural de Pelotas. (Schlee, 2008, pg. 09)

Com um trabalho de grande atuação dos atores envolvidos, foi possível fazer o primeiro grande levantamento daquilo que se pretendia em zona de preservação cultural.

Durante o período de atuação do Conselho Municipal, foram analisados 10.000 prédios, dos quais 1189 foram cadastrados no inventário e 236 tombados provisoriamente em 1987. (Almeida, 2006, pg.101)

A política de patrimônio, desenvolvida durante o governo do prefeito Bernardo Olavo de Souza (1983-1987), foi duramente criticada por comerciantes, associações de classes e dos proprietários de imóveis (Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação Comercial), com apoio de vereadores. Segundo Schlee (2008), numa ação liderada pelo então vereador Adolfo Fetter Júnior⁸, em 1988, foi votada uma nova lei de preservação, que, segundo o autor e Almeida (2006), foi um grande retrocesso.

Com a Lei 3128/1988, todo o tombamento passou a precisar de autorização da Câmara de Vereadores, por conseguinte, houve uma desestruturação do

⁸ Importante ressaltarmos a posição divergente entre Bernardo Olavo de Souza e Adolfo Fetter Júnior, políticos de grande importância no processo de reconhecimento da tradição doceira pelotense.

CONPHIC, com perda de recursos, de técnicos e de poder, todos os seus atos precisavam ser reafirmados por um Conselho de Revisão.

Que mantinha uma composição majoritária de representantes do poder público municipal (executivo), somado a uma expressiva composição de empresários (dentre os quais, da associação comercial, da indústria da construção civil e das imobiliárias)” (Dias, 2009, pg.100).

Dos 263 imóveis tombados provisoriamente, apenas 16 foram efetivados. Quatro prédios já tinham o benefício da proteção federal ou estadual: as Casas 02,06 e 08 da Praça Cel. Pedro Osório, o Teatro Sete de Abril. E um outro recebeu proteção estadual em 1999, quando o IPHAE tombou a Casa da Banha, que, naquele momento, estava bastante depredada.

O retrocesso foi bastante acentuado, os prefeitos da década de 1990 pouco fizeram pelo patrimônio da cidade. As ações ficaram na luta de grupos de preservacionistas, na ação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural⁹ e depois IPHAN e em algumas ações do IPHAE. Segundo Dias (2009), houve dois escritórios da Fundação Pró-Memória no RS, um em Pelotas e o outro na Serra Gaúcha, os quais atuavam em prol da preservação do patrimônio. Em parceria com outros grupos da cidade, em 1989, foi realizado um Seminário que buscava informar e esclarecer a população sobre o tema.

Acontece o Seminário de Preservação de memória de Pelotas, uma das organizadoras é a arquiteta Marta Amaral, tentam sensibilizar as pessoas sobre a preservação da memória da cidade. ¹⁰

Marta Amaral foi a arquiteta responsável pela recuperação da Chácara da Baronesa durante o governo Irajá Andara Rodrigues. E na década de 1990, foi coordenadora do escritório da Fundação Pró-memória em Pelotas e foi pessoa chave na discussão sobre preservação de patrimônio.

Poucas ações de preservação marcam o período entre o final da década de 1980 e o início do século XXI. Neste período, temos somente o tombamento pela Câmara Municipal da Ponte do Arroio Santa Bárbara e da Estação Férrea. No

9 O IBPC foi criado em 1990, pelo presidente Fernando Collor de Mello, e durou até 1994, quando o Presidente Itamar Franco muda o status deste para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

10 Diário Popular 04/11/1989

entanto, algumas discussões ferrenhas são encontradas na imprensa, como a que se refere ao tombamento do Castelo Simões Lopes (Figura 04).

Valor histórico inexistente – Construído entre os anos de 1922 e 1923, o Castelo Simões Lopes não possui qualquer valor histórico ou arquitetônico, de acordo com critérios levados em conta para o seu tombamento. É o que assegura a coordenadora local da fundação Pró-memória, arquiteta Marta Amaral.

Ela diz que o castelo não é representativo de estilo arquitetônico e não possui valor histórico – nenhum fato importante aconteceu ali. O castelo foi mandado construir por Augusto Simões Lopes, descendente do Visconde da Graça (Augusto foi um dos prefeitos de Pelotas – 1923 e 1924).¹¹



Figura04: Fotografia do Castelo Simões Lopes -2018
Fonte: Acervo do Diário da Manhã

A discussão ocorre através da imprensa e os descendentes discordam do parecer da arquiteta, salientando que a residência tem valor pelos políticos que recebeu, pelas reuniões que ali aconteceram e pela importância da família. Este é um dos exemplos da inércia do momento. Somente em 2012, o valor do Castelo foi reconhecido pelo IPHAE, que levou em consideração ser esta obra uma das primeiras em concreto armado a ser realizada, novidade em 1920, e pertencer à família do escritor gaúcho Simões Lopes.

No último ano do século XX, os defensores do patrimônio cultural pelotense são recompensados com o projeto de Lei apresentado pelo Deputado Estadual Bernardo de Souza, que transformava o centro histórico de Pelotas em Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul. O projeto foi aprovado com a Lei 11.499, de 06 de

¹¹ Diário Popular 25/07/1990

julho de 2000, em que ficavam protegidos os sítios do Primeiro e Segundo Loteamentos: o Sítio do Porto e o Sítio da Caieira (Anexo I). A Lei embasada nos artigos 221, 222 e 223 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul entende que:

Parágrafo único - Consideram-se integrantes das zonas referidas neste artigo, nas delimitações por vias públicas, as glebas, os lotes e as construções que lhes sejam confrontantes.

A Lei remete à constituição estadual para prever as formas de proteção e fiscalização, não existe nela a indicação de um inventário, ou levantamento de quais prédios são protegidos. Voltando ao texto da Constituição, em seu artigo 223, declara que “O Estado e os Municípios manterão, sob orientação técnica do primeiro, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural, público e privado. E, no parágrafo único deste artigo, define que “Os planos diretores disporão, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural”.

Ao mesmo tempo, é aprovada pela Câmara de Vereadores de Pelotas a Lei 4.568 (Anexo II), sancionada pelo prefeito Anselmo Rodrigues, em 07 de julho de 2000, que definia como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCs - os sítios protegidos pela Lei Estadual. Além de definir essas zonas, define o que é considerado necessário preservar, as formas de intervenções que podem ser realizadas e as penalidades para quem não obedecer à lei.

Essas leis mostram um novo caminho para a preservação do patrimônio pelotense, dando um tratamento com maior proteção ao patrimônio arquitetônico da cidade, que mais tarde se consolida com o III Plano Diretor da cidade, organizado durante a primeira década do século XXI.

As diversas iniciativas preservacionistas ocorridas em Pelotas tiveram o seu momento mais efetivo quando a cidade foi integrada ao Programa Monumenta.

2.1.2 O Programa Monumenta, uma nova perspectiva de preservação

O Monumenta foi um programa estratégico do Ministério da Cultura, que procurava conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com

desenvolvimento econômico e social. Atuou em cidades históricas protegidas pelo IPHAN. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e apoio da UNESCO, procurava garantir sustentabilidade do patrimônio. Uma das estratégias para atingir essa meta foi estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados.

Pelotas foi a cidade com o maior número de investimentos deste programa no interior do Rio Grande do Sul. São objetos deste programa os seguintes restauros: Casa 02 e Casa 06 da Praça Cel. Pedro Osório, Teatro Sete de Abril, Biblioteca Pública Municipal, Paço Municipal, Grande Hotel, Mercado Municipal e prédio da Secretaria de Finanças, Fonte das Nereidas, Praça Cel. Pedro Osório, Largo do Mercado, Beco das Artes e Beco dos Doces e das Frutas¹² Outras ações também foram tomadas: Qualificação Profissional de Nível Básico para Ofícios do Restauro e da Conservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Pelotas; Música Patrimônio Vivo (Sociedade Pelotense Música pela Música); Cultura Aberta; Intervenções Artísticas no Entorno da Praça Coronel Pedro Osório; Inventário de Referência Cultural: Produção de Doces Tradicionais Pelotenses.

Durante a administração de Fernando Stephan Marroni (2001-2005), o município apresentou proposta e, em 2002, assinou o convênio, aderindo ao Programa. Foi então montada uma Unidade Executora de Projeto local (UEP) que passou a ser coordenada pela arquiteta Carmem Vera Roig, com a colaboração de inúmeros profissionais e estagiários, entre os quais a arquiteta Simone Delanoy. (Schlee, 2008, pg.13)

Segundo Meira (2016) houve debate sobre os prédios que deveriam ser atendidos pelo programa em Pelotas, os encontros com representantes da comunidade eram realizados na Biblioteca Pública Pelotense, com fortes questionamentos sobre o tipo de patrimônio que estava sendo preservado.

A prefeitura fazia umas discussões com a comunidade a respeito das políticas públicas de cultura, no município, enfim, lembro de uma discussão na Biblioteca Pública em que um grupo ligado ao movimento negro questionou que se estivesse colocando recursos públicos numa casa daquela época e porque era um exemplo de opressão, enfim, e aí eu fiz a defesa de que, aquela casa, o requinte que ela possuía só se explicava numa situação que havia uma mão de obra escrava que possibilitava, enfim, uma mais valia que permitia às pessoas construir casas com aquele requinte, se tu não tivesse as casas mais, tu não teria como mostrar, até para a sociedade o que foi a opressão daquela época. (Meira, 2016)

¹²Fonte: http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=203, Acessado em 03/01/2012, às 15h.

Os investimentos se concentraram no centro histórico, naquele patrimônio que já era reconhecido. No entanto, trouxe uma nova situação para a cidade, que, pela primeira vez, teve um grande investimento nesta área, indo para além do patrimônio edificado, atuando no financiamento do inventário da tradição doceira e em outras áreas da cultura, como acima descrito.

Em 17 de junho de 2003, o Ministro da Cultura Gilberto Gil inaugurou a primeira obra de restauro a ficar pronta, o Chafariz das Nereidas (Figuras 05 e 06), a qual levou 11 meses de trabalho.



Figura 05:Chafariz das Nereidas - 2019
Fonte: Fotografia de Rafael Teixeira Chaves



Figura 06: Inauguração do Chafariz das Nereidas pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, acompanhado do Prefeito Fernando Marroni e da Reitora da UFPel Prof^a Inguelore Scheunemann - 2003
Fonte: Acervo Diário Popular – Foto Paulo Rossi

As obras financiadas pelo Programa Monumenta deram um novo ar à região do centro histórico, com a recuperação de diversos prédios no entorno da Praça Cel. Pedro Osório, que passavam por grande degradação, como o caso das casas 06 e 02 (Figura 07), que, após o restauro, passaram a ser locais destinados a centros culturais.



Figura

07: Casa 02- 2009
Fonte: Acervo da autora

Numa cidade como Pelotas, com um grande número de bens inventariados e tombados, um outro fator de grande destaque em relação ao Monumenta foi a formação de mão de obra especializada em restauro de patrimônio. O Projeto Curso Básico de Restauro, realizado em 2006, uma parceria do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, da Prefeitura Municipal de Pelotas e do Sindicato da Construção Civil - Sinduscon, foi responsável pelo treinamento, nos princípios básicos da restauração, de operários da construção civil e de pessoas com ligação com a área, tais como arquitetos, artistas e artífices. Além desta ação, o IPHAN, por meio de uma parceria com o Instituto Ítalo-latino-americano, desenvolveu, nos anos de 2007 e 2008, o Curso de Restauro de Elementos Decorativos de Edifícios de Valor Histórico e Artístico, totalizando mais de 600 horas de aula ministradas, em sua maior parte, por professores italianos do Instituto Spinelli. Finalmente, em 2011, o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – IFSul inicia o curso técnico em Execução, Conservação e Restauro de Edificações, destinado a jovens e adultos (Proeja), consolidando a formação de mão de obra para os restauros na cidade e região.

Por fim, faz-se necessário destacar que a primeira ação de inventariar um patrimônio imaterial em Pelotas aconteceu através do Monumenta. No Rio Grande do Sul, pouco se tinha feito a este respeito até o início do trabalho com a tradição doceira.

2.1.3 O Patrimônio Imaterial, uma nova concepção de patrimônio

No Brasil, a separação entre o imaterial e o material começa a se mostrar a partir da criação da Fundação Nacional pró-Memória, em 1979. A SPHAN permanecia com a preservação dos prédios e FNpM preocupava-se com o patrimônio antropológico. Mais tarde, se transformaram em um único órgão. É um período de transição em que começa a mudança que se refletirá no texto da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 216 define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.¹³

O registro de bens culturais de natureza imaterial foi regulamentado pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Esta nova legislação introduziu o sujeito e os seus fazeres como patrimônio. As práticas sociais passaram a ser consideradas e entendidas como carregadas de identidades que formam o ser brasileiro, não só a pedra e cal, mas as emoções. Aquilo que nos move e nos faz reagir como participantes de uma determinada comunidade.

No entanto, a política de preservação de patrimônio no Rio Grande do Sul ainda se mantém muito ligada àquilo que denominamos de pedra e cal, apesar do decreto que regulamenta a preservação do patrimônio imaterial brasileiro, os passos são muito lentos, e a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - no estado continua valorizando, em larga escala, o patrimônio material.

Quando surgiu essa ideia de fazer inventário de patrimônio imaterial, uma questão que eu coloquei aqui, no Rio Grande do Sul, eu digo, olha, nos vamos trabalhar então, que a gente não tinha pessoal, antropólogo para trabalhar com isso, e havia uma resistência enorme por parte dos arquitetos, a ponto de eu ouvir que isso não era patrimônio não posso acreditar que estou ouvindo isto dos colegas "não isso não é patrimônio, porque patrimônio é arquitetura", sempre a coisa do material ou até por isso que foi criado o setor de patrimônio imaterial até todo mundo se convencer que de repente vai deixar de existir. (Meira, 2016, p. 13)

Esta afirmação de Meira é corroborada por Porta (2012) que, ao fazer o diagnóstico do registro dos bens imateriais no Brasil, mostra que, entre os anos de 2002 e 2010, foram registrados, no Brasil, vinte e dois bens imateriais. Entretanto, o Rio Grande do Sul não possuía nenhum bem inventariado, enquanto a região nordeste e sudeste possuía 32% dos bens registrados. Apesar de não ter nenhum registro no período, segundo a autora, o início dos processos relacionados à tradição da população negra e indígena no estado, possibilitou mostrar a diversidade cultural do estado, até então visto como um estado eminentemente branco.

13 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> acessado em 12 de dezembro de 2017

Até o ano de 2006, foram abertos setenta e dois (72) processos de pedidos de tombamento no Rio Grande do Sul, todos patrimônio material. Destes, sessenta e três (63) são de prédios, conjuntos de prédios e monumentos, os que não são de cal e pedra são dois (02) monumentos naturais que não foram tombados, e seis (06) coleções museológicas das quais apenas três (03) foram tombadas e um calçamento. Após o ano de 2006, foram encaminhados pelo IPHAN os processos referentes às culturas indígenas e negra, que se referiam aos índios Mibiá-Guaranis, junto às ruínas de São Miguel, e ao de Porongos, sendo aquele reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro¹⁴. Com parceria da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, foram organizados dois inventários: o das lidas campeiras em Bagé, que aguarda julgamento, e o dos doces de Pelotas, reconhecido em 15 de maio de 2018.

O IPHAE, até o momento, não possui definição sobre o inventário de bens imateriais. No instituto estadual até o mês de junho de 2018, foram realizados 154 tombamentos, individuais e coletivos, incluindo bens edificados, centros históricos, bens móveis e tombamentos ambientais (mata atlântica e quatro parques) (Figura 08) e nenhum imaterial.

¹⁴ O Iphan inscreveu, em dezembro de 2014, o bem imaterial Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani no Livro de Registro de Lugares. Para os Guarani-Mbyá, a Tava é um local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra nas quais deixaram suas marcas, e parte de suas corporalidades, por conter os "corpos" dos ancestrais que se transformaram em imortais, em que são lembradas as 'belas palavras' do demiurgo Nhanderu. Nesses locais, é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá, e esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar Yvy Mara Ey (a Terra sem Mal). IN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/> acessado em 14/01/2018 as 14:34.

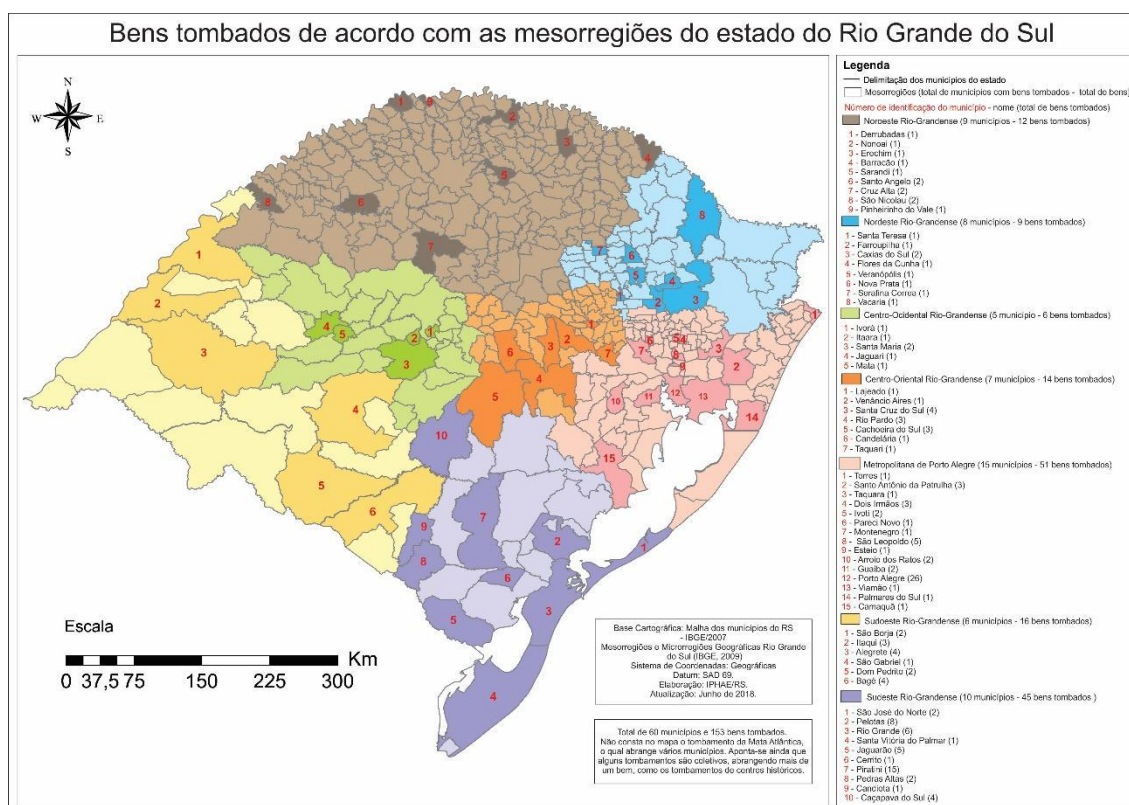


Figura 08: Mapa de Bens tombados de acordo com mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>

Na Constituição do Rio Grande do Sul (1989), está previsto, no Art. 222, que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação”. No art 221, está definido o que é patrimônio cultural:

Entendendo-se como tal o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense, incluindo-se entre esses bens:

- a) as formas de expressão;
- b) os modos de fazer, criar e viver;
- c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas;
- d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais;
- e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º [36, de 12/12/03](#)) (Constituição Estadual, 1989)

Necessário salientar que, no Rio Grande do Sul, os inventários sobre o patrimônio imaterial estão a cargo do IPHAN. E os bens considerados como

patrimônio cultural, relacionados às formas de expressão, modos de fazer criar e viver dos gaúchos, em nível estadual, aconteceram através de projetos de lei, apresentados por deputados na Assembleia Legislativa, sem o devido estudo dos técnicos do IPHAE, como é o caso do Doce Pelotense, a ser tratado no capítulo 4.

2.2. A POLÍTICA DE MUSEUS NO BRASIL

Se, para o patrimônio, o Brasil possui política cultural desde a primeira metade do século XX, para os museus, a questão é diferente. As preocupações com a área só vão estar bem desenvolvidas no final do século, a partir da redemocratização na década de 1980

O processo político de transição democrática ocorrido no Brasil na década de 1980 introduziu um novo tipo de relação entre Estado e sociedade civil, em que mudanças e avanços se processaram, recuperando uma compreensão mais ampla do estatuto da cultura na sociedade brasileira. (Fraga, 2004, pg.109)

A década de 1980 é o momento de maior número de museus sendo criado no País, com preponderância para as Regiões Sul e Sudeste.

O aspecto a ser destacado é que a maior parte deles, isto é, 81,24% dos museus atualmente existentes, foi criada apenas nas últimas quatro décadas, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980, com uma queda desse crescimento na década seguinte. (Santos,2004, pg.59)

Conforme Santos (2004), a preponderância das duas regiões está ligada ao poder econômico e social e à taxa de urbanização das duas regiões, contrastando, por exemplo, com a Região Norte e Nordeste.

Este desenvolvimento está ligado ao surgimento de novas linhas teóricas que buscam repensar o Museu e sua função social. Um dos documentos importantes que caracterizam esta nova fase da museologia é a Declaração de Caracas, fruto do seminário “A Missão do Museu na América Latina: Novos Desafios”, realizado de 16 de janeiro a 6 de fevereiro de 1992. Nele, algumas decisões tomadas referem-se à reflexão entre o museu e seu meio social, político, econômico e ambiental.

Neste repensar dos museus, reformulou-se o seu próprio conceito. Passou-se a entendê-los como uma instituição a serviço da sociedade na qual estão inseridos, com elementos que contribuem para o processo de identidade e de engajamento da comunidade. Eles podem, ainda, esclarecer os problemas atuais, por intermédio de uma leitura do passado e do presente, de forma a buscar mudanças na realidade vigente. Devem ser um espaço de trocas, de relação e de preservação, que precisa ter um uso social para justificar a sua existência, devem estar ao alcance de todos. Na concepção atual, museu não é um espaço acabado, está em permanente construção, independe de quatro paredes para existir.

A Declaração de Caracas (1992) ocorreu vinte anos depois da mesa redonda de Santiago do Chile sobre O Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo. Entre seus postulados, estavam a construção do museu Integral, destinado a situar o público dentro de seu mundo para que adquira consciência de sua problemática como homem - indivíduo e homem - social.

Inúmeros acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais ocorreram modificando drasticamente o mapa do mundo e, naturalmente, dos países da América Latina. Temas como cultura, educação, memória, identidade e patrimônio têm seu conceito ampliado em função da globalização que põe em xeque esses valores. A cultura passa por uma espécie de depuração, em que a consciência do particular do local se contrapõe à globalização.

Precisamos entender que essas construções são um processo coletivo com inúmeras interlocuções sendo realizadas. Os diferentes autores vão estar ligados a alguma linha do pensamento dentro das diferentes escolas existentes.

Nacionalmente, em 1982, ocorre a criação do primeiro órgão que vai pensar uma política para o setor, a Coordenadoria de Museus, ligada à Secretaria de Cultura do MEC, onde é desenvolvido o Programa Nacional de Museus, que visava prestar assistência aos museus brasileiros, num primeiro momento, bastante preocupado com a conservação de acervos. Segundo Fraga (2004), a Coordenadoria era uma reivindicação dos museólogos há mais de 40 anos, sendo uma das reivindicações finais do I Encontro de Dirigentes de Museus, ocorrido em 1976, em Recife.

Os museus precisavam tornar-se lugares de representação da diversidade do povo brasileiro e não mais templos destinados ao culto de heróis de um passado nostálgico e inverossímil. (Coelho, 2010, pg.15)

A coordenadoria tinha como missão dar novas diretrizes aos museus, propor modificações em suas atuações, deixando de ser o museu fórum para ser o local de discussão da realidade social em que estivesse inserido. O objeto deixava de ser o centro das atenções, passando a ser as relações sociais do homem em um determinado cenário.

Esta coordenadoria vai ser a base para a criação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (1983) e, depois, para a criação do Sistema Nacional de Museus (1986). O Sistema paulista foi criado no governo de Franco Montoro (1983-1987), quando se difundia que a promoção da cultura era uma obrigação do estado. Na secretaria de cultura, os museus tinham prioridade e, segundo Fraga (2004), este Sistema foi de suma importância para a cena museológica nacional, dando novas perspectivas para o setor.

Pois reintroduziu a discussão de questões políticas e conceituais, atribuindo ao museu um papel importante no despertar da consciência das sociedades e conceituando-o enquanto um novo e original meio de comunicação que deveria educar o público e informá-lo acerca de seu patrimônio. (Fraga, 2004, pg.117)

A partir da experiência e de uma proposta paulista, foi criado, em 1986, no Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Museus, que tinha como função desenvolver uma política para a área museológica, a qual deveria ser desenvolvida com a participação de todos os estados da federação. A experiência do Sistema Nacional de Museus foi de grande importância por ser este primeiro momento de formulação de uma política nacional que se pretendia debatida e construída pelos trabalhadores de museus do país. O seu período de existência foi curto. Com a posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, foi extinto o Ministério da Cultura e terminaram as atividades do Sistema de Museus. No entanto, o seu curto período de existência possibilitou a criação de outros sistemas estaduais de museus como o do Rio Grande do Sul.

Por mais de uma década, o país ficou sem uma atuação articulada na área de museus. A falta de uma política nacional não impediu que acontecessem atividades estaduais dos Conselho Federal e Estaduais de Museologia ou das

universidades em que existiam cursos de graduação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro –UNIRIO- e a Universidade Federal da Bahia.

Uma política nacional para a área só volta a acontecer a partir de 2003, com a criação no IPHAN do Departamento de Museus – DEMU -, que foi o resultado da organização de entidades e trabalhadores em museus que discutiam o desenvolvimento da área.

Esta organização toma corpo no ano de 2002, período de eleições para presidente no Brasil, em que aconteceram dois importantes eventos na área museológica, com diferentes participantes de diferentes regiões do País. O primeiro foi o 8º Fórum Estadual de Museus do RS, realizado em maio, na cidade de Rio Grande; e o segundo foi o III Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus, realizado em Salvador, no mês de novembro. Além das questões técnicas discutidas, foram colocadas em pauta discussões sobre o que os profissionais esperavam que o novo governo implementasse para a área.

Dos eventos, resultaram dois documentos a serem encaminhados ao novo governo: a Carta de Rio Grande, documento resultante do 8º Fórum Estadual de Museus do RS; e o outro documento denominado “A Imaginação Museal a Serviço da Cultura no Brasil: museus, memórias e identidades”, resultado do III Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus.

Eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Cultura Gilberto Gil se compromete com a pluralidade e com a mais ampla possibilidade de participação da comunidade na discussão de uma política nacional de museus.

Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar uma política pública voltada para o setor cultural, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolvê-los na formulação das políticas públicas necessárias. (Moreira, 2003, pg. 05)

Essas são as palavras com as quais o Ministro abre a publicação “Política Nacional de Museus”, lançada em maio de 2003, quando são apresentadas as bases para a política nacional de museus e o programa de formação e capacitação em museologia.

Segundo Monteiro (2016), a partir de 2003, é possível perceber mudanças importantes na forma de implementar as políticas culturais no País, principalmente em relação aos setores a que estas são dirigidas. Segundo a autora, embora as mudanças não tenham atingido as expectativas das diferentes áreas, elas quebraram com uma prática tradicional e centralizadora das ações e recursos que não levavam em conta a diversidade existente no Brasil, tanto em relação à cultura quanto à diversidade regional.

A política foi construída em parceria permanente com a comunidade museológica (trabalhadores de museus, alunos, professores, diretores de museus, secretários municipais e estaduais, representantes das entidades profissionais). Uma gama muito grande de pessoas discutiu as estratégias de organização da área, fosse em reuniões, fóruns ou por meio das redes sociais.

Tudo foi pensado a partir destes sete eixos programáticos: gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de acervos; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus e aquisição e gerenciamento de acervos culturais. Com exceção do eixo de informatização de acervos, todos os outros estavam inseridos na Carta de Rio Grande.

Se a primeira política de museus foi importante para o desenvolvimento de uma política de museus no RS, a segunda, o estado, foi de grande importância para a sua existência, segundo José do Nascimento, primeiro diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais - DEMU¹⁵.

O Rio Grande do Sul polarizava em todos os temas: aqui ocorriam as edições do Fórum Social Mundial. O primeiro documento da política nacional de Museus, lançado em maio de 2003 pelo Ministro Gilberto Gil, é uma atualização, com um ano de diferença, da Carta de Rio Grande e foi a primeira política setorial do Ministério da Cultura. (Michelon & Leal, 2014, pg.14)

A partir deste documento, todas as ações foram desenvolvidas. Em 2004, foi instituído o Sistema Brasileiro de Museus - SBM, que, segundo Monteiro (2016), foi

¹⁵ José do Nascimento Júnior foi diretor do Departamento de Museus do IPHAN - 2003 a 2009- e, depois, o primeiro presidente do IBRAM, de 2009 a 2013.

a maneira de institucionalizar o trabalho em parceria, o qual vinha sendo desenvolvido desde o início da gestão. Conforme Monteiro (2016, pg. 92): “ O Sistema Brasileiro de Museus foi pensado como uma voz da sociedade para proposições, acompanhamento e fiscalização da Política Nacional de Museus.”

O SBM ainda possui a função de influenciar a criação de políticas para os museus em outros ministérios, nas universidades, nos estados e nos municípios. Fortalecendo, assim, a atuação nas diversas regiões do País. Estados e municípios desenvolveram os seus sistemas e políticas próprias, influenciados pela rede de cooperação construída pelo governo federal.

Dentro das ações do Ministério da Cultura para o setor dos Museus, houve o desenvolvimento de linhas específicas de financiamento, tanto no executivo, quanto em instituições bancárias, o desenvolvimento de fóruns nacionais, de cursos de formação em todas as regiões do País, ações de difusão, como a Semana dos Museus e a Primavera dos Museus, e o Cadastro Nacional de Museus, que mapeou mais de 3000 instituições no território brasileiro.

Importante ressaltar que a preocupação com a formação profissional não se deu apenas pelos cursos e oficinas, mas houve um trabalho de conscientização das universidades para ampliar a formação na área. No período de 1930 a 2002, foram criados dois cursos de graduação em museologia, no Brasil; no período de 2003 a 2014, foram criados 12 cursos de graduação, 3 de mestrado e 1 de doutorado. Segundo José do Nascimento

O mais importante é que não se pode ter uma política pública sem o profissional da área. Sabíamos, na época, que não se poderia ter uma política de museus sem museólogos. E, ainda hoje, só 5% dos profissionais dos museus são museólogos, num total de quase 3500 museus. E, ainda, há um campo enorme fora dos museus. Não há hoje uma região do Brasil sem curso de Museologia. Há cursos do Pará à Pelotas, criados em 12 anos, contra a realidade que se tinha até então de dois cursos, sendo que o último tinha mais de 40 anos. (Michelon& Leal, 2014, pg.17)

Em 2009, tivemos a criação da primeira legislação brasileira que definia o que era museu e o que era necessário para o seu funcionamento: a Lei Federal nº 11.904, o Estatuto dos Museus, mais tarde regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013. Ainda, em 2009, acontece a criação do Instituto Brasileiro dos Museus, equiparando a área de museus à área de patrimônio. O órgão passou a ser responsável por todos os 30 museus federais que antes estavam ligados ao

IPHAN. E, também, por todas as atividades que estavam vinculadas ao Departamento de Museus.

2.2.1 A Política de Museus no RS

Quando falamos de Museus no Rio Grande do Sul, precisamos ver que os primeiros museus aqui criados são do período republicano. Os seis primeiros estão na primeira década do século XX, destacando-se, entre estes, o Museu Júlio de Castilhos, criado em 1903, e a Biblioteca Pública Pelotense, de 1904. Não podemos dizer que o Rio Grande do Sul estava muito defasado em relação ao resto do País, tendo em vista que o primeiro museu brasileiro é do início do século XIX. E até o final deste século, existiam os seguintes museus: Museu Real (1818), atual Museu Nacional, o museu do Exército (1864), da Marinha (1868), o Paranaense (1876), do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), e dois museus etnográficos: o Paraense Emílio Goeldi, constituído em 1866, e o Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga, surgido em 1894.

Número de instituições por ano de fundação



Figura 09: Gráfico de % de museus por região museológica
Fonte: Relatório de Gestão 1999 a 2002 – Sistema Estadual de Museus

Portanto, podemos inferir que o Rio Grande do Sul se vincula a um movimento mais amplo, registrado em grande parte do País, como salientado anteriormente, em que o crescimento dos museus teve início na década de 1970. Ressalta-se que prosseguiu pelas décadas de 80 e 90, (Figura 09) quando houve

um aumento considerável das instituições museológicas ligadas aos governos estadual, municipal e a diversas empresas, demonstrando este movimento o interesse em guardar a sua memória e trazer à luz informações que passaram despercebidas ou que estavam escondidas por várias gerações.

As mudanças estiveram relacionadas ao processo de articulação entre o nacional e o regional, apontando a urgência de serem estruturadas novas propostas na área da cultura – e, no tocante aos museus, redefinições conceituais, informações e estudos atualizados sobre as instituições museológicas brasileiras. (Fraga, 2004, pg. 109)

O campo museológico no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1970, começava a ter uma ebulição. Na cidade de Bagé, organizaram-se os Encontros Sul-Rio-Grandenses de museus, por iniciativa de Tarcísio Taborda¹⁶. Taborda foi um nome de grande importância para o desenvolvimento da área museológica neste período. No Rio Grande do Sul, segundo Fraga:

O IV Encontro Sul-Rio-Grandense de Museus, ocorrido em outubro de 1986, promovido por Taborda, teve grande impacto, pois foi apresentada a proposta de criação do Sistema Nacional de Museus pela museóloga Sônia Guarita, que passava a percorrer os estados brasileiros divulgando o projeto de criação do Sistema de Museus de São Paulo e do próprio Sistema Nacional de Museus (Fraga, 2004, pg. 119)

Dessa forma, o RS buscava inserir-se na primeira política pública de museus do Brasil. Como proposta deste encontro, definiu-se criar um Sistema Estadual de Museus, seguindo a proposta nacional. Segundo Fraga:

A discussão sobre o papel do museu na sociedade gaúcha havia iniciado, tornando-se uma construção e reconstrução de novos significados, provocando disputas, tensões, avanços, mudanças e coalizões entre os grupos da área cultural. Foi um processo demarcatório de espaços políticos e intelectuais, relacionadas às afirmações de grupos e pessoas sobre as suas experiências e as de outros grupos, especialmente São Paulo. (Fraga, 2004, pg 122)

Conforme a autora, foram vários anos de discussão, de avanços e retrocessos pautados pelas disputas de poder dos grupos envolvidos nesta construção. Para além dos museus, existia a preocupação do setor cultural como um todo. Discutia-se, de forma ampla, uma política cultural para a área e a criação de uma secretaria de cultura na estrutura administrativa do Estado. Em 1987, foi

¹⁶ Historiador, foi um dos primeiros associados do Conselho Internacional de Museus (ICOM/Brasil) no Estado do Rio Grande do Sul, tendo influenciado nos avanços da museologia no estado. Curador do Museu da Gravura Brasileira e do Museu Patrício Corrêa da Câmara, pertencentes à Fundação Átila Taborda, pai de Tarcísio, fundador das Faculdades Unidas de Bagé.

criado o Conselho de Desenvolvimento Cultural, CODEC, que tinha por missão construir uma política cultural para a área e descentralizar as ações culturais no estado. Ligada a este órgão, está a Coordenadoria de Museus, que funcionava informalmente até 1989, quando foi criada, por meio da portaria CEM, e indicada Teniza Spinelli como sua coordenadora. Neste mesmo ano, nos primeiros dias de outubro, foi realizado o I Fórum Estadual de Museus, na cidade de Taquara, que tinha como objetivos articular as diversas instituições existentes no estado, assim como aprimorar o fazer museológico. Durante o Fórum, foi apresentado o estudo para a criação do Sistema Estadual de Museus, que será encaminhado ao Governador do Estado Pedro Simon (1987-1990).

Em 1990, o CODEC se transforma na Secretaria Estadual de Cultura. A criação do Sistema Estadual de Museus só vai acontecer em janeiro de 1991, assinado pelo Governador Sinval Guazzeli. O estado foi dividido em sete regiões museológicas (Figura 10), que escolhem entre os trabalhadores de museus de cada região um coordenador - este não tem vínculo empregatício com o estado, ou seja, desenvolve suas atividades de forma voluntária. O Coordenador do Sistema deve ser escolhido pelo Secretário de Estado da Cultura e é cargo de confiança da secretaria.



Figura 10: Mapa da divisão das Regiões Museológicas
Fonte: Guia de Museus do RS – 2013

O Sistema do Rio Grande do Sul é instituído quando as ações nacionais são desorganizadas, a partir do governo Collor, que termina com o MINC e desarticula o SNM.

A divisão do Rio Grande do Sul, em regiões museológicas, demonstrou ser um importante fator de manutenção do Sistema, pois, mesmo em momentos em que o governo do Estado não deu apoio à política estadual ou desarticulou o órgão dentro da Secretaria, algumas coordenações regionais mantiveram as suas atividades, permitindo que o trabalho continuasse, independente do governo. Isto aconteceu no governo de Antônio Britto, em que o Sistema foi relegado ao esquecimento e ficou acéfalo, assim, algumas regiões se desarticularam, ficando apenas a 1ª Região Museológica - que abrange a capital, região metropolitana, região carbonífera e litoral norte, com suas atividades normais de reuniões, exposições e cursos. Neste contexto, o 6º Fórum Estadual de Museus foi organizado pela 1ª Região Museológica, garantindo a continuidade e a regularidade do evento,

Com a eleição do governador Olívio Dutra, a coordenação da 1ª Região Museológica reuniu-se com a nova equipe de governo, solicitando que o Sistema Estadual de Museus tivesse as suas atividades retomadas em todas as sete regiões museológicas do Estado. A solicitação foi atendida e foi nomeado para o cargo de coordenador do Sistema o Antropólogo José do Nascimento Júnior, que acumulava a função de Diretor do Museu Antropológico do RS.

Entre 1999 e 2002, período de grande mobilização do setor museológico, governo e trabalhadores da área buscavam alcançar os objetivos listados no regimento do SEM/RS: estimular a articulação entre os museus; visar ao aprofundamento das instituições no estado; estabelecer parcerias entre os museus para a realização de eventos; desenvolver planos de assistência técnica e promover atividades formativas e apoiar o desenvolvimento de projetos de financiamento. Toda a experiência desenvolvida no estado foi reconhecida nacionalmente e, como já falado anteriormente, serviu como base para a Política Nacional de Museus, desenvolvida a partir de 2003.

O Sistema Estadual de Museus, desde 2014, é um órgão pouco dinâmico, quase relegado ao esquecimento. A última edição do Fórum Estadual de Museus aconteceu em 2013, as regiões continuam ativas, mas com poucas ações. As movimentações na área ficam a cargo dos dois cursos de graduação em museologia e de pós-graduação, tanto em museologia quanto em memória e patrimônio.

3 O DOCE NO SUL DO SUL

Pelotas, nas primeiras décadas do século XXI, está para o doce como esteve, no século XIX, para o sal, não que a riqueza, tanto material quanto simbólica, conseguida através daquele, possa ser comparada com a deste. Ressalta-se que o reconhecimento como cidade produtora desses produtos traz o destaque, para a região, como a terra do charque ou do doce.

Esses dois produtos não fazem oposição um ao outro, complementam-se. Se o doce não é um produto de extrema necessidade para a alimentação do ser humano, ele é, sem dúvida, de grande relevância, principalmente nos hábitos de sociabilidade. Mais do que entender quando iniciou o hábito da produção do doce em Pelotas, torna-se necessário entender como a prática da produção do doce passou a ser entendida como referencial de uma cidade. Amon e Menasch afirmam que:

A comida constituiria, assim, um veículo para manifestar significados, emoções, visões de mundo, identidades, bem como um modo de transformar, pela resolução de conflitos, realização de mudanças, desistências. O conceito de voz da comida coloca em relevo o seu potencial para abordar temas como tradição, etnia, harmonia, discordância, transitoriedade, identidade. (Amon; Menasch, 2008, p. 17)

As autoras salientam que a comida é uma voz que comunica, assim como a nossa fala. Elas indicam que a comida e as práticas de alimentação podem constituir-se como narrativas da memória social de uma comunidade. No caso específico deste capítulo, trabalharemos buscando o entendimento da dinâmica de construção da cidade como capital nacional do doce, e deste produto como Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Não será realizada uma história do açúcar e de seus usos ao longo dos tempos, no Ocidente, ou mais especificamente em Portugal ou no Brasil, o que já foi pesquisado fartamente por vários autores.¹⁷ Aqui, busca-se o uso dos doces na

¹⁷ Ver sobre o assunto: Braga, Isabel.M.R.Mendes. Confeiteiros na Época Moderna: Cultural, Material, Produção e Conflituosidade. In: Soares, C. e Macedo, I.C.de. Ensaio sobre o patrimônio luso-brasileiro. São Paulo: Annablume Editora, pp. 165 – 192, 2014. Magalhães, Joaquim R. O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI. VARIA.HISTORIA, Belo.Horizonte.,vol..25.,nº.41.:p.151-175.,jan/jun.2009; Schwartz, S. B. (1998). Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Editora, Companhia das Letras

cidade de Pelotas, os seus usos e a formação de uma tradição que a leva, no final do século XX, a ser conhecida como Capital Nacional do Doce e, nos inícios do XXI, ter este produto como patrimônio imaterial no âmbito estadual e federal.

3.1 Os Portugueses e o açúcar

Os primeiros povoadores europeus da região que depois se transformou em cidade foram os portugueses, a partir da chegada de Silva Paes na Barra de Rio Grande, em 1737. A fundação do Presídio Jesus, Maria e José dando início, assim, à primeira povoação portuguesa das terras do Rio Grande de São Pedro. A partir deste fato, retomamos o que os autores nos colocam sobre a relação dos portugueses com o açúcar e com os doces.

Nessa perspectiva, Lody (2004) informa que, desde 1404, Portugal produzia a cana sacarina na região de Algarves, depois introduzida na Ilha da Madeira pelo Infante D. Henrique, e, em ato contínuo, espalhando-se pelas colônias. A vulgarização do uso do açúcar aconteceu após as invasões muçulmanas. Os muçulmanos eram usuários e espalharam a sua produção conforme sua expansão em direção à Europa.

O açúcar, que era uma especiaria durante a Idade Média, utilizada por soberanos e suas cortes, com a expansão marítima e com o contato crescente com o Oriente e a dominação da América, passou a ter o seu uso aumentado. Segundo Miguens (2015), a produção açucareira portuguesa cresce a partir dos séculos XV e XVI, impulsionada pela produção da Ilha da Madeira.

Com um considerável volume de produção, Portugal começou a comercializar açúcar para a restante Europa, tornando-se o maior negociante de açúcar e Lisboa a capital de refinação e comércio deste produto. (Miguens, 2015, p.32)

Esta expansão vai avançar para as colônias na América. E segundo Schuwartz (1988), atingiu uma outra perspectiva, um nível de eficiência e de lucros até então não visto, baseado, em larga escala, na mão de obra escrava. Na chegada ao Brasil, os portugueses encontraram a extensão de terra necessária para a expansão de tão importante plantação, com solo, água e clima tropical adequado.

Segundo Schuwartz (1988), em 1518, são encontrados Engenhos no Brasil, pequenos, sem registro de grande produção, mas é o início deste sistema produtivo. Rapidamente, a cultura se expande e, em torno de 1580, já são mais de

100 engenhos - que ocupam a região de São Vicente até o Nordeste, com grande aglomeração em Pernambuco. Mais da metade dos empreendimentos estavam nesta capitania, logo após seguida pela Bahia. Segundo o autor, as duas capitanias eram responsáveis pela produção de $\frac{3}{4}$ de toda a produção do Brasil. Neste período, a produção era pequena, um engenho produzia em torno de 1000 arrobas anuais; já no século XVII, com a entrada de novas técnicas, um engenho médio aumentou a sua produção para até 6000 arrobas anuais, e os grandes chegavam a 10.000 arrobas.

Já em 1510, o açúcar brasileiro começou a chegar à Europa, principalmente no porto de Lisboa. No século XVI, o açúcar já é negociado nos portos do norte da Europa, principalmente Londres, Hamburgo e Antuérpia. O produto dissemina-se e passa a ser usado em maior escala. Conforme aumentava a produção, os portugueses, influenciados pela cultura muçulmana e pela grande produção nas suas colônias, principalmente no Brasil, vão especializar-se na arte da doçaria e da confeitaria. Conforme Braga (2014), em Lisboa, chegou a existir a rua dos Confeiteiros ao longo dos séculos XVI e XVII, depois este logradouro foi devastado pelo grande terremoto de 1755.

Além dos confeiteiros, outros profissionais se ocupavam em preparar e vender doces, nomeadamente alfeoleiros, biscoiteiros, pasteleiros, a par de muitas mulheres igualmente dedicadas à doçaria específica como a aletria, o arroz doce, o cuscuz (que podia ser doce ou salgado) e as conservas de fruta. Em Lisboa, como em muitos outros espaços, a doçaria era vendida em tendas e pelas ruas de forma ambulante. (Braga, 2014, p.166)

A autora definiu que, neste período, existiam diferenças nas nomenclaturas das profissões ligadas ao fazer dos doces. Confeiteiro é aquele que faz e vende os doces nas confeitarias, aqueles que se servem como sobremesa. Já os pasteleiros são os que produzem pastéis, ainda têm os biscoiteiros, os alfeoleiros. Ela distingue o trabalho das mulheres que faziam doces específicos, como arroz doce, cuscuz e as conservas de frutas - marmelada, doce de cidra, de laranja, entre outras frutas.

A confeitaria era, então, uma actividade de homens e de mulheres, cuja aprendizagem poderia começar na adolescência, independentemente do facto de ser frequente contar com a ajuda de crianças para pequenos labores. A produção era, na maior parte das vezes, uma tarefa familiar,

envolvendo quer diferentes membros de uma parentela quer oficiais e aprendizes exteriores. (Braga, 2014, p. 167)

O ofício de confeitoiro foi regulamentado pelo Regimento dos Confeitores de 1572, que, segundo Gomes (2014), tinha como objetivo definir quais qualidades técnicas uma pessoa precisava ter para prestar os exames e ter autorização para produzir e vender os diversos tipos de conserva, assim como reger a compra e a utilização do açúcar. Esta legislação e depois a sua atualização pela Câmara de Lisboa, em 1768, não mencionava as mulheres. Braga (2014) diz que o trabalho da produção de doces era realizado por homens e mulheres, mas essas, pela legislação, só poderiam ser proprietárias de um estabelecimento quando viúvas de um confeitoiro, não poderiam, nesse caso, terem aprendizes, nem pertencer a uma corporação de ofício.

Não estar previsto na legislação o trabalho feminino não significa que ele não existia. Gomes (2014) descreve que, no século XVI:

João Brandão (de Buarcos) referiu-se à venda de gulodices pelo Natal. Naquela quadra, 30 mulheres, nas zonas da Ribeira e do Pelourinho Velho, punham “suas mesas cobertas de toalhas e mantéis muito alvos, e em cima delas gergelim, pinhoada, nogada, marmelada, laranjada, cidrada e fartéis e toda outra sorte e maneira de conservas. (Gomes, 2014, p.167)

Na prática, esta produção era familiar, meninos e meninas, desde a infância, auxiliavam na confecção dos doces. A produção doméstica não era regulada, nem a dos conventos. As freiras não podiam vender a sua produção, seus produtos eram comercializados por confeitores, “aparentemente, alguns vendiam doces preparados em instituições conventuais femininas as quais não deixariam de ser concorrentes de peso”. (Gomes, 2014, p. 176).

Os conventos, desde o século XV, eram as instituições com condições financeiras de custear os produtos mais caros para a confecção dos doces, como açúcar, amêndoas e ovos. Em muitas ordens femininas, eram recebidas mulheres abastadas que não tinham casado ou viúvas que tinham dotes consideráveis e levavam os hábitos de uma aristocracia abonada, muitas vezes, com criadas ao seu dispor. As mulheres da nobreza que viviam nos conventos levavam consigo todo o aparato com o qual sua classe estava acostumada, e estimulavam a prática de uma religiosidade feminina particular, distinta das casas masculinas. Além dos recursos financeiros nestas instituições, existiam grandes áreas de terra onde eram

cultivadas hortas e pomares. Também, havia criação de vacas e de galinhas, que forneciam parte dos produtos utilizados na confecção dos doces.

Miguens (2015) afirma que, nos conventos, desenvolve-se uma doçaria notável, baseada no fato que nestes locais existiam os recursos, o gosto refinado e o tempo para testar e melhorar as receitas, definindo novos usos dos ingredientes ou os pontos de calda, para aperfeiçoar o fazer doceiro. Preparar os doces servia para ocupar o tempo, ter cardápios diferenciados e presentear as autoridades e outros conventos. Assim como as receitas de família, as dos doces conventuais, também, tinham o seu modo de fazer, guardado a sete chaves nos conventos. No entanto, autores que estudam esta produção, dizem que as receitas entre os diversos locais possuem poucas diferenças, devido à mudança das freiras de um convento para outro, que levavam junto as receitas da instituição anterior.

Nos conventos, além dos doces de ovos que são bastante divulgados como tendo a sua origem nas instituições religiosas, ainda podemos citar que os doces de frutas eram ali desenvolvidos assim como os bolos, segundo Lody:

Conventos como o de Odivelas e de Santa Clara, Mosteiros do Bustêlo, de Vairão e de Santo Tirso foram famosos na formação dos seus doces, cujas receitas. Famosos os pêssegos cristalizados, manjar branco, suspiros, alfinetes – pasteis de massa folhada -, abóboras em calda, castanhas, ovos moles, ovos queimados, pudins de pão de trigo, pudim de toucinho, queijinhos... (Lody, 2004, p.13)

Nos conventos, além de usarem os ovos como ingrediente da doçaria, pois as gemas eram usadas em grande quantidade para aproveitar as sobras das claras destinadas a engomar roupas, encontramos os doces de frutas, as quais eram transformadas em doces de pasta e em conservas, como forma de aproveitá-las para além do seu período de produção, destacando-se as marmeladas, peradas, pessegadas, entre outros, com uma rica e variada diversidade de receitas.

Com o gosto pelo açúcar, a grande produção nas colônias e as diversificadas e esmeradas receitas, Portugal tornou-se referência, segundo Gomes (2014), na sociedade dos séculos XV e XVI, exportando os seus doces para diversos locais, inclusive para as suas colônias que forneciam o açúcar. A metrópole recebia o produto *in natura* e o encaminhava, transformava-o em doces para os súditos que moravam além-mar e que faziam questão de comer as delícias

portuguesas. O hábito de comer doces tornou-se um marcador da identidade lusitana.

D. Vicente representará, por certo, um vasto grupo de portugueses sediados pelas diversas metrópoles europeias que originavam uma larga circulação de doces e conservas através de encomendas a correspondentes na capital e cujos destinos seriam vários: consumir, oferecer ou vender. (Gomes, 2014, p. 248)

Neste texto, o autor, através da correspondência, do período de 1647 a 1654, entre D. Vicente Nogueira, residente em Roma, e seu amigo D. Vasco Luiz da Gama, residente em Lisboa, analisa a produção, circulação e consumo dos doces e conservas portuguesas na Europa do século XVII. O primeiro contato das terras brasileiras com a doçaria está registrado na Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manoel I, quando ele relata o contato com os povos da terra, em que são oferecidas refeições e, posteriormente, doces e confeitos.

Os bolos e doces, apesar de não estarem entre os essenciais à nutrição humana, tornaram-se indispensáveis no convívio em sociedade, sendo o seu oferecimento uma demonstração de cordialidade. (Miguens, 2015,pg.17)

Segundo Gomes (2014), oferecer doces no final da refeição era um hábito que demonstrava a civilidade de quem ofertava e se tornou, no século XVI, um costume da realeza ibérica. Quando Pero Vaz de Caminha oferecia aos povos das terras brasileiras exemplares da doçaria portuguesa, repetia o que era realizado para embaixadores e soberanos de diversas nações, demonstrando o quanto Portugal era cordial e civilizado.

3.2 A introdução dos Doces no Brasil

Com o hábito do consumo de doces em Portugal, na colônia que mais produzia açúcar não poderia ser diferente, os portugueses aqui residentes, desde os primeiros tempos, já importavam os doces da metrópole. Gomes (2014) enfatiza que o Padre José de Anchieta destaca que, no período em que viveu no Brasil, entre 1553 e 1597, entre os produtos importados pelos mais abastados na Bahia e em

Pernambuco estavam as conservas metropolitanas. Vários são os exemplos da importação destes produtos para o Brasil. Braga (2014), trabalhando com os documentos sobre os confeitores de Portugal, diz que os proprietários de uma tenda¹⁸ em Lisboa, o casal Maria da Costa e Cosme Rodrigues de Castilho, antes de 1657, mandaram para Pernambuco “um caixão de doces”.

Com a abundância de açúcar no Nordeste e com a chegada constante de lusitanos com seus hábitos alimentares e sua predileção por doces, foi introduzida, nas cozinhas dos engenhos, das casas de fazenda e dos sobrados, a feitura de doces. As Sinhás trouxeram suas receitas de família, suas técnicas e o seu saber fazer. Com a dificuldade de conseguir alguns ingredientes, as receitas foram sendo transformadas, aproveitando os produtos locais, principalmente a abundância de frutas. Consoante Freyre (2007), entre a colônia e a metrópole, uniões foram realizadas a partir da cana-de-açúcar. Na culinária, teve:

Entre o açúcar e a fruta do mato tropical, por exemplo. Entre o açúcar e a mandioca. Entre o açúcar e quanto produto do trópico foi se prestando a ser cozinhado em tachos até tornar-se doce ou quitute de uma nova espécie, alimento meio português, meio tropical, agradável ao paladar, além de nutritivo. Uniões a que foram sendo acrescentados a canela do oriente, o cravo, a noz-moscada. (Freyre, 2007, p. 27)

Agradável ao gosto de um brasileiro, os viajantes de outros países vão reclamar do uso abusivo do açúcar nas sobremesas. Debret¹⁹, em seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, relata que, durante várias vezes ao dia, era oferecida água para as pessoas devido à comida condimentada e ao excesso de açúcar. Freyre (2007) confirma esta colocação quando diz que o Brasil foi um dos países com o consumo de açúcar mais elevado.

A mistura das receitas, do saber fazer português com os produtos existentes na colônia, os saberes africanos, indígenas e de outros povos que aqui foram chegando desenvolveram uma culinária e uma doçaria típica dessas paragens. Aqui, vão ser introduzidos o Coco, o milho, a mandioca e a castanha de caju, entre outros. No dia a dia, ficava-se com os doces mais simples como a canjica e os das

¹⁸Eram estabelecimentos que tinham, normalmente, uma diversidade de artigos, entre secos e molhados, em que poderia existir a venda de bens alimentares junto com ferragens, livros, combustíveis e outros itens. No caso das tendas dos confeitores, existiam doces produzidos pelos proprietários ou por outras pessoas ou por conventos.

¹⁹ Jean Baptiste Debret *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1940, t. 1, vol. I, p. 129

frutas locais - as compotas e os doces de pasta nos dias de festas ou ao receber uma visita de destaque, os doces eram mais refinados. Algranti (2005) dá o exemplo de Fernão Cardim, jesuíta português, que foi recepcionado, no final do século XVI, na casa Garcia D'Ávila, na Bahia, com manjar-branco, sobremesa de grande apreciação pela nobreza portuguesa.

É certo que entre os séculos XVI e XIX, a culinária na América portuguesa foi sendo constituída e transformada permanentemente, uma vez que se trata de uma arte combinatória e de inter-relações, mais do que de invenções, cujos processos se desencadeiam sob o signo da variação mais do que da criação pura. (Algranti, 2005, p. 145)

Ao longo dos anos, nas cozinhas brasileiras, novos sabores foram sendo testados e transformados. Vão aparecendo os doces e as geleias das frutas nativas, do araçá, da goiaba, da banana, do abacaxi, da manga. Transformar as frutas em doces não é uma novidade do Brasil, mas uma adaptação daquilo que já era feito em Portugal. O que é substituído, em alguns casos, é o tipo de fruta, com o aproveitamento das frutas tropicais. Como já salientado, as frutas eram mantidas fora da estação de colheita através das conservas, dos doces em pasta ou secos. Mas as antigas receitas não são abandonadas, como a marmelada, o doce de pêsego, o doce de laranja - exemplo de doces de frutas já utilizados em Portugal.

Os doces conventuais que garantiram a fama dos doces portugueses foram trazidos à colônia, quando da instalação das primeiras ordens femininas. No século XVII, segundo Algranti (2005), provavelmente, as Clarissas introduziram estes doces quando vieram fundar, na Bahia, o convento do Desterro. Mais tardiamente, o Da Ajuda no Rio de Janeiro, estando entre as delícias que trouxeram o pastel de Santa Clara, fios de ovos, entre outros. Assim como na metrópole, os doces produzidos pelos conventos atingiram grande destaque. Freyre (2007) salienta que as freiras tiveram uma contribuição de grande valor no desenvolvimento da arte doceira, principalmente no Nordeste. Segundo o autor, foram estas mulheres que, dentro de suas atividades e tempos disponíveis, tiveram a habilidade para transformar, criar e inovar, num ambiente tropical, com os produtos disponíveis, adaptando-os às tradições lusitanas. Esta afirmação de Freyre é confirmada pelo depoimento de Maria Graham, viajante inglesa que esteve no Brasil três vezes, entre 1821 e 1823.

Os conventos são, em geral, os lugares onde se fazem conservas mais delicadas. As que eu comprei eram de goiaba, caju, cidra e lima. As de caju são particularmente boas. São chamadas pelo nome genérico de DOCE. (Graham, 1956, p.138)²⁰

Já no século XVII, estão, no cotidiano de algumas das cidades da colônia, as vendedoras de doces (Figura 11). Como era costume na metrópole, aqui esta atividade estará a cargo das negras escravas e livres. Segundo Alegranti (2005), eram vendidos desde os doces genuinamente desenvolvidos na Colônia como a canjica e a cocada, assim como os já conhecidos em Portugal há muito tempo, como o arroz de leite, o pão de ló e os alfenins.



Figura 11: Mulheres quitadeiras na Vila Rica – Séc XVIII – Jean Baptiste Debret
 Fonte: <https://docesdeminas.com/mulheres-quitadeiras-na-vila-rica-do-sec-xviii/>

As quitadeiras podiam ser negras forras, ou escravas que vendem os doces produzidos por doceiras em suas cozinhas de casa ou nos conventos. Segundo Freyre (2007), eram os doces vendidos em proveito das Sinhás, começando, dessa forma, um comércio de rua dos doces produzidos nas cozinhas das casas grandes. O doce passa para os tabuleiros da rua, depois, para os estabelecimentos

²⁰ Maria Graham, Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821-1822 <http://www.brasilliana.com.br/obras/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823/pagina/138/texto>

comerciais, denominados confeitarias, que vão estar presentes nas cidades brasileiras e que vão servir de ponto de encontro para homens e mulheres desde o século XIX.

Esta culinária, desenvolvida ao longo dos tempos, entre o período colonial e o imperial, teve a sua primeira sistematização, através de uma publicação, no início do segundo império, denominado “O Cozinheiro Nacional”, que buscava demarcar uma cozinha brasileira, inclusive na doçaria, de forma a fortalecer uma identidade brasileira. Segundo Freyre, este foi o livro mais nacionalista do século XIX, defendia o que havia, segundo os autores, de mais característico no doce brasileiro, tais como a variedade de frutas e o uso de muito açúcar. Em 1862, é publicado A Doceira Brasileira, de autoria D. Constança Olivia de Lima, que dava para as Sinhás uma variedade de receitas sofisticadas ou do dia a dia. Um manual flexível, que permitia a adaptação das receitas conforme a sua própria experiência, segundo Freyre (2007).

Com as diferenças regionais existentes no País, segundo Algranti (2005), não se pode falar numa doçaria brasileira. A autora salienta que precisamos levar em conta as variações climáticas e de colonizações, que vão influenciar na cultura, por conseguinte, na alimentação e na doçaria. As receitas de doces, produzidas ao longo do território brasileiro, remontam aos primeiros colonizadores portugueses que trouxeram o hábito de comer doces e as técnicas de preparo que, ao longo dos séculos, foram sendo amalgamadas com as de outros povos que colonizaram o território brasileiro, não deixando de salientar a influência negra e índia nesta produção.

3.3 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Para falarmos de doce na Região Sul, devemos retomar o que já começamos no início deste capítulo. Em 1737, José da Silva Paes chegou à Barra de Rio Grande, onde fundou a primeira povoação portuguesa em território rio-grandense. Instalou-se em uma região estratégica, na qual tinha a missão de fortificar o canal que liga a Lagoa dos Patos ao Atlântico - único acesso para navios na costa entre Tramandaí e o Rio da Prata. O litoral era de difícil acesso, mas depois de transposta a barra, chegando-se à Lagoa, abria-se uma imensa rede de rios por onde se podia

alcançar grande parte da planície platina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Neste ponto, José da Silva Paes construiu o “Presídio Jesus Maria José” para guarnição do canal e, segundo Gutierrez (2011), para fixar os portugueses na região, fornecer apoio na retaguarda da Colônia de Sacramento, assim como fiscalizar e cobrar impostos dos produtos que saíam dali.

Após o período das lutas contra os Guaranis, um dos líderes militares portugueses, Thomás Luiz Osório, recebeu, de acordo com Gutierrez (2011), o Rincão de Pelotas, que tinha como limites a Lagoa dos Patos, o canal São Gonçalo, o Arroio Pelotas e o Corrientes. Este militar, após a sua derrota na Colônia de Sacramento, foi condenado à morte, e a viúva acabou vendendo estas terras, que deram origem, mais tarde, à cidade de Pelotas

O cuidado com a construção de fortificações e povoamento da região do Presídio não impediu as invasões espanholas. Pouco tempo depois da criação da localidade, foi invadida pelos espanhóis, depois de terem ocupado a Colônia de Sacramento e a Fortaleza de Santa Tereza. Essa ocupação durou treze anos, forçando os quase 1.500 moradores da cidade, principalmente militares e açorianos a fugirem. Os que ficaram, na sua maioria, foram transferidos para uma nova localidade no Uruguai.

Entre 1763 e 76, o domínio português ficou restrito à região limitada à margem esquerda do Rio Jacuí, partindo do Rio Pardo até o Guaíba, incluindo os Campos de Viamão até o Rio Mampituba, e a faixa litorânea do Estreito, indo em direção norte.

Depois da retomada do território invadido e do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, o governo fez uma grande distribuição de terras para que o território readquirido ficasse protegido, cujos militares foram os maiores beneficiados. Segundo Gutierrez (2011), houve uma má distribuição de terras, mantidas nas mãos de poucos, já que quem recebeu as terras foram oficiais superiores, com a visível intenção de proteger o território através das milícias dos novos estancieiros com os seus peões, tipo de exército que vai se mostrar extremamente eficiente nas diferentes guerras dos pampas.

A região de Pelotas, segundo Magalhães (1993), teve sua posse reorganizada após o Tratado, em 1779. A viúva de Thomás Luiz Osório vendeu a

sua herança para Manuel Bento da Rocha e sua esposa Isabel Francisca da Silveira.

Essas novas estâncias, ainda muito improvisadas, contando com ranchos de pau a pique e casas temporárias, foram marcadas pela criação de gado que vinha suprir o escasseamento dos animais, que, por muito tempo, se desenvolveram soltos pelos campos do Rio Grande de São Pedro e, pelo consumo desorganizado, começaram a se extinguir. Esses, em princípio, eram usados apenas para extração do couro e para o consumo doméstico de carne. Com a mudança da conjuntura de produção colonial, passaram a ter outra importância, alimentar os escravos. Assim, era exportado para outras regiões de forma salgada.

A produção de carne seca era realizada no Nordeste brasileiro, até 1790. As oficinas do Ceará e do Piauí, segundo Vargas (2016), ainda, produziam o suficiente para a alimentação dos escravos da colônia, mas o gado dessa região começou a se tornar insuficiente para a demanda. Esse fato foi agravado pelas fortes secas da última década do século XVIII.

Em 1758, foi doado o rincão de Pelotas, onde seriam implantadas setes charqueadas, seis na margem esquerda do Arroio Pelotas e uma na laguna dos Patos, vinculadas ou não, às fazendas que lhes deram origem. (Gutierrez, 2011, pg. 61)

Em pouco tempo, a região se destacaria pela produção de carne salgada, como salienta Vargas (2016). Ela se tornou conhecida pelos grandes comerciantes da colônia portuguesa, suplantando as oficinas do Nordeste e passando a abastecer o mercado interno, principalmente as grandes plantações de açúcar.

Pelotas fazia parte da Freguesia de Rio Grande e, assim, permaneceu até 1812, quando já existia uma quantidade de pessoas suficiente para a construção de uma Matriz. A nova freguesia recebeu o nome de São Francisco de Paula, mas, administrativamente, permaneceu dependente da outra localidade. Em 1814, segundo Vargas (2016), existiam, na localidade, 2.419 habitantes, sendo que, destes, 1226 eram escravos.

A parte urbana desenvolveu-se afastada da região onde se instalaram as charqueadas e do caminho das tropas de gado.

A paróquia e o agrupamento urbano – igreja e povoado – estabeleceram-se sobre um terreno que pertencia justamente, ao capitão-mor, Antônio Francisco dos Anjos negociou as suas terras em forma de lotes urbanos, constituindo uma espécie de quadro, em quase perfeito xadrez, que se mantém até hoje e que serviu de padrão, pelo tempo afora, para todos os outros quarteirões do centro da cidade. (Magalhães,1993, p.27)

Rapidamente, a riqueza advinda do comércio de charque pôde ser aplicada nas melhorias do povoamento, que só se emancipou de Rio Grande em 1832, tornando-se vila. Além das obras públicas necessárias para o desenvolvimento da nova vila, outras preocupações advindas da acumulação dos lucros já apareciam. Em 1831, foi construído o primeiro teatro da cidade e o quarto brasileiro, o Theatro Sete de Abril.

Pelotas, nos primeiros 35 anos do séc. XIX, transforma-se de incipiente povoação em próspera cidade. Sede de um município de povoamento tardio – comparativamente a uns poucos municípios prósperos do Rio Grande do Sul –, desde logo assume posição como centro econômico da zona da Campanha, desenvolvendo uma atividade própria, quase que exclusiva de fundamental importância para a organização da economia regional como um todo. (Magalhães, 1993, p.54)

Diversos são os viajantes que passaram por esta região e que comungaram de que a vila São Francisco de Paula tinha uma situação diferenciada de outras áreas da Província, baseada na sua atividade econômica. Dreys, por exemplo, coloca que: "Pouco mais de 20 anos bastaram para fazer, de uma aldeia insignificante (...) uma vila suntuosa, composta de edifícios aparatosos, ornados de todo o luxo da Europa." (Dreys, 1961, p.118)

Assim como Dreys, existem os relatos de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle, entre outros, que salientam a forma de vida diferenciada desta vila.

3.4 O DOCE NO SUL: OS PRIMEIROS TEMPOS

Quando da ocupação da Região Sul do Brasil pelos portugueses, o uso do açúcar e a produção de doces na colônia já estava bastante disseminada no cotidiano da população, repetindo o que já era feito na metrópole. Nos registros de Saint-Hilaire, o primeiro cronista que por estas terras passou, pós-ocupação portuguesa, não existe uma descrição da alimentação que lhe foi oferecida nas casas de Porto Alegre, Rio Grande ou em São Francisco de Paula. Ele fala somente da quantidade de carne que era ingerida, diferentemente da alimentação de Santa Catarina, baseada em peixe.

No entanto, este cronista traz uma informação importante sobre a descrição das casas, a existência de pomares. Ele salienta que, na região de Porto Alegre, são vistas laranjeiras, amendoeiras, pessegueiros, ameixeiras, macieiras, pereiras e cerejeiras, as quais, segundo o autor, desenvolviam-se muito bem na região, produzindo bons frutos, apesar de as espécies trazidas para o local serem de qualidade inferior às existentes na Europa.

Quando de sua passagem por Rio Grande e São Francisco de Paula, ele vai falar dos pomares, tanto em uma localidade quanto na outra. Na visita que fez à Charqueada de Gonçalves Chaves, faz uma descrição detalhada do pomar existente e bastante elogioso. Diz ser o maior pomar que viu no Brasil. Ressalta que é um pomar recente, entre três e quatro anos, mas que possui pessegueiros, laranjeiras, ameixeiras, cerejeiras e parreiras, além de hortaliças. Para além da charqueada, ele descreve o caminho entre esta e a paróquia de São Francisco de Paula, e continua com a descrição das propriedades, ressaltando as casas com telhas e, sempre, os pomares.

O aspecto da região lembra tudo quanto a Europa tem de mais pitoresco: Os pomares, onde só se veem árvores novas, as casas recém-construídas dão a estes campos um ar de frescura e de novidade que mais os embeleza ainda. (Saint-Hilaire, 2002, pg.128)

Se os doces não aparecem na descrição do autor, as frutas utilizadas pelos portugueses para a produção de doces de colher e conservas já estavam disseminadas pela região. Ele, ainda, vai reforçar que a região tem clima propício, muito parecido com o da Europa. Assim, todas as plantas de Portugal se

desenvolvem bem quando plantadas, ou quando suas sementes são atiradas ao solo. As condições iniciais para a produção dos doces já estavam colocadas, a colonização portuguesa com suas receitas e hábitos de consumo dos doces e o cultivo dos pomares.

São Francisco de Paula, depois Pelotas, estava a uma distância muito significativa da região de produção da cana-de-açúcar. No entanto, tinha a produção do charque que alimentava os escravos do Brasil e, já no início do século XIX, se destacava pela produção deste produto. Beirute (2011) que analisa o movimento mercantil nos portos de Rio Grande e Porto Alegre informa que, no período de 1816 a 1822, o açúcar foi um dos produtos que mais foram importados para o primeiro porto. Neste interregno de tempo, foram comprados, em primeiro lugar, o sal com 721.509, a farinha de mandioca com 213.914, 146.245 alqueires (numa média anual de 20.892) e o arroz com 35.003 no período. Ainda, analisando o período de 1841-1842, o referido autor usa como fonte o número de carregamentos de produtos importados: 122 carregamentos de escravos e 103 de sal, destinados a manter a produção das charqueadas. Em sexto lugar, encontramos, novamente, o açúcar com 13 carregamentos. Segundo Beirute:

As importações apresentavam-se relativamente mais variadas em relação as exportações. Os principais itens importados eram escravos, sal e gêneros diversos. Outros produtos de destaque foram fazendas, farinha, açúcar, aguardente, vinho e carvão. Deste modo independente da origem e do destino a pauta de mercadorias negociadas neste momento não parece ter sofrido alteração. (Beirute, 2011, pg.65)

Saint-Hilarie (2002), quanto aos produtos importados pelo porto de Rio Grande, nos faz um relato, baseado nas estatísticas feitas por Gonçalves Chaves, que nos dá uma visão ampla do que eram os produtos diversos falados por Beirute. São carregamentos que chegam do Rio de Janeiro, Parati, Salvador, Pernambuco, Santa Catarina, Portugal, entre outros lugares. Os itens vão da alimentação a material de construção, tecidos, móveis, bebidas; também, encontramos cestas de marmelada; uma grande quantidade de caixas de doces e chocolate.

A forma de distribuição dos carregamentos de açúcar entre as cidades não está clara na bibliografia. Podemos inferir que os carregamentos de açúcar chegavam à Região Sul, desde o período colonial, como um dos produtos mais destacados nas importações, mesmo no período das lutas da Guerra dos Farrapos, em que as charqueadas tiveram maiores dificuldades de produção.

O uso do açúcar, na cidade de Pelotas, podemos ver através de outras fontes documentais, como nos inventários das famílias Castro e Moreira.²¹ Encontramos, entre os bens inventariados, açucareiros e colheres de sobremesa, tanto na primeira metade do século XIX quanto na segunda. Por exemplo, de Francisca Alexandrina de Castro, falecida em 1844²², entre os bens arrolados, encontramos um açucareiro de prata e no de seu genro José Antônio Moreira²³, em 1874, além de açucareiros, colheres de açúcar e talheres de sobremesas (garfos, facas e colheres), todos esses bens em prata.

3.5 O DOCE NO APOGEU DAS CHARQUEADAS

O período compreendido entre 1860 e 1890 é aquele caracterizado por historiadores como Mário Osório Magalhães e Jonas Vargas como o de maior investimento nas melhorias urbanas, quando surgiram as construções mais ricas, criando um estilo próprio da cidade. Segundo Vargas, esse período foi o de maior desenvolvimento social e econômico. Com o desenvolvimento máximo da economia, a elite passou a atuar, fortemente, na política, não só da província como do governo imperial.

Naquele período, a cidade teve uma população comparável à de Porto Alegre, capital da Província, formada por diversas etnias que migraram para essa região. Já existiam pomeranos, alemães, italianos, franceses, irlandeses e uma grande quantidade de platinos, principalmente, uruguaios que fugiram das guerras. O comércio local era próspero, dominado, em muitos momentos, pelos platinos e abastecia grande parte da Província. O dinheiro recebido pelos vaqueiros com a venda do gado às indústrias charqueadoras ficava em estabelecimentos comerciais da cidade.

21 Sobre estas famílias, os dados serão mais bem trabalhados em capítulo específico.

22 Inventário de Francisca Alexandrina de Castro em 18/11/1848 - APERS

23 Inventário de José Antônio Moreira no 647 M. 41 - 1877 APERS

A partir do final da primeira metade do século XIX, começou o investimento do lucro das charqueadas na infraestrutura da cidade. É deste período o início da construção do mercado público, a instalação da iluminação a azeite, a construção de pontes e a criação do primeiro hospital, a Santa Casa de Misericórdia, em 1848.

A área das charqueadas, praticamente restrita ao município de Pelotas, permanece sendo o núcleo de maior circulação monetária e acumulação de capitais, sofrendo agora um amplo processo de modernização, estimulado pelo restabelecimento da concorrência platina, a proibição do tráfico negreiro e a inclusão das estâncias do norte da província como fornecedores de gado para o abate. Os estabelecimentos se remodelam, com a introdução paulatina de inovações tecnológicas e relações de trabalho assalariadas. Surgem indústrias complementares, como curtumes e fábricas de sabão e velas; diversifica-se a aplicação do capital em outras atividades. Em consequência de uma maior comercialização e beneficiamento da carne, intensificam-se as operações de crédito, as transações bancárias, que vão complementar uma das redes econômicas mais lucrativas da Província até os primeiros anos da República. (Magalhães, 1983, p.79)

O lucro obtido pelos charqueadores em seus empreendimentos foi investido de forma a dar melhores condições de produção, mas também de vida a sua família. A preocupação com o embelezamento de casas e da cidade demonstra esta busca, principalmente, na construção de residências no centro urbano, distante do local de produção insalubre. O trabalho na charqueada era marcado por um longo período de entressafra, que se refletia na busca do conforto e do entretenimento. O espelho para a modernização era a corte e a França.

Apenas nas três últimas décadas do séc. XIX, Pelotas conseguiu 'estruturar' seu espaço urbano. Nesta época (1873), chafarizes importados da França foram instalados em vários pontos da cidade, juntamente com uma caixa d'água de origem francesa, construída em ferro, com ricos ornamentos. A utilização deste material – o ferro – era frequente, pois valorizava a circulação pelos espaços, em vez de enfatizar, apenas a articulação interna do projeto. A necessidade de saneamento justificou tais iniciativas, que coincidiram com o calçamento das ruas centrais. (Marroni, 2008, p.40)

A elite charqueadora queria estar e viver como a corte e a elite europeia. Além disso, queria mostrar esse modo de vida, demonstrar os seus costumes civilizados que a diferenciavam do resto da província ainda rural, ligada à criação de gado.

Para o nordeste, Freyre (2013) nos diz que o açúcar trouxe para os homens os estudos e, para as iaiás, a música, as rendas e os doces finos para as sobremesas

De tal modo que Mansfield, inglês, mestre em Artes que viajou nos meados do século XIX por terras de massapê, escreveu ter aqui encontrado casas grandes de engenho que lhe deram a impressão das casas de campo da Inglaterra; moças tocando piano admiravelmente; doces finos à sobremesa; chá servido pelas senhoras. E Herbert H. Smith, anos depois, foi onde encontrou uma aristocracia brasileira de gostos e hábitos mais elevados: entre os senhores de engenho do Nordeste. Nas terras macias de massapê. E era na verdade uma gente que tinha piano de cauda e livros em casa. Que recebia bem. Que apreciava a boa cozinha. O doce fino. O quitute delicado. O bolo bem-feito. (Freyre, 2013, pg.48)

Se o açúcar proporcionou esta forma de viver aos donos de engenhos, principalmente os de Pernambuco, a carne salgada, também, o fez aos charqueadores, os quais tiveram um estilo de vida muito aproximado ao descrito por Freyre, o estudo para os filhos dos charqueadores, as mulheres que se dedicavam a administração da casa, os doces finos como sobremesa e as atividades ligadas a sociabilidade, como por exemplo a música (Figura 12).

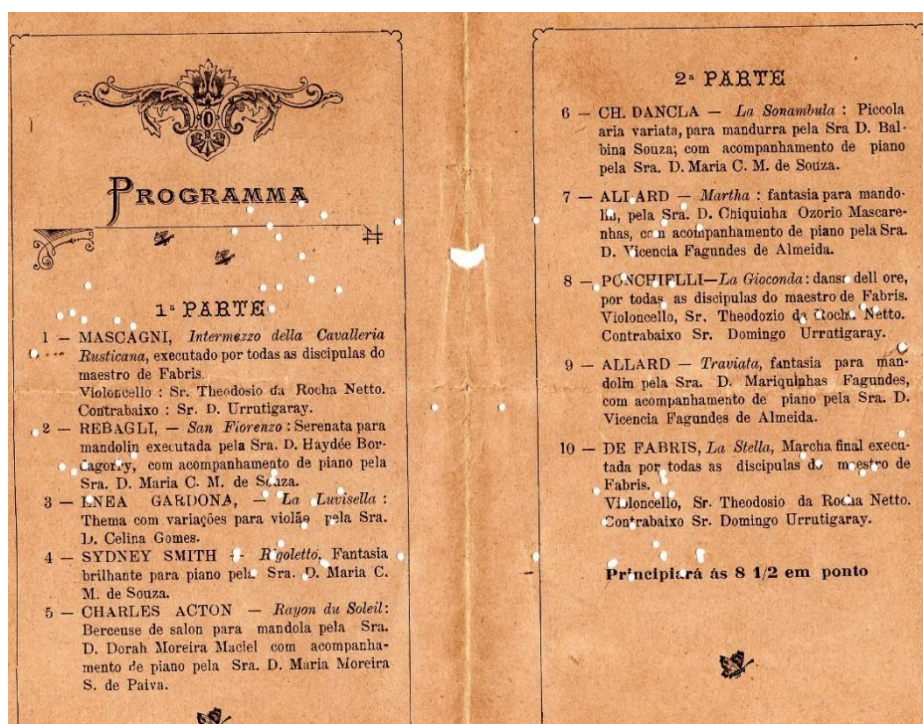


Figura 12: Programa de um recital, onde aparecem mulheres de famílias charqueadoras.
Fonte: Acervo da família do Conselheiro Antunes Maciel

A segunda metade do século XIX é o período do auge da economia charqueadora em Pelotas, demonstrado pela urbanização da cidade e pela arquitetura e, também, por uma sociabilidade - o Teatro, os Saraus e o receber bem - que busca modelos já desenvolvidos em outras cidades como o Rio de Janeiro. Ramos e Weber (2015) salientam que, neste período na corte, existia uma diversificação bastante grande de locais de encontro - confeitarias, salões de beleza, cafés, restaurantes, hotéis e livrarias. Segundo as autoras, em outras partes do país, também, aconteceu esta mudança, cada lugar com suas características locais.

Quanto às cidades do Rio Grande do Sul no Segundo Império, pode-se dizer que se reproduzia o que acontecia na sociedade em nível nacional, isto é, na sociabilidade da elite, as atividades da dança, dos jogos, do teatro e do canto estavam presentes na vida social dos rio-grandenses. A vida social, aqui, foi também resultado do desenvolvimento econômico e das ações políticas das elites locais/regionais. (Ramos & Weber, 2015, pg.151)

Pelotas já possuía o Teatro Sete de Abril, desde 1831, com seu funcionamento suspenso durante parte da Guerra dos Farrapos, voltando a funcionar antes do término da guerra. Ramos e Weber, ainda, salientam que a sociabilidade no Rio Grande do Sul teve início a partir das casas onde aconteciam os jantares, os saraus, com apresentações musicais, declamações e bailes. Nessas ocasiões, o receber bem passava pela alimentação. O bem servir é de grande relevância nas relações sociais. Nas fontes documentais do século XIX, encontramos o registro da importância deste bem-servir na descrição dos móveis das salas de jantar e nos talheres em prata utilizados para alimentação. Usamos como exemplo o inventário de José Antônio Moreira – Barão de Butuí (Tabela 01).

Tabela01-Utensílios existentes no inventário pós morte do Barão de Butuí

| Objeto | Oitavas de onças | Valor |
|----------------|------------------|----------|
| Bandeja grande | 2.000 | 800\$000 |
| Bandeja grande | 1.186 | 365\$800 |
| Salva lavrada | 590 | 236\$000 |
| Salva lavrada | 574 | 229\$600 |
| Salva lavrada | 224 | 88\$000 |

| | | |
|-----------------------------------|------|----------|
| Salva lavrada | 106 | 42\$400 |
| Salva lavrada | 336 | 100\$800 |
| Salva lavrada | 624 | 89\$600 |
| Salva lavrada | 180 | 54\$000 |
| Salva lavrada | 103 | 30\$900 |
| Salva lavrada | 102 | 30\$600 |
| Salva lavrada | 86 | 25\$800 |
| Açucareiro | 168 | 300\$000 |
| Açucareiro | 182 | 300\$000 |
| Chaleira | 274 | 82\$000 |
| Chaleira | 408 | 120\$000 |
| Bule para chá | 278 | 83\$400 |
| Bule para café | 334 | 100\$200 |
| Leiteira | 174 | 52\$200 |
| Leiteira | 52 | 27\$600 |
| Um paliteiro em forma de pera | 66 | 19\$800 |
| Um paliteiro em forma de coqueiro | 102 | 30\$000 |
| Dois paliteiros | 134 | 40\$200 |
| Dois paliteiros | 118 | 35\$400 |
| Duas bandejas com thesouras | 180 | 55\$200 |
| Galheteiro | 152 | 62\$400 |
| 24 colheres grandes lavradas | 552 | 224\$000 |
| 24 colheres pequenas lavradas | 150 | 62\$400 |
| 24 garfos lavrados | 456 | 182\$400 |
| 24 facas lavradas | 432 | 172\$800 |
| 36 garfos para sobremesas | 576 | 230\$000 |
| 36 colheres para sobremesa | 472 | 168\$000 |
| 36 facas para sobremesa | 472 | 188\$800 |
| 48 colheres grandes | 720 | 216\$000 |
| 48 colheres pequenas | 240 | 72\$000 |
| 60 garfos | 1200 | 360\$000 |

| | | |
|------------------------------|------------|----------|
| 60 facas | 960 | 288\$000 |
| Dois trinchantes | 800 | 24\$000 |
| Duas colheres de servir sopa | 112 | 33\$600 |
| Duas colheres para arroz | 74 | 22\$200 |
| Três colheres para açúcar | 24 | 7\$200 |
| Colher para peixe | 40 | 12\$000 |
| Total | 5.665\$300 | |

O total dos bens inventariados em prata, destinados ao uso com alimentação, é quase 2/3 do valor do terreno recebido pela herdeira Francisca de Castro Moreira, na esquina da rua do Imperador com a da Regeneração (atual Praça Cel Pedro Osório, 08). Este valor demonstra o grande cuidado com o requinte utilizado para o bem-servir. Este valor pode ser bem mais alto se adicionarmos as louças e cristais, que, aqui, não serão colocados, pois, no inventário, não foram discriminados um a um, como os utensílios de prata, portanto não sendo possível identificar o que era de uso para alimentação ou não.

Se os utensílios mostravam a riqueza, os doces e a sobremesa oferecida, demonstravam a civilidade de quem recebia. Ressalta-se o requinte na escolha do menu, algumas vezes, escrito em francês, como o do aniversário do Conselheiro Maciel, em 1902, (Figura 13) com a lista das entradas, pratos principais, vinhos e, ao final, o sorvete de baunilha - os sorvetes eram utilizados na corte desde a primeira metade do século XIX -, os morangos e, por último, provavelmente doces, tendo em vista que fruta e sorvete já estavam mencionados no cardápio.



Figura 13: Cardápio do Jantar de aniversário do Conselheiro Maciel
 Fonte: Acervo da família Antunes Maciel

Nos últimos momentos da monarquia, entre 06 de fevereiro e 17 de março de 1885, a Princesa Izabel, o Conde D'Eu e seus filhos, acompanhados de uma comitiva, visitaram a Região Sul da Província do Rio Grande do Sul, com passagens por Rio Grande, Pelotas e Bagé. O Conde D'Eu ficou em Pelotas tempo menor do que a Princesa; ele seguiu para outras cidades onde foi inspecionar tropas e fazer exercícios militares. D. Izabel, com seus filhos, visitaram e conheceram as charqueadas, indústrias ligadas ao charque, ou de outras tipologias, como as igrejas, o teatro, o Parque Pelotense, hospitais, clubes sociais, entre outros lugares.

Essas visitas foram acompanhadas pela comitiva imperial e por pessoas das famílias mais importantes da cidade, assim como pela imprensa local, principalmente o Diário de Pelotas e o Correio Mercantil,²⁴ que faziam o relato de todas as atividades da comitiva imperial. Relatos bastante laudatórios tanto da

²⁴ As matérias sobre a visita de Princesa Izabel à Zona Sul foram transcritas no volume 1 dos Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. A publicação foi organizada por Vera RheigantzAbuchaim e Leandro Ramos Betemps, em 2010.

Princesa quanto dos locais visitados. No entanto, para os objetivos deste capítulo, estes relatos são interessantes, pois descrevem o que foi oferecido para a comitiva degustar.

Para as visitas, encontramos, na recepção, na maior parte das vezes, um padrão. Os prédios são enfeitados com bandeiras, em muitas das visitas, existe a apresentação de banda de música, e, em alguns lugares, oferecem algum tipo de alimento à comitiva, que pode variar de refeições mais leves, como na primeira visita à chácara do Barão de Três Serros, onde lhe foram oferecidas frutas e Champagne, ou como na visita à fábrica de guano, onde foi servida uma mesa de doces e líquidos, ou como na charqueada de Heleodoro Filho, onde foi servido um almoço. Seguindo a descrição do Correio Mercantil é uma refeição *horsligne*, em que foram servidas as mais preciosas viandas, doces, vinhos franceses e portugueses.

Os doces servidos não têm os seus tipos definidos, algumas vezes são distinguidos como finos doces. Dois relatos feitos em jornais diferentes são mais precisos e definem o que foi servido no mesmo acontecimento, a visita à casa do Visconde da Graça na Serra dos Tapes. O jornal A Discussão, de 26 de fevereiro de 1885, ressalta que, à tarde, foram servidos sorvetes de limão e butiá. E, o outro relato, realizado pelo Diário de Pelotas, de 27 de fevereiro de 1885, nos dá maiores detalhes.

Todas as iguarias e doces saíram das cozinhas do acreditado Hotel Aliança e uma grande parte foram preparados na própria casa do Sr. Visconde, na Serra dos Tapes, sob a direção da esposa do Sr. Santiago Prati, principal proprietário daquele estabelecimento. O doce além de ser da mais fina qualidade, estava preparado com a maior perfeição e esmero, oferecendo uma vista agradável e convidativa. Entre os muitos trabalhos que vimos chamou-nos muito a atenção o elegante castello de amêndoas e açúcar, colocado sobre a mesa, em cujas faces lia-se o seguinte: Viva S.A. Imperial; Viva S.A. o Sr. Conde d'Eu; Viva o Império do Brazil; Viva a família Imperial.

O autor que está fazendo uma retificação da matéria do dia anterior vai salientar que deve dar todos os créditos à perícia dos organizadores do banquete e que a população de Pelotas deveria conhecer o excelente trabalho que fizeram. Este relato, em especial, tem relevância, pois encontramos a contratação da cozinha de um hotel para fazer o banquete e os doces. Aqui, a produção não está ligada ao trabalho doméstico das mulheres da casa, mas a um serviço contratado,

cuja arte confeitaria se destaca, já com formas de escultura, como o castelo descrito pelo jornal. O Hotel Aliança não era o único que oferecia os serviços de sua cozinha. Antes da visita da Família Imperial, encontramos anúncio do Restaurant Cavour, no Diário de 1882, oferecendo os serviços do seu hábil confeitoiro.

Restaurant Cavour N'este estabelecimento, recém aberto á concorrência publica, recebe pensionistas e fornece-se comida para fóra. Aceitam-se encomendas para banquetes, casamento e baptizados, dispondo o estabelecimento de um hábil confeitoiro que faz a capricho castellos, bolos de casamentos, xaropes de groseilles, laranja, limão, tamarindos, orchatta, etc. Tudo a preços commodos. A cosinha acha-se a cargo do sr. Caetano Giacobeni, bem conhecido pela sua perícia na arte culinária. Rua General Osório 244. (D.Pelotas., 12.12.1882)

Nestes exemplos, podemos notar que já existiam estabelecimentos comerciais que tinham confeitários e produziam doces, para além das cozinhas das casas grandes das estâncias ou dos casarões, e os forneciam para as festas e banquetes da cidade. Se, no Hotel Aliança, quem coordenava a cozinha era a esposa do proprietário, no Restaurant Cavour, este trabalho era realizado por um confeitoiro homem, costume existente em Portugal com os mestres confeitários.

Os exemplos acima nos mostram serviços de feitura de doces prestados por restaurantes, no entanto, há muito na cidade, a produção caseira não era única. Além das quitandeiras que vendiam seus produtos nas ruas ou na praça, em 1857, foi fundada a primeira confeitaria. Segundo Osório (1922), pertencia a Viúva Hartung; comprada, em 1861, por Theodoro Brauner, com o nome de Confeitaria Brauner (Figura 14), funcionando até meados da primeira metade do século XX.

Nesses estabelecimentos, já notamos a presença de imigrantes alemães e italianos que vão trazendo as suas receitas para diversificar a produção do doce no território urbano e rural de Pelotas.



Figura 14: Publicidade da Confeitaria Brauner
 Fonte: Acervo Alcir Nei Bach

As confeitarias, no final do século XIX e início do XX, vão aumentar em número, tornando-se um importante lugar de comércio e de socialização. Nos salões dos estabelecimentos mais conhecidos, recepcionavam-se personalidades, fechavam-se negócios, discutiam-se os rumos políticos e faziam-se comemorações (Figuras 15 e 16).

Então, eu morei dez anos ali em cima, sabe?... E a gente tinha contato, assim... todo mundo me conhece. E eu conheço muita gente também, já pelo que eu vivi ali na Quinze. Embora, eu nem fosse de sair muito a não ser com o meu marido... depois, tinha uma ligação, também, porque tinha uma janelinha, assim... e, aí, chegava um ator ou um artista... eu descia... meu marido me ligava e eu descia... e por aquela janelinha eu conheci inúmeros artistas. (Martins, 2005, pg.114)



Figura 15: Terezinha Morango, Miss Brasil do ano de 1957, recebida na Confeitaria Nogueira
Fonte: Acervo Museu do Doce da UFPel



Figura 16: Time da Seleção Brasileira de 1958 na Confeitaria Nogueira
Fonte Acervo do Museu do Doce da UFPel

Em 1919, vamos encontrar estabelecimentos como a Confeitaria Nogueira (Figura 17), na Rua XV de Novembro, a Confeitaria Gaspar, na Pça Cel Pedro

Osório; a Confeitaria Dalila; na Rua Mal Floriano, 05 e a Confeitaria Brauner, na rua XV de novembro, entre outras.



Figura 17: Confeitaria Nogueira
Fonte: Acervo do Museu do Doce da UFPel

Estes estabelecimentos comerciais produziam e vendiam doces, mas também eram locais de adquirir os ingredientes para os doces e mercadorias importadas de diversos locais, como vinhos, champagnes, licores, entre outros. Em um dos anúncios da Confeitaria Nogueira, no Almanach Pelotense de 1921, é anunciado que possuem artigos para confecção de doces, e, também de armazém, recomendando o café moído e o açúcar refinado. Ao mesmo tempo, divulgam que possuem peritos doceiros e confeitadores e aceitam qualquer encomenda.



Figura 18: Anúncio da Confeitaria A Dalila
 Fonte: Acervo A. F. Monchelat

A Confeitaria Dalila, outro importante estabelecimento, inaugurado em 1919, ofertava aos seus clientes salas confortáveis para a diversão das famílias, onde eram servidos os gelados, refrescos e toda a qualidade de bebidas e doces. É preciso destacar que, no anúncio (Figura 17), é salientado que o confeitoiro tem experiência em confeitarias de Turim, Milão e Rio de Janeiro. Na divulgação para a imprensa de sua inauguração, é informado que o local terá grande variedade de comestíveis e molhados finos, mantendo um completo sortimento em doces, folhados, bolos, biscoitos, pastilhas e bombons cristalizados, fabricados diretamente no próprio estabelecimento por um profissional competentíssimo.

As confeitarias marcam um novo momento da forma de comercializar os doces e da sua expansão de consumo. As maiores, como a Nogueira, que possuiu uma grande longevidade, vão ser responsáveis por mandar doces para diversas cidades como Porto Alegre e outras localidades do RS. Com o passar dos anos,

vão mandar, inclusive, para outras capitais. Segundo Martinez (2000), esta confeitaria chegava a usar como slogan “os doces que mais viajavam no Brasil”. Conforme declaração de Norma Nogueira²⁵, feita a Martins (2005), os doces da Nogueira iam, também, para o exterior:

Nós mandávamos para o exterior... iam doces para os Estados Unidos... existia um convênio com a Varig... eu tenho os envelopes... da Varig com a Confeitaria Nogueira, e as caixas de madeira... que tem uma ali... Os doces iam naquelas caixas de madeira. (Martins, 2005, pg 115)

Na virada do século, com as mudanças no modo de produção, a libertação dos escravos e, depois, com a derrocada das charqueadas, há uma crise no sistema econômico, baseado no charque, nas décadas de 1920 e 1930, principalmente, pela obsolescência das charqueadas em detrimento dos frigoríficos. Segundo Ferreira (2012), é neste período que algumas descendentes de charqueadores passam a produzir doces de forma comercial para a manutenção de suas famílias. Conforme o Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, é um caso representativo deste fato o das Irmãs Cordeiro, cuja história como doceiras remete ao final do século XIX:

A matriarca, Josefa Maria de Azevedo Sá (1852-1928), egressa de uma família de charqueadores de origem portuguesa, perdeu o marido, acometido de tuberculose, em 1894. Com nove filhos para sustentar, Josefa passou a fazer doces para serem vendidos na rua, em tabuleiros, na saída da missa. Conforme narrativa da bisneta, Maria Alice: “Consta que a nossa ancestral começou com um guri e um tabuleiro, vendendo na rua”. (IPHAN,2018, pg.45)

As descendentes de charqueadores formaram um novo grupo que entrou no comércio de doces. Não podemos esquecer que, desde o século XIX, as quitandeiras, livres ou escravas, já faziam as suas vendas nas ruas e nas praças da cidade. Já que os doces não eram vendidos só em confeitarias, as padarias e lancherias eram, também, meios de distribuição.

Outro grupo importante de produção de doces eram os moradores da zona rural de Pelotas, os quais tinham como função a produção dos doces de frutas - as compotas, geleias, em pasta (schimiers), passas e cristalizados. Conforme já falado

²⁵ Norma Nogueira é viúva do último dono da Confeitaria Nogueira, Manoel Nogueira, Ela foi responsável pela doação da coleção de objetos da Confeitaria para o Museu do Doce.

no início deste capítulo, Saint Hilaire já nos descreveu os pomares que existiam nas charqueadas,

Fui hoje com o Sr. Chaves à paróquia de São Francisco de Paula, em cabriolé descoberto. Nada mais belo que a região percorrida por nós. Oferece vasta planície, com alguns pontos ligeiramente ondulados. Um grande número de belas casas cobertas de telhas aparece aqui e ali, tendo cada uma delas um pomar cercado de valas profundas, protegidas por um renque de bromeliáceas. Algumas cercas são feitas de tufos de ervas, outras com crânios de bois, munidos de chifres, e comprimidos uns contra os outros. Nos pomares, na maior parte muito grandes, são plantadas laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes e algumas flores. (Saint-Hilaire, 2002, Pg, 112)

Martins (2005) nos relata as lembranças de infância do artista plástico pelotense Orayl Barcellos de Araújo, sobre a confecção dos doces de frutas em sua casa:

Eu me lembro da lá e da mamãe ... e da babá se revezando embaixo de um parreiral grande que tinha lá em casa... faziam um fogo no chão, um braseiro e botavam uma trempe em cima daquele braseiro... e tinha uns tachos enormes onde entravam as pessegadas, as marmeladas, as goiabadas ... e elas iam se revezando com pás de dois metros, porque saltava muito, o doce saltava na hora em que estava borbulhando... Elas iam se revezando, mexendo até dar o ponto. Depois de dar o ponto, então, tiravam aqueles tachos... e iam botando em latas de biscoitos... latas enormes... Eram latas forradas de papel encerado e, ali, eram colocadas as marmeladas, as pessegadas, as goiabadas. (Martins, 2005, pg 109)

Orayl relata, ainda, que as famílias faziam seus doces em casa, sempre uma das mulheres era a responsável por esta atividade, que podia ser nas casas das charqueadas ou nos terrenos das casas na cidade, como relata Gladys do Amaral:

Passamos a fazer, então, a schmier num pátio enorme... ali na Gonçalves Chaves... Um local muito apropriado, porque havia um pátio muito grande na casa... mas, a coisa do doce... de fazer a tua própria schmier e fazer a nossa própria pessegada em casa, veio se dar ali, na rua Quinze de Novembro... onde o pátio... nem sei te dizer em metros quadrados, mas era um pátio minúsculo... Pois, mesmo assim, nós continuamos... minha mãe insistia em fazer a sua tachada de schmier, que guardava naquelas latas grandes... eram latas, assim, do tamanho das latas de querosene, que se usava... (Martins, 2005, pg. 119)

O aproveitamento das frutas para a confecção dos doces já estava há muito na cultura portuguesa. Como tratado anteriormente, no Brasil, outras frutas foram adaptadas aos doces, aproveitando as frutas nativas. No caso da região de Pelotas, como salienta o naturalista Saint-Hilaire, as frutas europeias se adaptavam muito

bem pelo clima e pelo tipo de solo, facilitando a organização dos pomares na zona rural e o plantio de árvores nos pátios das casas da cidade, como nos mostram os relatos acima.

Com a chegada de imigrantes de diferentes etnias (alemães, franceses, italianos, pomeranos, entre outros) no Sul do país, no final do século XIX, houve a instalação de colônias no território de Pelotas, na região da Serra dos Tapes, onde antes existiam as chácaras de charqueadores. Segundo o Dossiê das Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas (2018), nesta região, houve a distribuição de lotes, onde os colonos se dedicaram à agricultura, à fruticultura e à criação de pequenos animais destinados à manutenção de suas famílias e à comercialização de produtos na cidade, como ocorria em outras regiões coloniais do Rio Grande do Sul, que abasteciam os mercados das cidades próximas.

Segundo Bach (2009), o beneficiamento do pêssego em Pelotas aconteceu a partir de 1874, quando Amadêo Gustavo Gasta|, imigrante francês, chegou em Pelotas em 1850, instala, na região denominada Rincão do Meio, a indústria Bruyères, onde foi produzida a primeira compota de pêssego em calda, em 1878, começando, assim, o processo artesanal do beneficiamento de frutas. Em seu estabelecimento, ele, ainda, produziu vinhos e aguardente. A produção que o autor considera artesanal possui uma preocupação com o mercado, sendo:

Comercializados em vidros finos de coloração esverdeada e de forma quadrada, com amplos bocais identificados ricamente por rótulos coloridos de fabricação francesa (Gastal, APUD Bach, 2009, pg 43)

Na entrada do século XX, com a crise da economia charqueadora, Pelotas passa a se direcionar para a produção de alimentos e, segundo Roberta Santos (APUD: IPHAN,2009), as indústrias artesanais, na região colonial, contribuíram, em grande escala, para esta situação:

Em 1950, o ramo denominado Produtos Alimentares representava mais de 65% do valor total da produção industrial e 34% dos estabelecimentos produtivos da cidade, conforme dados da Fundação de Planejamento Urbano e Regional de Pelotas (IPHAN, 2018, pg.75)

Alcir Bach estudou esta produção de doces na região colonial e na cidade na sua dissertação de mestrado e tese de doutorado. Segundo este autor (2010), o

período entre as décadas de 1950 e 1970 vai ser o auge destas indústrias de produção de doce na colônia, principalmente de compotas de pêssego (Figura 19), onde chegou a existir 57 empresas. Na década de 70, essas empresas começaram a sofrer com a entrada no mercado de Pelotas de grandes indústrias conserveiras do centro do País, possuidoras de capital e tecnologia que os empreendimentos locais não conseguiam acompanhar.



Figura 19: Colocação manual de rótulo na fábrica de Albino Schaun na década de 1960
Acervo: Alcir Nei Bach

Na região urbana, segundo Bach (2017), o período de duração das indústrias se estende até a década de 1990. Eram 47 empresas e chegaram a funcionar, no mesmo período, 21, entre as décadas de 1960 e 1980, o auge da produção. A movimentação industrial de conservas trouxe um grande destaque para a cidade e um reconhecimento da sua produção de compotas de pêssego. Segundo Bach (2017), Pelotas foi reconhecida, informalmente, em 1970, como a capital nacional do pêssego, quando os seus produtos atendiam à demanda, principalmente, do centro do país. Foi um período de grande divulgação pela imprensa, em comerciais de televisão em que as compotas de pêssego pelotense aparecem como as melhores do Brasil. Começa a difusão da cidade do doce a partir da divulgação, em

massa, das indústrias de doce. Mas, como salienta Bach, é a cidade da compota de pêsego (Figura 20).



Figura 20: Rótulos de indústrias de pêsego de Pelotas
Acervo: Alcir Nei Bach

4 A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

Gerard Lenclud (2005) discute o conceito de tradição e de sociedades tradicionais, levantando questões importantes sobre o tema, saindo do senso comum que considera a tradição como algo do passado repetido no presente de forma imutável, como algo anacrônico, fora do seu tempo. Este algo do passado é mantido, segundo a visão do senso comum, de forma idêntica ao original; esta visão, no entanto, não leva em conta que as ações do homem em sociedade sofrem alterações constantes, influenciadas por seus relacionamentos e pelo passar do tempo. Ocorrem mudanças e variações, mudam as visões sobre o tema e, por conseguinte, os seus significados no presente. Cristalizar uma determinada ação cultural faz com que se percam a sua dinâmica e seu sentido. Se fosse possível a cristalização, perderíamos de entender o porquê de determinadas coisas permanecerem e outras não. Estas manifestações que definimos como tradicionais se mantiveram em detrimento de outras ações do passado. E podemos dizer que se esta ação se mantém é por ter importância no presente. Segundo Lenclud, a tradição “não é aquilo que sempre foi, ela é aquilo que nós a fazemos ser”. Ela é uma interpretação do passado

O reconhecimento de Pelotas como capital nacional do doce é um fato relativamente novo. Como foi colocado no capítulo anterior, a cidade já foi reconhecida como cidade produtora de charque, depois, na década de 1970, passou a ser a capital nacional do pêssego. E, finalmente, à capital nacional do doce. Entender como a cidade chega a esta condição a partir da trajetória da comunicação desta tradição e das políticas públicas associadas até o momento em que o doce é inventariado como patrimônio cultural brasileiro em 2018 é o objetivo deste capítulo.

Neste capítulo, será apresentada a trajetória do saber/fazer doceiro na cidade ao longo do século XX e início do XXI. Ele está dividido em dois subcapítulos: 1) O Doce Pré-Fenadoce. Parte-se das referências de escritores sobre o doce pelotense, mostrando como pessoas de fora da cidade veem esse produto. A segunda seção, trata sobre a publicação das receitas de doces pelotenses pela Editora Globo e, na

última seção, a organização das doceiras em uma cooperativa. 2} O Futuro para os doces: a Fenadoce. Vamos ver como o doce vai sendo colocado como bem cultural que dá identidade à cidade e como as políticas públicas vão se desenvolvendo a partir da organização de determinados grupos da sociedade, com diferentes interesses e intencionalidades

4.1 DOCE PRÉ-FENADOCE

O consumo dos doces era presente na cidade desde os primeiros anos do século XIX, e vai aumentando conforme nos aproximamos do final do século e início do XX, em que encontramos o maior registro das confeitarias e dos banquetes. No entanto, com exceção da referência ao castelo de amêndoa e açúcar feito em homenagem à Princesa Isabel, os doces são sempre tratados de forma genérica nas fontes pesquisadas, não nos permitindo identificar um tipo em especial.

Neste capítulo, buscamos entender como o doce foi tratado a partir do início do século XX até o momento em que é organizada a primeira Feira Nacional do Doce. No capítulo anterior, foi mostrado como a cidade se desenvolveu e a relação que existia com o doce. A partir de agora, vamos trabalhar com o reconhecimento deste saber/fazer como algo distintivo da identidade do local.

4.1.1 O Doce Pelotense e a Literatura

A primeira notícia colocada, no capítulo 3, sobre a possibilidade da existência dos doces na cidade foi da viagem de Saint-Hilaire na então São Francisco de Paula. Para melhor entender os doces pelotenses, buscou-se, em relatos de viajantes e escritores, a visão deles sobre a cidade como produtora de doces.

Entre os escritores citados por Mário Osório Magalhães em sua obra “Doces de Pelotas: Tradição e História e, referenciado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, foram trabalhados três. Destes, dois são escritores, radicados no centro do país, com reconhecimento nacional, que relatam as suas vivências na cidade; o terceiro é Érico Veríssimo, autor gaúcho, de reconhecimento nacional.

Não são relatos ficcionais, mas de viajantes ou de conhecedores da região que nos fornecem subsídio para entendermos a dinâmica do doce no século XX. São três autores de fora da cidade que podem ver detalhes que os que estavam inseridos no cotidiano poderiam não perceber e que se mostram ausentes em outras fontes.

A primeira vez que encontramos uma descrição dos doces pelotenses é no livro “Jornadas no Meu País”, de Júlia Lopes de Almeida²³, publicado em 1920, pela Editora Francisco Alves.:

E esta encantadora velhinha que me chama a atenção para o sabor especialíssimo dos doces de Pelotas. Oh, um poema! Estes, sim senhores, merecem todos os meus cumprimentos. Não sei por aqui houve conventos, mas se não foram ensinadas por mãos de freiras, exímias na fabricação de guloseimas, caíram do céu para as cozinhas pelotenses as receitas destes papinhos de anjos, casadinhas fofas e queijinhos de ovo, que tenho no meu prato e que são mesmo uma tentação! Eu já sabia serem famosas as passas de pêcego, que nesta cidade se fazem como em parte alguma, mas para a delícia das outras complicações de ovos e açúcar é que não estava prevenida. Pois é uma especialidade digna de menção não só pela maneira por que ela agrada á vista como pelo bem que sabe...ao coração. (Almeida, 1920, pg.206)

Júlia esteve em Pelotas em 1920, numa viagem, em que os diários vão se transformar em livro. Carioca, nascida em 1862, morou em Lisboa e em Campinas. Uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras. Ela passou alguns dias na cidade e escreveu as suas impressões sobre a “Princesa do Sul”, segundo ela, a cidade mais aristocrática do sul do país. Diz que encontra amigos na cidade, dando grande destaque a Bruno Chaves. No relato da autora, algumas coisas chamam a atenção. Primeiro, quando ela coloca que as passas de pêsego feitas em Pelotas são famosas e que não há igual em outro lugar; e o segundo é que, para ela, os doces de ovos ou de bandeja são uma novidade serem produzidos na cidade. A autora não diz como ela conhecia as passas, mas ela já as apreciava; pelo tom da frase, esses doces já eram bem conhecidos em outros lugares.

Alguns anos depois, foi publicado o livro Pampas e Coxilhas: Impressões do Rio Grande do Sul, de Berilo Neves, em 1932 pela Livraria do Globo. Jornalista e escritor, morador no Rio de Janeiro, escreve o livro baseado nas suas impressões de viagem que fez pelo Rio Grande do Sul em 1931. Como o próprio autor coloca,

é uma crônica de viagem sobre a sua estada de, aproximadamente, cinco meses no estado.

O autor diz que, antes de iniciar a sua viagem, esperava que o Sul fosse um exílio para ele; esperava encontrar uma terra bárbara, em que a vida humana valia menos do que um novilho Hereford (1932, pg. 05). As suas impressões, no entanto, durante a sua escrita, são de uma pessoa que se encantou com o que viu nas diferentes cidades. Em relação a Pelotas, já começa de forma muito elogiosa:

Pelotas é uma cidade de boa família. Nasceu de pais nobres e teve, desde criança, toalhas de renda e bacia de prata. Chamam-na a "Princesa do Sul"; fica-lhe bem o título. (...) Cheguei a Pelotas num dia de sol, em que os pessegueiros cantavam a canção cor-de-rosa das suas flores de seda. (...) Fazem-se em Pelotas, os melhores doces do Rio Grande. As suas compotas são, quase tão famosas quanto as suas mulheres. E essa glória é extremamente gostosa porque feita de açúcar e de damas, de babas de moça e de moças que não babam. Aqui até as confeitarias tem nome doce: Dalila... (Neves, 1932)

Berilo chega a Pelotas, pouco depois da vitória de Yolanda Pereira no concurso de miss universo. Faz um relato da visita que fez à miss. Parece pela sua descrição que este fato o influenciou na descrição das mulheres pelotenses. Neste momento, Yolanda era conhecida no país, pelo seu título, então, entende-se que as compotas já tinham fama fora do estado.

Em 1964, Érico Verissimo, respondendo a uma escritora nordestina, que, sem visitar o RS, afirma: Vocês, os gaúchos, são acastelhanados, parecem pertencer mais à órbita platina do que à brasileira: fanfarrões, autoritários, teatrais, portam-se como se possuíssem o monopólio da coragem. (VERISSIMO, 1994, p. 242).

Érico convida a autora para conhecer o estado. Como cicerone, passa por todas as regiões do estado, levantando os pontos positivos de cada uma delas, afinal ele está defendendo o seu estado de origem. Pelotas, ele descreve da seguinte maneira:

Como as distâncias são largas e curto o seu tempo, tenho de correr ao tapete mágico para levá-la a duas importantes cidade de nosso litoral. Pelotas, aristocrática e tradicionalista, está para o resto do Estado assim como Boston está para os Estados Unidos. A cidade tem uma graça gentil, um certo recato feminino e uma tradição de cultura. E se você gosta de doces, este é o paraíso. Os desta terra são famosos. Entre, pois numa

dessas confeitarias ou casas-de-chá e regale-se com rebuçados, bolos, tortas, pudins, quindins. Mas seria um pecado se fosse embora sem provar as famosas passas de pêssego. (Verissimo, 1994, pg.250)

A descrição de Pelotas, feita pelo autor, é mais reduzida que para outras regiões do estado, mas rapidamente ele salienta dois pontos importantes da cidade: a cultura e os doces. Ele ressalta, de maneira mais incisiva, a fama dos doces de Pelotas, chega a definir como o paraíso dos doces. E, ainda, vai falar de uma diversidade um pouco maior, citando bolos, tortas, pudins, quindins e doces caramelizados. No entanto, o que mais chama a atenção é a deferência às passas de pêssego - impossível ir embora da cidade sem provar uma.

Estas três publicações de autores brasileiros de destacada atuação em suas áreas nos colocam que Pelotas é reconhecida pela produção de doces desde as primeiras décadas do século XX até meados da segunda metade deste. Destacando-se, neste cenário, os doces derivados do pêssego, principalmente as passas. Como já colocado no capítulo 3, este é o período de maior desenvolvimento dos pomares e das indústrias de pêssego, Pelotas sendo considerada a capital nacional da fruta.

4.1.2 As receitas de doce chegam às livrarias

Em 1939, Gilberto Freyre publicou “Açúcar: Uma sociologia do Doce, com Receitas de Bolos e Doces do Nordeste e do Brasil”; o autor, desde 1923, demonstrava preocupação com a preservação da tradição culinária do Nordeste. Quando ele lança a obra, busca registrar as mais diversas tradições da região que ele denomina *de área brasileira por excelência do açúcar, em que está o complexo açucareiro*. Segundo Freyre (2007), a sombra da lavoura de açúcar desenvolveu-se uma arte dos doces, que, para ele, é uma das artes mais característica da civilização brasileira. Ele se propõe a recolher receitas de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba, tentando, assim, como ele salienta, livrar do esquecimento este saber. Segundo Freyre:

Há um gosto todo especial em fazer preparar um pudim ou um bolo por uma receita velha de avó. Sentir que o doce cujo o sabor alegra o menino ou a moça de hoje já alegrou o paladar da dindinha morta que apenas se conhece de algum retrato pálido, mas que foi também menina, moça e alegre. Que é um doce de pedigree, e não um doce improvisado ou imitado dos estrangeiros. Que tem história, que tem passado. Que já é profundamente nosso. Profundamente brasileiro. Gostado, saboreado, consagrado por várias gerações brasileiras. Amaciado pelo paladar dos nossos avós. (Freyre, 2007, pg. 73)

Nesta primeira edição, Freyre só reconhece como região produtora de doces a que produz açúcar; mais tarde, ele vai adicionar outras áreas do país, entre elas, Pelotas. É necessário destacar que, para organizar o caderno de receitas, ele salienta que recolheu papéis antigos da sua família, de quituteiras, de famílias antigas de engenhos pernambucanos, alagoanos e paraibanos.

Em 1959, a Editora Globo organiza o livro “Doces de Pelotas”, com a coordenação de Amélia Vallandro e prefácio de Athos Damasceno, lançado em Porto Alegre e São Paulo. Os editores apresentam o livro dizendo: A fama dos doces, e passas, e cristalizados de Pelotas vale hoje por uma respeitável tradição. (1959, pg VII)

Se Pelotas, ou o Rio Grande do Sul não aparecem na primeira edição de Açúcar, Athos Damasceno vai buscar, em Freyre, o embasamento para dizer da importância de ser feito um inventário sobre a doçaria e a culinária da região:

Nessas condições, apurar, como recomenda Gilberto Freyre, o que possa ser apresentado como verdadeiramente nosso, em matéria de mesa e sobremesa, afigura-se-nos empresa difícil no caso particular do Rio Grande, a não ser que se o faça em termos muito relativos. (...) E ter-nos-íamos por bem pagos, se esta breve notícia, que vimos tentando, tivesse, à falta de outras virtudes, a de dar curso à sugestão do sociólogo e a de servir de ponto de partida, modesto embora, para um estudo completo do assunto. (Damasceno, 1959, pg.45)

Responder a Gilberto Freyre é o que Athos Damasceno faz. Mostra como o Rio Grande do Sul, mesmo não sendo uma região produtora de açúcar, possui uma volumosa e variada confeitaria. Ele mostra que, desde o início, a província recebeu muito açúcar. Depois, faz um levantamento dos doces feitos em alguns lugares, como, por exemplo, a região de Santo Antônio da Patrulha, com o melado e com a

rapadura. Depois, faz um longo relato sobre a produção de doces em Porto Alegre e suas confeitarias. Quanto a Pelotas, ele inicia falando sobre a arte do papel recortado, que destacava a cidade no final do século XIX. Ainda fala da arte dos biscoitos pela qual Pelotas teria reconhecimento, mais do que a capital.



Figura 21: Capa do Livro Doces de Pelotas - 1959
Fonte: Foto da autora

A capa é uma sala de jantar com uma mesa posta para o chá, com bolos, tortas, doces, lustres com velas, casais vestidos de gala, militares e civis, e remete aos banquetes e saraus realizados nos casarões da cidade durante o século XIX (Figura 21). É para este tempo que o autor leva os leitores para explicar a doçaria de Pelotas, que, segundo ele, deve-se ao surto econômico, à prosperidade das charqueadas e fazendas:

As repercussões deste rápido e vivaz florescimento material teriam necessariamente de se fazer sentir nos diferentes setores da sua urbe e, pois, na vida mundana, a traduzir-se num convívio social frequente e animado a que se ligavam estreitamente as reuniões familiares, com suas mesas de finas iguarias e doces finos, - doces finos, sobretudo, aos quais

o tempo emprestaria sólida reputação e um timbre excepcional, e cujo prestígio se projetaria até nossos dias. (Damasceno, 1959, pg.42)

O prefácio de Athos pouco fala sobre a doçaria de Pelotas, grande parte do texto fala sobre Porto Alegre, passando por doceiras e doçarias. A capital era o seu grande tema de pesquisa e de produção literária, por isso a sua dedicação a ela neste prefácio. Ele mesmo se dá conta deste fato quando diz que um inventário completo dos doces pelotenses se fazia necessário, “limitando-nos, contudo, quase que exclusivamente a Porto Alegre” (1959, pg. 44).

Amélia Valandro é que faz o trabalho da escolha das doceiras e as tratativas para ter sua permissão para publicação das receitas. São doze doceiras as escolhidas, duas não eram nascidas em Pelotas, mas moravam há muito tempo na cidade, conforme informado por Damasceno: Benilda Azevedo, Sara Fagundes Adures (apresenta as receitas de Mariquinhas Vizeu, já falecida), Berola L Bammann, Laura Duarte Zanotta, Alice Kramer Amaral, Maria José e Maria Izabel Cordeiro, Maria Collares Talaveira, Maria Francisca Mascarenhas, Arminda Mendonça Détrouyat, Yolanda Bitencourt e Cecy Costa Leite.

Algumas dessas, na época da publicação do livro, possuíam mais de oitenta anos e produziam doces desde o final do século XIX. Algumas pertenciam a famílias da elite da cidade. Foram reconhecidas doceiras, não só na cidade como em outras cidades, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu, entre outras. Cada uma com sua especialidade muito variadas, indo das frutas cristalizadas, doces de calda, bolos de noiva, tortas, guloseimas carameladas doces de ovos de origem lusa até doces de origem alemã.

Ao contrário do que seria um livro de receitas de doces de Pelotas, nos dias atuais, ele possui uma variedade muito grande de doces, não se restringindo aos doces de bandeja ou aos de frutas. São mais de duzentas páginas divididas entre bolos, coberturas para tortas e bolos, cremes, doces em calda, docinhos, gelatinas, passas, passas de frutas, pudins e tortas. Cada uma das receitas é identificada com as iniciais da doceira a quem pertencia. Em todo o livro de receitas, são tratadas da mesma forma, sendo de frutas, de origem lusitana ou de outra origem. A única que

se sobressai, numa nota, no final da receita, é a de passa de pêssegos, da doceira Maria Collares Talaveira, em que está colocada a seguinte frase: “Esta é a receita da famosa passa de pêssego Pelotense” (1949, pg 202). Afirmação que nos remete ao que os escritores analisados anteriormente colocaram sobre a fama deste tipo de doce.

Depois desta publicação, Gilberto Freyre, na terceira edição de “Açúcar”, em 1968, vai reconhecer a produção de doces no Rio Grande do Sul, mais precisamente em Pelotas. Conforme ele salienta, foi chamado a atenção sobre o assunto por Moyses Velhinho. Reconhece que o prefácio de Athos Damasceno é uma resposta ao seu pedido de que outros estudiosos escrevessem sobre o doce em outras regiões. Ressalta que o trabalho de Damasceno e de Amélia Valandro constitui-se num dos melhores livros de língua portuguesa sobre o assunto.

Diz que Pelotas é uma sub-região desligada do complexo açucareiro, mas é uma rival do Nordeste e do Rio de Janeiro “na tradição dos doces finos” (2007, pg.25). Outra sub-região que ele define é o Pará, com as compotas de frutas da Amazônia. Com isso, ele chega à conclusão que há uma geografia do doce, em que o destaque desta produção não se liga diretamente a regiões produtoras de açúcar. No entanto, ele afirma que “o primado da doçaria brasileira cabe ao Nordeste” (2007, pg. 25).

Em 1970, a Editora Globo lança uma reedição o livro de receitas, em que duas coisas chamam a atenção. A primeira é o nome do livro que passa a ser “Receitas de Doces”, desaparecendo o nome da cidade. E a segunda é a própria capa (Figura 22), que perde a referência aos banquetes do século XIX. Para quem não abre o livro, as referências aos doces de Pelotas não são percebidas.

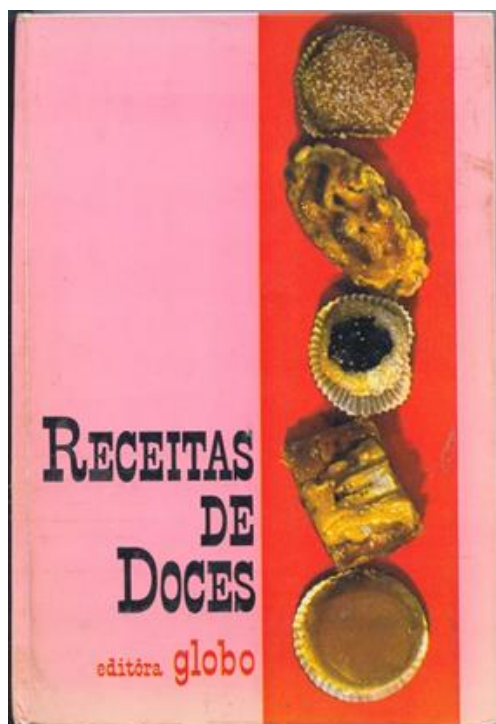


Figura 22: Capa do livro Receita de Doces -1970
Fonte: Acervo Glecy da Costa Leite Mello

Precisamos retomar o que foi colocado por Bach (2017): na década de 1970, Pelotas é reconhecida como a capital nacional do pêssego, em que se destacam os doces industrializados da fruta. Há campanhas na imprensa nacional ressaltando a importância destes produtos, por exemplo, em 1972, é publicado um suplemento especial da Revista Manchete, ed. 1073 (Figura23), em que o potencial econômico da cidade é destacado. Este é o momento da chegada de grandes empresas como a CicaSul e da implantação do distrito industrial da cidade em busca de novos investimentos (Figura 24). Segundo o autor, existia uma ideia desenvolvimentista em busca de novos investimentos na cidade e de novos investidores.

**A CALIFÓRNIA
BRASILEIRA**

**THE BRAZILIAN
CALIFORNIA**

GRAÇAS ao clima e ao solo, altamente propícios, a fruticultura já está muito desenvolvida na região. Pesquisadores cobrem milhares de hectares de terra e são também numerosas as plantações de morango, figo, laranja, ameixa e pêra, supriendo a indústria de conservas vegetais, que se abastece também da volumosa produção de aspargos, ervilhas, tomate e pepino. Em Pelotas e vizinhança funcionam mais de 70 fábricas de conservas dessas frutas e legumes. E o aperfeiçoamento da fruticultura regional conta com um serviço altamente especializado de pesquisa da Estação Experimental da Cascata, órgão do IPEAS (Instituto de Pesquisa Agropecuária do Sul).

THIS is a region where both climate and soil are highly suitable for fruit growing. Its land is covered with peach trees; plantations of strawberries, plums and pears are also to be found, supplying a preserves industry that also makes full use of a voluminous output of asparagus, green peas, tomatoes and cucumbers. In and around Pelotas there are more than 70 factories manufacturing preserves from these fruits and vegetables. The research and highly specialized services of the Ministry of Agriculture's Cascata Experimental Station (IPEAS) make a considerable contribution to the improvement of fruit growing in the region.

Pelotas é o maior produtor de pêssegos do país, tendo suas compotas de frutas grande aceitação no mercado interno e externo.

Pelotas is the largest peach producer in the country, and its fruit preserves are popular on both home and overseas markets.

Figura 23: Suplemento especial da Revista Manchete ed 1073 de 1972
Acervo: Biblioteca Nacional



Figura 24: Divulgação da Indústria Agapê na Rede de supermercados Sendas – SP
Fonte: Alcir Nei Bach

Knack (2017) escreve sobre a década de 1970 a partir da análise da revista “Destaque Pelotas”²⁴, na qual, segundo o autor, o apelo pela modernização é muito forte, exaltando as novas indústrias, as novas atividades comerciais e os novos arranha-céus. De forma bastante clara, a revista coloca que a cidade está bem diferente, os edifícios substituíram os velhos casarões, o asfalto está no lugar das velhas carreteiras. “A princesa tradicional transformou-se em uma moderna cidade” (Rocha, 1970, pg.7). Todas estas referências de modernização nos mostram a rejeição àquilo que era tradicional, ou que era visto como um passado já ultrapassado, necessário de ser trocado pelo novo como os casarões. Portanto, a capa do Livro de receitas de doces, de 1970, reflete, também, este período, em que os banquetes, nos antigos casarões, são trocados por cinco doces sem origem ou sem procedência.

4.1.3 A Formação e a organização da profissão

Mesmo com o predomínio do doce industrializado, a produção de doces artesanais não desapareceu, as doceiras continuavam com suas atividades. As mais antigas iam passando o seu fazer dentro das próprias famílias, como identificado no relato de Athos Damasceno ou no Dossiê dos Doces de Pelotas(2018). Além destas, sempre houve muitas outras que atendiam confeitarias, encomendas das classes populares, padarias e outros estabelecimentos que vendiam doces. Esse segmento, em especial, merece uma pesquisa mais aprofundada sobre o seu fazer, principalmente na primeira metade do século XX.

As doceiras mais conhecidas recebiam seus conhecimentos na rede familiar ou como empregadas de doceiras mais especializadas, mas, aos poucos, houve uma profissionalização, começaram a ser oferecidos os cursos de formação de doceiras. Uma das mais conhecidas professoras foi Rosa Tomaz, que exerceu este ofício por 35 anos, atuando nos cursos de formação do SENAC. “Ela é apontada como elo de ligação entre as receitas de família dos grandes casarões e a população em geral” (Miguens, 2015, pg. 86).

Professora Rosinha, como era conhecida, foi responsável pela adaptação de receitas das antigas doceiras para a realidade de seus alunos, muitas vezes buscando a substituição de ingredientes muito caros por outros mais acessíveis. Conforme declaração feita pela Professora Rosinha para Miguens, o seu objetivo no SENAC era ensinar uma atividade que pudesse ser desenvolvida pelos futuros doceiros e que lhes trouxesse retorno financeiro. (2015, pg. 97). Alguns dos seus alunos vão dar continuidade aos cursos de formação, assim como Cris Fernandes, que possui uma escola de cursos técnicos para doceiros.

Os cursos propiciaram que um número bastante grande de pessoas tivesse acesso aos modos de fazer o doce. Segundo Miguens (2015) e o Dossiê (2018), esta popularização da produção não foi vista com bons olhos pelas doceiras mais antigas que receberam os seus conhecimentos através da transmissão familiar, acreditavam ser o seu fazer o realmente tradicional.

Nas narrativas dessas antigas doceiras ou dos descendentes dessas mulheres, a ornamentação do doce é um dos índices pelos quais diferenciam o que consideram “doce tradicional” do contemporâneo, despojado e feito em série. Isso é o que as informantes definem como expressão artística das antigas doceiras, reflete saberes que foram se perdendo ao longo dos anos, substituídos por materiais mais práticos e por forminhas industrializadas, as chamadas pelotines. (Ferreira, Cerqueira&Rieth,2008, pg.101)

As doceiras mais antigas repudiavam a introdução de ingredientes para baratear os custos e faziam uma dura crítica, principalmente aos cursos que introduziram estas novas técnicas.

Esta popularização do conhecimento sobre o fazer doceiro e o aumento do número de trabalhadores na área levou a uma necessidade de organização do ramo e, em 1981, a partir de uma iniciativa da Prefeitura Municipal, foi criada a Cooperativa das Doceiras de Pelotas (CoDoPel). Conforme Miguens (2015), a prefeitura desenvolveu esta ação através de recursos que obteve com o Banco Mundial para o incentivo ao desenvolvimento da cidade. A Cooperativa foi fundada com cinco associadas, mas, em pouco tempo, este número cresceu muito, passando de cem cooperadas em menos de um ano. Isso nos mostra que o número de pessoas fazendo doces na cidade era bem considerável -iniciava um processo de apoio da Prefeitura Municipal à atividade doceira.

4.2 O FUTURO PARA OS DOCES: A FENADOCE

Pelotas como Capital Nacional do Pêssego, em 1973, organizou a I Feira Nacional do Pêssego - FENAPÊSSEGO (Figura 25), realizada na Associação Rural de Pelotas, entre os dias 08 e 17 de dezembro. Segundo Back (2009), foi uma feira de negócios onde diversas indústrias de pelotas apresentaram os seus produtos.



Figura 25: I FeNaPêssego - 1973
Fonte: Acervo do Museu do Doce da UFPel

Segundo Samir Hallal, “Quando a FENAPÊSSEGO aconteceu, logo vimos que, além do pêsego, também precisava incluir outros tipos de doces”²⁵, estava dado o impulso para novas atividades turísticas para Pelotas.

Com a CoDoPel, em funcionamento desde 1981, o Prefeito Bernardo Olavo de Souza (Figura 26), em 1986, organiza a 1ª Feira Nacional do Doce – Fenadoce –, que tinha por objetivo divulgar os produtos na área de doces, enlatados e confeitarias da cidade, com o propósito de estimular a comercialização destes produtos. Foi organizada pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer, Turismo de Pelotas - Fundapel. O local escolhido foi uma área da Universidade Católica de Pelotas no Laranjal. Aproveitava, assim, para unir duas atrações turísticas: a feira e a praia.



Figura 26: Prefeito Bernardo Olavo de Souza - 1ª Fenadoce
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

O evento aconteceu durante cinco dias, entre os dias 14 e 19 de janeiro (Figura 28), recebendo um público estimado em sessenta mil pessoas (Figura 27). Recebeu apoio dos comerciantes locais, tinha mais de 55 estandes que buscavam mostrar a doçaria, a indústria, o comércio, o artesanato e os serviços da cidade.



Figura 27: Público na 1ªFenadoce
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

Eu trabalhava com as doceiras, quando a prefeitura fez a primeira Fenadoce, em 1985, foi a prefeitura que fez... já existia uma associação de doceiras, aqui em Pelotas, e a prefeitura começou a estimular muito, o trabalho delas, essa questão da Fenadoce... acho que aquele momento também foi um momento bem importante para resgate de autoestima e para o estímulo à produção do doce mais presente na vida da cidade...(Araújo, 2016)



Figura 28: Cartaz da 1ª Fenadoce
Fonte: Acervo da CDL – Fenadoce

As três edições seguintes não tinham uma definição de lugar ou de espaço definitivo. A 2ª FENADOCE (Figura 29) aconteceu de 01 a 08 de maio de 1988, no Parque da Associação Rural; a 3ª ocorreu no mesmo local, de 09 a 18 de novembro de 1990 e a 4ª, de 7 a 18 de julho de 1995, nas dependências da antiga Fábrica Fiação e Tecidos. Apesar da falta de periodicidade definida e local, a feira aumentava em número de expositores e de público, mostrando a potencialidade de negócios e turismo para a cidade.



Figura 29: Governador Pedro Simon e o Prefeito José Maria Carvalho da Silva conferindo, com o empresário Hugo Poetsch, as embalagens de exportação das Conservas Agapê.
Acervo: Site Pretérita Urbe

A Segunda edição ainda foi realizada pela Fundapel. A terceira, organizada por uma comissão organizadora, formada por representantes das Associações Comercial e Rural, Centro das Indústrias, Clube de Diretores Lojistas e Prefeitura Municipal. Nesta, já é possível ver uma ampliação do foco, estava dividida em estandes das doceiras, de artesanato, expositores do Uruguai, Argentina e Chile. Estandes no pavilhão central, com empresas de diversos segmentos e outros expositores dos mais diversos setores da economia. Também, aconteceram, paralelamente, vários eventos, como o 1º Fórum de Tecnologia de alimentos do Cone Sul, Kerb, II Encontro Regional de Administração, Sistemas e Métodos e 5º Encontro de Docentes de Organização e Métodos do RS, Campeonato Internacional de Golfe, 1º Encontro Estadual de Sindicatos Patronais do Comércio do RS, Meeting Internacional de Vela, Provas de Kart, Bicicross, Autocross e Motocross e Grande Prêmio Fenadoce Turfe.

A próxima edição levou cinco anos para acontecer em novo local e, agora, sob a organização da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. Esta começou de forma diferenciada, para divulgação, foi realizado um vídeo mostrando tanto a parte

histórica da cidade, quanto os aspectos de modernidade, a sua infraestrutura e outros pontos que beneficiavam a quem investia na cidade.

Nesta edição, a modernidade anda junto com a tradição. Mostrar a força de uma tradição foi um dos objetivos da Fenadoce para alavancar o comércio. Em 1995, começou a funcionar, nas suas dependências, a fábrica de doces em que os visitantes podiam presenciar a feitura dos doces de tacho (a pessegada, figada, marmelada e goiabada, entre outros), cuja confecção era dirigida por D. Zilda (Figura 30), reconhecida doceira da cidade. Os doces confeccionados podiam ser degustados pelos visitantes. A partir deste momento, a fábrica funcionou em todas as edições da Feira.



Figura 30: Doceira D. Zilda
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

O Secretário do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, em 1995, Adolfo Fetter Júnior, declarou ao Jornal da Fenadoce (espaço no Jornal Diário Popular) que a Feira resgatava valores importantes de Pelotas e que a cidade buscava um novo momento baseado no seu passado. (20/07/1995)

Em 1996, aconteceu a 5ª Fenadoce. Esta edição foi um marco na organização do evento, pois foi a primeira a ser realizada na sua sede definitiva, no complexo em que antes funcionava a Cicasul, de 03 a 14 de julho de 1996. Foi a

união do evento que destacava a produção de doces com o prédio da empresa (Figura 31) que tinha, segundo Back (2017), o doce como seu principal produto.

Pela primeira vez, o Governador do Rio Grande do Sul se fez presente na abertura do evento. Eram mais de vinte mil metros quadrados para a festa, com mais de quatrocentos stands. Neste ano, começam os desfiles com carros alegóricos, buscando representar a história da cidade.



Figura 31: Vista aérea da Industria CICASUL
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

No Centro de Eventos, a fábrica de doces assumiu lugar de destaque (Figura 32). Colocaram-na no acesso principal do público, de cinco pessoas trabalhando, na edição anterior, passou para dezessete. Na sua placa de identificação, estava colocado que ali se encontrava a tradição caseira do Doce de Pelotas (Figura 33). A nomenclatura caseira era usada apesar de ser uma pequena indústria de doces

de frutas que possuía funcionários e já distribuía doces para várias outras cidades.



Figura 32: Fábrica de Doces D. Zilda no Centro de Eventos
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce



Figura 33: Placa de Identificação da Fábrica de Doces D. Zilda no Centro de Eventos
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

A Coordenação da Feira foi aos poucos introduzindo elementos para complementar esta busca pelos valores do passado. Primeiro, a fábrica que produzia os doces cristalizados, a criação do Mercado do Doce, uma réplica do Mercado Central da cidade; depois, o desfile de carros alegóricos que mostrava o período áureo das charqueadas e, para complementar, nos anos de 1998 e 1999, a organização da exposição denominada de Museu do Doce, em que foram expostos livros de receitas, utensílios, documentos administrativos e fotografias.

Em 1999, foi realizada uma homenagem à Confeitaria Nogueira, organizada por João Fernando Igansi Nunes, por seu Centenário (Figura 34). Embora já estivesse fechada desde 1988, era a última das confeitarias que iniciou as suas atividades no período de apogeu econômico da cidade. Segundo Olga Cunha²⁶ (2016), esta exposição é o resultado de uma vontade que a cidade tivesse um Museu do Doce (Figura 35), fato que só se efetivou em 2013.



Figura 34: Exposição comemorativa ao centenário da Confeitaria Nogueira - 1999
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

Sabemos, como salienta Santos (2002, pg 118), que diversos atores, tais como indivíduos, grupos ou nações, utilizam a memória com o objetivo de fortalecer identidades e defender interesses específicos. Neste caso, a organização da Fenadoce busca o reconhecimento de Pelotas como cidade dos doces, relacionando a produção destes ao período de grande desenvolvimento econômico e social proveniente das charqueadas.



Figura 35: Entrada da exposição Museu do Doce
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

O evento cresceu muito com a organização do CDL. No centro de eventos, o número de estandes mais que dobrou, chegando a 450 dos mais diversos produtos. A imprensa local e regional deu amplo destaque ao evento, o Jornal do Almoço da RBS Tv, na 7-Fenadoce, foi transmitido ao vivo, direto do Centro de Eventos. Consolidava-se a Festa como o evento mais importante da zona sul do

Rio Grande do Sul. Pelotas se fortaleceu como a cidade do doce, agora não mais da compota de pêssego, mas dos doces finos ou de bandeja, e dos doces cristalizados.

Na busca da consolidação do título de cidade do doce na 9ª Fenadoce, o presidente da CDL Fernando Estima anunciou que o SEBRAE, junto com as doceiras, ia buscar o selo de qualidade dos doces. Para tanto, profissionalizaria as doceiras a partir de cursos de qualificação da mão de obra, valorizando, assim, a tradição doceira da cidade.

Neste mesmo ano o Professor do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, Mário Osório Magalhães, publicou um livro denominado Doces de Pelotas: Tradição e História, que continha textos do próprio autor e de outros que falavam sobre a cidade e os doces, direta ou indiretamente. Mário Osório mais tarde vai ser o consultor histórico. Segundo Rieth (2018), os textos dele foram fundamentais para os rumos do inventário dos doces.

Neste ponto, começam as ações para o reconhecimento do doce pelotense como patrimônio, o qual vai percorrer dois caminhos: o de reconhecimento pela Indicação Geográfica - outorgado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - e o reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro, concedido pelo IPHAN

4.2.1 O Registro de Indicação de Procedência

O Registro das Indicações Geográficas no Brasil começou a partir da promulgação da Lei de Propriedade Industrial nº 9.279/96. São duas categorias de registro: a Denominação de origem ou a Indicação de Procedência. Segundo Giesbrecht (2014):

O registro e conseqüente proteção de uma Indicação Geográfica possibilita agregar valor a ativos intangíveis de uma determinada região, garantindo a produtos e serviços uma identidade que os diferencia, no mercado consumidor, em função de características geográficas, históricas e socioculturais, projetando-os para além de sua área geográfica. (Giesbrecht, 2014, pg. 14)

O que o INPI define como objetivos do registro é agregar valor ao produto e proteger a região em que ele é produzido contra falsificações e uso indevido da marca.

Analisando a questão do registro de bens na Europa, Tornatore nos coloca que:

A retomada de produtos regionais e sua certificação se situam nessa encruzilhada dos novos usos do patrimônio quando conduzem os produtores a apoiar suas ações sobre o que Lucie Dupré chama de “instrumentalização da tradição”. (Tornatore, 2010, pg 14)

Neste caso, o autor analisa a cultura da castanha em Àrdèche, em que ele salienta que diversos atores sociais se unem para construir uma atividade que é vista como tradicional em um determinado território. Por ser considerado um exemplar único, necessita ser identificado como tal. Para conseguir o seu intento, estes grupos:

Se apoiam sobre operações específicas tais como festas, criação de marcas especiais (selo), comunicação turística, que visam assegurar o reconhecimento simbólico, a apropriação social, a tomada de valor estético e intelectual, a valorização econômica, dito de outra forma, o consumo desse “patrimônio em atividade”. (Idem)

O que vemos no cenário de Pelotas é que a produção de doces nunca deixou de existir. No entanto, o que mais se diferenciava na cidade era a produção de doces derivados do pêssego, conforme Back (2017). Sendo que, no momento em que a Fenadoce foi criada, pelo prefeito Bernardo de Souza²⁷, a maioria das indústrias de conserva já se encaminhavam para o fim de suas atividades. Quando a CDL assume a feira, não só há uma diminuição da importância do pêssego e uma valorização crescente dos doces finos e dos cristalizados, assim como uma busca de valorização da herança das charqueadas com os desfiles, a réplica de prédios históricos, encenações que foram sendo anexadas à programação.

Neste processo, buscar o registro de indicação geográfica iria favorecer os produtores locais, pois já se sabia que, em muitos lugares, eram vendidos doces

como sendo provenientes de Pelotas, sem realmente terem sido produzidos ali, eram falsificações.

Conforme Miguens (2015), no Brasil, os processos de solicitação da identificação geográfica são realizados com o apoio do SEBRAE, que auxilia na organização do processo e na consultoria junto aos produtores para atingirem os níveis de exigência do INPI.

Segundo Miguens (2015):

O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) teve uma iniciativa chamada Rededoce, que congregou muitos destes produtores, a fim de definir, padronizar e uniformizar o tamanho e a qualidade do produto final. (Miguens, 2015, pg. 89)

Com técnicos como engenheiros químicos e consultores em processos de indicação geográfica, todo o processo foi organizado pela regional do SEBRAE, sediada em Pelotas, nas normas do INPI. Para a obtenção da Identificação de Procedência, é necessário que o processo seja encaminhado por um grupo organizado de produtores, não podendo ser o poder público municipal, ou outra organização que não seja produtora. Assim, o SEBRAE auxilia na organização da Associação dos Produtores de Doces de Pelotas, que iniciou suas atividades em 2008, a qual objetiva fortalecer o setor, proteger o legado das receitas de doces tradicionais e estimular a inovação e o desenvolvimento das empresas do setor.

Pode-se notar que a Associação se preocupa com as empresas, não se fala nas doceiras individuais, as que receberam a receita de suas antepassadas, que aprenderam na cozinha de suas mães a arte do saber fazer o doce. A receita aceita por esta entidade é aquela que foi acertada previamente entre as associadas e embasada nos procedimentos da inspeção de saúde.

Conforme Miguens (2015), das 110 doceiras que começaram a participar do processo de organização do pedido de Indicação Geográfica, em 2008, quando do início da Associação, apenas 14 se associaram. Finalmente, em 30 de agosto de 2011, segundo Giesbrecht (2014), os doces de Pelotas receberam a IG 200901 referente aos Doces Finos Tradicionais e de Confeitaria, produzidos na região

compreendida pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, mesma região delimitada pela pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais. Os quatorze doces que receberam a certificação como Indicação de Procedência foram: Amanteigado, Beijinho de Coco, Bem Casado, Broinha de Coco, Camafeu, Fatias de Braga, Ninho, Olho de Sogra, Papo de Anjo, Pastel de Santa Clara, Queijadinha, Quindim, Trouxas de Amêndoa; Panelinha de Coco e Doces Cristalizados de Frutas.

Em 2015, apenas 04 empresas - Imperatriz Doces Finos, V & N doces Artesanais de Pelotas, Delícias Portuguesas e Annete Ruas faziam doces com o selo de origem; duas dessas eram da mesma proprietária e todas só produziam doces finos. Em 2019, existem 16 empresas associadas, o número aumentou devido a exigências da organização da Fenadoce, para expor durante o evento a partir de 2017. Poucas quiseram ou puderam atingir o padrão de identidade e qualidade dos doces de Pelotas. Segundo informação contida na página da Associação.

Considera-se como padrão aplicável a todas às receitas o cumprimento obrigatório da caracterização microbiológica e macroscópica, definida pela legislação brasileira. Quaisquer desvios identificados por análises laboratoriais deverão ser descartados do processo e não receberão autorização de uso do selo, até que sejam produzidos lotes em conformidade com a legislação brasileira. Ao Conselho Regulador outorga-se o direito de solicitar amostras e encaminhá-las para análises laboratoriais, sempre que julgarem necessário.²⁸

Ao mesmo tempo que a Associação diz defender as receitas tradicionais, exige o cumprimento obrigatório da caracterização definida pela legislação brasileira. Como nos salienta Machuca (2010), este tipo de salvaguarda das tradições promove uma certa organização socio comunitária, mas, ao mesmo tempo, existem importantes elementos que se perdem, como, por exemplo, a proibição do uso do tacho de cobre ou das colheres de madeira.

4.2.2 O Doce como Patrimônio Cultural

No último ano do século XX, ao mesmo tempo que Pelotas era considerada como Patrimônio Cultural do Estado pela Lei 11.499, de 06 de julho de 2000, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso assina o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, em que institui o registro dos bens culturais de natureza

imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, que vem regulamentar, em parte, o artigo 266 da Constituição Brasileira de 1988. Segundo Telles:

Três instrumentos influenciaram sobremaneira a criação do Decreto 3551/2000. O primeiro, de cunho jurídico-internacional, foi a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da Unesco; o segundo, de direito interno, o advento do art. 216 da Constituição de 1988; e o terceiro, de caráter acadêmico, a Carta de Fortaleza. (Telles, 2010, pg 48)

A regulamentação da constituição levou mais de onze anos, ficando a cargo do IPHAN o registro dos bens culturais brasileiros. Já no Rio Grande do Sul, o patrimônio imaterial foi regulamentado a partir da Lei estadual 13.678, de 17 de janeiro de 2011. Enquanto não existia uma lei específica no estado, a indicação de patrimônio imaterial aconteceu através de projetos de lei de deputados estaduais.

Em 2003, foi votado um projeto de lei da deputada estadual Leila Fetter, que definia o doce pelotense como patrimônio cultural do RS, o qual foi aprovado e sancionado pelo Governador Germano Rigotto, que, simbolicamente, o assina durante a sua visita na 11ªFenadoce (Figura 36).



Figura 36: Governador Germano Rigotto, acompanhado da corte da Feira
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

A Lei 11.919, de 06 de junho de 2003, define que:

Art. 1º - Esta Lei declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado os doces artesanais de Pelotas.

Art. 2º - É declarado patrimônio cultural do Estado, nos termos e para fins, especialmente dos artigos 220, 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, o acervo de receitas, inclusive as de origem portuguesa e açoriana, que, por exprimirem uma arte essencialmente popular, geraram produção artesanal única e característica de Pelotas.

§ 1º - No prazo de até 60 dias após a promulgação desta Lei, a Comissão Organizadora da Festa Nacional do Doce enviará à Secretaria da Cultura do Estado a relação dos doces artesanais e respectivas receitas.²⁹

Destaca-se, nesta lei, que não se usa o termo tradição doceira, mas, sim, um modo de fazer artesanal, excluindo todos os doces industrializados produzidos na cidade. Como não existia um setor responsável pelo inventário e registro no RS, o que o Decreto faz é passar para a Comissão Organizadora da Fenadoce a atribuição de definir quais seriam os doces artesanais e as suas receitas que seriam definidos como patrimônio imaterial. No seu conteúdo, o Decreto é muito vago; como não existia um instrumento de inventário, nem uma pesquisa que o estivesse embasando, ele deixa muitas dúvidas do que podemos entender por doces artesanais, por exemplo. Ou a que receitas estava falando além das de origem portuguesa e açoriana.

Encaminhar as receitas para a Secretaria de Cultura nos parece que é uma forma de eternizar estas receitas e não como nos diz Telles sobre o registro de bens imateriais.

Formula-se, nesse estudo, um conceito de que registro é uma ação do Poder Público com a finalidade de identificar, reconhecer e valorizar as manifestações culturais e os lugares onde estas se realizam, os saberes e as formas de expressões dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, levando-se em consideração o binômio mutação-continuidade histórica do patrimônio cultural imaterial. (Telles, 2010, pg. 51)

Esta Lei só vai ser regulamentada em 2007, pelo Decreto-Lei 45.153, de 17 de julho de 2007.

Art. 3º - Os doces finos tradicionais de Pelotas são aqueles fabricados de acordo com as tradicionais receitas trazidas pelas famílias portuguesas ou pelos filhos de charqueadores que viajavam pela Europa.

Art. 4º - Fazem parte do acervo de receitas de doces finos tradicionais: a) camafeu; b) fatia de Braga; c) pastel de Santa Clara; d) ninhos; e) ovos-moles; f) trouxa de amêndoas; g) bem-casado; h) carioquinha i) bom-

bocado j) monserrat; l) olho-de-sogra; m) papo-de-anjo; n) quindim; o) Rei Alberto; p) torta de castanhas.

Art. 5º - Os doces caseiros são confeccionados com frutas da época, como banana, pêssego, morango, abóbora e outros.

Art. 6º - Fazem parte do acervo de doces caseiros de Pelotas: a) doce de batata-doce; b) doce de abóbora; c) doce de figo; d) goiabada em calda; e) ambrosia; f) bananada; g) batatada; h) figada; i) figo cristalizado; j) goiabada; l) marmelada; m) passa de pêssego; n) pessegada.

Art. 7º - Deverão ser inscritos no Livro Tombo da Secretaria de Estado da Cultura os doces e suas respectivas receitas.

Art. 8º - A Comissão Organizadora da Festa do Doce será responsável pela preservação do acervo e também pela fidelidade das receitas elaboradas pelos fabricantes de doces artesanais.³⁰

O Decreto não fala mais de doces artesanais, passando a tratar como doces tradicionais e doces caseiros. Os doces tradicionais, neste caso, são os que foram trazidos por famílias portuguesas ou pelos filhos de charqueadores que viajavam à Europa. No entanto, um dos doces listado é o Monserrat, doce desenvolvido pela Confeitaria Berola, que homenageou a Cantora lírica Montserrat Caballé, que se apresentou em show aberto na praia do Laranjal, em 1998.

Os doces caseiros são os doces feitos com frutas da época conforme artigo quinto. No próximo artigo em que estão listados os doces, aparece a ambrosia - doce de ovos -, portanto não se adequa à definição do artigo anterior. Além disso, aparece, na lista, goiabada em calda -, que é um doce que não existe, goiabada é um doce brasileiro conforme o dicionário Michaelis é um doce feito de goiaba, de consistência pastosa”, portanto sem calda.

No artigo oitavo, o Decreto define que o responsável pela fidelidade das receitas e pela preservação do acervo é a Fenadoce. Resta saber como poderia a Comissão de Organização da Feira ser responsável por esta preservação? Sua única possibilidade é a regulação dos expositores que participam do evento, não possuindo autoridade para outro tipo de intervenção. O estado, neste caso, registrou alguns doces de Pelotas, mas passou o compromisso de salvaguarda por meio de documentação, acompanhamento e apoio às suas condições de existência para a iniciativa privada, não mais acompanhando o processo. Conforme Teles (2007), todo o registro de bem imaterial necessita de outros meios para a guarda real deste

bem. No caso do Decreto 45.153, não existe um documento que delimite o direito de propriedade intelectual; tampouco, ele indica obrigações aos envolvidos com o bem registrado. Portanto, torna-se inócuo, apenas deu visibilidade ao ato, sem dar sustentabilidade à preservação.

Entre o período que a Lei foi assinada e a promulgação do Decreto Estadual, outro movimento de reconhecimento como patrimônio se iniciou, em âmbito federal, com participação do IPHAN, a partir das ações do Programa Monumenta.

Em 2005, assume a prefeitura de Pelotas Bernardo Olavo de Souza, num segundo mandato, sendo o seu vice Adolfo Fetter Júnior. Os dois políticos que tinham sido opositores na questão da lei de patrimônio material em Pelotas, na década de 1980, unem-se em uma coligação. É indicada como Secretária de Cultura a Sra Beatriz Araújo, que já havia participado da primeira gestão do prefeito, pessoa que vai ser de fundamental na atuação da patrimonialização da tradição doceira.

Segundo ela (2016), logo que assumiu, recebeu um comunicado de que havia a possibilidade de concorrer a recursos de editais do programa Monumenta para patrimônio Imaterial.

No Programa Monumenta, disponibilizaram um edital, e nós também não podíamos apresentar os projetos na secretaria de cultura, ... E na época o que eu busquei, foi tudo nesse período de 2005/2006... O que eu procurei fazer foi parcerias e o IPHAN disponibilizou aquele método que foi utilizado depois para fazer todo o trabalho que se fez com o doce em Pelotas, que os pesquisadores da Universidade Federal foram contratados para isso, para fazer aquele levantamento e que resultou, vamos dizer, que viabilizaria o tombamento... colocar no Livro Tombo nacional esse patrimônio imaterial de Pelotas, e o IPHAN, me chamou e eles me disseram: "nós vamos entregar para ti esse material aqui"... que seria o método que seria utilizado e então a gente via uma preocupação grande do IPHAN com a questão do doce sempre, um envolvimento muito forte.(Araújo, 2016)

Beatriz ressalta que, em 2005, o Ministério da Cultura, em parceria com a Unesco, lançou um edital, restrito aos municípios contemplados pelo Programa Monumenta, que disponibilizava recursos para aplicação do INRC. Todavia, os entes públicos não poderiam concorrer a este edital, necessitando de um ente privado; no caso de Pelotas, foi realizado através da CDL.

Procurei o CDL, conversei com o CDL, se aceitariam assinar o projeto como proponentes, nós fizemos o projeto dentro da Secretaria de Cultura... E para contratar os professores, os pesquisadores da UFPel, o caminho era a Fundação Simon Bolívar, aí fizemos a CDL, fazer uma parceria com a fundação Simon Bolívar - que era quem recebia – e depois viabilizava o trabalho dos pesquisadores.... Então na verdade, formalmente, oficialmente foi a CDL que fez isso. (Araújo, 2016)

Segundo Ferreira:

A execução do Inventário, aprovado em edital em 2005, foi iniciada em 2006, financiada pela Unesco e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Programa Monumenta. A realização do estudo coube a uma equipe multidisciplinar, formada por antropólogos, historiadores e arqueólogos, vinculada ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (Lepaarq/UFPel), com a missão de aplicar a metodologia do Iphan, no escopo de registrar e identificar as tradições doceiras. (Ferreira, 2008, pg. 96)

Conforme Rieth (2018), coordenadora da equipe multidisciplinar do INRC - Produção de Doces Tradicionais Pelotenses, a pesquisa apontou duas tradições de doces na região de Pelotas. Uma é a tradição de doces finos que abrange, principalmente, a zona urbana da cidade e a outra é a de doces coloniais que abrange a zona rural e municípios ao redor da cidade de Pelotas que se emanciparam desta, numa abrangência de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, São Lourenço e Turuçu, definidos pela equipe como Antiga Pelotas.

Os pesquisadores do Leeparq, conforme Rieth (2018), definem que a tradição dos doces finos está associada diretamente ao desenvolvimento da cidade através da indústria do charque, em que o intercâmbio deste produto, com o açúcar do nordeste, propiciou o gosto da elite pelotense pelos doces. E, também, afirmam que a tradição dos doces coloniais está associada à vinda de famílias de imigrantes europeus no final do século XIX, que se instalaram na região da Serra dos Tapes.

Em 15 de maio de 2018, o doce pelotense foi registrado como patrimônio cultural brasileiro, em conjunto com o patrimônio material do município, fato único até então no cenário da política de patrimônio no Brasil. Dentro do caminho que vem sendo trilhado ao longo da pesquisa, este fato é bastante significativo nas palavras de Schlee:

A nossa Conselheira Márcia Sant'Anda, convidada para dar um parecer sobre o Registro da tradição doceira de Pelotas, vai a Pelotas e, ela, com a lucidez e responsabilidade inatas, me ligou apontando que não tinha sentido registrar a tradição doceira, sem tomar o equivalente do charque, assim como, de alguma forma, aproximar a tradição do doce com a tradição do sal.³¹

A Conselheira viu na cidade o resultado das políticas públicas e do trabalho de organização das entidades envolvidas com o desenvolvimento da cidade a partir do patrimônio, seja ele o material, através do conjunto edificado, da cidade, seja o imaterial, através da tradição doceira. Como já analisado, ao longo do capítulo 3 e deste, a partir da década de 1970 e 1980, houve uma reorganização da cidade a partir do patrimônio material ou imaterial.

A década de 1970 é o período caracterizado pela modernização, com a criação de um distrito industrial na cidade, com a destruição de velhos prédios, sendo substituídos por modernos edifícios, exemplificando com a segunda edição do livro *Doces de Pelotas*, com uma capa “clean”, afastando a imagem ligada aos grandes banquetes do passado. Ao mesmo tempo inicia uma busca pela preservação da arquitetura característica do período de pujança econômica oriunda da atividade saladeril. Foi uma caminhada para a preservação do patrimônio material em princípio e, depois, o imaterial. Esta caminhada, como pode ser vista no capítulo 2, é o resultado de um movimento de preservação mais amplo, que ocorre no país e da organização de setores da sociedade que, em princípio, se uniram para preservar os casarões da Praça Cel Pedro Osório, e da Caravana montada por professores da UFRGS e IAB, que resultou na Carta de Pelotas - documento influenciador do segundo plano diretor e da primeira lei de tombamento municipal e da criação do COPHIC.

Pode-se perceber, ao longo do processo de preservação do patrimônio material, conforme salienta Almeida (2006), que o que se buscou preservar em Pelotas foram dois tipos de edificações: um é referente as charqueadas, as margens do Arroio São Gonçalo, e outro, referente às construções no centro histórico da cidade, representante do período eclético. Todos os dois tipos representando o mesmo período econômico. Tentativas de expandir a preservação foram barradas pela união de setores políticos e associações de classe de proprietários e empresários. Tal união resultou na Lei 3128/88.

Em relação ao patrimônio imaterial, mais precisamente sobre a tradição doceira na cidade, há pela coordenação da Fenadoce, principalmente a partir do momento que a CDL assume a organização do evento um direcionamento para determinadas produções de doce na cidade sendo elas os doces finos ou de bandeja e, os doces coloniais. Havendo um apagamento da produção de compotas principalmente de pêssego que caracterizava a cidade como Capital Nacional do Pêssego, como salienta Bach (2017). Os derivados desta fruta são os que mais possuem destaque como exemplo estão os três escritores que descrevem os doces pelotenses, e citam em primeiro lugar as passas e depois as compotas. Estes encaminhamentos nos mostram que existiu uma forte tendência a ligar a tradição doceira ao período das charqueadas como acontece no patrimônio material e, a colonização alemã, francesa, italiana e Pomerana.

A pesquisa histórica do Inventário Nacional de Referências Culturais, avalizou este discurso, não mencionando a importância de Pelotas como grande produtora de pêssego e de seus produtos, assim como não é dado destaque a produção de doces de frutas pelos portugueses e pela existência de pomares descritos por Saint-Hilaire antes da chegada dos outros imigrantes na região colonial.

Foi na atmosfera requintada, nos longos períodos de entressafra da produção do charque, em meio aos jantares, saraus e festividades, que se desenvolveu a tradição dos doces finos ou doces de bandeja. Segundo Mário Osório Magalhães (2008), dentre os primeiros registros historiográficos sobre essa tradição consta a prática das zeladoras dos festejos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula de oferecerem bandejas de doces, logo após a procissão do padroeiro, no largo da igreja matriz – fato que ocorreria desde os anos 1840. Belos ao olhar e deliciosos ao paladar, os doces que ornavam essas bandejas eram feitos pelas senhoras dos charqueadores e suas mucamas, nas cozinhas dos suntuosos casarões e sobrados. Relatos de viajantes, como os de Saint-Hilaire, mencionam a presença dos doces finos nos encontros musicais e de declamação de poemas (IPHAN,2018, pg.35)

É preciso lembrar que Saint-Hilaire esteve no Rio Grande do Sul em 1822, então os doces já eram um hábito neste período, antes de 1840. O autor não descreve em seu relato a alimentação em São Francisco de Paula, mas o faz em relação a Rio Grande, cidade a qual a Freguesia pertencia, e onde muitos moradores desta possuíam moradias na sede, e ele nos diz que:

Depois, levantamo-nos da mesa e fizeram-nos passar a uma outra sala, onde encontramos uma sobremesa magnífica, composta de uma variedade de bombons e doces. De fruta só havia laranjas de uma qualidade deliciosa, chamada laranja-de-umbigo ou laranja-da-bahia. (Saint-Hilaire, 2002, pg.86)

Falava do jantar que participou na casa do Tenente General Marques, o hábito da sobremesa estava colocado, nos fala de variedade de doces e bombons. Como já foi mostrado no capítulo 3, os doces há muito já estavam sendo usados e confeccionados no Brasil, hábito trazido pelos portugueses, que Freyre (2007) enfatizou que não viviam sem os doces, importando de Portugal nos primeiros tempos, depois adaptando as receitas aos ingredientes locais.

Outro fato que possui destaque é que se olharmos a trajetória do doce ao longo do tempo é inevitável perceber que a cidade desde o início do século XX é reconhecida pela produção de doces, principalmente os de pêssego, não só os cristalizados e de tacho, mas também os industriais, de pequenas indústrias familiares até as de grande porte.

As indústrias de compotas vão estar presentes neste cenário da produção doceira desde o final do século XIX até quase o final da segunda metade do XX, primeiro com preponderância, conforme Back, na zona rural e depois na área urbana da cidade, onde se instalaram grandes empresas como Veja e Cicasul que foram atraídas pelas condições favoráveis de produção existente. Sendo a cidade reconhecida como a capital nacional do pêssego. Conforme Back:

As compotas de pêssego têm lugar de direito, por sua tradição, ao lado de outros doces coloniais (cristalizados, geleias e schimiers) e dos doces finos, já abordados pela academia, com vistas à inclusão no Inventário Nacional de Referências Culturais, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (Back, 2017, pg.201)

Em 1986, quando iniciou a Fenadoce, as indústrias de conservas, ainda, mantinham lugar de destaque, aos poucos ocorre o predomínio dos doces finos e os cristalizados, ou coloniais, valorizando, em muito, uma tradição doceira, agora, a partir de novos elementos. O poder público municipal se une aos empresários através da CDL e das doceiras, em busca da afirmação desta tradição doceira como forma de aumentar as vantagens políticas e econômicas da cidade. A patrimonialização do doce pelotense serve, também, para o aumento do turismo cultural, para os empresários e para as doceiras, as quais, também, vão ser

beneficiadas e se assumirão como as únicas produtoras do legítimo doce pelotense. No entanto, um patrimônio de grande importância, tanto material quanto imaterial, relacionado às frutas, é relegado ao esquecimento, tanto por setores econômicos atuais quanto pela pesquisa que embasou o INRC.

No próprio parecer de Marcia Santana é colocado que:

Os doces do dia-a-dia nessas casas, no começo do século XIX, eram o figo e a laranja em calda, a marmelada, o doce de batata doce e o de coco ralado. Pessegada e figada eram também constantes como sobremesas, o que desconstrói a ideia de uma exclusividade da produção de doces de frutas na zona rural. (IPHAN, 2018, pg. 44)

O que ela identifica a partir das conversas que teve na cidade. É preciso repensar esta divisão entre o urbano e o rural. É de fundamental importância a posição de que se deve desconstruir a ideia existente de que a produção dos doces finos está ligada:

Exclusivamente a uma aristocracia local, o que torna invisível a produção dos doces coloniais e, também o papel desempenhado pelos afrodescendentes em sua consolidação e ressignificação; A importância de se buscar diminuir a desigualdade de acesso aos mecanismos de valorização e divulgação que atinge, especialmente, a tradição de doces coloniais. (Idem, pg.52)

Ainda, é bastante claro o parecer quando se coloca contra as medidas de padronização dos doces realizadas através dos processos de atribuição de Indicação Geográfica ou de Procedência. Este ponto, em especial, vai contra todo o processo desenvolvido pelo SEBRAE em parceria com a CDL e o poder público municipal.

Também, é importante salientar que o pedido inicial de inventário era o de saber e fazer doceiro da região de Pelotas e antiga Pelotas. E o DPI e a Câmara do Patrimônio Imaterial reorientaram a instrução do processo, em 2010, para que fosse solicitado o Registro da Região Doceira, pois

Avaliou-se, ainda, que o recorte inicialmente proposto para o Registro poderia implicar também a exclusão de um conjunto de expressões e práticas vinculadas a essas tradições, ligadas a grupos sociais não pertencentes à elite pelotense vista como detentora dos saberes vinculados à tradição dos doces finos. Em palavras mais diretas, temia-se que o Registro, naqueles termos, pudesse servir simplesmente para gerar

distinção, exclusividade e mais valia económica para certos produtos (Idem, pg. 40)

No entanto, como foi mostrado acima, houve exclusão de práticas importantes da região doceira de Pelotas e Antiga Pelotas. Ao longo deste capítulo, vimos que houve a construção de uma narrativa histórica que deu sustentação a esta busca do doce como patrimônio. Tivemos uma pesquisa que validou esta trajetória com o que foi colocado até aqui. Mesmo tendo uma equipe da universidade trabalhando no INRC da Região Doceira, ainda se manteve uma visão ligada à economia, definida pelas associações de empresários, tal como a CDL.

Todo este movimento é difundido por meio do crescimento da produção acadêmica de historiadores e literária - como pode ser visto na linha do tempo em anexo - que dá sustentação a esta narrativa. Esta ação em rede permitiu o reconhecimento do doce, o qual aconteceu no dia 15 de maio de 2018.

5 UM MUSEU PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Neste capítulo será tratado a organização do Museu do Doce. Para falar desta instituição, não basta comentar sobre a forma como ele foi organizado, é necessário entender as relações e as redes desenvolvidas para que ele fosse instalado na Casa do Conselheiro Maciel.

Entende-se, então, que é preciso chegar ao ponto em que a preservação do bem material esteja casada com a preservação do imaterial das memórias e sentimentos do lugar, das emoções da vida que emociona, que nos move, que nos toca e que nos faz reagir, que nos faz entender como participantes e como construtores do patrimônio cultural de um local, de uma região ou de um país.

Conforme o que está colocado na Carta para a Preservação do Patrimônio de Quebec, documento da 16ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, que aconteceu em Quebec, em 2008, é necessário entender o espírito do Lugar, segundo Silva (2015):

Os bens com valor cultural serão possuidores de características materiais e imateriais capazes de dotá-los de um espírito que, por sua vez, encontra-se inserido em local específico e de convívio próprio: o Espírito do Lugar, conceito que define a inter-relação entre os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos, pessoas, animais, etc.) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, sabores, etc.), ante o entendimento de que estes elementos físicos e espirituais são responsáveis por dar sentido, emoção e mistério ao *locus*.

Quanto à organização do Museu, não podemos deixar de falar daquele que é seu primeiro acervo, a Casa. Ela está situada no Centro Histórico de Pelotas e, como já colocado no capítulo 2, faz parte do conjunto de casas, tombadas pelo IPHAN em 1977. Compreender o *Locus* que foi escolhido para abrigar o patrimônio imaterial da cidade é de grande importância para entender as intenções e as relações entre os entes envolvidos na ideia de criação de um museu para falar sobre o doce de Pelotas.

O Capítulo está dividido em três partes: a primeira, a trajetória da casa, desde a sua construção, em 1878, até a entrega após o restauro, em 2013; a segunda, a história da família que a construiu e foi sua proprietária até 2006 e, por fim, a organização do Museu desde o surgimento da proposta a partir de pessoas ligadas à Fenadoce até a implantação pela UFPel.

5.1 UMA CASA PARA O MUSEU

Neste primeiro subcapítulo, relata-se a trajetória do edifício onde está sediado o Museu do Doce da UFPel, desde a sua construção como moradia para a família do Conselheiro Maciel, seguida pela sua utilização por órgãos públicos e pelo tombamento como patrimônio histórico nacional, bem como pela sua progressiva degradação até o período em que se deram os processos de restauro. O relato destaca aspectos importantes dos usos da casa, relacionando-os com ocorrências que pautaram diferentes momentos da sociedade na qual se insere o bem.

Observa-se o tratamento que a casa recebeu daqueles que a usaram ao longo do tempo relatado, reflete o conceito de patrimônio vigente em cada período, assim como os valores que a ela vão sendo atribuídos e os conflitos inerentes às disputas patrimoniais que se instituem, sobretudo, conforme avançam as formas de proteção e valorização do emergente patrimônio imaterial. O relato desenha o cenário de uma sociedade que se transforma rapidamente a partir dos anos de 1980, quando os discursos sobre a tradição, a historicidade e a memória da cidade constroem-se com base na ancoragem em territórios de memória, dos quais o entorno da Praça Coronel Pedro Osório destaca-se como um marco de evidências.

5.1.1 A edificação

No alto da fachada lateral da casa do Conselheiro, existe o registro da data de 1878 (Figura 37), o que nos leva a crer que este foi o ano em que iniciou a sua construção, ano seguinte ao casamento de Francisco Antunes Maciel e Francisca de Castro Moreira, como consta no capítulo anterior. Ao lado do portão principal da residência, está colocada uma placa (Figura 38) comemorativa ao centenário do nascimento do Conselheiro, informando que a inauguração da casa ocorreu no dia 07 de setembro de 1880 (Figura 39).



Figura 37: Fotografia frontão lateral Rua Butuí
Fonte: Acervo Fabio Galli – 2013



Figura 38 :Fotografia Fachada com portão lateral
Fonte: Acervo Fabio Galli – 2013



Figura 39 – Fotografia da Placa Comemorativa ao Centenário do Conselheiro
Foto: Fabio Galli 2012

O terreno, deixado para ela como parte de sua herança, onde foi edificada a casa pertencia a José Antônio Moreira, o Barão de Butuí, pai de Francisca. Consta no inventário do Barão: “Um terreno com vinte e dois metros a oeste pela rua do Imperador (Praça Pedro Segundo) fazendo esquina com a rua da Regeneração e fundos com terrenos do inventariado e casas edificadas. 13:000\$000.”

O quarteirão em que a casa se encontra, em grande parte, estava contido na herança do Barão de Butuí. Ali, encontramos a casa que era de sua moradia, a qual ficou com o filho Alfredo Gonçalves Moreira, casado com a irmã de Francisco, Flora Mercedes Antunes Maciel, e o terreno lateral ao de Francisca ficou para sua irmã, Cândida, casada com o Leopoldo Antunes Maciel.

A casa do Barão é a mais antiga deste quarteirão. Calcula-se que foi construída em torno de 1830, para o charqueador José Vieira Vianna. Originalmente, era uma construção em estilo colonial. Até 1878, era a única construção deste quarteirão de frente para a praça Pedro Segundo. As casas de Francisco e de Leopoldo têm como data de início de construção o ano de 1878 e 1879, respectivamente. Provavelmente, em 1880, ocorreu a remodelação da casa colonial que se aproximou do estilo de construção empregado nas outras duas

casas. Todas essas obras estão ligadas a um contexto mais amplo, em que a cidade passa por uma remodelação e modernização da infraestrutura.

Segundo Gutierrez (1999), a década de 70 foi o período da segunda metade do século XIX em que mais se construiu. Pode-se citar o primeiro andar da Santa Casa de Misericórdia em 1872, a Praça do Comércio (atual Clube Caixeiral) em 1873, e a Câmara de Vereadores (atual Prefeitura Municipal) em 1879. Também, neste período, se desenvolveu a modernização na infraestrutura e nos serviços públicos, melhorando o funcionamento da cidade. Houve, também, a instalação dos quatro chafarizes importados da França, do reservatório de água, também, importado. A água começou a chegar nas torneiras das casas. O bonde começou a transitar em torno da Praça Pedro Segundo, e a iluminação a gás passou a ser utilizada para iluminar as ruas da cidade. A Praça Pedro Segundo que, até o ano de 1870, como relata Osório (1993), era um local abandonado, um charco cercado por um alambrado, só a partir deste momento foi arborizada e ajardinada e recebeu o chafariz das Nereidas no redondo central (Figura 40).



Figura 40: Fotografia da Praça Cel Pedro Osório - 1910
Fonte: Acervo Olhares sobre Pelotas

A remodelação das cidades já vinha acontecendo em outras partes do Brasil, desde o início do século XIX e se efetivou em Pelotas a partir da segunda metade do século, quando a arquitetura colonial foi substituída por um ecletismo historicista, como define Schlee (1993). Segundo este autor, é possível identificar,

nas três casas, dois tipos de modificações: a da casa mais antiga, construída pelo Barão de Butuí, com uma alteração que o arquiteto chamou de Visual, em que a casa, de tipologia colonial, foi adaptada ao gosto da segunda metade do século XIX, com a utilização de platibandas que substituíram os beirais, com a colocação de frontões no centro do prédio, com a aplicação de pilastras sobre as paredes e com a adoção das diferentes ordens greco-romanas. Já as casas do Conselheiro Maciel e de seu irmão Leopoldo, o Barão de São Luiz, de construção mais recente, já foram edificadas, de fato, no estilo Eclético Historicista, regido por solução diversa de ocupação dos lotes e por refinamento dos acabamentos internos.

O período entre 1880 e 1890, conforme salienta Vargas (2016), é o momento do aumento da urbanização e da valorização dos imóveis urbanos, período em que os maiores charqueadores começaram a diversificar o seu investimento e adquiriram imóveis. No inventário do Barão de Butuí, por exemplo, encontramos listadas 15 áreas urbanas além de sete casas de moradia.

Os projetos das três casas, pertencentes aos Antunes Maciel e Moreira, são atribuídos ao arquiteto italiano José Isella que, segundo Chevallier (2002), atuou na cidade durante a segunda metade do século XIX, justamente durante o período de maior desenvolvimento da infraestrutura do município. No entanto, segundo a autora, somente a ampliação da casa do Barão de Butuí pode ser comprovadamente atribuída a Isella, pois ela obteve, junto à família do construtor, uma foto com a assinatura do arquiteto. Quanto às outras casas, não há evidências porque, segundo a análise da autora:

As características apresentadas nas duas casas, em especial na de nº 06, não se assemelham às existentes nas obras de José Isella, ou não se limitam às características presentes nos projetos do arquiteto. Com suas implantações arrojadas e movimentadas, elas rompem com a implantação rígida sobre o alinhamento da via pública, a qual era empregada em todos os seus trabalhos. (CHEVALLIER, 2002, p.241)

A autora especula que outros poderiam ser os autores desses projetos, tais como o empreiteiro Guilherme Marcucci, atuante na cidade justo nesse período, ou o irmão mais novo dos dois proprietários, Artur Antunes Maciel, graduado em engenharia na Bélgica. Viceja a dúvida:

Seriam essas casas projetadas por pessoas diferentes? Nesse caso, o casarão nº 8 tem mais chances de ser de José Isella, porque, abstraindo seus recuos e porão habitável, todo o resto (a decoração da fachada, cedência de suas pilastras e frontões recortados, lembra a obra do

arquiteto. No entanto, as duas casas são harmônicas demais em suas disposições e medidas, para terem sido projetadas por pessoas diferentes. (CHEVALLIER, 2002, p.245)

Todavia, se a autoria dos projetos não se elucida, a permanência desses bens indica um fato considerável na história da arquitetura local: essas casas (Figura 41) romperam com os padrões existentes nas moradias de Pelotas e apresentaram inovações compatíveis ao que se fazia de mais recente em outras cidades brasileiras e europeias.

Mesmo utilizando o repertório eclético do final do século XIX, comum às construções, elas representam um passo adiante na arquitetura local, com suas construções presas aos limites do terreno. Talvez, em Pelotas, esse avanço tenha sido introduzido pelas residências dos Maciel. (CHEVALLIER, 2002, p.246)

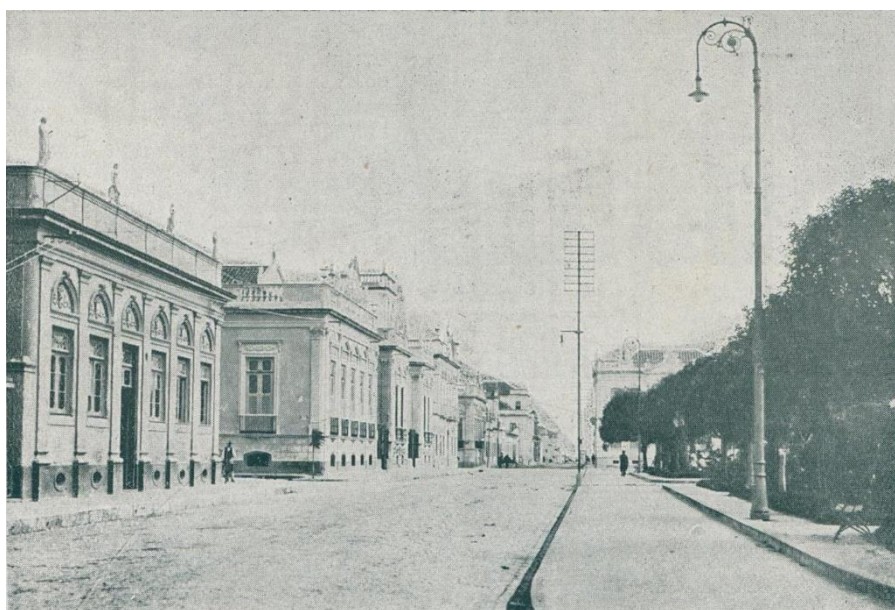


Figura 41- Fotografia da Rua Félix da Cunha, na qual se observam as casas que formam o conjunto eclético da Praça.

Fonte: Álbum de Pelotas do Centenário de 1922

A excelente posição geográfica, à beira de rios navegáveis, largamente usada na exportação de charque e na importação de produtos não existentes na região, como o açúcar, foi utilizada nesta modernização das construções, com a importação de elementos decorativos que ornamentavam as construções do período: gradis de ferro, azulejos, ladrilhos, vasos e estátuas de faiança, (figura 42)

além de outros elementos que ornavam fachadas e interiores vindos, principalmente, de Portugal e da França.



Figura 42: Fotografia dos elementos da fachada da Casa do Conselheiro
Fonte: Acervo Fabio Galli - 2012

Evidente que se tratava de uma arquitetura decorrente do poder econômico e que enunciava, especialmente, o refinamento decorativo, a importância social dos seus moradores, contribuindo para afirmar, como observou Schlee (1993), o lugar de poder que essas famílias ocupavam na sociedade local.

O refinamento das construções habitacionais e a tendência de sua valorização decorativa fizeram surgir e se desenvolver uma verdadeira "indústria", das chamadas "artes menores", como os acabamentos e os trabalhos em gesso (que atingiram seu ponto culminante na residência nº 8 da Praça Cel. Pedro Osório (SCHLEE, 1993, p. 81)

Como já demonstrado com esta pesquisa, Francisco e Francisca descendem de duas das mais destacadas famílias de Pelotas no século XIX não só da cidade como da Província, definida por Vargas (2016) como as *famílias longevas*. Isso devido à sua importância econômica, política e social, o que se reflete nas construções por elas implementadas nesse período. Além das casas de moradias, à frente da construção do prédio da Câmara Municipal, estava Leopoldo, o presidente do Legislativo durante a sua construção.

A casa de Francisco Antunes Maciel tem como característica o porão alto, que não tinha a função de habitar, mas, sim, de arejar e dar imponência à residência, como salienta Schlee (1993). Para satisfazer uma necessidade de diferenciação que os grandes proprietários colocavam frente aos outros. E o quesito de ser sobrado ou porão alto era um dos itens adotados no momento. O autor denomina de novos códigos estéticos que se complementam pela decoração interna e externa.

Na decoração interna, salientam-se, principalmente, os estuques em relevo, utilizados nos tetos dos cômodos da área social e íntima (sala de jantar, sala de música, sala de visitas, hall de entrada, escritório, sala da claraboia, dormitório do casal, dormitório das meninas e dormitório do menino) (Figuras 43 a 46). As peças são representadas com temas que se ligam ao uso de cada aposento da casa. Os estuques foram tema da pesquisa de Cristina Rozisky (2014), a qual ressalta que, na cidade, existem muitos exemplos deste tipo de bem integrado, mas a casa do Conselheiro se destaca pelos estuques artísticos de interiores modelados *in loco*. Segundo a autora, esta é a única residência que possui esta técnica na cidade, provavelmente, existiu em outras casas, mas não sobrou nenhum outro exemplar para confirmar esse fato.



Figura 43e 44– Fotografia dos estuques decorados na sala da claraboia e quarto das meninas, respectivamente
Foto: Fábio Gall, 2013



Figura 45 e 46 – Fotografia dos estuques decorados da sala de música e jantar, respectivamente.
Foto: Fábio Galli, 2013

Outro ponto de destaque desta residência é o uso de dois jardins (Figura 47 e 48): um, na entrada principal da casa; e outro, na lateral, estilo que rompe, segundo Chevallier (2002), com as residências presas aos limites dos terrenos, traço comum até então.



Figura 47 e 48– Fotografia dos jardins da casa de Francisco Antunes Maciel, entrada principal e lateral, respectivamente.
Foto: Fábio Galli, 2013

As casas dos dois irmãos Leopoldo e Francisco ou, poderíamos dizer, das duas irmãs Francisca e Cândida, podem não ter uma autoria conhecida do seu projeto, mas, como os pesquisadores salientam, elas introduziram elementos importantes na arquitetura da cidade. A moradia de Francisco e Francisca, ainda hoje, chama atenção pela luz natural que recebe e pela ventilação, tornando-a mais agradável em relação a outras construídas no mesmo período, as quais mantinham

as alcovas, cômodos sem luz natural e pouco ventilados, com uma atmosfera mais opressora para os padrões atuais.

5.1.2 Os usos da casa

Nos 137 anos de uso da casa, tomando como base a data de 1880, registrada na placa de homenagem ao Conselheiro, a casa passou por quatro usos diferentes. O primeiro iniciou com a inauguração e foi até a década de 50 do século XX, quando a família Antunes Maciel a utilizava como residência; o segundo, na década de 50, quando os irmãos Francisco Júnior e Dora alugaram a propriedade para o Exército e foi instalado o Comando da 3ª Divisão de Infantaria que ali permaneceu até a década de 70; o terceiro, quando a casa foi alugada para a Prefeitura Municipal de Pelotas; e, por fim, o quarto, quando a Universidade Federal de Pelotas – UFPel – comprou a casa das herdeiras Maria da Glória e Maria Alice.

No primeiro período, em decorrência da vida política do patriarca Antunes Maciel e de Francisco Júnior, a família dividia o seu tempo entre o Rio de Janeiro e Pelotas, excetuando alguns intervalos de tempo em que estiveram exilados no Uruguai por participação em movimentos revoltosos como a Revolução Federalista de 1893. Entre 1880 e 1930, a casa era, na maior parte do tempo, ocupada pelas mulheres da família. Elas é que mantinham a rotina do funcionamento do lar e de alguns negócios. Apenas como exemplo, cita-se o fato de que Francisca atuou como procuradora de seu marido em 1897, durante a execução do inventário da sogra, Leopoldina da Rosa Antunes Maciel. Neste ano, Francisco encontrava-se exilado no Uruguai, juntamente com seus irmãos Leopoldo e Elizeu.

Francisca morreu dez anos antes de seu marido. Seus filhos continuaram a residir na casa. Dora e Georgina casaram com deputados após a morte de seu pai. Francisco casou com uma carioca. Em 1932, quando assumiu o Ministério, Francisco Júnior mudou-se, definitivamente, para o Rio de Janeiro. Sua irmã Dora, já viúva, voltou a residir no local e, mais tarde, foi morar com o irmão que também enviudara, para auxiliar na criação das sobrinhas. A casa tornou-se uma residência de férias até o início da década de 1950; nesse período, a casa era mantida por empregados. Maria Laura, uma das netas de Francisco Júnior, filha de Gilda, conta

que, nos momentos de visita a Pelotas, seu avô, além de visitar sua mãe, sempre frequentava a cozinha da "Comadre", de cuja comida gostava muito, que, segundo ela, morava na casa da família, na área onde foram as garagens da casa, pela rua Butuí. Maria Alice e Maria da Glória também relatam as viagens, acompanhadas de Dora, para Pelotas durante os períodos de férias.

Quando Dora e Francisco decidiram alugá-la, retiraram móveis e pertences, transferindo-os para o Rio de Janeiro (Figuras 49 a 52), distribuindo estes pertences entre as suas casas naquela cidade.



Figura 49 e 50– Fotografia da banheira de Alabastro e vaso de faiança transferidos de Pelotas para o RJ

Foto: Acervo da autora, 2015



Figura 51 e 52 – Fotografia de exemplares do mobiliário dos Antunes Maciel transferidos de Pelotas para o RJ.

Foto: Acervo da autora, 2015

O inquilino ali instalou o Comando da 3ª Divisão de Infantaria, hoje, 8ª Brigada de Infantaria Motorizada. Foi o primeiro prédio ocupado por esta unidade do Exército na cidade. Além do Comando, também serviu de residência aos comandantes. Segundo informações de ex-soldados que serviram no local e visitaram a casa depois da restauração, a família do Comandante ocupava o segundo andar da casa, no local onde tinham sido dormitórios quando em uso pela família Antunes Maciel.

Nesse período, a casa que se caracterizava pela intensa claridade, que a diferencia de outras residências do século XIX, passou a ser considerada símbolo da escuridão, da repressão e do medo. O Comando da 3ª DI (Figura 53) que ficou na casa até o início da década de 1970 representou, a partir de 1964, o braço opressor da Ditadura Militar que se instaurou no Brasil. Foi um período de grande repressão, e a casa acabou sendo tomada como símbolo deste período conturbado. Para muitos da cidade, os porões da casa foram utilizados como local de prisão dos presos políticos, criando-se lendas a este respeito. Conforme depoimento de Aldyr Garcia Schlee (2015), preso político durante a ditadura militar e autodeclarado o primeiro preso na cidade, os porões da casa não foram utilizados como prisão. Quando de sua primeira detenção, ele relata que foi ao Comando e se entregou, pois já corriam boatos de que seria preso, e não queria que a situação piorasse. Quando lá chegou, foi levado para a sala de visitas e perdeu a noção de quanto tempo ficou na sala à meia luz, como ele mesmo conta; foi interrogado por três militares e, depois, solto. Mais tarde, foi preso, mas levado ao quartel do 9º Batalhão de Infantaria Motorizada no Fragata, onde realmente eram colocados os prisioneiros do Regime Militar.

A casa, apesar de não ter sido prisão, ficou com a pecha de ter sido local de tortura por abrigar o Comando das Forças do Exército na cidade. Schlee, que ficou mais de 50 anos sem entrar na casa, ao ser entrevistado para esta pesquisa, admirou-se com a claridade de um dia de sol de inverno que entrava pelas suas grandes janelas.

É uma satisfação muito grande estar aqui com essa claridade. São tempos em que é possível nós vivermos em um prédio que foi da escuridão, característico da escuridão de uma época. Hoje nós vemos reviver a nossa própria Universidade aqui, agora fazendo jus ao forro maravilhoso e tudo

que está aí, nessa poltrona bem confortável, diferente do sofazinho Thornart e onde estive enfiado entre dois capitães. (Schlee, 2015)



Figura 53– Fotografia da fachada principal da Casa do Conselheiro.
Fonte: <http://www.8bdainfmtz.eb.mil.br/index.php/historico>

Com a saída do Comando da 8ª Brigada de Infantaria, a Prefeitura do Município alugou a casa e diversos órgãos, como as secretarias de Planejamento e de Obras, se sucederam na ocupação do lugar. Esse foi o período em que a casa sofreu o seu maior desgaste, somando, ao longo dos anos, diversos problemas estruturais (Figuras 54 a 57). Paradoxalmente, neste mesmo período, foi tombada como patrimônio nacional, no ano de 1977, em conjunto com as casas dos Barões de Butuí e de São Luiz.

Teve um período que eu lembro, e isso foi no primeiro governo do Bernardo, aquele prédio, ele abrigava a Secretaria de Urbanismo na época e já tinham arquitetos que diziam, (que eram os arquitetos preservacionistas) já diziam que tinham que trabalhar de capacete lá, que volta e meia caía algum elemento, alguma coisa do forro. (Araújo, 2016)



Figura 54 e 55: Sala de Música e da Claraboia
Fonte: Acervo Fábio Galli



Figura 56 e 57: Sala da Claraboia e de Visitas
Fonte: Acervo Fábio Galli

A construção sólida e imponente foi se perdendo em buracos nos pisos de madeira, no desgaste dos estuques e dos bens integrados e na falta total de cuidado que a levaram ao ponto de se tornar inabitável. Então, ela foi abandonada e assim ficou por muitos anos. Conforme declarações das proprietárias da casa, a Prefeitura abandonou e deixou de pagar o aluguel sem romper o contrato. No período da compra da casa pela universidade, a Prefeitura usava-a como depósito de documentos e material de construção. A falta de pagamento de aluguéis é confirmada pela Lei Municipal nº 5.253, de 23 de junho de 2006, que autorizava a prefeitura a fazer o pagamento de aluguéis atrasados e a permutar um de seus prédios com a casa nº 08 da Pça Cel Pedro Osório, para que, nela, fosse instalado o Museu Nacional do Doce.

Em 2005, o professor Antônio Cesar Gonçalves Borges, ao assumir a reitoria da UFPel, deu início às tratativas para a compra da Casa do Conselheiro Maciel. Com a justificativa de trazer do Campus Capão do Leão a Reitoria e alguns setores administrativos mais vinculados a ela e instalá-los na casa.

Achei que algo deveria ser feito pelas instituições públicas para preservar os velhos casarões, e inspirado no que as universidades europeias faziam, decidi me informar como proceder para adquirir aquele imóvel pela UFPel. (Borges, 2016, p.97)

No mesmo ano, o Reitor apresentou essa proposta ao Ministério da Educação e obteve concordância. A compra foi efetivada através de escritura pública de compra e venda e de aditamento lavradas em 27 de dezembro de 2006 e 31 de março de 2011, no segundo tabelionato de Pelotas, recebendo as chaves da Secretaria Municipal de Cultura no dia 29 de dezembro de 2006 (Figura 58).



Figura 58- Professor César Borges e Beatriz Araújo, no ato de recebimento da chave da Casa do Conselheiro Maciel.

Fonte: Acervo de Fábio Galli, 2006.

5.1.3 O Processo de tombamento

O edifício foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1977, em conjunto com as outras duas casas vizinhas que ocupam a mesma quadra e que se identificam pelos números 06 e 02, respectivamente, pertencentes ao Barão de São Luiz e Barão de Butuí.

A arquiteta Ana Meira (2016) ressalta que o tombamento destas casas foi precursor no sentido de reconhecer a arquitetura do ecletismo, mas a referência maior no processo de tombamento delas é como paisagem urbana e não como elemento artístico. Segundo ela, a solicitação que originou o processo foi

encaminhada pelo prefeito municipal Ary Rodrigues Alcântara, em 1974 (Meira, 2008), por meio de um telegrama, no qual se diz preocupado com a manutenção do "conjunto renascentista".

A população deste município de Pelotas, Rio Grande do Sul, mostra-se preocupada diante da iminente demolição de um prédio localizado na Praça Cel Pedro Osório NR2, que, segundo parecer técnico IVO forma com dois outros prédios o maior conjunto arquitetônico renascentista puro do país. Por este motivo, entidades representativas do comércio, da indústria e da vida cultural do município valem-se de minha intercessão para solicitar que sejam tomadas medidas acauteladoras de modo a evitar a demolição do prédio, que está por iniciar-se a qualquer momento. Aguardo resposta tranquilizadora. Atenciosamente, Ary Alcântara- Prefeito

Segundo a historiadora Maria Cecília Fonseca (2005), o tombamento deste conjunto de casas alcançou expressão nacional por ser um dos primeiros exemplares de estilo eclético a ser tombado no Brasil. Até então, conforme esclarece a autora, esse estilo era considerado de menor importância entre os bens da nação. Quando valorizado, em décadas anteriores a 1970, devia-se ao seu valor histórico, e não artístico. Como exemplo, podemos citar o caso do Teatro Sete de Abril, tombado em 1972, tendo em vista o seu valor histórico, apesar de estar registrado nos livros das Belas Artes e Histórico. A justificativa do seu tombamento foi a sua história como marco da cultura no extremo sul do país.

Lucio Costa, um dos principais intelectuais que pautou o pensamento preservacionista no Brasil, não reconhecia, no ecletismo, um período da história da arte. Ao contrário, considerava-o um hiato nessa história, não inscrito na legítima evolução da arquitetura. Assim, destituído de valor estilístico, justificaram-se pedidos de demolição de edifícios ecléticos, que se traduzem, hoje, em exemplos, como o do prédio do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro. Fonseca explica que:

Do ponto de vista estético, os arquitetos modernistas consideravam que, no estilo eclético, o funcional e o decorativo estavam dissociados, o que fez com que considerassem este estilo, assim como o neocolonial, 'não-arquitetura'. Do ponto de vista ideológico, as construções em estilo eclético eram consideradas, transposições acrílicas de influências europeias, modismo das elites que aqui tentavam reproduzir o velho mundo. (FONSECA, 2005, p.189)

A década de 1970 é, segundo Fonseca (2005), o momento de reorganização da forma de encaminhamento dos pedidos de tombamento: o que antes era realizado essencialmente por técnicos do SPHAN, passou a ser feito pelas

comunidades, por políticos, por organizações civis e por outros, motivados por interesses que variaram caso a caso. Na ocasião, Pelotas não possuía uma lei de proteção ao seu patrimônio cultural. O casario eclético do entorno da praça refletia esse fato. A casa de número 02 estava na iminência de ser derrubada. O prédio havia sido comprado pela Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – Aplub –, com o objetivo de construir, no terreno, um edifício moderno.

Irajá Andara Rodrigues, prefeito no período de 1977 a 1982, escreveu um livro sobre a sua administração da cidade. Nesse, contou que a situação para a preservação da casa 02 era muito difícil. Não se conseguia estabelecer negociação com os proprietários:

Tivemos de ir às últimas consequências: fizemos a desapropriação do mesmo e o entregamos ao professor Adail Bento Costa, para que o restaurasse e com ele assumimos o compromisso de que para ali iriam as peças de um valioso acervo histórico e artístico de sua propriedade. (RODRIGUES, 2012, p. 48)

Segundo o ex-prefeito, a fim de proteger o conjunto, além da desapropriação da casa 02, a Prefeitura alugou as outras duas casas e, nelas, instalou órgãos da administração municipal. O laudo técnico para solicitar o tombamento do conjunto, segundo Schlee (2008), foi realizado pelo artista pelotense Adail Bento Costa, que liderou a campanha pela conservação das casas e embasou o processo nas diretrizes do Decreto-Lei 25/37, que definia o que era patrimônio cultural brasileiro.

No laudo técnico e parecer sobre os três monumentos preservados, o prof. Adail Bento Costa propôs a restauração da Casa 2 e sua transformação no Museu de Pelotas, a manutenção da Casa 6 como residência e a recuperação da nº 8 (então de propriedade privada). (SCHLEE, 2008, p.6)

Ainda segundo Irajá Rodrigues (2012), o centro de Pelotas possuía muitos casarões que atestavam a riqueza política e cultural do município no passado. Na visão dele, para ser considerado patrimônio, o imóvel tinha de ter sido residência de um vulto histórico ou ter sido palco de algum fato histórico de relevância. Sob tais aspectos, as três casas haviam sido residência de personagens políticos da cidade, no século XIX, integrantes das principais famílias charqueadoras do período: Antunes Maciel e Moreira. No entanto, o tombamento das casas não foi baseado no

seu valor histórico, referido nos vultos ou fatos memoráveis para a história nacional, conforme vigia na legislação, mas, sim, pelo seu valor artístico.

Segundo Ana Meira (2008), a Seção de Arte do SPHAN rejeitou o tombamento do conjunto de casas da Praça Coronel Pedro Osório por haver uma discrepância estilística entre as três casas, salientando que a importância do conjunto se restringia à história da cidade. Conforme a autora, o parecer é limitado, baseou-se, apenas, em fotografias, não entendeu a complexidade dos fatos apresentados pela comunidade, e em detalhes estéticos da fachada que não mostravam, como, por exemplo, os detalhes internos da casa 08, que, para ela, é a mais importante do conjunto.

Se é difícil incluir o conjunto na categoria de valor que faça jus a tombamento federal, o prédio de número 6, por suas proporções, elegância e refinamento, deve ser tombado como exemplar erudito de arquitetura residencial da 2ª metade do séc. XIX.

O Conselho Consultivo do SPHAN não acatou o parecer da Seção e aprovou o tombamento das três casas. Para Fonseca (2005), este tombamento só foi possível devido à mobilização da comunidade local que sensibilizou os técnicos do SPHAN.

5.1.4 As ações de salvamento da Casa do Conselheiro

Após o tombamento, a única casa do conjunto que recebeu intervenção de restauro, em curto prazo, foi a 02, que pertencia, efetivamente, à Prefeitura Municipal. Foi, então, realizada uma primeira etapa, sob o comando do já citado artista local Adail Bento Costa, que acabou falecendo em 15 de junho de 1980, não conseguindo completar o projeto. Na sequência, a casa recebeu uma segunda intervenção, realizada por Antoninha Berchon, influente pecuarista e empresária que liderou ações de recuperação do patrimônio local. Sua ação consistiu em arrecadar recursos para obras de manutenção, que buscava através de suas relações pessoais. A sua intervenção acabou sendo barrada pelos técnicos do IPHAN, por não atender às técnicas de restauro, como informa Irajá Rodrigues, prefeito da cidade no período, em seu livro sobre sua gestão. Desse modo, o conjunto só viria a receber uma intervenção tecnicamente qualificada quando da

ocorrência do Programa Monumenta, através do qual Pelotas foi a cidade do interior do Rio Grande do Sul com o maior número de bens a receber investimentos. Foram restauradas, na sua totalidade, as casas 02 e 06. Nesse momento, as duas primeiras eram de propriedade da Prefeitura, e a casa 08, do Conselheiro Maciel, ainda pertencia aos seus descendentes.

Na virada do século, o casarão já abandonado, sem condições de uso, começou a mostrar sinais de que iria cair. Mesmo sendo um prédio tombado desde 1977, não foi realizado o devido tratamento de conservação, nem pela família, nem pela Prefeitura Municipal que alugava o prédio, nem o SPHAN, depois IPHAN, fez a devida fiscalização para que fossem mantidas as condições do prédio. Conforme a arquiteta Ana Meira, fiscal das obras do Programa Monumenta na cidade, em um dado momento, a casa dava sinais de que desmoronaria (Figuras 59 a 62). O IPHAN precisou desenvolver ações emergenciais para tentar salvar a construção. Segundo ela, registrou no Instituto, em Brasília, a necessidade de salvar o imóvel. Com isso, houve uma movimentação que permitiu o aporte de recursos, em torno de R\$ 500.000, e, pela emergência, a dispensa de licitação para a obra.

Estava lá no dia que chegou a empresa que foi contratada. A gente contratou a melhor empresa do Rio Grande do Sul, porque todo mundo tinha medo de atuar, porque era uma técnica construtiva bem específica, tinha os forros de marmorite, tinha uma série de condicionantes ali. (Meira, 2016)

A empresa contratada foi a Edegar Bitencourt da Luz, arquiteto reconhecido como de excelência por seus pares. Na dissertação de mestrado de Débora Magalhães da Costa, realizada na Escola de Engenharia da UFRGS, em 2005, que trata sobre obras de restauração no RS, usando como estudo de caso as obras de Edegar da Luz, vários arquitetos de reconhecida atuação na preservação de patrimônio edificado, como Luiz Custódio, Dóris Oliveira, além da própria Ana Meira, salientam a excelência e o aprimoramento do trabalho desta empresa.

E quando a empresa estacionou com o caminhão na rua do lado, nós olhamos e o frontão começou a cair, na hora assim, e aí foi aquela confusão, o arquiteto estava junto, da empresa, o Edgar Bitencourt da Luz, e eles pegaram umas cordas que tinham, no caminhão, e amarraram a fachada rapidamente para conseguir conter, se não teria desabado. (Meira, 2016)



Figura 59 e 60– Fachada Principal da Casa do Conselheiro
Fonte:Acervo Fabio Galli



Figura 61 e 62 - Pátio posterior da Casa do Conselheiro Maciel, antes da obra de restauro
Fonte:Acervo Fábio Galli

Essa obra apenas impediu o seu desmoronamento e não foi suficiente para que a casa readquirisse condições de voltar a ser habitada. Segundo Edegar da Luz, o projeto de consolidação era inadequado, precisou ser refeito, pois quem o fez entendeu a obra como nova e não como uma restauração. Assim, não se levou

em conta as especificidades pré-existentes, como a obra de drenagem, que não considerou o piso pré-existente.

O recurso era muito baixo para que se recuperasse a casa de forma que pudesse ser usada novamente. Foi realizada obra no telhado e feita drenagem. Como a propriedade era privada, o IPHAN não podia investir valores mais altos.

O IPHAN entrou com uma ação contra os proprietários, porque como a casa era de propriedade privada, a gente não podia colocar recursos públicos, sem obter o ressarcimento depois, mas ou a gente fazia, ou a gente perdia a casa, então não tinha discussão. A gente entrou depois com uma ação judicial para reaver o dinheiro. (Meira, 2016)

Sem condições de ser habitada, a casa voltou a ficar fechada, permanecendo abandonada. A cidade acostumou-se aos velhos andaimes, restos de uma obra inacabada. Na fotografia do frontão principal (Figura 63), onde se encontram as iniciais do Conselheiro, podemos ver o testemunho da situação em que a casa encontrava-se quando a universidade adquiriu o imóvel.



Figura 63 – Frontão da fachada da Praça Coronel Pedro Osório
Fonte: Acervo Fábio Galli, 2008

Entre os anos de 2006 e 2009 (Figura 64), foram realizados os trâmites legais para a obtenção de recursos para o restauro, assim como feita a contratação de escritório especializado para a realização do projeto da obra, que ficou a cargo da arquiteta Simone Neutzling.



Figura 64 – Fachada Principal da Casa do Conselheiro com faixas, nas quais a UFPel agradece ao MEC pela aquisição do Casarão 08
Fonte: Acervo Fabio Galli, 2008.

Antes de realizar o restauro propriamente dito da casa, foi necessário fazer uma nova obra emergencial. Assim, foram realizados reforços na estrutura, recuperação de esquadrias, recuperação da instalação elétrica, entre outras medidas emergenciais.

A outra etapa que teve que ser feita foi de convencimento junto à SESU (Secretaria de Educação Superior do MEC) para obter verbas adicionais necessárias para a restauração. Nesta tarefa, também, tive sucesso e, em 2009, foram iniciadas as obras de construção do telhado, sem o qual os prejuízos seriam ainda maiores devido às chuvas de inverno. (Borges, 2016, p.98)

As obras de restauro desta casa diferenciam-se de outras realizadas na cidade, pois, para a sua execução em específico, não foram utilizados recursos do programa Monumenta, apenas verbas do Ministério da Educação. Segundo Ana Meira, pelo programa foi pago apenas o projeto referente ao auditório, projetado como sala de cinema.

Eu me lembro que sim, que o Monumenta fez, por causa do cinema, que foi até a equipe da Ceres Storchi, que elaborou a Tangram, que era bem legal aquele projeto. E depois a Simone Neutzke acho que fez o, se eu não me engano, foi ela quem fez. Aí, o que que o IPHAN fez, em vez de licitar um projeto novo, licitou só essa parte ali de baixo. Aí, como o IPHAN tinha pago o recurso da emergência, anos atrás, e a universidade, quando

comprou, comprou o pacote todo, a universidade ficou devendo. Então, a gente trocou pelo projeto e por algumas condições. (Meira,2016)

Ao mesmo tempo em que o professor César Borges negociava os recursos para o restauro, precisava negociar com a Superintendência do IPHAN, no Rio Grande do Sul, a aprovação dos usos da casa e do projeto de restauro, um grande impasse entre as duas partes. A reitoria desejava um uso e a superintendência, neste momento, chefiada pela arquiteta Ana Meira, estava firme na defesa de que a casa fosse a sede do Museu Brasileiro do Doce.

Em uma das várias reuniões que tive na direção daquele órgão, em Porto Alegre, soube do insistente interesse do IPHAN para a instalação do Museu do Doce. Minha prioridade não era essa, eu preferia que ali fosse instalado outro setor da UFPel que fosse capaz de permitir maior mobilidade e visibilidade de visitantes da comunidade dentro dele. (...) Apesar da minha insistência, percebi que a diretoria do IPHAN tinha ideias que não coincidiam com as minhas. Então, com receio de causar retardo nas decisões administrativas, "tirei o cavalo da chuva" e esqueci minha proposta. (Borges, 2016, p.98)

Enquanto a discussão sobre o uso da casa era resolvida, foram criadas duas comissões: uma, de organização do museu de arqueologia; outra, do museu do doce. Os grupos eram compostos por professores dos Bacharelados de Museologia, de Antropologia e de Arqueologia, por meio das Portarias do Reitor nº 749 e 1545, de 2009, que tinham como atribuição acompanhar a realização do projeto de restauro e tomar as primeiras medidas para a criação das instituições museológicas no âmbito da universidade.

O projeto foi acompanhado, principalmente, pela equipe do Museu de Arqueologia, que acompanhou a discussão dos espaços e definiu as necessidades de uso com a reitoria e com o IPHAN.

As obras do restauro da casa aconteceram entre os anos de 2011 e 2013, e foram realizadas pela empresa Marsou Engenharia LTDA., com a coordenação técnica da arquiteta Simone Delanoy (mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel). Foi utilizada, como parte da mão de obra envolvida no trabalho, uma equipe qualificada em 2007/2008 (Figuras 65 e 66), em um curso sob a forma de canteiro-escola, realizado na cidade, pelo Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA), em colaboração com o IPHAN e em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense de Pelotas (IFSul).

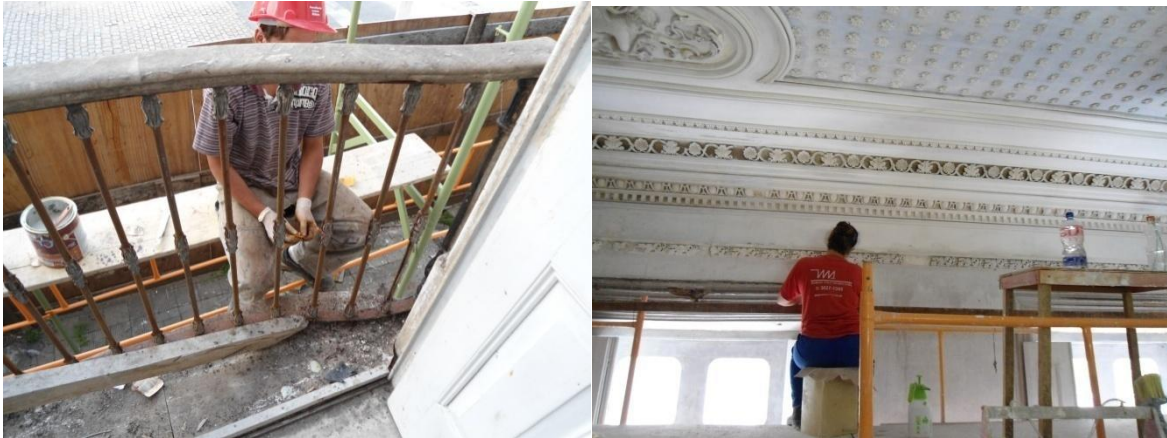


Figura 65 e 66 - Trabalhadores durante as obras de restauro
Fonte: Acervo Marsou Engenharia

Ao longo do trabalho, foram inseridos estagiários do Bacharelado em Conservação e Restauração em Bens Móveis da UFPel (Figura 67) e do curso de Capacitação de Trabalhadores em Restauro do IFSul. Segundo declarações de Simone Delanoy ao jornal Diário Popular, foram dois anos de obra, com 35 pessoas envolvidas diretamente com o restauro, trabalhando em paralelo aos serviços de engenharia. Os artífices foram divididos em três grupos, segundo ela, com técnicas e características afins: ornatos e revestimentos de fachada; forros de estuque, mármore e ladrilhos; azulejos, escaiolas, rodapés marmorizados, faianças, elementos de madeira, ferro e pinturas murais.



Figura 67 - Aluno do Bacharelado em Conservação e Restauração da UFPel restaurando uma escaiola
Fonte: Acervo Marsou Engenharia

Tendo em vista a importância da obra, o IPHAN, por intermédio do Programa Monumenta/Unesco, manteve por quatro meses a arquiteta Ana Luisa F. Bezerra, que desenvolveu um projeto de documentação da obra de restauração da Casa para o órgão. O registro foi realizado por meio de fotografias e depoimentos dos trabalhadores, de forma a registrar as técnicas e o saber/fazer dos artífices, os quais formavam uma mão de obra especializada na região. Esses trabalhadores atuaram em outras obras de preservação do patrimônio histórico, como, por exemplo, o Teatro Esperança em Jaguarão. Durante o período de execução da obra, a casa chegou a receber a visita da ministra da Cultura, Ana de Holanda, e do presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida (Figura 29).



Figura 68 - Ministra Ana de Holanda acompanhada do Presidente e da Superintendente Regional do IPHAN, do Secretário Municipal de Cultura e do Reitor da UFPel, recebendo informações sobre os procedimentos do restauro

Fonte: <https://casaraooito.wordpress.com/>

Em 3 de dezembro de 2012, às vésperas de sair da reitoria, o professor César Borges inaugurou a casa, embora a obra ainda não estivesse terminado, pois não tinha sido concluído o restauro de algumas salas, como, por exemplo, a sala de visitas, que não possuía, naquele momento, piso, e os estuques ainda estavam sendo finalizados. Segundo declaração do mestre de obras, Irazaba Teixeira, ao Jornal Diário Popular, naquele momento, faltava 5% do total da obra para ser concluído. A solenidade contou com a presença do prefeito municipal, Adolfo Fetter

Júnior, do representante do Ministério da Educação, Antônio Simões, e da representante do IPHAN, Ana Beltrami (Figura 69).



Figura 69 - Descerramento da placa de inauguração, com a presença do professor César Borges, do Antônio Simões, das arquitetas responsáveis pelo restauro e do mestre de obras, dez. 2012
Fonte: <https://casaraoito.wordpress.com/>

A casa foi definitivamente entregue pela empresa Marsou para a UFPel na primeira semana de maio de 2013, e aberta ao público no dia 17 de maio. Finalmente, a casa do Conselheiro Maciel foi aberta à comunidade, com uma audiência pública na Câmara de Vereadores, a qual homenageava o Dia Internacional dos Museus.

5.2 UMA FAMÍLIA QUE REPRESENTA UMA TRADIÇÃO

5.2.1 Os Antunes Maciel em Pelotas

O desenvolvimento econômico de Pelotas trouxe uma diferenciação social para os grupos ligados à produção do charque, fossem eles charqueadores, criadores de gado ou comerciantes. Conforme Vargas (2016), a elite pelotense atingiu um diferencial que permitiu que se tornasse uma elite regional que acabou influenciando, também, os rumos do Império.

O mesmo autor analisou os charqueadores no período do final do século XVIII até o final do XIX e destacou, ao longo deste tempo, doze famílias como sendo as mais ricas da elite pelotense. Usou como parâmetro para isto as fortunas inventariadas superiores a 50 mil libras, sendo elas, em ordem decrescente de fortuna: a do Barão de Jarau (Joaquim de Assumpção), do Coronel Aníbal Antunes Maciel, do Barão de Butuí (José Antônio Moreira), do Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho, do José Inácio da Cunha, do Comendador Antônio José de Oliveira Castro, do Comendador José Rodrigues Barcellos, do José Antônio José da Silva Maia, do Comendador João Simões Lopes, do Barão de Santa Tecla (Joaquim da Silva Tavares), do Doutor Antônio J. Gonçalves Chaves Filho e do Barão de Corrientes (Felisberto Inácio da Cunha). Destas ele destaca uma outra classificação, a das *famílias longevas*, que, para ele, são as que mantêm os seus negócios com o charque no período entre os anos 1820 e 1880, entre estas últimas, encontramos a dos Moreira. O autor ainda defende que estas fortunas se mantêm através da endogamia entre estas famílias.

Esta análise auxilia a entendermos as famílias de Francisco Antunes Maciel e de sua mulher Francisca de Castro Moreira Antunes Maciel. Ele, sobrinho do Coronel Aníbal Antunes Maciel, e ela, filha de José Antônio Moreira, o Barão de Butuí. Para entender melhor a posição destas famílias, é necessário buscar as suas origens. Os Antunes Maciel chegaram ao sul durante o período da ocupação deste território, vindos de São Paulo.

Segundo Assumpção Santos (1957), Bernardo Antunes Maciel foi o primeiro tronco da família Antunes Maciel nas terras do Sul. Nascido em Sorocaba,

veio para a região sul no Século XVIII e, primeiro, instalou-se em Viamão. Bernardo era descendente de Bandeirantes, o seu avô Antônio Antunes Maciel apareceu como um dos descobridores de ouro no atual estado de Mato Grosso.

Figura entre os descobridores de ouro de Cuiabá, os que fundaram o primeiro povoado em terras onde hoje assenta a capital de Mato Grosso. Com seus irmãos, atuou nos acontecimentos mais importantes que determinaram a incorporação daquela vasta província ao Brasil. Partiu ele com o tio de sua mulher, Paschoal Moreira Cabral Leme, seguidos de 55 homens branco, afora os escravos, destinando-se à bandeira, quer ao apresamento de gentio, quer à descoberta de ouro, prata ou pedras preciosas. Corria o ano de 1716. (Santos, 1957, p.99)

Na verdade, as primeiras Maciel a chegarem nas terras do Sul foram a mãe de Bernardo, Anna Barboza Maciel, casada com Francisco Rodrigues Machado, e, antes dela, a sua irmã Maria Moreira Maciel, casada com João de Magalhães, português que partiu de Laguna, em 1725, com a Frota de Magalhães, com o propósito de povoamento. Este se assentou primeiro na região da atual cidade de São José do Norte e, depois, em Viamão.

Segundo Assumpção Santos, Francisco Rodrigues Machado integrava a Cavalaria Ligeira do Continente de São Pedro, sendo proprietário de campos, partes deles concedidas por serviços prestados, alguns na região de Cachoeira. Um fato importante a ser destacado é que o seu filho não recebeu o seu nome, mas, sim, dos Antunes Maciel, dando continuidade à família na região Sul. Este ponto para a época é de grande importância, pois o nome materno, neste caso, se impõe ao do pai. Segundo Scott:

Os valores patriarcais, que remontam ao período colonial, foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do *pater famílias*. Na ordem patriarcal a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a de outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar, e dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (Scott, 2012, p.15)

A partir de Scott, pode-se inferir que o uso do nome dos Antunes Maciel pelo Bernardo foi uma concessão de Francisco. Assumpção Santos faz referência a esta situação, o marido não teria se oposto à manutenção do nome da família por Bernardo e por sua irmã Thereza, mas ao domínio patriarcal. O mesmo autor não

dá a importância às primeiras mulheres Antunes Maciel que se estabelecem no sul do Brasil, Anna e sua irmã, reafirmando a postura patriarcal. Outra genealogista, Cordélia do Amaral Peixoto (1996), repete a mesma informação de que Bernardo é que dá origem à família no Rio Grande do Sul.

Bernardo, segundo Assumpção Santos, pertencia à Cavalaria ligeira, chefiada por Rafael Pinto Bandeira, comandante da fronteira do Rio Grande, que, conforme descrição de Gutierrez (2011), foi o melhor exemplo de estancieiro militar. Conforme a autora, ele e os homens por ele chefiados apropriaram-se de terras e gado e foram responsáveis pela expulsão de índios e espanhóis. As autoridades coloniais que precisavam de seus serviços de marcação de fronteira e de garantia da terra, fechavam os olhos para os seus desmandos, garantindo para si e para os seus as melhores terras. Segundo Assumpção, Bernardo chegou ao posto de capitão e foi prático das comissões de limites que demarcariam as terras portuguesas.

Depois do tratado de Santo Ildefonso e da guerra contra espanhóis e índios, aconteceu uma grande distribuição de sesmarias, de forma a ocupar os territórios que foram liberados. Os primeiros a serem beneficiados foram os militares. Na verdade, em muitos casos, foi só uma questão de regularizar as terras que haviam sido apropriadas, como mostra Gutierrez (2011).

O Pinto Bandeira aproveitou-se do conhecimento que tinha para obter as melhores terras. Nos processos de concessões de sesmarias ele próprio, como comandante da fronteira do Rio Grande, fornecia informações sobre a situação dos solicitantes. (Gutierrez, 2011, pg.85).

Em 1791, o Conde de Resende concedeu uma sesmaria a Bernardo, com três léguas de comprimento e uma de largura, na região chamada de Cerro de Santa Maria, na região do Rio Piratini Grande. No inventário de seu neto Elyseu Antunes Maciel e de sua mulher Leopoldina da Rosa Antunes, realizado em 1896, encontra-se listado como um dos bens do casal um quinhão de campo de 1750 hectares no segundo distrito de Piratini, no passo dos Antunes, com divisa pelo Arroio dos Antunes. Segundo Assumpção, este lugar assumiu este nome em homenagem a Bernardo e, provavelmente, este campo era parte da sesmaria de Bernardo, o qual teve nove filhos. Além das terras em Piratini, provavelmente, segundo Assumpção Santos, possuía uma propriedade em Cachoeira.

Dos filhos de Bernardo, destacam-se, nas lutas pelas fronteiras do Sul do Brasil, Vasco e Francisco Antunes Maciel, os quais lutaram na campanha da Cisplatina. O primeiro chegou ao posto de coronel e foi responsável com a sua tropa de voluntários por tomar a fortaleza da Colônia de Sacramento; o segundo foi capitão. Os dois, pode-se inferir através dos seus inventários, se transferiram para as cidades de Rio Grande e Pelotas, o que indica o período em que a família passou a morar nesta região. Francisco se casou com Maria Vicência Henriques, tiveram três filhos, Elyseu Antunes Maciel, Maria Francisca Antunes Maciel e Annibal Antunes Maciel (Coronel).

Elyseu, pelo seu inventário, realizado em Pelotas, era criador de gado, morreu com o posto de Tenente-Coronel, e, segundo Assumpção Santos (1958), recebeu o Hábito de Cristo e era Oficial da Ordem da Rosa. A sua herança militar, que acompanhamos desde o período das bandeiras, demonstra-se pelo seu posto e pela honraria que recebeu, distribuída por D. Pedro II, principalmente para militares que prestaram serviços na Guerra do Paraguai.

O Coronel Annibal foi charqueador, como dito anteriormente, segundo Vargas (2016), com o segundo maior patrimônio da cidade de Pelotas, num total de 189.653 libras. Vargas (2016), quando trata das fortunas dos maiores charqueadores da cidade, coloca as charqueadas como uma empresa eminentemente familiar, que dependia da atuação dos parentes em outras áreas importantes para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, a pecuária. No testamento de Leopoldina Antunes Maciel, em 1884, esposa de Elyseu, foram descritos como bens, além do campo no rincão dos Antunes, 3.000 rezes de criar.

Para o bom andamento da empresa, é provável que o irmão-charqueador contasse com o apoio dos demais parentes, uma vez que a charqueada podia suprir a necessidade econômica dos irmãos e genros criadores de gado, comerciantes e estudantes. (Vargas, 2016, p.277)

Elyseu e Leopoldina tiveram seis filhos, cinco homens e uma mulher, conforme registro no inventário desta: Francisco, Leopoldo, Flora Mercedes, Lourival, Eliseu e Arthur. Destes, quatro casaram com filhos de José Antônio Moreira (Barão de Butuí) (Tabela 02); um casou com uma das netas do Coronel Annibal Antunes Maciel e o outro permaneceu solteiro. Formando os seguintes casais:

Tabela 02 - Casamentos dos filhos de Elyseu e Leopoldina

| | |
|---------------------------------|-------------------------------|
| Filhos de Elyseu Antunes Maciel | |
| Francisco Antunes Maciel | Francisca Castro Moreira |
| Leopoldo Antunes Maciel | Cândida Moreira |
| Flora Mercedes Antunes Maciel | Alfredo Gonçalves Moreira |
| Arthur Antunes Maciel | Leonidia Gonçalves Moreira |
| Lourival Antunes Maciel | Amélia Hartley Antunes Maciel |

Os Antunes Maciel figuram entre as famílias mais ricas da cidade. A partir do estudo de Vargas, podemos perceber uma rede de relações destinada à manutenção de um *status quo*. Esta rede se dá pelos casamentos intrafamiliares de forma a fortalecer a sua posição econômica e social. Se Eliseu e os filhos não são charqueadores, eles ligam-se a estes pelo parentesco e pelos casamentos. O seu patrimônio está dividido entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. No inventário realizado em Pelotas, encontramos (Tabela 03):

Tabela 03 - Bens constantes no inventário de Leopoldina Antunes Maciel

| Bem inventariado | Valor em réis |
|--|---------------|
| Campo no Rincão dos Antunes | 5:250\$000 |
| Móveis | 2:500\$000 |
| Ações da Barra do São Gonçalo | 2:500\$000 |
| Uma casa na rua General Victorino | 12:000\$000 |
| Uma cocheira na rua General Vitorino | 2:800\$000 |
| Outra cocheira na rua General Vitorino | 2:000\$000 |
| Prédios na Chácara das Três Vendas | 7:000\$000 |
| Total | 34:050\$000 |

Se compararmos estes valores com aqueles deixados por José Antônio Moreira, são muito inferiores aos deixados para uma única de suas herdeiras, Francisca de Castro Moreira Chaves, que recebeu 146:691\$113 réis, em 1879. No entanto, pode-se inferir que o montante de bens no Uruguai era bastante superior. Em testamento realizado em 1884, D. Leopoldina deixa para sua filha Flora Mercedes 3.000 rezes de criar, as 25 ações, todos os móveis, jogos, pratas, roupas de uso e cama, a casa da rua da Igreja, o terreno e a cocheira junto à casa e a chácara nas Três Vendas. Na realização do inventário, os outros herdeiros acataram a decisão da mãe, e Eliseu (filho) deu uma procuração passando tudo o que tivesse no RS para a irmã, ficando ele com os bens que lhe tocaram no Uruguai, ato que foi repetido por Lourival.

Entre o testamento e o inventário, existe uma diferença. Neste último, não são citadas as rezes, apenas o campo, assim como não aparece nenhum objeto de prata, apenas a mobília e porcelanas usadas no quarto. No inventário de Eliseu e Leopoldina, não são descritos os bens existentes no país vizinho. Arthur, o inventariante, no corpo do processo, declara que os demais bens da sucessão foram devidamente partilhados na República Oriental do Uruguai, em abril de 1896. O fato de não estarem os bens listados no inventário brasileiro difere, por exemplo, do inventário do Coronel Annibal Antunes Maciel e de sua esposa D. Felisbina Antunes, realizado em 1871, com um montante a ser dividido de 1.893:256\$602 réis. Dentro deste valor, estavam cinco estâncias no Uruguai e mais de 25.000 cabeças de gado.

Usando classificação de Vargas (2016), a família está inserida naquilo que o autor denomina como elites regionais, compostas por membros da alta burocracia e da elite política da província, com grande riqueza, resultado de diversas atividades econômicas que se uniam através de seus interesses políticos e econômicos, mediando os interesses locais com o poder provincial e algumas vezes com o imperial. Os filhos de Elyseu ocuparam cargos na Câmara Municipal, na Vice-Presidência da Província, na Câmara Federal, até no Conselho do Império e, depois, no ministério de estado no período da República.

Alguns destes postos eram chave para o atendimento de demandas locais e regionais. Por diferentes legislaturas, encontramos, na Câmara Municipal, Leopoldo e Arthur Antunes Maciel, inclusive no cargo de presidente. O primeiro, no período de 1878 a 1880; o segundo, de 1887 a 1889. Aquele ainda assumiu a vice-presidência da província e, por um breve período, a presidência (09/09/1882 a 28/10/1882). Francisco Antunes Maciel (Figura70), filiado ao partido Liberal, apoiador de Gaspar Silveira Martins, foi deputado provincial de 1873 a 1880, e deputado geral de 1881 até 1888. No período de 1883 a 1884, participou do Gabinete de Lafaiete como Conselheiro do Império. O auge da elite charqueadora em termos de poder político nacional ocorreu quando Francisco Antunes Maciel, ele próprio advogado e charqueador, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de uma pasta importante e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos executivos provinciais. (Vargas, 2016, p.306)

Foi durante seu período no ministério que três membros de sua família receberam títulos de nobreza. Seu irmão Leopoldo recebeu o título de Barão de São Luiz, seus primos Annibal Antunes Maciel, o de Barão de Três Serros, e Francisco Gomes da Costa, o de Barão de Arroio Grande. Fato que trazia grande distinção

social, não só para as famílias como também para a cidade, e mostrava, principalmente, a proximidade dessas famílias com o projeto de governo do Império.



Figura 70 - Pintura a óleo de Francisco Antunes Maciel
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

Neste mesmo período, foi autorizado o funcionamento da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática (Figura 71). Ela foi instalada no prédio doado pela família Antunes Maciel, onde seria instalada uma escola municipal homenageando o Ten. Cel. Eliseu Antunes Maciel. A escola foi fechada assim que o Gabinete Liberal caiu.



Figura 71: Fotografia da fachada da Escola Eliseu Maciel
 Fonte: Acervo do Colegiado de Agronomia

Em 1885, alegando a necessidade de redução de despesas, o Ministro da Agricultura decretou o seu fechamento e mandou leiloar todo o material. No leilão todo o material foi adquirido por particulares, que doaram novamente à escola. Mesmo assim a Escola ficou fechada por três anos. (Michelon, 2013. p.49)

Francisco Antunes Maciel foi parlamentar muito ligado a Gaspar Silveira Martins, líder do partido Liberal na Província, que foi hegemônico no período de sua atuação política. Segundo Helga Picollo (1979), a hegemonia começou com a vitória de Osório, em 1872, e se prolongou de forma incontestável até o final do império.

De 1873 a 1877, a província assistiu a uma antinomia: Assembleia Liberal/administração conservadora. Nesta fase os Liberais se caracterizaram por ataques às instituições monárquicas, necessitadas urgentemente de reformas, entre as quais a autonomia provincial. O poder pessoal do Imperador é acusado de desvirtuar o sistema representativo. Tinha-se a consciência de que os partidos por si só, não subiam ao poder. (Picollo, 1979, p.110)

É importante salientar que Francisco fazia parte do mesmo partido e facção que Silveira Martins, mas isso não significava ser, simplesmente, um mandado do grande líder do partido Liberal no Rio Grande do Sul. Como salienta Vargas, ele fazia parte de uma família que era uma organização econômica, política e militar, e todos estes quesitos lhe davam a sustentação para a sua ação política, representando aos de sua classe que davam endosso para a sua atuação.

Vimos, ao longo deste capítulo, que o Conselheiro pertencia a uma linhagem militar, que estamos acompanhando desde as Bandeiras, passando por

militares que atuaram, fortemente, nas lutas de fronteiras do sul do Brasil. A sua sustentação política ainda se dá por pertencer a uma família de charqueadores e estancieiros, com propriedades não só no Brasil como na República Oriental do Uruguai. Ele próprio, sendo proprietário de uma das charqueadas, segundo informações contidas no inventário do Barão de Jarau, era proprietário do estabelecimento do Castro. Outro fator importante, segundo o autor, é a sua formação de advogado, pois a família Antunes Maciel investiu na formação de nível superior dos seus filhos homens, todos formados em Direito ou Engenharia. O conjunto destas qualidades era visto com bons olhos pela Corte.

No Jornal A Opinião Pública de 1917, encontramos os principais projetos do Conselheiro durante a sua passagem no Ministério. Ele apresentou o projeto de autonomia provincial, uma das bandeiras do seu partido, assim como apoiou a libertação dos escravos com mais de 60 anos, matéria também levada à frente pelo seu partido, que, de acordo com Picollo, tinha um posição antiescravista, mas sempre de forma cautelosa, defendendo que esta acontecesse de forma gradual e não prejudicasse o direito de propriedade. O governo Liberal, quando à frente do governo, não conseguiu romper com a situação existente no país, segundo Picollo. Ficou comprovada a máxima de que nada mais conservador do que um liberal no poder. Gaspar Silveira Martins mantinha o partido coeso com mãos fortes, sob as suas rígidas ordens. Mesmo com o fim do Império, continuou sendo o seu líder máximo, disputando espaço no Rio Grande do Sul com o Partido Republicano Riograndense - PRR, como duas grandes forças políticas, aparecendo sempre como seu apoiador o Conselheiro Maciel.

Por ocasião do golpe de estado do Marechal Fonseca, dissolvendo o Congresso Nacional, houve um forte movimento no Rio Grande do Sul, sendo indicado o Conselheiro Maciel para fazer parte da junta governativa. Nomeado em seguida superintendente de Pelotas não assumiu as funções deste cargo, limitando a sua ação política à reorganização e direção do partido Federalista, arregimentando os valiosos elementos do antigo partido Liberal, cujo chefe o Conselheiro Gaspar Silveira Martins fora desterrado.

Foram companheiros constantes na política e na direção do partido Liberal, estiveram exilados no Uruguai após a Revolução Federalista. Em 1895, quando da realização do inventário de Leopoldina, mãe de Francisco, este se encontrava no Uruguai junto com Leopoldo e Elyseu. Durante o desenrolar do processo, em 1897,

eles ainda permaneceram fora atuando a esposa como sua procuradora para decidir a partilha.

Quando o Conselheiro Gaspar foi expulso do território Uruguaio por exigência do governo do Marechal Floriano, o Conselheiro Maciel, então em Montevideú, assumiu a direção do Partido Federalista interinamente, só regressando à terra natal, depois de, nesta cidade, ter sido assignada a paz. referência

Foi ferrenho opositor ao Partido Republicano Rio-Grandense, substituiu Gaspar Silveira Martins na presidência do Partido Federalista, em 1901, quando este faleceu. Desde o início do governo republicano, fez duras críticas; em 1890, fez duro discurso em relação à forma como o Rio Grande do Sul estava sendo governado por Júlio de Castilhos.

Os exclusivistas não de procurar-nos, quando certos de sua inexperiência, quando convencidos de que não é com discursos bonitos, nem com festas e luminárias, que se governam os povos, virem que é pequena sua força, ante a responsabilidade da obra que encetaram.

Pelo Partido Federalista, foi eleito deputado federal, como representante do Rio Grande do Sul, no período de 1906 a 1911, quando deixou de concorrer a novos cargos, permanecendo na presidência do Partido Federalista.

5.2.2 Os Castro Moreira

Uma das famílias longevas é a do Barão de Butuí, José Antônio Moreira. Ele, português, nascido no Porto, veio para o Brasil em 1822, instalou-se na Bahia como comerciante; depois, transferiu-se para Pelotas, onde casou com a única herdeira do charqueador Antônio José de Oliveira Castro, um dos charqueadores mais ricos do século XIX. Maria Josefa de Castro era descendente da família Silveira - pioneira na ocupação das terras de Pelotas.

As irmãs Isabel Francisca e Mariana Eufrásia da Silveira, de grande importância para a formação da cidade de Pelotas, segundo Gutierrez (2011), vieram da ilha de Faial, Açores, com seus pais, Alferes Antônio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira, mais cinco irmãos, chegaram bem antes dos casais de número açorianos. Isabel casou-se com o capitão-mor, Manuel Bento da Rocha,

nomeado para este cargo em 1771. Era distribuidor de alimentos para as forças militares e proprietário de três sesmarias, a de Pelotas, a de São Lourenço e a do rincão de Corrientes. Mariana Eufrásia casou-se com o capitão-mor Francisco Pires Casado e recebeu como herança a sesmaria de Monte Bonito.

Mariana Eufrásia teve suas terras concedidas em 1813. Nessa área fez o segundo loteamento, que deu origem à zona de comércio central da cidade de Pelotas. O terreno configurava uma extensão das "sobras" da sesmaria de Monte Bonito, Mariana era irmã de Isabel Francisca da Silveira, dona da Sesmaria de Pelotas, mãe de Maurícia Inácia, esposa do Alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado. (Gutierrez, 2011, pg. 151)

Pelotas, na sua origem, contou com uma disputa sobre o local onde seria instalado o templo da Freguesia, que foi determinada por alvará de D.João VI, de 07 de julho de 1812. Existiam três opções, segundo Osório (1993): a primeira era de situar nas terras de D. Isabel da Silveira, no Laranjal; a segunda, na região onde hoje se encontra o Instituto Nossa Senhora da Conceição, próximo à Rua Barroso, e a terceira, a vencedora, onde, hoje, se encontra a Catedral Metropolitana, ao redor dessa área, desenvolve-se o primeiro loteamento, segundo o autor, entre a atual Av. Bento Gonçalves e a Rua General Neto. O segundo loteamento desenvolveu-se a partir da Rua Sete de Setembro em direção ao canal São Gonçalo nas terras de Mariana Eufrásia, abarcando, nesta área, a região da Praça Pedro Segundo, depois da República, atual Praça Cel. Pedro Osório, onde seus descendentes construíram as suas residências ao longo da segunda metade do século XIX

A filha de Mariana, Maurícia Inácia, casou-se com o Alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado, irmão de seu pai.

Em 1785, quando do levantamento realizado pelo capitão Antônio Ferreira dos Santos, Inácio Antônio da Silveira Cazado, possuía 2.300 reses, 80 bois, 85 cavalos, 1300 éguas, 23 burros e 30 burras. Os campos de Monte Bonito estavam povoados com mais de 60 reses, 39 bois, 40 cavalos e 400 éguas que pertenciam ao agregado, irmão e ao mesmo tempo, sogro, o sargento-mor Francisco Pires da Silveira Cazado. (Gutierrez, 2011, pg.150)

Isso ressalta a política, já tratada em relação aos Antunes Maciel, dos casamentos intrafamiliares, nos quais as famílias mais ricas estimulavam as uniões com membros do mesmo grupo como uma forma de manter o poder social, político e econômico.

As opções de vida disponíveis às mulheres da elite estavam intimamente ligadas aos interesses de sua família. Com as uniões conjugais isso era bem nítido, pois, na época, do mesmo modo que no compadrio, o casamento (ou melhor, o casamento legalizado) era uma forma de consolidar laços familiares existentes entre os membros da alta sociedade. (Habner, 2012, pg. 48)

Essas alianças permitiam o casamento de primos, tios e sobrinhas. Dessa forma, mantinham as propriedades e outros bens nas mãos de poucos, evitando a divisão e o fracionamento das fortunas. No caso das Silveira, Isabel, não teve descendentes e Mariana teve uma filha, Maurícia Inácia, assim, a sesmaria do Monte Bonito foi dividida entre os seus herdeiros, que eram nove. Uma delas, Francisca Alexandrina, depois seria sogra de José Antônio Moreira (Barão de Butuí).

Segundo Vargas (2016), essas alianças matrimoniais são a forma como parte da elite econômica de Pelotas se organiza para se manter como tal durante todo o período do século XIX. No caso da família Silveira, esses casamentos se realizaram com altas patentes militares, charqueadores e grandes negociantes, de forma a fortalecer o seu status de família fundadora da cidade. Neste caso, uso este termo por ser, a partir das terras deste grupo familiar, que ocorreu a ocupação da cidade.

Nessa perspectiva, podemos falar sobre a união de Francisca Alexandrina com Antônio de Oliveira Castro, importante comerciante que depois se tornou charqueador. Segundo Vargas (2014), desde 1816, ele era matriculado na corte como comerciante de grosso trato, atuou no comércio marítimo de longo curso, conforme o inventário de Francisca Alexandrina; em 1848, atuou com negócios em várias partes, não só do império, como na Europa, para onde seus navios se dirigiam.

Então, na organização interna, a família Silveira uniu-se, através do casamento, com um grande comerciante, um dos mais ricos charqueadores da primeira metade do século XIX.

Tendo em vista o volume de negócios que praticava, não causa surpresa que a avaliação dos seus bens, em 1848, apresentava o maior patrimônio e plantel de escravos de Pelotas na primeira metade do oitocentos – prova de que o capital mercantil estruturava e organizava o capital produtivo, ou seja, às bases do complexo charqueador escravista pelotense. (Vargas, 2014, pg. 48)

O total dos bens inventariados ficou na quantia de 634:797\$351 (seiscentos e trinta e quatro contos, setecentos e noventa e sete mil e trezentos e cinquenta e um réis). Entre os bens, estavam 170 escravos, duas charqueadas, uma na margem esquerda do Arroio Pelotas, no valor de 20:000\$000 (vinte contos de réis) e a outra na margem esquerda, que foi comprada de Domingos José Vieira e de José Ignácio Bernardes da Costa, no valor de 16:000\$000 (dezesesseis contos de réis). Nesses bens, encontramos imóveis urbanos e rurais, prata, dinheiro, animais e as embarcações, sendo três iates, uma lancha, um saveiro, um caíco e duas canoas. Ainda é possível encontrar as indicações de herança das Silveira. Entre os bens citados, encontramos três terrenos pertencentes à Fazenda Monte Bonito, que, segundo o inventário, tinha pertencido a D. Mariana Ignácia da Silveira.

A rede de relações parenterais que vimos até agora entre estas famílias forma uma trama contínua de manutenção do *status quo*. Os membros da família se mantêm no seletto grupo formado por grandes proprietários, comerciantes de grosso trato, militares e comendadores, reforçado pelos constantes casamentos entre as mesmas famílias. O casamento de Francisca Alexandrina com Antônio Castro (Figura 72) reforçou a distinção deste grupo: herdeira de uma das famílias fundadoras da região casou com um comerciante de grande prestígio. Segundo Vargas (2014), foi o capital deste comércio de grosso trato que viabilizou a montagem do complexo charqueador. Esses comerciantes que faziam o transporte de mercadorias possibilitavam não só a entrega nos portos compradores do produto local, como também o transporte das mercadorias diversas para a cidade, o sal para a produção do charque ou a intermediação da compra de escravos para o funcionamento das charqueadas. Segundo o mesmo autor, Antônio Castro foi um dos charqueadores responsáveis pela importação de sal e apresentou o maior plantel de escravos e patrimônio na primeira metade do século XIX.



Figura 72 – Pintura a óleo do Comendador Antônio Castro.
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel.

O casal teve apenas uma herdeira, D. Maria Josepha de Castro (Figura 73), que casou com José Antônio Moreira, filho de comerciante português, que imigrou para o Brasil em 1817. Morou primeiro na Bahia, depois, transferindo-se para o Rio Grande do Sul. Apesar de não ser descendente de charqueadores, pertencia à classe dos comerciantes e entrou no grupo dos charqueadores mais ricos de Pelotas através do casamento com a filha do Comendador Castro. Como este não tinha outros filhos, seus negócios acabaram passando para o genro.



Figura 73 – Pintura a Óleo de Maria Josepha
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

Maria Josepha teve quatro filhos: Francisca, a primogênita, Cândida (morreu com 13 anos em 1850), Maria e José. Maria Josepha morreu cedo, em 7 de junho de 1844, deixando sua filha mais velha com 15 anos e o menor com nove anos. Logo em seguida, seu marido casou-se com Leonídia Gonçalves. Em 1847, nasceu a primeira filha deste matrimônio. José Antônio Moreira teve seis filhos no segundo casamento.

Nos relacionamentos deste período, como já falado antes, o importante eram as alianças econômicas e sociais pactuadas através deles. O que se esperava destas relações eram herdeiros que mantivessem os negócios e o *status* social das famílias. Segundo Vargas (2016), nas famílias charqueadoras, de mais longa duração, no topo da hierarquia econômica, existia uma política de sucessão que fortaleceu o predomínio econômico destas.

Se as famílias longevas concentraram as sucessões da charqueada de pai para filho e se nestas sucessões predominaram as transmissões para o primogênito, podemos concluir que a longa permanência destas famílias no negócio do charque estava diretamente relacionada ao tipo de política sucessória. (Vargas, 2016, p.270)

No caso do Comendador Castro, ele teve uma única herdeira que faleceu cedo e deixou filhos ainda pequenos. José, o único neto homem, herdeiro presumível para os negócios do avô, tinha apenas nove anos. Neste caso, quem se tornaria herdeiro dos negócios seria o genro. Ainda, segundo Vargas, somente em duas famílias aconteceu este tipo de sucessão de sogro para genro. Assim, deve-se ressaltar que o genro, inclusive, já estava no segundo matrimônio quando se tornou herdeiro de uma das charqueadas do sogro, pois o inventário de sua sogra aconteceu depois da morte de Maria Josepha. Do total de 634:797\$351 réis inventariados (Tabela 04), ficou a metade com o Comendador, a terça parte com o genro; este, como tutor de seus filhos menores, ficou responsável pela gerência do valor recebido por cada um deles, que só passou aos herdeiros quando ocorreram suas maioridades ou quando as meninas casaram.

Tabela 04 - Herdeiros e valores recebidos da herança de Francisca Alexandrina

| Herdeiro | Valor recebido |
|---------------------------------|----------------|
| Comendador Antônio de O. Castro | 317:398\$000 |
| José Antônio Moreira | 158:699\$357 |
| Francisca de Castro Moreira | 39:674\$833 |
| Cândida de Castro Moreira | 39:674\$833 |
| Maria de Castro Moreira | 39:674\$833 |
| José de Castro Moreira | 39:674\$833 |
| Total | 634:797\$351 |

O inventário de Maria Josepha, realizado em 1851, tendo como inventariante o viúvo, tem uma soma total de 47:080\$000. Em relação aos bens de seu pai inventariados em 1848, pode-se considerar uma pequena fortuna, considerando que uma das charqueadas de seu pai foi avaliada, na época da morte de sua mãe, em 20:000\$000, e a outra, com olaria, no valor de 16:000\$000. Ao contrário da partilha realizada em 1848, na sua não foram colocados todos os bens do casal, apenas valor em dinheiro, dois escravos, dois selins e um terreno às margens do Arroio Santa Bárbara. Deve-se ressaltar que este inventário foi realizado após o de sua mãe e posterior ao segundo casamento de seu marido.

Se o Comendador Castro foi um dos charqueadores mais importantes da primeira metade do século XIX, seu genro (Figura 74) não ficou atrás na segunda metade do XIX. Ele é reconhecido como um grande transportador marítimo no seu

inventário. Em 1876, encontramos seis navios, dois provavelmente recebidos da herança do sogro. A sua fortuna foi avaliada em 1.829:905\$407; segundo Vargas (2016), é o terceiro maior patrimônio dos charqueadores no século XIX. Além de comerciante/charqueador, ele também trabalhava como uma espécie de banqueiro que emprestava dinheiro aos outros charqueadores. No seu inventário (Tabela 05), grande parte da fortuna passada aos herdeiros eram quantias emprestadas a muitas pessoas, assim, é uma lista de 73 pessoas diferentes com quantias que vão de vários contos de reis até uns poucos mil réis. Completavam a sua riqueza, estâncias fora dos limites de Pelotas, duas em Bagé e uma em Jaguarão, além do gado de cria. Foi proprietário de um grande número de escravos. Em seu inventário, foram listados 158, inferior ao número de cativos de seu sogro que chegou a 175, mas bem superior à média de outros proprietários. Segundo Vargas (2016), a média de escravos dos doze maiores charqueadores era de 115 e o tamanho do plantel é proporcional ao da riqueza do seu proprietário.

Tabela 05 - Bens existentes no inventário do Barão de Butuy.

| Bens Inventariados | Valor |
|---|----------------|
| Bens de raiz (imóveis urbanos e rurais) | 364:205\$000 |
| Móveis, louças e vidros | 8:054\$000 |
| Dinheiro em caixa | 262:986\$272 |
| Embarcações | 47:700\$000 |
| Ações | 190:300\$000 |
| Escravos | 113:770\$000 |
| Animais | 161:900\$800 |
| Prata e ouro | 8:963\$500 |
| Dívida ativa | 749:225\$535 |
| Carros | 2:800\$000 |
| Total | 1:829:905\$407 |

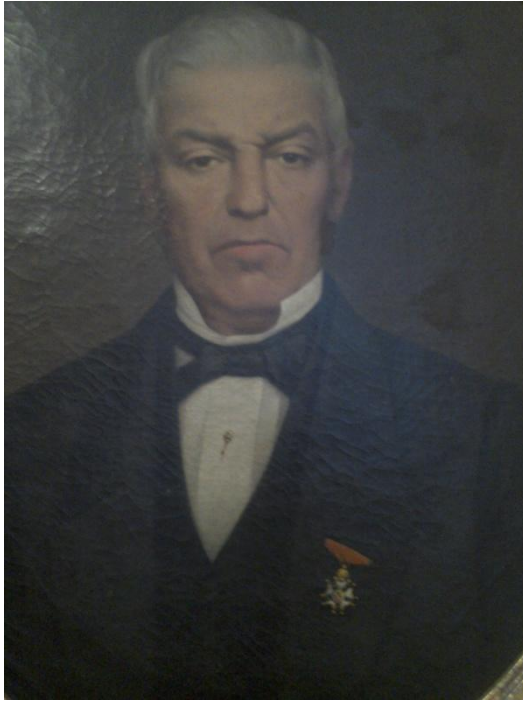


Figura 74 - Pintura a Óleo de José Antônio Moreira – Barão de Butuí
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

Não se pode deixar de ver que entre o inventário de sua sogra e o do Barão, sobre o qual é comparado o quantitativo de escravos, existe um espaço de tempo de 29 anos, quando houve grandes mudanças em relação ao comércio de escravos. Primeiro, com a Lei Euzébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos, e, na década seguinte, com o aumento da fiscalização, impedindo o tráfico que diminuiu a oferta. O Barão acumulou uma fortuna, segundo Vargas (2016), em libras esterlinas, quase três vezes maior do que a de seu sogro, mas tinha número inferior de cativos e uma só charqueada.

A sua ação é de tal monta no período que, em 20 de outubro de 1887, onze anos após a sua morte, foi publicada uma matéria de capa no Diário de Pelotas em homenagem aos 11 anos de seu falecimento, um longo texto que ressaltava as suas qualidades como benemérito de caráter probo. Como empreendedor, foi um dos charqueadores que investiu na abertura da Foz do São Gonçalo, empreendimento de suma importância para um comerciante marítimo que era obrigado a usar o porto de Rio Grande, pois o de Pelotas não tinha profundidade suficiente para receber navios de grande calado.

Ao longo do artigo, fala de sua generosidade com os pobres e de como socorria os necessitados de empréstimos. Pelo declarado em seu inventário, ele emprestava dinheiro em grande quantidade; estão listados 73 devedores, e os valores devidos entram na partilha, com valores que vão de poucos mil réis, como o Marcelino Vergara Moreira que devia 77\$778 ou vários contos de réis, como o valor devido por Manoel Francisco D'Ornellas, que era de 5:171\$603, entre outros. Segundo o jornal: "*Não há uma instituição, uma obra de caridade em nossa terra que não tenha recebido do finado Barão de Butuhy um incremento de sua prosperidade*". No inventário, ele deixou para as obras de caridade dez apólices da dívida pública, com valor nominal de dez contos de réis que serviriam para alimentar os infelizes que necessitavam da Santa Casa de Misericórdia. Esta doação não era diferente das de tantos outros senhores ricos que buscavam se redimir de seus pecados através das doações para instituições de caridade.

Antônio José Moreira recebeu o título de Barão em 10 de junho de 1873, o qual se referiu a um dos rios do Rio Grande do Sul, cuja bacia está localizada no noroeste do estado. Foi primeiro e único Barão de Butuí, não existindo uma Baronesa; a sua segunda e última mulher, Leonídia Gonçalves Moreira, faleceu em 15 de setembro de 1866, portanto, sete anos antes de ele receber o título por serviços prestados ao Império, durante a organização do terceiro corpo de exército, que lutou na guerra do Paraguai.

De seus dois casamentos, teve nove filhos, três do primeiro casamento e seis do segundo. Seu único filho homem do primeiro casamento foi o herdeiro de sua charqueada. Como costume do grupo charqueador, o estabelecimento permanecia na mão de um único dos seus filhos para que não houvesse um enfraquecimento do negócio, usualmente com o filho mais velho. No caso de José Moreira, a mais velha era a Francisca, dentro das normas vigentes a mulher não poderia herdar o negócio principal da família, portanto ficou com o filho homem mais velho de mesmo nome do pai.

O Barão tinha uma das maiores fortunas do século XIX, foi hábil comerciante como seu sogro - um dos poucos negociadores marítimos de longo curso, que aumentava em muito a sua fortuna -, investia na diversificação dos seus negócios, atuando não só como charqueador, mas em outros ramos. Isso lhe garantiu a

manutenção da sua fortuna e da que foi passada aos seus herdeiros. Se ele foi hábil nos negócios, esta habilidade usou, também, nas alianças de casamento que fez através de seus filhos. Dos nove, quatro deles casaram com os herdeiros de Elyseu Antunes Maciel ou com descendentes de outros grandes charqueadores, como os Chaves e os Ribas.

Com os Antunes Maciel, casaram: Cândida com Leopoldo, Alfredo com Flora Mercedes, Leonidia com Artur e a sua filha mais velha Francisca com Francisco. Esta última casou-se em primeiras núpcias com o médico José Maria Chaves, irmão de Antônio José Gonçalves Chaves Filho, um dos doze maiores charqueadores do século XIX, segundo a lista de Jonas Vargas (2016). Com ele, teve três filhos, Alice, Antônio e Maria José. No entanto, ficou viúva muito cedo.

5.2.3 A união de Francisco e Francisca

Francisca de Castro Moreira (Figura 75), nascida em 1836, trazia consigo uma linhagem das famílias formadoras do território de Pelotas. Filha de Antônio José Moreira, o terceiro charqueador mais rico da cidade de Pelotas no século XIX, mulher de elite, para a qual o casamento era a opção de vida, e também, era a forma de consolidar alianças comerciais entre os seus membros

Antes mesmo de seu primeiro casamento, já possuía uma fortuna considerável, herdada de sua mãe e de sua avó, falecidas quando ela estava com oito e doze anos, respectivamente. Recebeu da primeira 5:885\$000 e da segunda, 39:674\$833, assim, já garantia, por exemplo, a condição de comprar uma charqueada com suas benfeitorias. Como uma mulher solteira, não poderia ser responsável pelos seus bens, seu pai era o responsável pela gerência de seus bens.



Figura 75 - Pintura a Óleo de Francisca Castro Moreira Maciel
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

No inventário de sua mãe, encontra-se, em 14 de outubro de 1858, um ofício de seu pai pedindo licença ao Juiz de Órfãos para o seu casamento. *Diz José Antônio Moreira: Tendo justo e contractado casar a sua filha, Francisca de Castro Moreira, com o Dr. José Maria Chaves, e como não o possa fazer sem a sua licença.* Quase dez anos depois, em 30 de junho de 1868, no mesmo processo, tem um termo de quitação assinado por Francisca de Castro Moreira Chaves, viúva, no qual informa que, logo depois do casamento, recebeu de seu pai o que lhe cabia na herança de sua mãe. O seu marido José Maria Chaves foi médico catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e descendente de Antônio Gonçalves Chaves.



Figura 76- Pintura a óleo de dois filhos do primeiro casamento de Francisca.
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

Os registros encontrados sobre Francisca são poucos como de costume em relação às mulheres de seu período. Ela aparece nos inventários de sua família e em documentos guardados pela própria família. Os arquivos públicos pouco falam sobre as mulheres do século XIX. Como cita Perrot (2005), as fontes selecionadas para os arquivos privilegiam o público. No século XIX, este espaço era reservado para os homens, sobretudo, os públicos e os políticos. No entanto, nos documentos pesquisados, conforme Dias (1984 p.7), *as informações se encontram ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito*. Filha primogênita de um dos charqueadores mais ricos da cidade, órfã de mãe aos 15 anos, casou-se em primeiras núpcias em 1858; com vinte e três anos, em 1868, já estava viúva com três filhos (Figura 76). Em 1877, quando o seu pai, no leito de morte, realizou seu inventário, ela constou como testemunha, ela e Francisco Antunes Maciel. Ele, solteiro, advogado, com 30 anos; ela, viúva, proprietária, com 39 anos. Pela data, pode-se inferir que os dois são noivos, pois o casamento aconteceu logo após. Chama atenção a diferença de idade dos dois, sendo ela nove anos mais velha do que o seu noivo. Além disso, possuía uma profissão, era proprietária; como viúva, era responsável pela manutenção dos bens de sua família.

Segundo Joana Pedro (2006), as mulheres do Rio Grande do Sul assumiram a administração de suas propriedades pela grande quantidade de conflitos e

batalhas que ocorreram, ocasiões em que os homens ficavam distantes de seus negócios por longos períodos. Passava, desse modo, a mulher a ter um papel diferente de outras regiões do país. Francisca, além de ser mulher do Sul, ainda era a filha primogênita do Barão. Se não herdou o negócio principal da família que era a charqueada, não deixou de ter o seu lugar de destaque, o que se pode detectar no testamento e inventário, pois este último indicava que ela era testamenteira em terceiro lugar; em primeiro e segundo estavam os genros Leopoldo Antunes Maciel e Francisco Alves Ribas, sucessivamente. Em uma das cláusulas do testamento, o Barão fez uma deferência à filha:

Deixo todos os trastes da minha casa, louça, vidros e mais utensílios à minha filha D. Francisca de Castro Moreira Chaves, não se compreendendo as obras de prata e joias, nem os trastes que já pertencem a seus irmãos.

Ao total, ela recebeu 146:691\$113, valor que estava dividido entre casas, terrenos, bens em prata, ouro e vidros, caleça e victoria, uma parelha de cavalos, valores em dívida, uma escrava de oito anos, destacando-se o terreno com 22 metros a oeste, pela rua do Imperador (Praça Pedro Segundo, fazendo esquina com a rua da Regeneração e fundos com terrenos do inventariado e casas edificadas). Neste terreno, no ano de 1878, começou a construção da casa que se tornou a moradia do casal Francisco e Francisca Antunes Maciel.

Tabela 06 - Heranças recebidas por Francisca de Castro Moreira

| Nome do Inventariado | Valor recebido por Francisca |
|-----------------------------|------------------------------|
| Francisca Alexandrina - avó | 39:674\$833 |
| Maria Josepha - mãe | 5:885\$000 |
| José Antônio Moreira - pai | 146:691\$113 |

A fortuna de Francisca (Tabela 06), na época de seu segundo casamento, não pôde ser precisada totalmente, pois o inventário de seu avô materno, do qual era herdeira direta, tendo em vista a morte de sua mãe, antes deste, não foi encontrado. No entanto, no inventário de sua avó Francisca Alexandrina de Castro, o Comendador tinha ficado com um total de 317:398\$675, entre estes bens, estava uma das suas charqueadas. A segunda tinha sido herdada pelo genro José Antônio Moreira, o Barão de Butuí; a sua parte foi dividida entre Francisca e seus dois irmãos; já a charqueada do avô, que lhe restou na partilha de bens de sua mulher, provavelmente, foi herdada por Francisca, pois, em 1898, no inventário do Barão de

Jarau, ficou registrado que os terrenos da Charqueada do Castro pertenciam ao Conselheiro Francisco Antunes Maciel, assim, provavelmente, com o casamento ele passou a ser o dono desta área.

Três dias após a morte de seu pai, em 23 de outubro de 1876, ela registrou uma Carta de Liberdade a favor de sua escrava Clemência, por bons serviços, sendo que a mesma deveria lhe prestar serviço por mais dois anos. Como testemunha deste registro, estava Francisco Antunes Maciel. A alforria desta escrava aconteceu no mesmo momento em que Leopoldo cumpriu as ordens do Barão de Butuí, que, em testamento, ordenou a liberdade de seus escravos escalonadamente a partir de seu falecimento, de forma que, em 1889, fossem livres todos os escravos por ele comprados.

Apesar de relatos breves sobre a vida de Francisca, percebe-se uma mulher que aparecia em documentos oficiais como proprietária e indicada para assumir posições eminentemente masculinas, como ser colocada na lista de inventariantes do pai ou dar liberdade aos seus escravos.

Casou-se, em novembro de 1877 (Figura 77), com Francisco e teve mais três filhos: Francisco Junior, Georgina e Dora. O casal mandou construir, em 1878, a sua casa de moradia, em terreno da herança de seu pai, situado de frente para a rua do Imperador – Praça Pedro Segundo, na esquina com a rua da Regeneração, na parte mais nobre da cidade, onde no mesmo período ocorreram grandes obras de modernização da cidade.

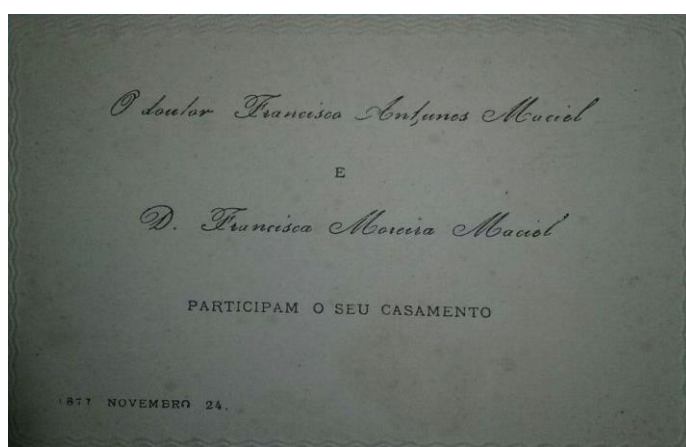


Figura 77 – Cartão de participação de casamento
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

Ao longo de seu casamento com Francisco, um político de grande importância para região, como já foi tratado, ela voltou a aparecer em outros documentos como sua procuradora em momentos que ele estava distante da cidade no Rio de Janeiro ou exilado, devido às disputas políticas. Um exemplo é o caso do inventário de sua mãe, em que ela o representa nos ritos administrativos, pois encontrava-se no Uruguai junto com os seus irmãos. Também se fez presente nos relatos da visita da Princesa Izabel e de sua família a Pelotas, em 1885. No jornal *Correio Mercantil*, de 10 de fevereiro de 1885, há relato da visita da família real ao Parque Pelotense, e referência de que a princesa foi acompanhada por uma comitiva onde constava a *Exma. Sra. D. Francisca Moreira Maciel, esposa do Sr. Conselheiro Maciel*, além de suas aias e de sua comitiva vinda da corte. Ela era a única mulher a acompanhar a comitiva real.

A relação com a princesa era anterior a esta visita a Pelotas. No acervo da família, é possível encontrar presentes (Figura 78), cartas e cartões trocados entre as duas, tal como um cartão de visitas onde uma das aias da princesa informava a D. Francisca que a Imperatriz agradecia os doces que recebeu. Ou, então, uma carta dirigida, a partir de Cannes, em 1890, à D. Chiquinha, em que a Condessa D'Eu agradeceu a expressão dos sentimentos de pesar pela situação em que a família imperial estava. Isabel, ainda, declarou a saudade que sentia dos bons tempos de Pelotas.



Figura 78—Leque que Francisca recebeu de presente da Princesa Isabel
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

Registros esparsos permitem perceber que Francisca não se enquadrava no estereótipo de mulher do século XIX: o de se restringir somente ao papel ligado à família e a sua manutenção.

A família que formou com o Conselheiro possuía algumas peculiaridades em relação a outras de seu mesmo padrão social, econômico e político, as quais vale ressaltar, pois já mostram transformação em costumes em relação ao papel da mulher nas relações familiares. Primeiro, o fato de ela ser mais velha nove anos do que o marido, afinal, o mais aceito era o homem ter uma grande diferença de idade em relação a sua esposa, como o caso de sua antepassada, Maria Inácia, que casou com o Capitão Inácio Antônio da Silveira Cazado, seu tio. O segundo ponto a ressaltar é o rompimento com a política de casamentos, até então vista ao longo deste capítulo, realizada pelas famílias da elite local. Seus filhos do primeiro casamento não se casaram, morrendo solteiros. Em 1907, morreu a sua filha Alice Moreira Chaves, com 45 anos e solteira, segundo declaração do inventariante, seu padrasto. Ela morava em sua companhia e deixava dois "irmãos germanos", Antônio Moreira Chaves e Maria José Moreira Chaves, assim como os irmãos maternos, Francisco Antunes Maciel Júnior, Georgina Moreira Maciel e Dora Moreira Maciel, todos maiores de 21 anos. Em 31 de dezembro de 1917, foi registrado o inventário de Antônio, por sua irmã Maria José.

Os outros três filhos só se casaram depois da morte do Conselheiro, em agosto de 1917, que ocorreu sete anos após a de Francisca. Francisco Júnior (Figura 79) casou-se com Emília Adamo (Figura 80), com quem teve três filhas: Maria Alice, Maria Francisca e Maria da Glória. Suas irmãs Georgina e Dora casaram com Valdomiro de Barros Magalhães e com José Moreira Brandão Castelo Branco, respectivamente. O primeiro teve uma longa carreira política com cargos desde vereador, chegando a Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal; o segundo foi deputado federal por Minas Gerais, de 1910 a 1922, e morreu durante o mandato, segundo relatos da família, seis meses após o casamento com Dora.

Os hábitos em relação aos matrimônios já estavam se transformando com a virada do século. Como salienta Habner (2012), no final do século XIX, as mulheres da elite já não aceitavam a imposição dos cônjuges pelos pais. Os ares da Europa

já influenciavam através da literatura, já se admitia o amor romântico. É interessante perceber que, enquanto o casal esteve vivo, nenhum dos filhos casou, apesar de já terem idade superior ao costume no período para o casamento, principalmente para as mulheres que já contavam com mais de 30 anos. Essa situação mudou com a morte do Conselheiro, segundo relato de duas de suas descendentes. Francisca não queria o casamento dos filhos, por isso só aconteceu tão tarde, contudo, não foi encontrado nenhum documento que confirme esta história familiar. Pela época em que se realizaram as cerimônias, podemos entender que este dado pode ser mais do que uma lenda familiar.

Com este panorama em relação aos casamentos, apesar dos seis filhos, poucos foram os descendentes do Conselheiro e de Francisca, ficando restrito as quatro filhas de seu filho mais velho. Em uma relação extraconjugal, ele teve sua primeira filha, Gilda Maciel, e com Emília Adamo, as três Marias - as últimas Moreira Antunes Maciel a nascerem em Pelotas, na casa de número 08 da Praça Cel. Pedro Osório.



Figura 79 – Francisco Antunes Maciel Júnior
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

O século XX traz mudanças significativas para o cenário da cidade, com a crise da economia charqueadora e com a mudança das relações de trabalho. Nas principais famílias da elite local, houve, conforme Vargas (2016), uma troca das suas atividades econômicas e muitas mudaram de ramo, mas mantiveram seu *status* de elite regional. No caso dos Moreira Antunes Maciel, ocorreu um afastamento gradual da cidade com as atividades políticas do Conselheiro que permaneceu como Deputado Federal até 1911, e a de Francisco Júnior na mesma carreira. As permanências da família no Rio de Janeiro tornam-se mais longas, tendo em vista os trabalhos legislativos. Dentro desse quadro, o Conselheiro quando morre está hospedado no Grande Hotel na Capital Federal, acompanhado do filho e das filhas; o seu enterro acontece lá, e a família ali permanece, não retornando à cidade natal para as diversas homenagens ao falecido, conforme anunciaram os jornais.

Rio 18 – O Conselheiro Maciel não deixou testamento e, sim apenas uma minuta do que pretendia fazer, mas os filhos a seguiram como se tivesse sido aprovada. O Deputado Maciel Júnior e suas irmãs continuaram (sic) aqui até o encerramento dos trabalhos da Câmara.

Os casamentos de Dora e Georgina com políticos mineiros levam-nas a construir novas moradas fora de Pelotas. Francisco Júnior mudou-se definitivamente da cidade com a sua esposa e filhas em 1932, quando assumiu o cargo de ministro no Governo de Getúlio Vargas, adotando o Rio de Janeiro como local de moradia. Dora que, após o falecimento de seu marido, voltou a morar na casa da família, mais tarde acompanharia o irmão para auxiliar na criação das sobrinhas, após a doença prematura de Emília Adamo.



Figura 80 – Foto de Emília Adamo.
Fonte: Acervo da Família Antunes Maciel

As mudanças na política nacional, com o início do governo de Getúlio Vargas, o fato de Francisco Júnior ter se retirado da vida política, a partir da implantação do Estado Novo, após seu rompimento com o Presidente, distanciaram-nos ainda mais da cidade que até então tinha sido a sua base eleitoral. A casa de Chiquinha e do Conselheiro passou a ser local de visitas esparsas para as férias de Dora e das Marias, até ser alugada para ser o Comando da Terceira Divisão de Infantaria do Exército Brasileiro na década de 1950.

Francisco Júnior continuou retornando à cidade até a sua morte, em 1966, para visitas à sua filha Gilda Maciel, que havia se casado com o Médico Carlos Afonso Alves e continuou residindo em Pelotas.

5.3 UM MUSEU NA CASA DO CONSELHEIRO

O Museu do Doce da UFPel é um museu universitário, sendo assim, segundo Gil (2005), tem características específicas, que fazem com que atravesse transversalmente as tipologias museológicas, são a ponte entre a universidade e a comunidade que estão inseridos. Segundo ele:

Esta ponte poderá revestir múltiplos aspectos desde a divulgação inteligível da ciência que se cultiva na universidade, a sua história, irradiação e tradições, até museus com características generalistas que procuram constituir o reflexo para o exterior das instituições universitárias, incluindo o seu patrimônio histórico-científico e histórico-artístico. (Gil, 2005, p.47)

O Museu do Doce, mesmo tendo características que o definem como uma instituição universitária, por exemplo, a mantenedora é uma universidade, está ligado a um dos departamentos da instituição, o de Museologia, Conservação e Restauração e o seu diretor ser obrigatoriamente, por força do seu regimento, um professor do referido departamento, outras o diferenciam, a sua coleção e a vontade da sua criação não partem do patrimônio científico ou do corpo técnico universitário.

O museu é resultado de um processo que inicia bem antes da venda da casa para a Universidade. Teve o seu início como Museu Brasileiro do Doce. Muito antes de ter a sua existência de fato, teve uma associação de amigos que buscava a concretização da instituição museológica. Associação que se organizou a partir da união de membros ligados à FENADOCE, evento organizado pela CDL; ao SEBRAE; a representantes das universidades e à própria Prefeitura Municipal. Este grupo conseguiu a definição junto ao Prefeito de Pelotas que a sede da futura instituição seria na Casa de nº 08 da Praça Cel. Pedro Osório, imóvel tombado como patrimônio nacional em 1977.

5.3.1 A ideia inicial

No capítulo anterior, já falamos sobre a exposição organizada nos anos de 1998 e 1999, denominada Museu do Doce (Figura 81). Segundo Olga Cunha (2016), uma das pessoas que pensava em um museu para o doce, este foi um embrião de um projeto maior para a cidade. Segundo ela, já tinha esta intenção desde a década de 80.



Figura 81: Acervo exposto na Fenadoce.
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce

Conforme depoimento de João Fernando Igansi (2019), coordenador da exposição do Centenário da Confeitaria Nogueira, esta inaugurou uma ferramenta de comunicação para a formação de público para a memória do doce enquanto prática de ofício (tradição), identidade e patrimônio. Ele acredita que depois de ter acontecido esta ação na Fenadoce pode ter se consolidado a ideia de uma instituição com este tema. Se, no ano de 1998, a exposição era apenas a junção de alguns objetos, no ano seguinte, ela já foi pensada a partir de uma temática importante para a história do doce, que era as confeitarias, ou, mais precisamente, a confeitaria Nogueira.

O contato com os valores da memória e do patrimônio a partir da marca PH, somado com os atributos gráficos/estéticos dos rótulos de compotas de doce das indústrias locais, impulsionaram a pensar na montagem de uma exposição temática na Fenadoce. Primeiramente, foi pensado em uma exposição de rótulos. Em conversas com Sergio Sias, a ideia evoluiu

para a ampliação do que já se chamava de "Museu do Doce" desde 1998, dedicando-se a homenagem ao centenário da Confeitaria Nogueira, com espaço específico para uma exposição de rótulos, fotografias, equipamentos e utensílios. A estratégia foi identificar colaboradores (agentes do ofício) e buscar os materiais na condição de empréstimo. A Sra. Norma Nogueira foi a fundamental colaboradora. (Nunes, 2019)

O ano de 1999 é o momento que o Sistema Estadual de Museus retoma suas atividades e a área passa a ter um grande incremento, principalmente, com uma maior divulgação da importância da existência destas instituições nos municípios. Se já havia uma vontade, como salienta Olga, a movimentação do setor estimula a criação de novas instituições, principalmente por Pelotas ter um número pequeno de museus em relação a outras cidades do Estado. No Guia de Museus do RS (2002), encontramos 6 museus na cidade: um deles é o Museu Itinerante do Charque, que, na realidade é uma exposição, enquanto, na vizinha cidade de Rio Grande, existem 11 e, em Porto Alegre, 45 instituições.

Os museus são locais, onde se utiliza a memória com o objetivo de fortalecer identidades. Era isso que a organização da Fenadoce vinha buscando: o fortalecimento de uma identidade de Pelotas como a Capital Nacional do doce. Theia Bender, também membro fundador da Associação, coloca uma questão bastante marcante que vai ao encontro do que a organização da Fenadoce fazia para destacar o saber fazer doceiro em Pelotas, como se destaca a seguir:

De conversas informais, a gente foi comentando sobre isso, sobre o que o turista via e nos solicitava, o que eles buscavam na cidade, quando a gente dizia e queria firmar a ideia da cidade do doce, por que nós tínhamos uma outra fama, e nós queríamos mudar isto, mudar para que fosse realmente baseado naquilo que a gente tinha de melhor herança, da história toda que teve na cidade, que seriam os doces, até para adocicar um pouca essa história que era muito amarga, e salgada. Mas então, nessas conversas que a gente foi vendo, se tem um local onde as pessoas possam ver onde se faz os doces, por que as pessoas tinham muita curiosidade, aí nessas conversas, se falou também da história da Fenadoce, que estava se perdendo a memória, por que ninguém estava guardando essa memória. Não se tinha alguém que realmente recortasse as notícias, tinha pouca coisa que realmente registrasse essa história. Então não se tinha a história da Fenadoce, consequentemente, não se tinha a história do doce, e aí, baseado nisso, nas conversas, a gente fez "poxa, por que não ter um espaço onde a gente pudesse reunir tudo isso?" (Bender, 2016)

Olga Cunha participou da Fenadoce desde a primeira que a CDL passou a organizar. Era a responsável pela organização e acompanhamento da corte da Feira em suas atividades de representação e divulgação. Theia era responsável

pela recepção dos turistas, por muito tempo, trabalhou com o Pelotas Convention&Visitors Bureau, chegando a ser sua presidente. Contar a história desta tradição doceira para as duas era fundamental. Theia tinha uma necessidade mais prática: promover a identidade da cidade como cidade do doce.

O Museu, então, seria um instrumento para apresentar ao turista esta identidade que se queria reforçada, da cidade do doce e da Fenadoce. Para ela, era importante guardar a memória da Feira, cujos documentos estavam se perdendo.

E, é o que eu te disse, era a questão, quando a gente recebia as pessoas, para começar a falar sobre a cidade, que tu vinha contando a história, no início das charqueadas, até chegar na questão dos doces, e aí tu, para as pessoas entenderem, tu já falava da Fenadoce... Não é por aí, então está faltando uma lacuna nesse meio, que é a história do doce. E a história do doce não estava dentro da Fenadoce, lá tem uma parte dela. (Bender, 2016)

Para a organização da instituição, elas formaram um grupo ligado a instituições como SEBRAE e SENAC - já parceiros na Feira:

A gente sabia que sozinhos nós não íamos conseguir fazer, que é importante tu ter instituições junto, é um museu, não é uma lojinha, uma coisa menor, é uma coisa que é para ficar, para as pessoas, para a cidade, para quem chega de fora poder conhecer um pouco dessa história toda que a gente tem que contar e, te falta sempre, aquela coisa sólida, que as pessoas têm uma necessidade de ver, de estar perto, o imaginário, ele ainda é muito ligado no físico. (Bender, 2016)

A esta empreitada vão se unir a Prefeitura Municipal e o IPHAN, que vão dar a sustentação para a escolha de um local para a sede e a garantia de manutenção desta para o fim definido pelo grupo.

5.3.2 A organização do Museu

Em 2005, assumiu a prefeitura de Pelotas Bernardo Olavo de Souza, para o seu segundo mandato, tendo como vice Adolfo Fetter Júnior. Dois opositores na questão do patrimônio, durante a década de 1980, unem-se nesta eleição. Fetter, foi o vereador que liderou a votação da Lei 3128/88, que diminuiu a atuação do CONPHIC, aprovado pela Lei 2708/82, de autoria de Bernardo. No entanto, é preciso lembrar que foi Leila Fetter, esposa de Adolfo, que propõe a lei que

transforma o doce em patrimônio cultural. O momento das políticas públicas de patrimônio é outro. Se, na década de 1980, os empresários foram contra a Lei 2708, no início do século XXI, o patrimônio passa a ser de interesse.

Esta gestão do município foi essencial para a organização da primeira etapa do Museu do Doce. Como Secretária da Cultura, assumiu Beatriz Araújo, que já tinha participado da primeira gestão do Bernardo. E, como visto no capítulo quatro, já havia trabalhado com as doceiras quando da primeira Fenadoce.

Assim que Beatriz assumiu, foi procurada pelas pessoas que já pensavam na organização do Museu, como Olga, Theia, representantes do SEBRAE e SENAC, Segundo ela, havia algumas metas a atingir:

Então naquela época, eu queria resgatar o Conselho Municipal de Cultura, tinha o desafio que o Nascimento tinha feito, que era o de criar o Sistema Municipal de Museus... Que também não, nada disso, deveria ser iniciativa da Prefeitura... Por que o Sistema Municipal de Museus não dependia em nada da Prefeitura para ser criado... O Conselho Municipal de Cultura tão pouco... Mas o que eu pensei foi isso, se não existir a iniciativa, eu vou provocar, e aí depois a gente sai fora... E foi isso que aconteceu... O museu, eu conversei com o Fetter – já era ele quem estava prefeito -, isso deve ter sido em 2006, 2007, 2006 eu acho. Eu conversei com ele, a ideia era fazer uma primeira reunião para criar uma entidade, que depois seria gestora do museu do doce que poderia se instalar ali. (Araujo,2016)

Além de ser defensora do projeto junto ao prefeito, ela apresentou a ideia para a superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, Ana Meira, que respondia pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do Instituto, em âmbito estadual, e supervisão técnica e administrativa. Além de ser responsável pela articulação entre as esferas de poder local, organismos e instituições da sociedade civil ou empresas, para estabelecer as parcerias necessárias ao cumprimento dos planos e políticas de gestão e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Ana Meira tinha feito a fiscalização dos projetos do Monumenta em Pelotas, com destacada participação nas discussões sobre o projeto. Em 2005, ocupava o cargo de superintendente. Dentro de suas atividades, tinha uma preocupação: o restauro da casa 08 da Praça Cel. Pedro Osório. A única do conjunto tombado em 1977 que não tinha condições de ser atendida pelo programa era um imóvel particular e precisava de uma contrapartida dos proprietários. Segundo Meira (2016), era essencial que os prédios ou monumentos restaurados revertissem seu uso para a comunidade atendida, devendo ser autossustentáveis.

Como a casa 2 já tinha uma destinação consagrada, a 8 estava em pior estado e era a mais representativa de todos os processos produtivo em pelotas, econômico, social, cultural. E, era a nossa maior preocupação, e a minha ligação maior era com a 8, então a gente começou a pensar o que que vai, qual é o diferencial que essa casa pode assumir dentro desse contexto, enfim a gente acabou chamando, porque já era uma tradição, digamos assim, do IPHAN do Rio Grande do Sul de chamar consultorias de quem a gente achasse mais qualificada para discutir determinados assuntos, então a gente ia sempre no mesmo, que nos parecia o melhor, da questão de jardins é o Carlos Delfin vamos trazer o Carlos Delfin, o melhor de pedra é não sei quem vamos trazer para a gente ir até aprendendo, desenvolvendo conhecimento para aqueles determinados assuntos. E, nós resolvemos trazer a Lurdinha Horta para nos ajudar, porque ela, a família dela era de Pelotas... (Meira, 2016)

A Superintendência do IPHAN tinha um problema, a manutenção da Casa 08, como bem tombado, que quase caiu em 2001. A família não fazia investimentos na sua manutenção, portanto não se interessaria em concorrer aos recursos do Programa Monumento. Ainda, era alugado para a prefeitura que, há muito, não pagava os valores devidos às proprietárias, e utilizava a casa basicamente como depósito, já que o estado de degradação não permitia outra utilização.

Definir que a sede do Museu do Doce seria na casa 08 resolveria a questão de seu restauro, através do Monumenta, pois dava uma função social de retorno à comunidade em que estava inserido, como já salientado anteriormente. No entanto, era um imóvel privado. Para resolver a questão da posse da casa no dia 23 de junho de 2006, foi aprovada a Lei municipal nº 5.253, em que a Câmara de Vereadores autoriza o prefeito:

Fica o Município de Pelotas, autorizado a proceder à permuta de 1(um) imóvel de sua propriedade mais aluguéis, com Maria Alice Maciel Lafayette, Maria da Gloria Maciel de Mussnich e Maria Francisca Adamo Maciel, recebendo 1(um) imóvel de propriedade destes.

O Município de Pelotas se propõe a efetuar o pagamento dos aluguéis vencidos do imóvel descrito no parágrafo segundo do artigo primeiro no valor ora estimado de R\$ 125.475,00 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco reais) em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais. Este valor poderá ser alterado frente a análise da documentação feita pela Secretaria de Gestão e Controle do Município.

O imóvel permutado será destinado a instalação do Museu Nacional do Doce. (Pelotas,2006)

Como a Casa estava assegurada pela lei municipal, o próximo passo foi a fundação da Associação que teria como função dar sustentabilidade ao Museu, como declarado por Araújo. No dia 21 de setembro de 2006, teve a assembleia que

fundou a Associação de Amigos do Museu Brasileiro do Doce, a qual foi realizada no auditório da CDL. Estiveram presentes 34 pessoas, entre elas, o Sr Adolfo Antônio Fetter Júnior, Prefeito Municipal, a Sra Beatriz Helena Araújo, Secretária Municipal de Cultura, os Professores das Universidades Federal e Católica, entre outros.

A Assembleia tinha por objetivos aprovar a formação da entidade, os estatutos sociais e a votação da diretoria. Ficou definido que a nova diretoria teria a seguinte formação: Presidente: Olga Inês Leão Vieira da Cunha; Vice-Presidente: Rosâni Boeira Ribeiro; Primeira Secretária: Gilceia Vasques Bender; Segunda Secretária: Jussara Argoud; Primeiro Tesoureiro: João Ricardo Pierobon; Segunda Tesoureira: Elizete Jeske, Conselho Fiscal: Samir Curi Hallal, Ricardo Pedro Klein e Ivone do Amaral. Suplentes: Edi da Silva Treptow, Clotilde Conceição Victória e Mário Osório Magalhães. A diretoria era composta, basicamente, por membros da Fenadoce, SEBRAE, CDL e representantes das duas universidades da cidade.

No seu discurso de posse, a presidente da Associação fala da importância “deste museu no resgate e na preservação da nossa tradição e cultura”. O museu ficou com a denominação de Museu Brasileiro do Doce. A marca do Museu do Doce foi registrada pela dona de uma confeitaria do Rio de Janeiro, Alda Maria, filha de Zezé Talaveira, doceira de Pelotas, que, em 2012, lança o livro *Doces Memórias: receitas de tradicionais doceiras de Pelotas*.

O que o Museu ia contar é um ponto importante Olga fala “nas nossas tradições e cultura. Na ata de nº 5, eles discutem o que deveria ser colocado no Museu; os presentes ressaltam que, como é Brasileiro, precisa fazer referência a todas as regiões. Como foi colocado por Ana Meira, o IPHAN convidou a Museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, na época diretora do Museu Imperial, para visitar a casa e auxiliar num projeto de uso da casa.

Era assim, eu me lembro de algumas coisas, por exemplo, eu me lembro que no salão grande e ela achava que poderia ser um lugar para trabalhar os ofícios, dentro dos quais o de técnicas construtivas da cidade, por que eu me lembro disso? Por que ela sugeriu uns pufes em que as pessoas pudessem deitar e ficar olhando para cima, e onde tivesse os instrumentos com os quais foram feitas as esculturas, o marmorino, enfim, e eu achei superinteressante aquele negócio de ficar olhando para cima, ver os detalhes, como era diferente, como é uma escultura, não é um elemento pré fabricado, cada angulo é diferente do outro, então seria uma sala dos ofícios, mas, teria uma sala inicial, que era aquela da música, para contar a questão da escravidão, o que que possibilitou aquela

questão do sal e do açúcar, a gente conversou com o historiador da universidade, o Mário Osório, a gente conversou, foi lá conversar com ele, então seria de cara, a pessoa entra e já sabe que aquilo ali foi possível por que houve um processo de escravidão que foi uma coisa que era cruel, que era uma escravidão, os escravos lidavam com sal, além de todo o sofrimento, enfim, a questão física, ressecava a pele. Depois, tinha então essa sala grande que seria para os ofícios, a salinha intermediária, que eu acho que deveria ser o quarto deles. Porque tinha uma ligação com o banheiro, ali seria a questão da sociedade, que mulheres eram essas? Que homens eram esses? Depois a questão das crianças, a questão da cultura, e a parte de trás seria toda para oficinas, destinadas a trabalhar e passar esse saber do doce a vender coisas, na cozinha seria um café com stands para vender estes doces fabricados na oficina, e embaixo, um cinema, para, também, dar uma. (Meira, 2016)

Maria de Lourdes foi contatada em 2016 e disse que não fez nenhum projeto de musealização da Casa 08. Disse que esteve na cidade a convite de amigos da universidade e do IPHAN, para uma palestra. Provavelmente, ela deu algumas ideias para serem desenvolvidas e ficou entendido como se fosse um projeto. Ana Meira fala em uma pré-proposta, mas que esta teria ficado com a prefeitura e que ela não ficou com cópia. Na ata nº 5, da Associação de Amigos, este tema do projeto feito pelo IPHAN é tratado.

A Sra. Olga colocou que ficou de falar com a Beatriz Araujo, que era a Secretária de Cultura de Pelotas, quando foi desenvolvido o projeto pelo IPHAN para a Casa nº 08, para saber onde está este projeto, segundo a Sra Beatriz, este ficou na Secretaria, após sua saída do governo.

Fica uma certa confusão se este é o projeto da museóloga, ou se é um outro projeto. Beatriz, em seu depoimento, diz não lembrar de Maria de Lourdes, mas acredita que o projeto tenha sido feito pelos arquitetos da prefeitura. O que nos mostram estas falas é que já havia uma discussão sobre o que seria contado no Museu. Para a Associação, o que prevalecia era a tradição do doce:

Um museu “as antigas”, digamos assim, mas era o que a gente tinha na época, eu mesma não tinha visto coisas novas, fui ver depois, mas eu tinha isso de um museu para mim, seria essa coisa do abraço da memória, que aqui dentro tivesse um pouquinho de tudo para gente mostrar para o turista, aquilo que ele espera ver,(...) ter aquilo que realmente era usado, mas no passado do que hoje, por que hoje elas já estão mais modernas ao fazer (Bender, 2016)

Para a superintendente do IPHAN:

Já tinha ideias de fazer alguma coisa relacionada ao doce, a gente não sabia bem o que, que era o que caracterizava a cidade, dava para juntar a questão do material com o imaterial também, que por uma questão de gestão do IPHAN, foi separado em dois departamentos, mas, era a oportunidade de juntar de novo. Sabia que essas duas coisas não podem ser dissociadas, e parecia ser uma excelente oportunidade para testar

várias coisas, experimentar e para dar um uso mais completo para a casa, no ponto de vista do seu significado. (Meira, 2016)

Toda a discussão sofre solução de continuidade, quando a UFPel, em 2006, compra, das descendentes do Conselheiro Maciel, a casa 08. A Promessa de Compra e Venda foi assinada em 27 de dezembro de 2006, mas, na reunião da Associação de Amigos, do dia 09 de novembro do referido ano, já é debatido o assunto. No documento, é registrado que a casa 08 foi vendida para a UFPel, para ser a nova reitoria, o que inviabiliza “o projeto aprovado pelo IPHAN” e as negociações da prefeitura para adquirir a casa, conforme a Lei nº 5.253. Foi colocado, durante a reunião, a solicitação de uma audiência com o prefeito Adolfo Fetter Júnior, para que a casa de nº 6, da Praça Cel Pedro Osório, seja a sede do museu, e seja feita uma nova lei para substituir a anterior sobre o local que iria ser destinado à instituição.

O tema só volta a ser discutido em 01 de agosto de 2007, na reunião de diretoria da Associação, em que a presidente Olga Cunha informa que ainda estão aguardando uma resposta do prefeito sobre a solicitação feita por eles e que teve informações sobre o projeto Monumenta, que vai iniciar o restauro da casa 06 e que ali será, também, instalado o Museu da Cidade.

A Associação de amigos cessa as suas reuniões após este dia, por motivo de doença de Olga Cunha, o que mostra que ela era a pessoa que buscava com mais intensidade a realização do projeto. Segundo Theia Bender:

Aí houve a questão da doença da Olga, então nós também tivemos um período que a gente meio que parou com as coisas por que a Olga era sempre a pessoa que sempre puxou mais o cordão, a gente ia mais ou menos dando um suporte para ela mas ela é a pessoa que sempre puxou. Aí se teve um bom período, que a gente não conseguiu fazer nada, esperando que ela se recuperasse e, depois disso, quando ela se recuperou que a gente voltou a falar sobre o museu do doce, já havia a ideia de que o casarão não teria mais a reitoria e que, aí foi que a gente começou a conversar... (Bender, 2016)

A partir deste momento, a Superintendência Regional do IPHAN passa a ser o elemento fundamental para a instalação do Museu do Doce na Casa 08. Segundo Ana Meira (2016), os projetos encaminhados ao Monumenta para restauro da Casa se embasavam na instalação do Museu do Doce na Casa. Apesar de o Programa não ter financiado o projeto de restauro da casa, o IPHAN já tinha pago a obra

emergencial de 2001 e os projetos básicos, principalmente da instalação de uma sala de cinema no subsolo.

Ai, o que o IPHAN fez, em vez de licitar um projeto novo licitou só essa parte ali de baixo, Aí como o IPHAN tinha pago o recurso da emergência, anos atrás, e a universidade, quando comprou, comprou o pacote todo, a universidade ficou devendo. Então a gente trocou pelo projeto e por algumas condições. Alguns a gente viu que não tinha como, a gente ia entrar em um impasse com a universidade, que era essa da questão da arqueologia, a gente achava que era inconsistente colocar a arqueologia lá dentro, só que estava provocando uma briga generalizada, e a gente achava que isso não era bom para a casa, então nós recuamos. Então a universidade, é dona da casa, tem a obrigação de fazer um projeto bem feito, e o programa de necessidades vai ficar então a cargo da universidade, aí já veio a ideia de fazer a parte da frente o Museu do Doce e a de trás, daí já ficou explicitado que a reitoria não ficaria ali. (Meira,2016)

O que Ana Meira diz é que a universidade já tinha organizado demandas para uso da casa, que não eram as que tinham sido definidas com a Secretaria Municipal de Cultura e com a Associação de Amigos do Museu Brasileiro do Doce. O Prof César Borges, como colocado na primeira parte deste capítulo, achava que devia ter algo de maior visibilidade nesta casa. Havia, também, a organização dos professores ligados à área da Arqueologia para instalar, ali, um Museu de Arqueologia.

Na UFPel, em 2009, após a superintendência do IPHAN ter definido com o reitor que a casa 08 teria que abrigar o Museu Brasileiro do Doce, foram criadas duas comissões que acompanharam a organização do projeto. Em reuniões unificadas das duas comissões, ficou acertado que o Museu do Doce ocuparia a parte da frente da casa, o de arqueologia, com a parte de trás e o porão, que deveria ser adaptado ao uso.

A Comissão do Museu do Doce começou a trabalhar no projeto de organização da instituição, independente da Associação. Em 2009, Olga Cunha continuava doente e os outros membros desarticulados. Em 2011, a comissão de professores e técnicos tinha definido que o novo museu seria denominado de Museu do Doce da UFPel e trabalharia com o recorte definido pela pesquisa do INRC da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas. Neste período, foi assinada pelo reitor a Portaria nº 1930, de 30 de dezembro de 2011, que criava o Museu do Doce da UFPel, como sede na Praça Cel. Pedro Osório, 08, subordinado ao Instituto de Ciências Humanas. A instituição tinha por missão “salvaguardar os saberes e

fazeres da tradição doceira de Pelotas e região, bem como a pesquisa e comunicação desse patrimônio”.

Neste período, Olga Cunha restabelecida se reúne com a presidente da comissão de criação do Museu do Doce da UFPel. O resultado da reunião está registrado na ata da Associação de Amigos nº 5, de 29 de julho de 2011, em que é apresentado aos membros o projeto da UFPel de divisão da casa entre os dois museus. A Associação pouco se reuniu depois que a Universidade assumiu a proposta no livro de atas. Há somente mais duas reuniões, uma em 29 de agosto de 2011, quando é eleita uma nova diretoria, permanecendo como presidente Olga Cunha; e uma outra em 11 de junho de 2013, que definiu que a instituição trocava sua razão social para Associação de Amigos do Museu do Doce da UFPel. Depois da criação do Museu, por portaria, foi dissolvida a primeira comissão e criada uma nova comissão que era responsável pela implantação do Museu do Doce da UFPel. Nesta, além de um maior número de servidores da universidade, estavam presentes membros da Associação de Amigos do Museu do Doce, da Associação dos Produtores de Doce de Pelotas, Representante do SEBRAE e da CDL.

Ao longo da restauração do prédio, o porão não foi transformado em uma área habitável, o que impossibilitou a instalação do Museu de Arqueologia no local. O Museu do Doce ficou com todo o prédio para as suas atividades.

Como mostrado na primeira parte deste capítulo, a casa foi aberta para a comunidade no dia 17 de maio de 2013, com uma audiência pública em homenagem ao dia Internacional dos Museus e à abertura da instituição. Estiveram presentes convidados da UFPel, da Câmara de Vereadores, a Secretária de Cultura Beatriz Araújo, representantes de municípios vizinhos e o Deputado Federal, na época, Paulo Ferreira (Figura 82), que se comprometeu com uma emenda parlamentar para a execução da exposição de longa duração do Museu.



Figura 82: Mesa de Convidados da Audiência Pública na Sala de Visitas da Casa 08
Fonte: Acervo Fabio Gall - 2013

Desse momento em diante, as portas da casa passaram a receber a comunidade que tinha grande expectativa em conhecer os casarões da Praça Cel. Pedro Osório. A Casa 02, a primeira a ser restaurada, sedia a Secretaria Municipal de Cultura, funcionando em horários de trabalho da prefeitura. Apesar de estar aberta ao público, acaba recebendo pessoas que precisam buscar um atendimento específico. A casa 06, que teve o seu restauro inaugurado em 03 de novembro de 2010, mantinha as suas portas fechadas para a população .

A Casa abre sem exposição, mas como a comissão de implantação entendia que havia uma grande curiosidade a respeito do interior das casas restauradas na cidade e que se mantinham fechadas para a população, foi definido que a casa seria aberta para a visita pública. O projeto inicial do museu foi fazer visitas guiadas a casa, as quais foram realizadas por alunos da universidade, treinados com palestras e textos de pesquisas feitas durante mestrados e doutorados na UFPel, principalmente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural.

O projeto iniciou com a abertura em datas comemorativas do calendário oficial da cidade, basicamente tratando sobre os aspectos físicos da casa e suas

técnicas construtivas. O movimento de visitante foi bastante grande, sendo o maior pico no final de semana em que foi comemorado, pela primeira vez, o Dia do Patrimônio em Pelotas, (17 de agosto), em que houve filas para visita guiada (Figura 83).



Figura 83: Fotografia da fachada da Casa do Conselheiro com fila para entrada no Museu durante a programação do Dia do Patrimônio
Fonte: Acervo da Autora – 2013

Em outubro de 2013, em acerto da nova gestão da UFPel com a comissão de implantação, foi transferida, por tempo determinado, para a parte referente à área de serviço da Casa a Livraria da UFPel, passando o Museu a ter uma rotina de abrir normalmente durante a semana. Enquanto isso, a Comissão de implantação do Museu trabalhava na confecção do regimento interno e na organização do projeto de exposição de longa duração.

O projeto da exposição foi baseado na pesquisa destinada ao INRC da Região Doceira de Pelotas e Pelotas Antiga. Começava pela relação sal e açúcar, passando pelos doces coloniais (Figura 84), doces finos (confeitarias) (Figura 85), indústria do doce e doceiras.



Figura 84: Projeto da sala sobre os doces coloniais
Fonte: Acervo da autora - 2013



Figura 85: Projeto da sala das confeitarias
Fonte: Acervo da autora - 2013

O projeto foi apresentado e, posteriormente, aprovado pelos representantes da Associação de Amigos, CDL, SEBRAE, Associação dos Produtores de Doce e pessoas interessadas. No entanto, no depoimento de Theia (2016), pode-se

perceber que este aceite foi por não terem outra alternativa, pelo museu estar nas mãos da universidade.

Bom, eu vou te dizer na minha opinião. Eu tive um certo receio pelo projeto que foi apresentado, por que não batia com aquela ideia que a gente tinha, que era uma coisa, vamos dizer, não tão contemporânea como vocês apresentaram, era uma coisa mais, por estar numa casa dessas, a ideia era minha mais nostálgica, da curiosidade que é natural do turista, que tem uma curiosidade nata de saber como as pessoas viviam numa casa como essa, como eram as vidas delas, como era a reprodução disso, e de tentar buscar um acervo de mobiliário, que a gente pensava, talvez não para todas as peças, mas para algumas delas, de se ter isso, então a nossa ideia de museu era diferente. (Bender, 2016)

Com aprovação das instituições e pessoas envolvidas na comissão, o projeto e orçamentos foram encaminhados ao IBRAM, órgão que tinha se comprometido, através do seu presidente José do Nascimento Júnior, a repassar a emenda parlamentar do Deputado Paulo Ferreira. Quando o projeto chegou ao Instituto, o presidente já havia sido trocado, assumindo o cargo o Sr Angelo Oswaldo de Araújo Santos, que não cumpriu o compromisso estabelecido entre o deputado e o seu antecessor. O valor da emenda nunca chegou à Universidade, e a exposição de longa duração só foi organizada através de um programa denominado “O Museu do Conhecimento para Todos: Inclusão Cultural para Pessoas com Deficiência”, o qual recebeu verbas do Edital Proext do MEC. Este programa tinha como objetivos formar recursos humanos e desenvolver produtos para a inclusão de pessoas com deficiência nos museus da universidade. Segundo a coordenadora do projeto Francisca Michelon (2016), houve uma ampliação do projeto original “do Sal ao Açúcar”, desenvolvendo uma exposição com acessibilidade, adaptando partes do projeto inicial (Figuras 86 e 87).

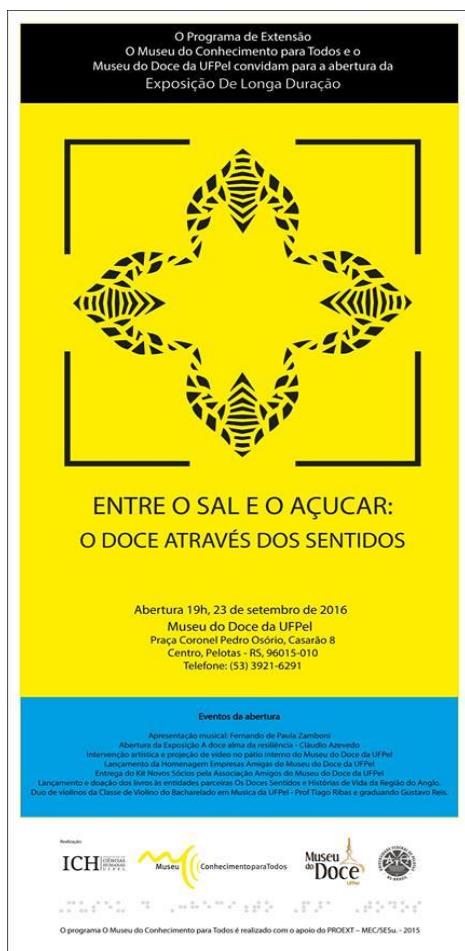


Figura 86: Convite para abertura da exposição em setembro de 2016
 Fonte: Acervo do Museu do Doce da UFPel



Figura 87: Exposição Museu do Doce – Visita Escola Louis Braille
 Fonte: Foto Moisés Vasconcelos – Acervo Museu do Doce - 2016

A entrada da universidade no processo da criação do Museu do Doce transformou os projetos existentes para ele. Ao longo de sua trajetória, a partir de 2013, ele se utilizou dos resultados das diferentes pesquisas realizadas para mestrado e doutorado por professores e alunos sobre a temática existente em sua missão. Afastou-se, consideravelmente, do projeto imaginado pela Associação de amigos, de um museu tradicional onde fossem recriados ambientes de uma casa do século XIX, como Theia Bender referenciou no seu depoimento.

Na primeira fase, predominou uma apresentação do bem material, com suas técnicas construtivas que, pela visão do IPHAN, a transformava num exemplar único. Mas a própria abertura à visitação para o público trouxe um novo interesse que era saber sobre a família que tinha construído e que tinha morado naquela casa, buscando informações não das famílias no geral, mas, sim, da família do Conselheiro Maciel em especial. Foi preciso entender que a casa era o primeiro objeto do acervo do Museu do Doce e, portanto, necessitava unir o material e o imaterial daquele lugar.

Como salienta Silva (2018):

Os bens com valor cultural serão possuidores de características materiais e imateriais capazes de dotá-los de um espírito que, por sua vez, encontra-se inserido em local específico e de convívio próprio: o Espírito do Lugar, conceito que define a inter-relação entre os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos, pessoas, animais, etc.) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, sabores, etc.), ante o entendimento de que estes elementos físicos e espirituais são responsáveis por dar sentido, emoção e mistério ao *locus*.(Silva, 2018, pg 36)

Houve grande preocupação com a complementação entre a dimensão material e a dimensão imaterial do patrimônio. E, nesta assertiva, une-se o material e o imaterial da casa e, também, da cidade, quando se coloca, num bem material tombado pelo IPHAN, um patrimônio imaterial que é o doce.

Precisamos notar pelas falas das entrevistadas, desta pesquisa, e pelo próprio caminho que engendra a patrimonialização do doce pelotense, que a sede do Museu do Doce na Casa 08, ou Casa do Conselheiro Maciel, não é por acaso. A casa é representativa de um período de destaque da economia pelotense, que é a segunda metade do século XIX. O mesmo período que historiadores, como Mário Osório Magalhães, define como o período que inicia a tradição doceira na cidade a

partir dos banquetes e Saraus, ou seja, através da sociabilidade de famílias enriquecidas pelo charque, ou pelo sal, para fazer a contraposição ao açúcar.

Não precisava ser a Casa 08, necessariamente, poderia ser a 06, como foi a proposta da Associação de Amigos do Museu Brasileiro do Doce quando a Universidade comprou a casa, também representativa do mesmo modo de viver e do mesmo grupo social, ou outra que tivesse as mesmas características. A escolha da casa do Conselheiro está mais ligada aos interesses do IPHAN e da própria Prefeitura, no sentido de arrumar um uso para este bem material tombado, de propriedade privada, em cujo restauro a família não iria investir e o poder público só poderia investir se ela tivesse um uso para a comunidade, como ressalta Ana Meira sobre as regras do Monumenta. Até o nome do programa leva a entender que eram intervenções em bens individualizados, às vezes, em conjunto, e tinham que, economicamente, reverter alguma coisa para sua manutenção (Meira, 2016). A prefeitura assumir a Casa e criar o Museu do Doce, completaria o quadro que foi iniciado com a desapropriação da casa 02, e prosseguiu com a aquisição da 06, colocando todo o conjunto tombado em 1977 sob a guarda do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese que teve início a partir da necessidade prática de se conhecer mais sobre a organização do Museu do Doce, tinha como objetivo entender a definição da Casa do Conselheiro Maciel como sede do Museu Nacional do Doce - fato determinado pelo IPHAN, em parceria com o gestor do município e com pessoas ligadas à comunidade doceira. Este processo de musealização apontava a possibilidade de desligar o prédio da história da sua origem. A partir desta situação, analisamos as permanências e os silêncios. Buscávamos compreender, sobretudo, o movimento do processo de musealização da casa como um reativador patrimonial; na década de 1970, assistiu-se ao processo que outorgou a esse bem o seu valor cultural. Neste momento do tombamento, a preocupação era com o apagamento da memória da família e com os usos que a casa teve, em que a preocupação, antes, era apenas com as referências materiais.

No entanto, a pesquisa para a realização desta tese trouxe perspectivas transformadoras do trabalho inicial. Percebeu-se que, mais do que os esquecimentos e permanências em relação aos usos da casa, era necessário compreender as motivações que levaram à musealização do doce de Pelotas e as motivações da escolha da Casa do Conselheiro Maciel, Casa 08, como sua sede, assim como indicar as forças e interesses, institucionais e políticos, que manejaram o processo e definiram a condição deste Museu.

Para melhor desenvolver o assunto traçamos como objetivos compreender como se deu o processo de patrimonialização do lugar que sedia o Museu do Doce, assim como identificar a origem da ideia de um museu para o doce e, traçar os caminhos desta construção. Em seguida buscamos verificar como foi recuperada a historicidade do patrimônio edificado, levantando as relações e os vínculos entre a família do Conselheiro Maciel, a cidade e a casa. E, por fim, analisamos como estas trajetórias se vincularam para constituir a tradição doceira de Pelotas e antiga Pelotas.

Pudemos perceber que a escolha da Casa do Conselheiro Maciel para ser a sede do Museu do Doce não foi um ato aleatório, e, sim, estava associado a um

conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público municipal, em conjunto com associações de representação de classe de empresários locais e com o IPHAN como agente apoiador e, em determinados momentos, impulsionador.

Para mapear como estas ações ocorreram, entende-se que o patrimônio pode e deve ser pensado como um espaço simbólico de construção de práticas sociais diversas, segundo Guimarães (2018, pg. 153), em que relações são estabelecidas pelos agentes envolvidos, em constantes aproximações, a partir das diferentes possibilidades de agenciamento, construídas em torno e a partir de relações em que incidem poder, imaginação, legitimação, usos, intencionalidade etc. Buscamos as relações estabelecidas nas políticas públicas de patrimônio, tanto locais quanto as nacionais e estaduais com influências no município. Assim, tornou-se possível entender como foram construídas e implantadas as políticas públicas na cidade.

A busca da preservação do patrimônio de forma sistemática, por setores da comunidade, em conjunto com o poder público municipal, começou, exatamente, com a defesa das três casas da Praça Cel. Pedro Osório em 1975. Depois, é intensificada com a legislação municipal específica em 1982, considerada avançada num primeiro momento, pois tinha preocupação mais ampla com a preservação do patrimônio edificado, em que estavam inventariados bens do primeiro e segundo loteamento de Pelotas, buscando a formação de uma zona de preservação paisagística cultural, com mais de 1.100 prédios cadastrados. Essa lei foi retraída por uma ação de associação de empresários em conjunto com a Câmara de Vereadores, em que foi formulada uma nova legislação pelo, então, Vereador Adolfo Fetter Junior.

Neste período, percebemos que a organização da legislação municipal de patrimônio desenvolve-se a partir do momento em que as indústrias do município mostram sinais de deterioração. Também é o período em que começam as emancipações dos distritos, levando grande parte do território agrícola da cidade, principalmente, dos pomares de pêssego. Nesse sentido, a cidade perde tanto as indústrias de processamento do pêssego, como áreas produtivas, afetando o seu título de Capital Nacional do Pêssego. Mostra-se o patrimônio como uma nova alternativa de desenvolvimento econômico e social. Pensar o patrimônio desta

forma, como uma solução para o desenvolvimento local, não era uma ideia nova, já existia desde o Encontro dos Governadores em Salvador, em 1971, onde era colocado que através do aumento do turismo se geraria uma fonte econômica de grande importância para a manutenção de cidades com patrimônio cultural reconhecido.

No mesmo período, ocorre a organização das doceiras na Cooperativa das Doceiras de Pelotas. Organização esta que, em parceria com a Prefeitura, dará origem à Primeira Feira Nacional do Doce - evento considerado o divisor de águas em relação à produção do doce em Pelotas. As mudanças são sentidas, principalmente, a partir da organização da Feira ser assumida pela CDL. Em parceria com o poder público e em determinados momentos com setores da universidade, ocorre um conjunto de ações que organiza o futuro da cidade como Capital Nacional do Doce e encaminha o reconhecimento desse saber/fazer como patrimônio imaterial. Caminho que definiu o que deveria ser ressaltado, e o que foi esquecido.

Houve um claro ordenamento do doce pelotense, como um bem surgido a partir de duas vertentes: o doce fino, produzido dentro das cozinhas dos casarões, e os doces de frutas, desenvolvidos a partir da colonização da região rural da cidade por etnias europeias (alemã, francesa, pomerana, italiana). Há um silenciamento em relação ao fato de os pomares, no território de Pelotas, já existirem antes da chegada dos colonos, assim como em relação ao uso pelos portugueses dos doces de frutas muito antes do descobrimento do Brasil, tanto as compotas como os doces de massa.

Definiu-se que os doces finos foram desenvolvidos dentro dos casarões, ligando esta produção à riqueza adquirida pelo charque, e os doces de frutas na região rural, com os colonos que ocuparam as terras na Serra dos Tapes, pertencentes aos charqueadores e estancieiros que fizeram o loteamento de parte de suas propriedades e áreas de mato. Fica, assim, a tradição doceira circunscrita a esta divisão, unindo-a à produção charqueadora e à elite econômica oriunda desta produção. O entendimento das duas tradições é chancelado por historiadores e pela equipe que desenvolve o Inventário Nacional de Referências Culturais.

Sobretudo, o que percebemos, ao longo desta pesquisa, é que o processo de musealização da casa, impulsionado pelo IPHAN, é um elemento importante para o processo de construção de uma tradição doceira para a cidade, valorizando uma produção referente ao período das charqueadas, em detrimento do período da produção de doces industrializados, principalmente o de pêssego, que caracterizou a cidade como Capital Nacional do Pêssego. Esse processo passa pela montagem da fábrica de doces da D. Zilda, pela exposição denominada Museu do Doce, pelas ações de reconhecimento do patrimônio, concomitante à ideia da criação de um Museu Brasileiro do Doce.

Os museus, memoriais e monumentos são importantes sociotransmissores - que fortalecem os discursos e as narrativas sobre determinado período ou acontecimento – para a implantação de uma instituição para falar do doce em Pelotas. Era um importante comunicador desta narrativa da tradição doceira, como salientado no discurso de posse da primeira presidente da Associação de Amigos do Museu Brasileiro, em que ela destaca que a instituição serviria para o resgate e para a conservação da tradição e da cultura da cidade.

A escolha da Casa do Conselheiro traz, em seu escopo, o discurso que o grupo ligado à Fenadoce pensava para este museu. A casa, em sua materialidade, é impregnada do modo de viver de uma elite econômica, do período de grande destaque da economia local - que se fortaleceu a partir dos recursos advindos do charque. A casa foi mandada construir por pessoas pertencentes a um sistema econômico e político. Os vínculos familiares reforçavam as posições de poder na cidade, famílias estas chamadas de longevas por Vargas (2016).

A intenção não era salientar uma família, mas, sim, o modo de vida de uma determinada camada social, a qual representava o bem viver, o bem receber e o bem servir. O destaque dado à família só vai acontecer depois de a universidade inaugurar o restauro da Casa e a abertura do Museu ao público. Quando se entende que a casa é o primeiro acervo, pesquisa-se sobre seu uso, inclusive deixando de ser usada a nomenclatura Casarão 08, como era nomeada, passando a ser denominada Casa do Conselheiro.

A família do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, em sua maior parte, afastou-se da casa e da cidade, facilitando o uso simbólico da casa sem a necessidade da sua representação em específico. Desde que a casa foi alugada na década de 1950, as visitas de Dora e Francisco tornaram-se esporádicas e, com a morte dos dois, quase inexistente em relação às herdeiras. A interação da família do Conselheiro com a cidade não existia, a casa passou a ser somente um evocador do modo de vida da *Belle Époque*, como salienta Marroni, modo de vida mostrado no capítulo 5, a partir da história da própria família de Francisco.

Para as herdeiras, as lembranças da casa e da cidade eram muito distantes, era um imóvel da família que estava alugado para a prefeitura. E, como os aluguéis não eram pagos, não se preocuparam com a sua manutenção, tanto que a primeira intervenção foi paga pelo IPHAN. Para o Instituto e para a Prefeitura, a instalação do Museu do Doce na Casa do Conselheiro resolveria o problema do seu restauro, por meio do programa Monumenta e da sua manutenção.

Portanto, a instalação do Museu do Doce na Casa do Conselheiro, além de ser uma contrapartida ao investimento dado pela preservação do bem, foi um ponto de afirmação de Pelotas como a terra do doce. O trabalho de desenvolvimento e afirmação desta tradição tem o seu início com a criação da Festa Nacional do Doce em 1986, depois, com as ações ao longo da primeira década do século XXI, com o inventário nacional de referências culturais (INRC), com o selo de certificação de origem e coma criação do Museu do Doce, atingindo seu ápice com a definição, no dia 15 de maio de 2018, da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas como patrimônio Imaterial Brasileiro, em conjunto com o patrimônio material, definido pelo IPHAN como o conjunto histórico de Pelotas.

Este tombamento, conjunto do patrimônio imaterial com o material, é o primeiro caso ocorrido no Brasil, e os prédios e logradouros estão diretamente relacionados à riqueza advinda com o período charqueador. Segundo Marcia Santana, a parecerista do processo do Inventário da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, o imaterial não deveria ser dissociado do material. Este parecer fortalece o discurso da tradição doceira desenvolvido na cidade a partir da Fenadoce e das políticas públicas organizadas a partir da década de 1980. O reconhecimento do patrimônio material e do imaterial reforça, também, que a

relação entre a Casa do Conselheiro e a Sede do Museu do Doce não foi um ato aleatório, mas, sim, dentro de um processo de construção de uma tradição.

A entrada da Universidade no processo da organização do Museu do Doce transformou, em parte, o que havia sendo pensado para a instituição pelos membros da Associação de Amigos do Museu Brasileiro do Doce. Como uma instituição universitária, desloca a visão do doce, resultado, apenas, das cozinhas dos grandes casarões para a diversidade que a produção acadêmica permite.

Entende-se que o museu é local de produção de conhecimento, assim como de comunicação do conhecimento produzido em outros locais. Iniciou-se esta pesquisa para entender a formação do Museu do Doce. Os caminhos traçados pela pesquisa permitiram entendê-la, para além do início da instituição, como parte de um processo de construção de uma tradição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila M. **Os doces na Culinária Luso-Brasileira: da cozinha dos conventos à cozinha da casa brasileira, séculos XVII a XIX.** Anais de história de além-mar, vol. VI. Braga: Barbosa e Xavier Ltda, Lisboa, 2005.

ALMEIDA, Julia Lopes de. **Jornada no Meu País.** Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1920.

ALMEIDA, Liciane Machado & BASTOS, Michele de Souza. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial.** In: Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.96-118, maio/out. 2006.

AMON, Denise & MENASCH, Renata. **Comida como narrativa da memória social.** In *Revista de Ciência Política Sociedade e Cultura* – jan-jun, V11, nº 1, UFG, 2008

ARAÚJO, Beatriz. **Entrevista** [04 nov 2016]. Entrevistadora: Nóris Mara Pacheco Martins Leal. Pelotas, 2016.

BACH, Alcir Nei. **O Patrimônio Industrial Rural: As Fábricas de Compotas de Pêssego em Pelotas – 1950 à 1970,** 2009, 204f, Dissertação (Memória Social e Patrimônio Cultural) Instituto de Ciências Humana, UFPel, 2009. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Alcir-Bach.pdf>> Acesso em: 13 dez 2017

_____. **Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990).** 2017, 237f, Tese (Memória Social e Patrimônio Cultural) Instituto de Ciências Humana, UFPel, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2017/05/TESE_ALCIR_NEI_BACH_OUT2017_opt-V.1.pdf> Acesso em: 20 jan 2018

BEIRUTE, Gabriel Santos. **Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios mercadorias e agentes mercantis (1808-1850).** Tese PPG-História da UFRGS, 2011.

BETEMPS, Leandro & RHEIGANTZ, Vera (org) **Cadernos do IHGPel: Visita da Princesa Isabel à cidade de Pelotas.** Ed UFPel, Pelotas, 2010

BORGES, Antonio Cesar G.. **Universidade transformada: Depoimentos e reflexões de um ex-reitor**. Pelotas: Livraria Mundial, 2016.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. **Confeiteiros na Época Moderna: Cultural, Material, Produção e Conflituosidade**. In: Soares, C. e Macedo, I.C.de. Ensaios sobre o patrimônio luso-brasileiro. São Paulo: Annablume Editora 2014

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2012 .

CARRICONDE, Clodomiro (Org.). **Álbum da Cidade Comemorativo ao Centenário da Independência**. Pelotas, 1922.

CHEVALLIER, Ceres. **Vida e obra de José Isella: Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX**. Pelotas: Livraria Mundial, 2002.

COELHO, Raquel Luise Pret. **Ver é Conhecer: O Processo de Revitalização do Museu Histórico Nacional (1982-1989)**, 2010. Dissertação (Memória Social), UNIRIO, 2010. Disponível em;
<<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss268.pdf>> Acessado em 13 fev 2019.

COSTA, Débora Regina Magalhães da. **Aspectos Críticos em obras de restauração arquitetônica no estado: A experiência do Arquiteto Edegar Bittencourt da Luz**, dissertação de mestrado, UFRGS, 2005

CURTIS, Júlio N. B. **Patrimônio Ambiental Urbano**. Assembleia Legislativa/Corag, Porto Alegre, s/d (1978/1979)

DAMASCENO, Athos. Prefácio. In: VALLANDRO, Amélia (coord) **Doces de Pelotas**. Livraria do Globo, Porto Alegre/São Paulo, 1959.

DIAS, Renato Duro. **Um olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas**, Dissertação PPG Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPel, 2009 .

D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo, USP, 1981.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IEL, 1961.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi&MICHELON, Francisca Ferreira. **Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus**. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 79-97, jan.-jun. 2015

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi& CERQUEIRA, Fabio Vergara, **Mulheres e doces**: o saber-fazer na cidade de Pelotas. Revista Patrimônio e Memória, Unesp, v. 8, n.1, p. 255-276, janeiro-junho, São Paulo, 2012

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi, CERQUEIRA, Fábio Vergara, RIETH, Flávia Maria da Silva. **O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação**. MÉTIS: história & cultura – v. 7, n. 13, p. 91-113, jan./jun. 2008

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro:EDUFRJ, 2005.

FRAGA, Thais Gomes. **Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do sul: a incessante construção de uma política museológica** .In:Musas – Revista brasileira de museus e museologia/instituto do patrimônio Histórico e Artístico nacional, departamento de museus e centro culturais vol.1 n.1 Rio de Janeiro, iphan, 2004

_____ **OS SUBTERRÂNEOS EMERGEM:a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul(1987-1991)**, dissertação de mestrado PPG História - UFRGS, Porto Alegre, 2004

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociedade do doce, com receitas e doces no Nordeste do Brasil**. 5^a ed. Editora Global, São Paulo, 2007.

_____ Nordeste. **Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. Ed Global, São Paulo, 2013.

GARRIDO, Joan delAlcazar. **As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate**. Rev. Bras de Hist, SP, V13 n 25/26 pp 33.54 set 92/1ago

Guia de Museus do Rio Grande do Sul, 3ed, SEM/RS, Porto Alegre,2013.

GRAHAM, Maria, **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821-1822**. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823/pagina/138/texto>> Acessado em: 20 de março de2018.

GOMES, João Pedro. **Uma doce viagem: doces e conservas na correspondência de D. Vicente Nogueira com o Marquês de Niza (16471652)**. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34043/6/EnsaiosPatrim%C3%B3nioAlimentar_artigo10.pdf Acessado em 15 de fevereiro de 2017.

GUIMARÃES, Larissa Maria de Almeida. **Do barro ao patrimônio cultural imaterial em Roraima**. Revista do Patrimônio, n 37, IPHAN, Brasília, 2018.

Gutierrez, Ester J. B. **Barro e Sangue :mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888**. Ed Universitária, Pelotas, 2004.

_____ - **Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense**. Ed.UPF, Passo Fundo, 2011.

HABNER, June E. **Honra e distinção das famílias** In: PINSKY. Carla Bassanezi&PEDRO, Joana Maria - Nova História das Mulheres - São Paulo: Contexto, 2012

IPHAN, **Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas** (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_%20tradicoes_doceiras_de_pelotas_antiga_pelotas.pdf.> Acessado em: 12 jan 2019.

IPHAN. **Ata da 88**. Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Brasília-Distrito Federal. Data: 15 de Maio de 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/88_reuniao_ordinaria_do_conselho_consultivo.pdf. Acessado em 12 jan 2019

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Historicidade e Visualidade Urbana ma Revista Pelotas Memória**: 1989-1991. Tempos Históricos • Volume 21 • 2º Semestre de 2017 • p. 499-524

LEAL, Noris Mara P. M. Museu da Baronesa: **Acordos e Conflitos na Construção da Narrativa de um Museu Municipal** – 1982 a 2004. 2007 102f. Dissertação (História) , IFCH, UFRGS, 2007.

LODY, Raul. Doçaria Brasileira: **Um Doce Sabor Português**. IN: SENAC: A Doçaria Tradicional de Pelotas, Ed SENAC Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

LOPEZ, Luiz Roberto. **A História do Brasil Imperial**. Ed.Mercado Aberto, Porto Alegre,1984.

MAESTRI FILHO, Mario. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**, EDUCS, Caxias do Sul 1984.

MAGALHÃES, Mário O. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPEL/Livraria Mundial, 1993

MARRONI, Fabiane Vilella. **Pelotas (re)vista: a Belle Époque da cidade através da mídia impressa** – São Paulo, 2008

MARTINEZ, Leonil. **Xarque com assucar/Pelotas com Nordeste** : contraponto de extremos no paladar cultural brasileiro. Dissertação, PPG em Literatura, UFSC, 2000.

MARTINS, Irapuã Pacheco. **Design, imaginário e cultura: memórias e representações do doce de Pelotas como aportes na formação do designer**. Dissertação PPG em Educação/UFPEl, Pelotas, 2005

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **Entrevista** [09 nov 2016]. Entrevistadora: Nórís Mara Pacheco Martins Leal. Porto Alegre, 2016.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuição de Valores e Critérios de Intervenção**. Tese Propur - UFRGS, Porto Alegre,2008.

MICHELON, Francisca Ferreira (org). **Patrimônio Cultural Edificado da Universidade Federal de Pelotas**. ED da UFPel, Pelotas, 2013.

MICHELON, Francisca R., & LEALNoris Mara P. M. **ENTREVISTA COM JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR**, 17 DE SETEMBRO DE 2014, In Expressa Extensão, V19, N02, UFPel, 2014

MIGUENS, Carolina Gheller. **Valorização de Produtos Gastronômicos no Brasil e e em Portugal**: Estudo de Caso do Pastel de Tertuga e dos Doces de Pelotas. Dissertação Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade, Universidade de Coimbra, 2015.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio Cultural Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTEIRO, Simone Flores. **Política Pública para Museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus**. Tese PPG em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016

NEVES, Berílio . **Pampas e Coxilhas**: Impressões do Rio Grande do Sul. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1932.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas**, Of. Typ. Diário Popular, Pelotas, 1922

PEDRO, Joana Maria - **Mulheres do Sul**. In: Priore, Mary Del (org). História da Mulheres no Brasil. Contexto, São Paulo, 2006.

PEIXOTO ,Cordélia do Amaral, Bernardo Antunes Maciel e sua Descendência, cópia, Pelotas, 1996.

PELOTAS. **Jornal Diário de Pelotas - 20 de outubro de 1887** - Biblioteca Pública Pelotense -Consultado em 04 de abr.2016

PELOTAS. **Jornal "A Opinião Pública" 17 de agosto de 1917** – Matéria de capa com o título "Conselheiro Maciel", homenagem pela sua morte –Biblioteca Pública Pelotense. Consultado em 06 de abr. 2016

PELOTAS. **Processo de Inventário 1349**. Leopoldina da Roza Antunes Maciel. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 26de ago. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário1877** .José Antônio Moreira. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 26de ago. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário331**. Maria Josepha de Castro Moreira. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 26de ago. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário376** Alice Moreira Chaves, Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 26de ago. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário293** Francisca Alexandrina de Castro. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 13 de set. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário68**Felisbina da Silva Antunes. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 13 de set. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário84**Antonio José de Oliveira Castro. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 13 de set. 2016.

PELOTAS **Processo de Inventário106**Antonio Moreira Chaves. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 13 de set. 2016.

PELOTAS **Livro de Registro Ordinários** – Pelotas – 18/07/1876 a 12/07/1879,, Arquivo Público do Rio grande do Sul. Consultado em 13 de set. 2016.

PELOTAS - **LEI Nº 5.253, DE 23 DE JUNHO DE 2006**. Autoriza o Município a permutar imóvel de sua propriedade, mais aluguéis, com Maria Alice Maciel Lafayette, Maria da Glória Maciel de Mussnich e Maria Francisca Adamo Maciel, recebendo um imóvel de propriedade destes e, dá outras providências. Pelotas, 2006.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**: Tradução Viviane Ribeiro - Bauru, SP: Edusc, 2005

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICOLLO, Helga Iracema Landgraff. **APolítica Rio-grandense no Império**. In: DACANAL, José H. &CESAR, Guilhermino, Ed Mercado Aberto, Porto Alegre1979

Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania - Ministério da Cultura – Brasília, maio de 2003.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil** : diretrizes, linhas de ação e resultados : 2000/2010 / Paula Porta. -- Brasília, DF : Iphan/Monumenta, 2012.

PRATZ, Llorenç. **El concepto de patrimônio cultural**. In **Política y Sociedad**. Madrid: **Universidad de Barcelona**, n. 27, 1998, p.63-67.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz &WEBER, Roswithia . **Sociabilidades nacionalizadas: clubes sociais do sul do Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial** *Revista de História Regional* 20(1): 149-164, 2015 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acessado em: 20 de novembro de 2018.

Relatório de Gestão- Período de 1999 a 2002, Sistema Estadual de Museus, Porto Alegre,2002

RIETH, Flávia M.S.; CERQUEIRA, Fábio V.; MAGALHÃES, Mário O.; MICHELON, Francisca F.; FERREIRA, Maria L.M.; SILVA, Tiago L. da; KOSBY, Marília F.; SILVA, A.M. **Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses**. In: Anais do II Encontro de Ciências Sociais da metade Sul [Recurso Eletrônico– CD]. Pelotas: UFPel, 2006.

RIETH, Flávia M.S. **Homenagem ao Professor Mário Osório Magalhães**.In: SECULT, Pelotas Imaterial: Saberes, fazeres e ofícios – Dia do Patrimônio – Pelotas – agosto de 2018

RIO GRANDE DO SUL - **LEI Nº 11.499, DE 06 DE JULHO DE 2000**. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado áreas históricas da cidade de Pelotas. Porto Alegre, 2007

RIO GRANDE DO SUL -**Decreto 45.153 de 17 de JULHO de 2007**. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

ROCHA, Miguel Tarnacda..**Destques Pelotas 1970**. Pelotas: 1970.

RODRIGUES, Aldair Carlos..**Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas**. HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/08.pdf>> em 18/04/2017 16:30

RODRIGUES, Irajá Andara. **Entrevista** [03 de ago. 2012]. Entrevistadora: Nóris Mara Pacheco Martins Leal. Pelotas, 2012.

____. **Uma revolução urbana em Pelotas**. Pelotas: ed, indep., 2012.

ROZISKY, Cristina Jeannes. **Arte decorativa: forros de estuques em relevo. Pelotas, 1876 | 1911**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

RUOSO, Carolina. **O Museu do Ceará e a Linguagem Poética das Coisa - 1971 - 1990**, Fortaleza, Museu do Ceará, Secult, 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagem ao Rio Grande Do Sul**. Coleção O Brasil visto por Estrangeiros, Senado Federal, Brasília, 2002.

SANTOS, J. F. de Assumpção. **Uma linhagem Sul Rio-grandense: Os Antunes Maciel**, Ind Graf Taveira Ltda, Rio de Janeiro, 1957.

SANTOS, Myriam Sepulveda. **Museus Brasileiros e Política Cultural In;Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol 19, n 55, ANPOCS, junho de 2004.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993

_____. **Pela memória de Pelotas.** Como sempre! In: Anais do I colóquio sobre história e historiografia da arquitetura brasileira – Disponível em <<http://sites.google.com/site/coloquiohh08>> Acesso em 01 de out.2016.

SCHUARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835.** Cia das Letras, São Paulo, 1988.

SCOTT, Ana Sílvia. **O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares.**In: PINSKY. Carla Bassanezi&PEDRO, Joana Maria - Nova História das Mulheres - São Paulo: Contexto, 2012

SILVA, Adroaldo Xavier. **Espirito do Lugar - Spiritu loci.** In: Anais da Semana dos Museus da UFPel, UFPel, Pelotas, 2018.

STOCKLER, Beth - **Chiquinha e Eu: Reinventando o Passado,** Ed Barbacena, Barbacena, 2012.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial.**Revista CPC, São Paulo, n.4, p.40-71, maio/out. 2007

TORNATORE, JEAN-LOUIS. **Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado.** Revista Memória em Rede, V1 N1- PPGMP/UFPel, Pelotas, dez2009/mar 2010.

TRINDADE, Hélió. **Aspectos políticos do sistema partidário republicano Rio-Grandense (1882-1937).** In: DACANAL, José H. &CESAR, Guilhermino, Ed Mercado Aberto, Porto Alegre1979

VARGAS, Jonas Moreira - **“Capitães, comendadores, negociantes”:** **A primeira geração de charqueadores de Pelotas e a sua elite (1790-1835).** In: Revista Latino-Americana de História Vol. 3, nº. 11 – Setembro de 2014 © by PPGH-UNISINOS Página38

_____. **Os barões do charque e suas fortunas.** Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas. São Leopoldo: Ed.Oikos, 2016.

VERISSIMO, Erico. **Um romancista apresenta sua terra**. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. *Nós, os gaúchos* 2. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p. 242-251.

Apêndices

Apêndice A – Entrevista Com Theia Bender

Entrevistada - Gilceia Vasques Bender (Théia Bender)

Entrevistadora Noris Leal

Data: 20/11/2016

Horário 16:00

Local de realização: Museu do Doce da UFPel

Duração: 43' 47"

THEIA - 2004 entrei para a prefeitura, 2001, eu acho, foi assim, eu comecei a fazer um trabalho dentro da Fenadoce, a partir de 2001, com a função de formação em guia, aquela coisa toda e a gente era guia receptivo, então, a gente tratava muito da história da cidade, então, baseado nisso, a gente conversava exatamente de não ter um local, quando a gente recebia os turistas, eles sempre perguntavam “onde tem a história do doce, onde se pode ver a questão da própria confecção do doce?”, por que dentro da Fenadoce não tinha isso. O que tinha dentro da feira? Tinham apenas as doceiras vendendo os doces, mas ninguém sabia como se faziam aqueles doces, ninguém tinha acesso às fábricas, às indústrias. Então nessas conversas, de grupo, que a gente foi formando dentro da Fenadoce, de conversas informais, a gente foi comentando sobre isso, sobre o que o turista via e nos solicitava, o que eles buscavam na cidade, quando a gente dizia e queria firmar a ideia da cidade do doce, por que nós tínhamos uma outra fama, e nós queríamos mudar isto, mudar para que fosse realmente baseado naquilo que a gente tinha de melhor herança, da história toda que teve na cidade, que seriam os doces, até para adocicar um pouca essa história que era muito amarga, e salgada. Mas então, nessas conversas que a gente foi vendo, se tem um local onde as pessoas possam

ver onde se faz os doces, por que as pessoas tinham muita curiosidade, chegavam na frente das doceiras “como faz o ninho? Mas como se faz o quindim?” e assim sucessivamente, aí nessas conversas, se falou também da história da Fenadoce, que estava se perdendo a memória, por que ninguém estava guardando essa memória, não se tinha alguém que realmente recortasse as notícias, aquela coisa toda, tinha muito pouca coisa que realmente registrasse essa história, apenas existia da primeira Fenadoce, apenas um cartaz que identificava a primeira Fenadoce, e depois disso tinham algumas fotos da rainha, que era de uma forma bem improvisada e tudo, então não se tinha a história da Fenadoce, então, conseqüentemente, não se tinha a história do doce, e aí, baseado nisso, nas conversas, a gente fez “poxa, por que não ter um espaço onde a gente pudesse reunir tudo isso?” Buscar nas pessoas, nas famílias que tem a história do doce, buscar na Fenadoce a sua própria história, ter ali, dentro da Fenadoce mesmo, contada as edições, através da roupa das meninas, atiradas em um depósito, mal conservadas, isso era história, e que nós, entrando naqueles espaços, lá dentro da Fenadoce, a gente via que tudo estava se indo, estava se desmanchando no tempo, e eu e a Olga, nós as duas vivíamos muito juntas lá dentro...

NORIS – ... Função de vocês.

THEIA -... Eu fazia toda a parte de recepção da feira, eu tratava de recepcionar os turistas, eu era ligada a questão do turismo, eu montei os dois espaços de recepção ao turista, tanto aquele que vinha de carro, quanto ao que vinha de ônibus, e a Olga era a pessoa que lidava com a corte da feira, então todas as cortes ela que lidava com as meninas, ajudava também na função da formatação dos concursos, dos eventos, que giravam em torno disso. Então estávamos sempre juntas lá dentro, era uma amizade que já vinha de anos anteriores, a gente foi estreitando mais nossos laços de amizade, e aí que a gente começou a conversar mais sobre esse assunto e a se dar conta de que acontecia isso, que a gente não tinha esse espaço e que seria um sonho se a gente pudesse realizar e ter o museu do doce, começou aí, essas conversas e tinham várias pessoas, não era só nós que estávamos envolvidas nessas conversas, tinham pessoas de vários seguimentos

que sentavam junto e opinavam e aquela coisa toda. Houve então uma conversa com o Sebrae, que na época estava já envolvido com a identificação dos doces...

NORIS – Isso em 2001?

THEIA – Isto, naquele ano. Aí já existia essa conversa, baseado nisso, se buscou como se fazer, como se poderia organizar isso, como que a gente podia chegar ao ponto de ter, conseguir realizar o sonho do museu do doce. Bom, quem sabe, como surgiu a ideia da associação eu não sei como foi, mas uma coisa meu natural, vamos formar uma associação, talvez a Olga se lembre melhor do que eu disse, para ajudar a buscar então a fazer o museu, e essa associação então, nós tivemos várias reuniões dentro do CDL, e aí foi que houve uma apresentação do projeto para o museu, que eu acho que aí veio e foi da Bia Araújo, foi aí que acho que ela entrou na história de formatar um projeto para ir em busca de valores, para se fazer um museu. Mas o primeiro passo, precisava de uma associação para fazer qualquer outra coisa, então se formatou, se fez no CDL, se buscou várias pessoas que se interessavam em participar, se fez a reunião, com ata, com tudo, para a formação da associação. Essa associação teria valores, que seriam pagos pelos associados, que nunca chegou a ter, nunca se conseguiu se realizar isso, por que teve que se abrir conta em banco, aí teve toda uma função dentro da própria diretoria, se eu não me engano teve uma pessoa que parece que faleceu, aí teve que fazer toda a documentação de novo, eu sei que isso foram trancas que demoraram muito por que não se tinha dinheiro também para fazer essas coisas. Então a ideia toda foi mais ou menos, que eu me lembro, foi assim que a coisa aconteceu da formação da associação para que se tivesse então o projeto para ir em busca do museu do doce. Aí acho que entrou a questão do IPHAN, acho que foi por aí, que aí tinha a história dessa casa, e aí o Iphan decidiu então que poderia ser aqui dentro, o museu, aí vieram pessoas, fizeram todo o levantamento que precisava ser feito, aquela coisa toda, daí foi que foi feito o projeto, e dentro do projeto então estava a questão do museu e realmente ser aqui dentro desta casa. Aí houve a primeira parte da reforma, então isso em 2001...

NORIS – Em 2001 foi a primeira e depois que a universidade comprou que foi a reforma.

THEIA – Isso. Mas em 2001 que começou e depois deu aquela parada. Bom, então nesse período, a gente ficou também naquela coisa de tentar conseguir objetos, várias pessoas vão se prontificar, vão fazer doações, as doceiras, foi se conversando e aí foi se tentando fazer um acervo para quando a casa tivesse pronta se tivesse o que colocar dentro dela. Bom, então se procurou ter mais cuidado com a questão dos vestidos, se procurou resgata-los e dar uma reformada, arrumar, aquela coisa toda, então várias coisas, dentro da própria Fenadoce, de fazer toda aquela parte da clipagem (?), das coisas todas, tudo foi mais ou menos formatando para a coisa se organizar. Bom, mas aí aconteceu que deu um tempo disso, que parou as obras aqui, por falta de verbas, e quando voltou ao assunto da casa, já voltou uma universidade adquirindo. Quando houve isso, nós nos assustamos um pouco, por que sabíamos o que ia ser uma reitoria e tudo o mais, então o sonho do museu do doce no casarão 8 estava morto. Aí o que nós fizemos? Nós pegamos uma comissão do pessoal e da associação, e nós fomos conversar com o Fetter para solicitar ele uma solução, por que a gente tinha todo caminho feito, e aí houve a promessa, na conversa, de que haveria uma contrapartida para que fosse aceito, mas que ele poderia ceder o casarão 6 para o museu do doce, mas que tivesse ali o museu da cidade junto, daí nós pensamos) “poxa, é até difícil se contar a história da cidade sem contar sobre o doce” “Não tudo bem, pode ser”, então nós aceitamos a história, então continuamos caminhando em função do museu. Aí houve a questão da doença da Olga, então nós também tivemos um período que a gente meio que parou com as coisas por que a Olga era sempre a pessoa que sempre puxou mais o cordão, a gente ia mais ou menos dando um suporte para ela mas ela a pessoa que sempre puxou. Aí se teve um bom período, que a gente não conseguiu fazer nada, esperando que ela se recuperasse e, depois disso, quando ela se recuperou que a gente voltou a falar sobre o museu do doce, já havia a ideia de que o casarão não teria mais a reitoria e que, aí foi que a gente começou a conversar...

NORIS – Que ia ser museu do doce.

THEIA – Isso, que seria o museu do doce mesmo, então mais ou menos, que eu lembro do histórico dessa ideia do surgimento todo do museu do doce, da

necessidade de ter isso, de imaginar que aqui dentro a gente pudesse ter uma mini fábrica, por que sempre que, eu tentei várias vezes dentro da área do turismo de fazer visitas com os turistas, tinham algumas fábricas que se dispunham a receber, mas nem todas. Mas aí houve, nas conversas também, com o próprio CDL, de impulsionar eles a mostrar dentro da própria feira, então foi ali, como não tinha aquele centro ali não existia nada, foi feita a proposta de que ali, naquele local, seria criada uma fábrica de doces, então, entre os prédios escolhidos, foi o mercado, por ser um local comercial, eu acho que ele se adaptou bem para o que foi proposto ali, mas de qualquer forma, as pessoas continuam na curiosidade de ir nas fábricas, de ver. E aí, até me lembro de conversar com a Olga e dizer “Olga, o ideal que se a gente fosse fazer o museu em uma casa, é que tivesse a confecção do doce de uma forma informal, como eram feitos nas casas e não aquela coisa da fábrica, tudo arrumadinho... Mas de como as doceiras faziam nas suas casas.”, então também tinha essa ideia para algo que fosse dentro de um local, de uma casa, que aqui certamente, nessa casa alguém deveria fazer doce na cozinha...

NORIS – Sim, com certeza.

THEIA – Então foi isso, isso que foi nascendo as histórias.

NORIS – Então mais ou menos nasceu contigo e com a Olga?

THEIA – Foi de conversas que a gente foi tratando as duas juntas, mas tiveram outras pessoas conversando junto, vou te dizer que não lembro, claro que nós sempre batemos mais juntas (?), mas eu sei que tiveram, tanto que algumas dessas pessoas estão na diretoria da associação, se tu fores olhar ali os nomes, muitas dessas pessoas também estiveram nessas conversas, mas nós é que fantasiávamos, digamos assim, e ela que ficava muito na viagem de onde poderia ser, como poderia ser, tudo o que a gente poderia ter, essas coisas assim.

NORIS – E quando a universidade comprou, vocês chegaram a pressionar o Iphan para que continuasse o museu do doce aqui, ou pressionar ou ao professor César Borges

THEIA – Existiu uma ida para conversar com ele, se eu não me engano, mas não foi uma coisa, eu não sei nem se, acho que a Olga pode te dizer, por que eu

não participei, se alguém foi, foi a Olga com alguma outra pessoa. Mas não houve, claro que existiu aquela coisa de achar estranho, por que o Iphan já estava dentro do projeto determinado, e aí, através da venda da casa não pudesse ser mais, e como isso ficaria, a gente ficou curioso e houve uma ideia de, eu acho que até houve uma reunião com o César, não lembro o que deu de resultado, mas eu acho que teve sim uma reunião, mas essa memória a Olga deve ter melhor do que eu.

NORIS – E com a universidade, como vocês viram depois o museu funcionando com a universidade?

THEIA – Bom, eu vou te dizer na minha opinião. Eu tive um certo receio pelo projeto que foi apresentado, por que não batia com aquela ideia que a gente tinha, que era uma coisa, vamos dizer, não tão contemporânea como vocês apresentaram, era uma coisa mais, por estar numa casa dessas, a ideia era minha mais nostálgica, da curiosidade que é natural do turista, que tem uma curiosidade nata de saber como as pessoas viviam numa casa como essa, como eram as vidas delas, como era a reprodução disso, e de tentar buscar um acervo de mobiliário, que a gente pensava, talvez não para todas as peças, mas para algumas delas, de se ter isso, então a nossa ideia de museu era diferente, claro, por que vocês tem um estudo, vocês tem uma ideia de hoje, como se fazem museus e tudo o mais, não que a gente, vamos dizer, fossemos contra, ou que vocês tinham bolado para fazer, mas não era a ideia que nós tínhamos, então acho que isso se opõe, aí o grupo ficou “poxa, mas não era bem isso, não era o que a gente imaginava...” então isso é que é, a reação nossa foi de distanciamento, por causa disso, por que não era bem isso que a gente queria. Mas também era aquilo que a gente gostava, mas o que adianta? Nós não temos dinheiro para fazer, não adianta nós querer, ao menos vai sair o museu do doce, seja em que formato for, tanto que eu vou te dizer que quando nós viemos aqui, eu e a Olga, aquele dia, nós combinamos de vir juntas as duas, e nós entramos, a gente se emocionou por que o que vocês fizeram era aquilo que a gente imaginava, de ter essas peças, ter essas coisas, tem mais vida, tem alma, tem coisas ali que, quando tu chega perto, tu sente que tem, diferente de tu ver só coisas de projeção ou, que eu já vi, visitei museus, viajei, saí fora do Brasil, já conheço vários museus que é tudo, eu sei que isso é, hoje, é difícil ter um museu “alas antigas”, digamos assim, mas era o que a gente tinha na época, eu mesma não tinha visto coisas novas, fui ver depois, mas eu tinha isso de um museu para

mim, seria essa coisa do abraço da memória, que aqui dentro tivesse um pouquinho de tudo para gente mostrar para o turista, aquilo que ele espera ver, por que eles dizem assim “Tá, e como faz o fio de ovos?” e tu diz “com um funil”, “o que é um funil?”, uma pessoa não tem a noção do que é um funil, “é um funil especial (?)”, muito menos, tu diz que é furadinho, muito menos tem ideia de como era, então essas coisas assim é que foram nos levando para essa ideia do ter aquilo que realmente era usado, mas no passado do que hoje, por que hoje elas já estão mais modernas ao fazer...

NORIS -Sim, por causa da questão da saúde, elas são obrigadas a se modernizar.

THEIA – Isso, então tem muita coisa que antigamente não era daquela forma que era feita. Então foi isso.

NORIS – E THEIA, tu falaste lá no início que vocês começaram a juntar acervo.

THEIA – Foi, a ideia foi essa. Então se começou a falar com pessoas, então tinha o fulano de tal que tinha, tinha aquilo, só que nós não tínhamos um local para reunir isso, até se pensou, vamos arrumar lá fora na Fenadoce, por que tem um depósito lá, mas aquilo lá é um horror, não vai colocar isso! Mas é um horror... Então nós ficávamos sempre em ânsia, porque não eram só os vestidos das soberanas que ficavam lá, o das recepcionistas que eu fazia, também, ficavam tudo lá... porque nunca tinha dinheiro para comprar coisa, então a gente sempre fazia reformas. E aí a gente pensou “quem sabe a gente não arruma um espaço”, mas pensávamos, “mas e aí, e se muda o presidente lá dentro, o cara tem outra cabeça...”, mil coisas a gente poderia não ter, então o que a gente falou? A gente falou com as pessoas, e as pessoas ficavam com aquele acervo para nos dar depois. Até por uma coisa que se achava, nas pessoas nos confiarem a entregar, por que daqui a pouco não sai, daí fico eu com as coisas, então também isso a gente pensou, então não, bom, a fulana tem tal coisa, ela fica, o fulano tem tal coisa, ele fica, quando a gente for fazer então a gente busca...

NORIS – Mas lá na Fenadoce tem uma exposição que se chamou museu do doce.

THEIA – Isso, há anos atrás nos conseguimos reunir um monte de coisa, e se fez. Inclusive não tinha a fábrica do doce ainda ali. Foi exatamente naquele buraco e que a gente armou ali a exposição, e a gente conseguiu um bocado de coisa para colocar lá, eu me lembro disso, falando esses tempos com a Olga, “Olga, de quem era aquilo tudo?” por que eu não me lembro mais de quem que se pediu, mas era um tal de vem coisa e se amontoou ali, e aquilo ali foi montado para a gente buscar associados, para associação, era o objetivo daquilo.

NORIS – A associação é de que ano, tu lembra?

THEIA – O ano?

NORIS – Tu que é a guardadora dos documentos da associação?

THEIA – Não, eu não sou a guardadora dos documentos

NORIS – Tu és a secretária.

THEIA – Eu sou a secretária, mas todos os documentos estão com a Olga.

NORIS – Ah, tudo com a Olga. Pensei que tu eras coordenadora também.

THEIA – Não, porque sempre ela precisava para as alterações, aquela coisa toda, então ela ficava com o material. Eu até acho que eu estou com o livro da ata, se eu não me engano acho que eu estou com ele, por que a gente precisou tirar um xerox, eu até acho que foi para alguma coisa com vocês, eu não me lembro...

NORIS – Acho que foi para a conta.

THEIA – Foi para a conta, então acho que foi, acho que eu estou com ele, se eu não me engano, não me lembro de cabeça que data que foi, que ano foi aquilo, não foi 2001, talvez 2002, eu sei que foi bem no início que a gente fez.

NORIS – Mas uma coisa que tu dizes que é interessante, essa questão de vocês se preocuparem com que retomasse essa tradição do doce na cidade. Tu achas que isso está envolvido pela própria questão da Fenadoce que é uma ação de retomar essa tradição, ou por uma questão própria de vocês de achar que Pelotas tinha que ter outra cara, como tu vê a questão da retomada da tradição do doce na cidade?

THEIA – Olha, primeiro que era a questão da festa mais forte que a gente tinha, e muito em função disso, como eu me dava com a área de turismo, eu viajava muito e ia para os eventos, quando eu chegava nos eventos, para fazer a divulgação da cidade de Pelotas, a primeira coisa que eu ouvia, o que era? “Ah, tu és daquela cidade? Ah, como tu se vê lá?”, sempre a função da cidade dos gays, e aí tu tinha que ficar dando explicação, alguns paravam de ouvir a história, (?) estavam de deboche, tu não tinha nem que estar esquentando a cabeça, mas eu via que isso era muito forte lá fora, muito forte, então Pelotas não tinha mais nenhuma qualidade, ela só era a cidade dos gays, ela não representava, não se falava que era uma cidade universitária, que era uma cidade que privava pela cultura, então ninguém via, todo mundo só ouvia essa história. E aí, quando eu ia para os eventos, fora daqui, eu sempre levei doce, sempre levei, e eu meti muito na cabeça, quando eu entrei para o Convention, o primeiro evento que eu fui, que eu ouvi isso, eu fiquei muito chateada, por que achei a nossa cidade muito menosprezada, por tudo que ela, pra mim, representa, e quando eu cheguei de volta, eu tive até uma reunião com quem era o executivo dentro do CDL, eu pedi para ter uma reunião com ele e eu falei do jeito que eu tinha chegado, e que eu estava representando uma instituição que era muito forte, que era o Pelotas Convention Bureau, que eu até não sabia quanto essa instituição era forte e tinha poder em questão de desenvolvimento do turismo dos outros locais...

NORIS - ...Pelotas Convention Bureau era da prefeitura ou era do CDL?

THEIA – Nenhum deles, o Pelotas Convention Bureau era uma instituição a parte, ela é formada por empresários, ela é uma associação, então era uma associação para o desenvolvimento pró turismo, e ela tem vários locais, ela é uma instituição internacional, e ela foi pra dentro do CDL por que quando ela foi criada, ela foi criada baseado no que eles tinham visto para que servia o Convention Bureau, o Convention Bureau, o nome já diz, Convention Bureau, então Convention Bureau é em função de eventos, de convenções, de tratar, de captação de eventos, Visitor tu trata da questão dos visitantes do turismo, e o Convention Bureau é a questão do associado, do tratamento com o teu associado, então dentro disso, que aí eu fui descobrir, estava pouco meses dentro do Convention Bureau que eu fui descobrir para o que ele servia, e tudo o mais, e eu disse “gente, eu saio daqui para fazer a divulgação da cidade, competindo com outras cidades, que tem essa mesma

instituição, e eu chego lá, e meus colegas ali vem e me dizem que conhecem a minha cidade, que era uma cidade formada por homens que são gays, vocês imaginam como eu me sentia...” então eu não gostei daquilo, não é questão de..., mas nada mais tinha valor, só tinha valor por ser daquele forma, então assim, eu quero lutar por uma outra causa, eu quero mudar isso, eu quero mudar o conceito de Pelotas lá fora, quando eu ir para fazer a divulgação da cidade, e quem vai fazer isso sou eu por que a secretaria de turismo se formou mais ou menos junto quando entrei para o Convention Bureau, então eu ia pela secretaria de turismo e ia pelo Convention Bureau fazer eventos, normalmente pela secretaria por que o Convention Bureau nunca tinha dinheiro para me mandar. Então quando eu chegava lá, e era aquela coisa, a gente divulgava a cidade, levava os folders mas não era uma coisa que fazia grande efeito, e aí então aí que eu cheguei na mesa do executivo da Fenadoce, do CDL, e eu disse para ele “eu quero levar doces, eu quero fazer uma divulgação da Fenadoce, eu quero mudar esse conceito, eu quero que a cidade comece a ser conhecida pelos doces”, se a gente tem, a gente fez o estudo, que foi quando a gente fez o plano municipal de turismo, que a gente descobriu que Pelotas tinham vários segmentos, setores para serem desenvolvidos e (?) do turismo, tinha a colônia, tinha o turismo cultural, tinha o turismo da praia, turismo náutico, tinham vários setores, o do comércio, dos eventos... e eu disse “mas a gente não tem nenhuma coisa...”, é difícil tu divulgar tudo, então eu preciso de uma coisa que seja um polo, desse polo vai se enraizar para os outros, então quem sabe vamos lutar pelo doce, você tem um evento que está crescendo então vamos lutar pelo doce, e foi aí que nasceu. Aí começou, então quando nós íamos com todo o material da cidade, era em torno do doce, as melhores fotos, a coisa toda, tinha, tinha os casarões, tinha tudo, mas o doce estava de destaque, e aí a gente levava doce, ao ponto de quando eu chegava, as pessoas me olhavam “Ah, a mulher da cidade dos doces!”, foi assim que eu comecei a ficar conhecida lá fora. Então eu acho que eu ajudei, não é vaidade, não é nada disso, eu sei que eu consegui contribuir para isso, dentro do trabalho que eu consegui realizar, dentro da secretaria de turismo e dentro do Convention Bureau, eu acho que eu ajudei a mudar esse conceito da cidade, que hoje lá fora até falam que a cidade é dos gays, mas é muito pouco a relação de quando eu comecei a ir, então eu acho que isso, o CDL, a Fenadoce, nos ajudaram muito a mudar esse conceito, e acho que a cidade,

tanto que foi criado lá, a gente fez a cidade do doce. Antes da cidade do doce, primeiro foi criado, ali, não sei se tu te lembra, ali na praça de alimentação, foram reproduzidos todos esses casarões, Fernando Caetano, muitas minhas conversas com o Fernando Caetano, foi um dos muitos que me alimentava também, nessa coisa de mudar esse conceito e de buscar valorizar a cultura da cidade, essa coisa da cidade cenário, de utilizar os casarões, ele fazia o papel da (?), aquela coisa do turismo cultural, tudo isso é uma coisa que foi se misturando, para a gente chegar hoje ao que a gente chegou, aí esse ponto que a gente está. Então o que falta realmente? E é um (?), o que vocês já conseguiram fazer, hoje eu digo para as pessoas que eu conheço, que me procuram, ainda da área do turismo, de pessoas que vem para visitar a cidade, eu sempre digo, não deixem de visitar o museu do doce, por que ele é o museu do doce, quando eu entrei ali, eu olhei para a Olga e digo “Olga, era isso”, então enfim, eu não sei quais são os planos de vocês para o resto, o que vocês estão planejando de fazer, mas eu acho que para a ideia que nós tínhamos, está muito próximo de tudo que a gente imaginou.

NORIS – Bom, tem o projeto da cozinha, mas que é uma coisa mais ambiciosa porque a gente tem que conseguir muitas verbas para poder fazer.

THEIA – Aquela lá da rua?

NORIS – Aquela da rua, que um dos jeitos da gente fazer.

THEIA – Mas essa aqui, acho que vocês tinham que fazer com uma (?)

NORIS – Mas é que vai ser um café.

THEIA – Vai ser um café?

NORIS – Vai ser um café.

THEIA – Ah, pois é, mas tinha que ter alguma coisa que mostrasse essa coisa...

NORIS – A cozinha dentro do espaço do museu...

THEIA – Não seria nem para fazer, o cenário, eu imagino o cenário, não o que fizessem coisas ali, mas que tivessem peças ali dentro que seria como elas faziam, sabe? Como eram aquelas coisas de que, a gente tem muito pouco imagem, de registros.

NORIS – A gente tem um acervo muito ruim, e na verdade, daquela colhida que fizeram para a exposição do CDL, depois o CDL perdeu tudo do acervo.

THEIA – Daquele lá?

NORIS – É.

THEIA – Ah, sim, eu imagino, por que aquilo tudo foi um tal de pede, mas acho que não teve nenhum controle, “eu sei que fulana tem isso, fulano tem aquilo” e os próprios doceiros que iam na feira, acho que foram emprestando coisas, eu me lembro que tinham algumas coisas, eu não lembro nem se tem imagens daquilo, mas eu tenho uma coisa na minha memória que tinham umas coisas dentro de uma caixa de vidro.

NORIS – Sabe que com o acervo da Nogueira vieram algumas fotos desse evento, e aí a gente vê algumas coisinhas, claro, não tudo, só um pouco de coisas que a gente tem uma certa noção do que foi.

THEIA – Eu acho que eles foram um dos que mais emprestaram coisas, se eu não me engano. Tinha a dona Zilda que me emprestou, eu sei que teve várias coisas, por que não era eu quem estava fazendo, a minha parte era outra dentro da feira, eu me lembro que eu fiquei ali, para cuidar, que não tinha pessoa para cuidar, que (...?) falou para mim “ah, tu não pode ficar ali para cuidar?” e teve um tempo que eu fiquei e aí a gente fazia a divulgação, até minha filha fez um banner, eu tenho um banner do museu, da associação, não do museu, ela que fez, está lá em casa e perguntei “o que tem nesse tubo?” que estava guardadinho, naqueles tubos de fazer projeto, e quando eu tirei, um banner da associação, eu digo “gente, nem lembrava que eu tinha”, (...) feito nesse plásticos (...), está bem direitinho lá, até se tu quiser de memória dele, está lá.

NORIS – Sim, Banner da associação acho importante isso.

THEIA – Que a gente fez para colocar lá nessa exposição que era para essas coisas dos associados.

NORIS – Existe alguma lista de associados?

THEIA – Eu acho que tem, por que ali mesmo a gente fez, eu acho que tem, mas acho que se está é com a Olga, que essas coisas todas ficaram com ela, todos esses detalhes eram mais com a Olga, que eu me lembro, é.

NORIS – E a Bia vocês procuraram para ajudá-los a conseguir....

THEIA – É, ia fazer o tal do projeto, que precisava ser feito. E eu acho que, pois aí é que tá, eu me lembro que, quem sabe melhor isso é a Olga, mas eu acho que ela é quem entrou em contato com o Iphan, que acho que ela se dava com a Ana Meira, acho que elas tinham uma relação, e acho que foi aí que, e tinha o SEBRAE no meio, eu sei que o SEBRAE também estava grudado nisso, não sei se foi o SEBRAE que puxou a Bia

NORIS – Já era a Rosane na época?

THEIA – Não, naquela época não era a Rosane, porque na época eu acho que era o, João. que eu me lembre, por que eu acho que a Rosane veio muito tempo depois, não lembro da Rosane

NORIS – Porque hoje a vice é a Rosane.

THEIA – Ah, do Museu?

NORIS – Da associação.

THEIA – Ah, é. Não, então ela era, da formação da associação acho que era ela sim. Ou ela era do SENAC? Porque a Rosane era do SENAC. Eu não me lembro se naquela época ela era do SENAC, tem que ver isso. Acho que ela não era do SEBRAE, ela era pelo SENAC.

NORIS – Tá, então a gente tem o CDL, e aí se a Rosane estava junto com o SENAC, fazendo essa organização do museu.

THEIA – Isso. que estavam por aí. Que eu me lembre era isso. bate e volta e ela pode me lembrar. Que a Olga tem uma memória muito melhor que a minha para essa coisa toda, por que ela viveu muito mais do que eu, por que quando ela estava na (...?) que ela me ligava para resolver, mas ela ia muito para a linha de frente, muito mais do que eu fui, sempre ela foi na história, até por que, como a Rosane, ela é mais que, a Rosane nunca podia, então sempre quem tinha que ir para os negócios era a Olga e eu ia junto por que, também, eu era a primeira secretária, a

segunda secretária era a Juçara, então, mas quem acompanhava ela sempre era eu. Mas ela, quando não podia, “tá, eu estou indo para resolver e depois eu te digo o que deu”, então as vezes a gente conseguia se falar, as vezes não nos falávamos, e assim nós íamos. Mas a Olga tem uma memória maior sobre tudo o que tem acontecido.

NORIS – Mais alguma coisa que tu tenhas?

THEIA – Olha, que eu lembrei não. Mas eu acho que a função toda que a gente estava guardando que já se realizou, vamos dizer, uma parte, eu acho que todos que pensaram nessa ideia, eu acho que o que eles viram aqui, já sentiram mais

NORIS – Essa era a intenção, que era para vocês.

THEIA – Por que, na real, a gente tinha essa coisa de dono da coisa, mas também a gente sabia que sozinhos nós não íamos conseguir fazer, que é importante tu ter instituições junto, é um museu, não é uma lojinha, uma coisa menor, é uma coisa que é para ficar, para as pessoas, para a cidade, para quem chega de fora poder conhecer um pouco dessa história toda que a gente teme em contar e, te falta sempre, aquela coisa sólida, que as pessoas tem uma necessidade de ver, de estar perto, o imaginário, ele ainda é muito ligado no físico, por mais que tu deixe o imaginário (...?) mas o físico é ainda o que tu busca.

NORIS – Claro, com certeza.

THEIA – Então eu acho que é isso, que eu acho que associação tenha que estar mais junto até nessa busca desse acervo, é entender que isso que já foi feito pode melhorar, se a gente ajudar e estimular essas pessoas que fazem...

NORIS – A gente não se preocupa muito, THEIA, por que (...?) de entendimento, por que as pessoas precisam confiar nas instituições, (...?) começar a aparecer, acervo, e as pessoas vão começar a trazer, mas a associação é imprescindível nesse processo todo. Até por que vocês são antes do museu, vocês são os primeiros do museu, então se não fosse vocês não existiria museu.

THEIA – Pois é, e também essa coisa que todos sentiam dessa necessidade, a gente é a prova viva de que existia essa solicitação, Pelotas tem vários museus,

mas a gente não tem, é que nem a gente não tem um museu que conta a história da cidade, a gente tem o museu da baronesa que eu não ache que conte, ali tem uma mistureba e não é aquela coisa do contar, de tu ver realmente como que viviam as pessoas na cidade. E assim como eu acho que as charqueadas também, eu vejo lá São João, que é a que mais se aproxima do memorial (...?), mas eu não concordo com aquela mistureba, então fica difícil das pessoas entenderem que tempo tem cada objeto daquele, da época das charqueadas ou é posterior? Por que tem uma mistura da família ali dentro, de objetos da família, de móveis da família que moravam ali, então não sei, para mim é meio difícil, quando eu ia contar a história para as pessoas, as pessoas olhavam, “mas isso aqui não é daquela época”, sabe? As pessoas ficam muito ligadas no tempo, aí eu digo “não, mas isso já era, o pessoal aqui...”, então tu estás trazendo um viés de história e daí tem outra, por que tu tem que contar um pouco da atual para poder voltar. Então, para os guias, que chegam contanto as histórias, é bem difícil. E é o que eu te disse, era a questão, quando a gente recebia as pessoas, para começar a falar sobre a cidade, que tu vinha contando a história, no início, das charqueadas, até chegar na questão do doces, e aí tu, para as pessoas entenderem, tu já falava da Fenadoce... Não é por aí, então está faltando uma lacuna nesse meio, que é a história do doce. E a história do doce não estava dentro da Fenadoce, lá tem uma parte dela.

NORIS – É que na verdade trabalha mais com questão da venda, e não da questão da história mesmo, de como Pelotas virou uma cidade capital do doce.

THEIA – Exatamente, ao que eles investiram, criar todo aquele espaço, realmente, a Fenadoce hoje, ela é conhecida em todo o Brasil.

NORIS – Então tá, THEIA, agradeço muito a tua disposição

Apêndice B – Entrevista com Beatriz Araújo

Entrevistada - BeatrizAraujo

Entrevistadora Noris Leal

Data: 04/11/2016

Horário 14:00

Local de realização: Anchieta 3429/501 - Pelotas

Duração: 31' 33"

Noris – O tema a ser tratado na minha tese, é como foi pensado a questão do museu ali. Estou pegando como foi tombado antes, todo o processo de tombamento – no qual já estou trabalhando – e todo o processo de musealização ali da casa...

Beatriz - Não lembro nem quem foi que fez a desapropriação, se foi no governo do Fetter ou se foi no governo do Bernardo, por que participei do Bernardo e do Fetter. Eu sei que nesse meio tempo, teve um período em que o prédio teve que ser pago, a prefeitura tinha que fazer, o que era tipo uma desapropriação, teve que pagar à família.

Nóris – O prédio era alugado?

Beatriz – Isso, era alugado pela prefeitura. E aí ficou muitos anos, só servindo, e a prefeitura se servindo, vamos dizer assim, daquele prédio e ele acabando. Teve um período que eu lembro, e isso foi no primeiro governo do Bernardo, aquele prédio, ele abrigava a secretaria de urbanismo na época e já tinha arquitetos que diziam, (que eram os arquitetos preservacionistas) já diziam que tinham que trabalhar de capacete lá, que volta e meia caia algum elemento, alguma

coisa do forro. Então era engraçado. Nessa época eu estava só assessorando a presidência da Fundação de Cultura, Lazer e Turismo. Eu era a secretária, chefe de gabinete, eu tinha 22 anos quando comecei lá. E depois disso, o prédio, ele seguiu servindo a prefeitura, mas ele terminou fechado, por que estava sem condições já de abrigar qualquer secretaria, ele estava em péssimo estado. E aí o que me foge a lembrança, por que aí passa a existir essa ideia, a necessidade da desapropriação para que se pudesse investir naquele prédio, por que a ideia sempre foi, dos governos, de manter os três casarões. Então eu não lembro exatamente qual dos governos que passou, efetivamente, a pagar a família. Eu lembro que eu estava na prefeitura nesse período... Não sei se foi naquele primeiro governo, ainda, do Bernardo, acho que não foi.

Nóris – O primeiro é de 1982?

Beatriz – É, da década de 80, que ele vai até 1988, eu acho. O Bernardo saiu com 4 anos, da prefeitura, e era daquele governo que teve mais 2 anos, foi uma coisa que eles mudaram no meio dos governos, aumentou para 6 anos. E, aí ficou o José Maria, então eu não sei exatamente quando que o casarão foi desapropriado. Agora, minha participação, efetivamente, na questão do museu do doce, foi meramente de articulação, por que quando eu assumi a Secretaria, naquele ano, foi em 2005, eu tinha algumas metas, algumas coisas que eu sentia que eram demandas, que existiam já da comunidade. Uma era o Conselho Municipal de Cultura, que tinha desaparecido, ainda na década, no fim da década de 80, início da década de 90. Acho que foi o conselho, ele foi se esvaziando, se esvaziando, por que um conselho enorme, cheio de representantes, por que as pessoas não se dão muito conta disso, fazem conselhos de mais de 20 pessoas, e aí tu não consegue ter depois quórum, e aí o Conselho foi se esvaziando... Então naquela época, eu queria resgatar o Conselho Municipal de Cultura, tinha o desafio que o Nascimento tinha feito, que era o de criar o Sistema Municipal de Museus... Que também não era, nada disso deveria ser iniciativa da Prefeitura... Por que o Sistema Municipal de Museus não dependia em nada da Prefeitura para ser criado... O Conselho Municipal de Cultura tão pouco... Mas o que eu pensei foi isso, se não existir a iniciativa, eu vou provocar, e aí depois a gente sai fora... E foi isso que aconteceu... O museu, eu conversei com o Fetter – já era ele quem estava prefeito -, isso deve ter sido em 2006, 2007, 2006 eu acho. Eu conversei com ele, a ideia

era fazer uma primeira reunião para criar uma entidade, que depois seria gestora do museu do doce que poderia se instalar ali. E aí existiu essa lei, que passa o uso daquela casa para o museu do doce.

Nóris – Tem uma lei?

Beatriz - Ou eu estou confundindo... Tem uma lei municipal que destina o imóvel ao museu... Eu não se é do doce ou da cidade. Mas tem uma lei municipal. Vou até investigar isso, é um dos dois... Ou é o museu da cidade, na casa 6, ou no museu do doce, na casa 8. Bom, mas aí, o que aconteceu, na hora em que eu comecei a articular isso, foi assim, foi incrível, a receptividade foi enorme, por parte das pessoas que já estavam reunidas, a quinhentos anos com essa questão do doce em Pelotas . Quando se foi escolheu o nome do museu, isso ai antes ainda, informalmente, fomos escolher o nome do museu, já existia antes o museu do doce no Rio de Janeiro.

Noris - Isso, que é uma loja na verdade.

Beatriz – E que tinha exatamente o nome que a gente queria, e a gente não pode botar porque já tinha na loja. Eu olhei, quando eu olhei na internet era bem pequeninha...

Noris – Continua a mesma coisa...

Beatriz – É. E ainda é de uma filha de uma doceira Pelotense

Noris – ZezéTalaveira...

Beatriz – ZezéTalaveira, isso mesmo! E, por sinal é uma doceira maravilhosa, eu já comi os doces dela e realmente são excelentes. E aí então foi isso, informalmente se fez essa pesquisa para ver que nome que poderia se colocar... O prefeito anuiu de pronto, de garantir o espaço para o museu do doce ali e aí fizemos uma reunião lá na CDL, chamamos várias pessoas da comunidade e ali foi criado a Associação de Amigos do Museu Nacional do Doce. E aí a primeira presidente, a Olga Vieira... continua ela?

Noris – Continua ela.

Beatriz – E ela, naquele momento já foi presidente teve uma participação bem significativa da comunidade, foi bem representativa essa reunião, foi legal, eu lembro. E aí nós meio que nos recolhemos. Quer dizer, minha intenção era essa, garantir o espaço e provocar o surgimento, dar um apoio logístico para que acontecesse o surgimento da associação... E que a partir daí as coisas teriam que ir acontecendo. E, aí passa um período e a Universidade tinha reunido todas as condições, naquele momento, para colocar o prédio em ordem outra vez, e foi aí que começou essa negociação, do César – o reitor -, o César Borges com a prefeitura, para que pudesse então o prédio ser resgatado, por que faltava condições na prefeitura e tinha uma promessa grande naquele período, não foi nem só a casa 8, a Universidade estava numa época em que se adquiria coisas. E aí então passou para a universidade o prédio. Então foi isso, a minha participação foi bem no comecinho só, essa questão.

Noris – Bia, não sei se estou enganada, mas quando eu e a Letícia retomamos o trabalho, a gente conversou contigo e tu falou de um projeto que a Maria de Lurdes teria feito, a Parreira Horta no museu... Não sei se tu lembra disso...

Beatriz – Maria de Lurdes? Ela tem apelido

Noris – A “Lurdinha”.

Beatriz – Mas era para o museu? Ou era do prédio o projeto?

Noris – Era para o museu, porque ela é museóloga.

Beatriz – Olha, não lembro mais disso... Se tu me refrescares a memória...

Noris – Não, foi numa conversa que a gente estava falando e tu nos disse que tinha um projeto dela, só que como tu tinha ficado fora da secretaria, tu não sabias mais onde isso tinha ido parar...

Beatriz – É, por que eu lembro que, acho que até para dar sustentação, para destinar o prédio - isso aí é vaga lembrança. Para destinar o prédio para o museu, eu tenho a impressão que surgiu realmente -não sei se um projeto ou se foi um anteprojeto – por que foi exatamente quando a universidade, quando vocês começaram a trabalhar, o projeto já tinha. E as arquitetas da secretaria de cultura

já tinham participado. Agora que eu estou falando, estou lembrando. Teve até uma participação da Secult, na elaboração disso que eu não sei se era um projeto ou se era um anteprojeto. Não sei mesmo. Por que se passou por mim, foi muito uma coisa que não parou na minha frente realmente, mas eu lembro que sim e que teve uma participação da secretaria de cultura nisso.

Noris – E o IPHAN? Ele entra quando, por que o professor César não comprou para ser o Museu do Doce, comprou para ser a reitoria. Tu lembra como o IPHAN entrou nessa – porque foi o IPHAN que garantiu que o César fizesse o museu ali -.

Beatriz – Eu acho que isso foi no meio da negociação, que começou a existir essa polemica, porque a ideia sempre foi fazer com que o prédio se tornasse muito acessível para a comunidade, e a questão da reitoria, limitaria o acesso do público. Então eu tenho a impressão que o IPHAN entrou nisso... por que o IPHAN na verdade, sempre que a gente sente algum tipo de – qualquer um de nós, envolvidos com patrimônio... – sente algum tipo de risco, alguma coisa que a gente ache que não está andando bem, a gente recorre ao IPHAN, por que o IPHAN aqui no Rio Grande do Sul sempre foi muito presente, a participação do IPHAN nessa defesa do patrimônio... Então, certamente existiu algum tipo de pressão nesse sentido, de fazer com que a Universidade garantisse que a finalidade do prédio seria mantida. Acho que era a Ana Meira que estava lá. Então acho que foi por ai... mas também se discutiu outras, tinha outras propostas... Eu lembro que o Fábio Serqueira também pensava em colocar alguma coisa lá no prédio, na parte da arqueologia. Então tinha assim mil, quando a universidade surge nessa negociação, surgiu muitas demandas, muitas demandas foram surgindo para o uso do prédio... Eu imagino que vocês devem ter passado depois para conseguir garantir, para que o prédio não fosse totalmente ocupado... por que eu lembro que antes de estar com a Universidade, já tinha gente da Universidade conversando na secretaria de cultura para tentar levar alguns setores da universidade para lá. Até o conservatório de música, foi de tudo, né, Noris?

Noris – Foi de tudo

Beatriz – Então hoje, quando eu vejo que o museu está consolidado, a gente tem um alívio, por que acho que muitas pessoas participaram desse processo.... Tu

estivesse à frente lá, nesse período grande, e acho que uma das coisas importantes que tu conseguistes fazer, foi exatamente segurar o prédio como Museu do Doce...

Noris – É, não foi fácil...

Beatriz – Eu imagino...

Noris – Foi um período muito difícil

Beatriz – É, porque dentro da universidade a gente sabe como as coisas funcionam.... Eu não sei também quanto vocês, mas eu imagino que a pressão deve ter sido muito violenta, muito grande...

Noris – Foi, até porque, apesar de nós termos muitos prédios, são poucos estão em condições de uso. Então aquele é um local privilegiadíssimo, o que está muito bonito, todo mundo tinha vontade de usá-lo. Então, o IPHAN, ele entra nesse período que vocês já estavam com esse trabalho mais ou menos consolidado, ele entra só para a defesa...

Beatriz – Exatamente, não foi uma coisa de protagonismo, na verdade o IPHAN participou muito da questão do doce em Pelotas... uma das coisas mais relevantes que se fez foi quando, no Programa Monumenta, disponibilizaram um edital, e nós também não podíamos apresentar os projetos na secretaria de cultura, não podia apresentar projetos... E na época o que eu busquei, foi tudo nesse período de 2005/2006... O que eu procurei fazer foi parcerias e o IPHAN disponibilizou aquele método que foi utilizado depois para fazer todo o trabalho que se fez com o doce em Pelotas, que os pesquisadores da Universidade Federal foram contratados para isso, para fazer aquele levantamento e que resultou, vamos dizer, que viabilizaria na época, desde o início a ideia era viabilizar o tombamento... colocar no Livro Tombo nacional esse patrimônio imaterial de Pelotas, e o IPHAN, me chamou e eles me disseram: “nós vamos entregar para ti esse material aqui”... que seria o método que seria utilizado e então a gente via uma preocupação grande do IPHAN com a questão do doce sempre, um envolvimento muito forte.

Noris – E a questão no inventário dos doces, e do museu... vocês chegaram a pensar em uma coisa casada?

Beatriz – Não, por que foi assim: claro que tudo convergia para, mas na verdade, nós não tínhamos, por exemplo, recursos financeiros para fazer esse inventário, então as coisas eram e se quer a gente tinha como, vamos dizer assim, estar a frente deste processo, por que, se existia verba era para iniciativa privada, não era para um órgão público, então terminou, a preocupação era essa, claro que era dar, vamos dizer assim, suporte para o museu também, que a gente conseguisse fazer este inventário, o museu ia ser super beneficiado... agora, não foi uma articulação, desde o início vamos fazer isso e aquilo... era intenções que já estavam no ar... eu penso assim, que era muita gente já pensava em fazer isso, e foi propício, por que naquela época, Pelotas, um ano antes, tinha existido aquele edital do Monumenta, e Pelotas não tinha escrito nenhum projeto.... E aí quando aconteceu o edital novamente, me ligaram... e disseram assim: “olha, Pelotas não participou, no ano passado não teve nenhum projeto... e sobrou dinheiro”, disseram que tinha sobrado dinheiro do edital... eu fico pensando assim, como é que pode sobrar dinheiro de um edital, não existe... então, eu via as pessoas da secretaria e fizemos cinco projetos em parceria e fomos contemplados em cinco projetos que teve o maior número de projetos provados... então foi na área da construção, por exemplo de restauro, de patrimônio... fizemos uma parceria com o IFSul e com o pessoal da construção civil de Pelotas... a questão do doce, a questão da música, fizemos com a Música pela Música, com o Lauer, com a Ursula, fizemos um projeto também nas artes visuais, fomos buscando pessoas, e conseguimos fazer isso... E o doce entrou ali, entrou naquela, nessa roda procurei o CDL, conversei com o CDL, se aceitariam assinar o projeto como proponentes, nós fizemos o projeto dentro da Secretaria de Cultura... E para contratar os professores, os pesquisadores da UFPel, o caminho era a Fundação Simon Bolivar, aí fizemos a CDL, fazer uma parceria com a fundação Simon Bolivar - que era quem recebia – e depois viabilizava o trabalho dos pesquisadores.... Então na verdade, formalmente, oficialmente foi a CDL que fez isso...

Noris - ...que fez o projeto...

Beatriz – Isso, e a Secult na verdade não aparece nisso... porque, formalmente não era para um órgão público. Mas, eu acho que o resultado foi excelente, foi bom...

Noris – Na verdade a gente continua... Claro, as docerias também, entram novas que não estavam no inventário.... Até esses dias eu estive no IPHAN e infelizmente ele está parado o processo em Porto Alegre...

Beatriz – Ele ficou lá, é?

Noris – É, tem algumas coisas que eles precisam terminar, e que não estavam tendo tempo.... Acho que precisava de um empurrão para ver se...

Beatriz – Teve um tipo de documentário que levou bastante tempo para ficar pronto, aí foi feito, depois

Noris – Isso, acho que foi quando tu estavas na secretaria ainda...

Beatriz – Não, acho que não.... Não estava mais... Eu fiquei sabendo depois, eu lembro que eu estava aqui no escritório quando eu soube que o inventário estava concluído.

Noris – Isso, o documentário estava concluído e... Ah, Beatriz, eu não sei exatamente o que – eles estão sem superintendente, estão meio acéfalos... -, a Beatriz me disse que tem algumas coisas que eles precisam fazer e que...

Beatriz – Faltou alguém mandar

Noris – Eu acho... E acho que falta talvez o CDL o município cobrar do IPHAN... os andamentos disso.

Beatriz – É, eu acho a gente, independentemente de qualquer coisa, a gente pode trabalhar..., mas eu não sabia que estava assim parado...

Noris – Não, eu achei que nem tivesse mais aqui... a Beatriz é que me disse...

Beatriz – É, e foi ela quem me passou na época.tu vê que ela estava lá já naquela época...

Noris – A Beatriz é de 2002... 2001/2002, em Porto Alegre...

Beatriz – É bom, quando tem gente comprometida que fica esse tempo todo.... Agora, em seguida eles vão lá no IPHAN e acho que dá para se dar uma pressão, fazer isso andar, por que isso não tem problema de recursos, não tem

demanda financeira... quer dizer, então tu podes alegar qualquer tipo de crise, mas não essas...

Noris – Sim... e assim, agora, como gestora que tu foi, qual a importância que tu via do doce ser patrimônio, e depois de estar, colocar no museu... independente de ser o museu da UFPel, mas como resultado do INRC, tu acha isso importante para cidade?

Beatriz – Eu acho fundamental... acho que nós temos muitas coisas importantes em Pelotas para preservar e que funcionam como, são indutores do turismo, e também, acho que a questão da autoestima da cidade, acho que é muito importante, a gente percebe hoje que, com a revitalização que existiu a partir do programa Monumenta, alguma coisa do PAC. Essa questão, somado, essa questão do museu do doce, todo o centro histórico hoje é um espaço que agrega a comunidade, diferentemente de 20 anos atrás, o centro histórico, por exemplo, num sábado e num domingo, era totalmente acéfalo... por que tu não tinha nada lá, as pessoas fugiam de lá... era um lugar de prostituição... algumas poucas pessoas frequentavam a praça, e hoje em dia a gente vê que mudou totalmente, assim, a cara da cidade está diferente... nesse trabalho, nesse período, eu acho, de 25 anos por aí, um pouco mais de 20 anos, e o doce, como patrimônio imaterial, eu acho que é uma das coisas mais importantes que tem, na cidade, para o pelotense, traz o visitante, eu acho que basicamente é isso, essa questão de preservar esse patrimônio, e ao mesmo tempo, a gente consegue com isso estimular o turismo, e abrir, trazer divisas para a cidade, que é o que eu faço nesse anos todos, eu sou uma propagandista dos doces de Pelotas. Não tem um jantar que eu vá em Porto Alegre que já não fique esperando que eu leve os doces de Pelotas... e não é tanto pela questão de... poderia fazer qualquer outro tipo de gentileza, é exatamente assim, para provocar as pessoas, por que nós temos esse atrativo, isso é uma coisa que tu pode trazer muito benefício para a cidade, então é isso. Agora, recentemente, eu fiz a abertura dessa exposição em Porto Alegre, lá no Santander, e os doces todos numeradinhos, né Noris? As pessoas olhavam aquele selinho no doce, aquele certificado, e eu li gente que postou, até os selinhos... comeu quatro doces! Teve um que colou os selinhos no catálogo, fotografou e botou na internet... então tu fica orgulhosa de ver que é um trabalho de muitas mãos, e de pessoas que nem são daqui, que nos auxiliaram muito, para que a gente conseguisse desenvolver isso aí

e eu fico muito orgulhosa... eu tenho orgulho de ser pelotense, eu tenho... eu me exibio muito com a questão da tradição doceira de Pelotas, por que eu acho um luxo a gente ter isso, eu acho uma coisa que guarda um momento importante, e que se perenizou nas mãos dessas doceiras... E é isso, acho que o museu, em termos de importância, ele, para mim, ele é tão importante quanto o museu da cidade, por que ele guarda a história igual, quer dizer, a história de Pelotas está atrelada ao doce, é indissociável, a gente não pode falar em Pelotas e não falar em doce... E estou bem feliz, eu tive... não tive uma visita prolongada, mas já entrei lá levando pessoas, até o diretor do Santander Cultural, foi lá agora, no museu do doce. E ele saiu absolutamente encantado, com tudo, ali é um conjunto todo aquele prédio ajuda bastante.

Noris – A casa é muito bonita, quando a gente pensou na exposição, era uma exposição que não tapasse o prédio de maneira nenhuma. A gente não pode fazer isso...

Não sei se tu tens mais alguma coisa... não quero te atrapalhar muito...

Beatriz – Não, não está atrapalhando de jeito nenhum... Eu acho que é isso, o papel do gestor, nesse processo todo, ele foi importante exatamente para isso, para articular... é uma forma de auxílio somente, por que, tudo o que aconteceu ali, aconteceu por que, realmente, tinha que acontecer... por que a cidade fez acontecer, tu vê que as pessoas que estavam já naquele período envolvidas, que não tem nada a ver com a coisa pública, continuam, a frente... eu acho que terminou sendo uma coisa simples e fácil, por que existiu uma receptividade grande, e acho que nosso papel, como cidadãos, é cobrar... assim como tu ta dizendo, que esse processo está parado em Porto Alegre, no dia seguinte á posse do novo superintendente, eu já vou me manifestar, por que eu acho que é isso que a gente tem que fazer...

Noris - ...Sim, de ele andar...

Beatriz – É, é...

Noris – foi em 2009 que foi entregue o trabalho para o IPHAN, bem no ano em que eu vim para a universidade, então já estamos com 7 anos com esse processo... fora o tempo que vocês trabalharam antes...

Beatriz – Exatamente... por que começa muito cedo... Eu lembro, eu trabalhava com as doceiras, Noris, quando a prefeitura fez a primeira Fenadoce, em 1985, foi a prefeitura que fez... já existia uma associação de doceiras, aqui em Pelotas, e a prefeitura começou a estimular muito, o trabalho delas, essa questão da Fenadoce... acho que aquele momento também foi um momento bem importante para resgate de autoestima e para o estímulo á produção do doce mais presente na vida da cidade... Acho que a Fenadoce...

Noris – Tu achas que esse processo inicia com a Fenadoce? Esse processo que vai...

Beatriz – É, é que eu passei a observar, nesse ano de 1985, quando eu vi essa primeira Fenadoce acontecendo... e antes disso, a gente... claro que se encontrava os doces de Pelotas nas confeitarias, mas era uma produção que não podia se considerar grande, vamos dizer, com a Fenadoce começa a aumentar... até o número de doceiras se multiplica por que a demanda aumentou barbaramente, naqueles períodos pelo menos aumenta barbaramente... e é aí que a gente começa a ver – eu pelo menos -, acho que foi por aí, se começa a ver os doces de Pelotas ultrapassando um pouco as fronteiras, sendo vendidos em outros lugares... ainda que tenha essa dificuldade de transporte, para manter, hoje a gente encontra muito doces de Pelotas fora daqui

Noris - Alguns falsificados.

Beatriz – É, é verdade. Muitos falsificados, eu acho, por que as vezes a gente passa, “doces de pelotas”, outro dia eu fui no SESC, lá em Porto Alegre, e na frente do SESC tinha, eu passava de táxi antes, e via uma coisa “doces de Pelotas”, e eu, como gosto de levar doces de Pelotas, naquele dia eu fui no SESC e não tinha tido tempo de comprar doces aqui para levar, e aí eu pensei “vou chegar um pouquinho antes e vou na frente, vou comprar uns doces e vou oferecer, total, era de Pelotas, quando eu cheguei ali, Noris, não tinha nenhum doce de Pelotas, era nada de Pelotas, era só o nome “doces de Pelotas” e eu olhei do balcão, não tinha nada, absolutamente nada, aí entrei no SESC sem nada mesmo. Mas é isso, eu lembro que tem muita falsificação, usam o nome. Mas, eu acho que esse trabalho que foi

feito, ele também ajuda, por que ele termina diferenciando, preservando e diferenciando

Noris – Foi o Bernardo que fez a primeira Fenadoce?

Beatriz – Foi, foi ele quem fez a primeira Fenadoce... e aí, com o tempo, era meio assim... e perdão da expressão, mas era meio a miguelão participação das doceiras, elas tinham muitas liberdades, podiam levar o quisessem... depois passa o período em que a CDL já começa a tentar dar uma direcionada, organizar mais, filtrar mais, por que esse percebe ainda que na Fenadoce tem alguma distorção, vamos dizer assim, por que as pessoas gostam de coisas grandes, mais bonitas, então as vezes tu encontra... Mas ao mesmo tempo, com esse trabalho de conscientização, que foi feito esses anos todos, eu penso que hoje, essas doceiras que respeitam a nossa tradição, e que cuidam, de todos os itens da feitura, quer dizer, dos doces, já tem vantagem, vamos dizer... vejo que elas já estão em vantagem para todos os momentos do ano, não só na Fenadoce... eu por exemplo quando eu vou fazer uma aquisição de doces, eu (cuido? 31:11) exatamente isso... e acho que assim tem sido.... Então acho que é isso aí, não muito mais coisa pra se dizer...

Noris – Então tá, Beatriz... Eu queria te agradecer e assim, vou transcrever, vou te mandar, para ti autorizar, para eu poder usar... Te agradeço muito ter me recebido

Beatriz – Obrigada, eu que agradeço.

Apêndice C – Entrevista com Ana Lúcia Goeltzer Meira

Entrevistada - Ana Lúcia Goeltzer Meira

Entrevistadora Noris Leal

Data: 09/11/2016

Horário 10:00

Local de realização: Café Cumbuca - Rua Felipe Camarão - Porto Alegre

Duração: 33' 27" e 27' 19"

NORIS - O que eu queria conversar contigo, o IPHAN e tu tem todo um cuidado, não estava no processo de 1977, tem todo um cuidado, e agora eu estava até calculando que naquela primeira intervenção que teve, em 2000, tu era técnica mas não era superintendente, ainda

ANA - Tu sabes que eu cheguei numa hora, eu me lembro da cena, eu cheguei numa hora, eu olhei "isso aqui está muito ruim". Eu fui fazer fiscalização na época Sônia Rabelo era a chefe do Departamento do Patrimônio Material do IPHAN e, quem era presidente do IPHAN na época? Eu acho que nem era a Sônia Rabelo não, era a Sônia Rabelo sim. Presidente do IPHAN, antes da Elisa da Costa, agora enfim, eu estou num processo, quando dói aqui, dói a minha cabeça, meu cérebro não funciona. E, eu me lembro, assim, engraçado que esta cena me vem a mente muitas vezes. Eu virei quase Pelotense de fazer a fiscalização do Monumenta, enfim, de ir para lá, eu ia a cada 15 dias para Pelotas. E, eu me lembro que eu olhei e disse isto aqui está muito ruim, daí eu liguei para Brasília e digo: "olha, a gente está com um problema aqui, nós vamos precisar de um recurso extra para intervir emergencialmente numa obra que a coisa está muito complicada, e foi uma coisa rápida que se conseguiu recurso, se eu não me engano eram 500 mil, era uma quantia substancial, o recurso em termos do Rio Grande do Sul. E, a gente

conseguiu fazer uma dispensa de licitação por emergência e, eu me lembro, também, que estava no dia que chegou a empresa que foi contratada. A gente contratou a melhor empresa do Rio Grande do Sul, por que todo mundo tinha medo de atuar, por que era uma técnica construtiva bem específica, tinha os forros de marmorite, tinha uma série de condicionantes ali, e quando a empresa estacionou com o caminhão na rua do lado, nós olhamos e o frontão começou a cair, na hora assim, e aí foi aquela confusão, o arquiteto estava junto, da empresa, o Edgar Bitencourt da Luz, e eles pegaram umas cordas que tinham, no caminhão, e amarraram a fachada rapidamente para conseguir conter, se não teria desabado. Mas, foi na hora, e aquilo ficou muito marcado, a casa 8 é minha menina dos olhos sempre foi, e a partir daí, enfim, feita a obra e consolidada, o problema em parte superado, não da restauração, mas o da integridade da casa, o que tinha sobrado da casa, uma parte se perdeu, foi salvo, enfim, nessa ocasião. Eu me lembro que nessa época, a prefeitura fazia umas discussões com a comunidade a respeito das políticas públicas de cultura, no município, enfim, lembro de uma discussão na Biblioteca Pública em que um grupo ligado ao movimento negro questionou que se estivesse colocando recursos públicos numa casa daquela época e por que era um exemplo de opressão, enfim, e, aí eu fiz a defesa de que, aquela casa, o requinte que ela possuía, só se explicava numa situação que havia uma mão de obra escrava que possibilitava, enfim, uma mais valia que permitia as pessoas construírem casas com aquele requinte, se tu não tivesse as casas mais, tu não teria como mostrar, até, para a sociedade o que foi a opressão daquela época. Então, a partir daí eu fiquei ligada ao destino da casa 8, procurando formas, também, de viabilizar.

NORIS - Nesse período era o governo Marroni... em 2001/2002 era o Marroni que estava em Pelotas. Então, esta discussão de políticas começa com o Marroni?

ANA - ...Que o IPHAN tenha sido convidado para participar, sim. Eu não sei se anteriormente também eles...

NORIS - Foi nesse período também a definição dos projetos do Monumenta?

ANA - É, já tinha uma discussão com o Monumenta que era um pouquinho, a discussão dele era um pouquinho anterior, ele custou muito a engrenar, levou quase dez anos para que ele desse a partida. Agora, eu não tenho lembrança de que este recurso emergencial, tenha sido via Monumenta, a ideia, a minha lembrança é que foi um recurso do IPHAN, um orçamento do IPHAN, o emergencial, depois sim houve aporte de recursos do Monumenta, até canalizaram corretamente para a elaboração de projetos, enfim, mas, nesse momento foi recurso do IPHAN mesmo.

NORIS -Nesse momento a casa pertencia as descendentes do conselheiro, tu chegaste a ter um contato com elas?

ANA - sim, eu cheguei a fazer um contato, no caso da casa 8 foi bem complicado, deixa eu ver se eu me lembro, da casa 6 sim, eu consegui inclusive um depoimento interessante, de uma herdeira que ela me falou, me relatou, que eles estavam vendo televisão no Rio de Janeiro quando viram a notícia que três casas haviam sido tombadas em Pelotas, e uma delas era a casa 6. E que imediatamente a família se organizou e contratou um caminhão, e durante a noite ou no dia seguinte, eles levaram até as maçanetas das portas, e até ela me comentou assim " se vocês um dia conseguirem restaurar a casa, enfim, esses elementos, luzes, maçanetas, enfim, a gente pode até devolver para a casa porque está tudo num container, lá no Rio de Janeiro", na casa deles. Mas, dá casa 8, eu me lembro, foi complicado para entrar em contato, eu acho que depois, com a decisão da UFPEL de adquirir a casa, isso foi, o IPHAN entrou com uma ação contra os proprietários, porque como a casa era de propriedade privada, a gente não podia colocar recursos públicos, sem obter o ressarcimento depois, mas ou a gente fazia, ou a gente perdia a casa, então não tinha discussão. A gente entrou depois com uma ação judicial para reaver o dinheiro

NORIS - o que elas dizem é que a prefeitura era responsável pela casa porque estaria alugada ainda para a prefeitura nesse período.

ANA - A casa estava desocupada e estava completamente deteriorada, então já tinha desabado aquela parte da frente das varandas. Eu não sei se a prefeitura manteria um aluguel de uma coisa que talvez.

NORIS - Não romperam o contrato, talvez tenha sido isso

ANA - Poderia ser, mas aí seria um problema de gestão grave, estava caindo, eles comentaram, também, que o exército tinha alugado uma época

NORIS - Foi. Quando a família desocupa, na década de 50, a casa, foi bem no início da década de 50, eles alugam para o exército, foi o comando da, o que hoje é da oitava brigada, foi o comando por muito tempo, até a década de 70. Mas provavelmente aquela deterioração provavelmente foi da prefeitura, porque o exército mantém tudo...

ANA – ou pintam de cal

NORIS - ...mantem limpo e no lugar as coisas.

ANA - ...É, tem gente pra isso. Eu não sei te dizer se era da prefeitura ou não, se alugavam ou não, mas a prefeitura não dava sinal de entender que ainda era responsável, não tinha nenhuma iniciativa nesse sentido. Então, até essa intervenção foi em função de que era emergencial, e a lei permite que em situações de iminente dano ou perda do bem, a gente intervenha. Não dá para ficar esperando fazendo licitação enfim, coisa como efetivamente quase se perdeu. Se o caminhão

não chega naquela hora que começa a descolar a parede da frente, das paredes laterais, e aí ela começou a fazer assim, ela ia até o final do dia e ia cair. Então foi na hora a intervenção. Mas era, eu lembro que no meu doutorado eu revisei os processos do Rio Grande do Sul do século XX. Eu acho interessante de como aquelas três casas, elas são precursoras no sentido de reconhecer a arquitetura do ecletismo, mas era, a referência maior deles como paisagem urbana, não é como elemento artístico ou, ecletismo era visto com muitas reservas por parte dos modernos...

NORIS -tu trabalhaste com tu chegou a rever? Eu não li tua tese ainda...eu li outros livros teus...tu reviste esses processos da casa? porque até me surpreendeu, na verdade eles começam o processo em pelotas por causa da casa 2, as outras entraram no escopo

ANA- eu achei interessante essa herdeira me dar o relato dela ver na televisão, o Silva Teles anunciando o tombamento. Eu até conversei com o Silva Teles, antes de ele falecer, e ele disse que tinha umas pinturas da casa, uns desenhos da casa que foram doados para o escritório dele lá no IPHAN.

NORIS - da casa 6 ou da casa 8?

ANA – o conjunto, entendi que era, mas, não sei, estava no Capanema é um edifício imenso, não cheguei a localizar isto, se ainda está em alguma parede por lá.

NORIS – E, Ana, a questão de quando começa o processo, para que ali seja o museu do doce, como é que começou a inserção do IPHAN nesse processo?

ANA - Uma questão essencial do Monumenta que estava plenamente correto, era a questão de ressignificar os monumentos, acho que a gente pode chamar assim, porque a maioria eram áreas tombadas no centro de cidades, áreas mais restritas, então acho que dá para chamar de monumento, acho que não era tão universal o conceito que o Monumenta estava utilizando. Até o nome do programa leva a entender que eram intervenções em bens individualizados as vezes, em conjunto e tinham que, economicamente reverter alguma coisa para sua manutenção, comunidade. Como a casa 2 já tinha uma destinação consagrada, a 8 estava em pior estado e era a mais representativa de todos os processos produtivo em pelotas, econômico, social, cultural. E, era a nossa maior preocupação, e a minha ligação maior era com a 8, então a gente começou a pensar o que que vai, qual é o diferencial que essa casa pode assumir dentro desse contexto, enfim a gente acabou chamando, porque já era uma tradição, digamos assim, do IPHAN do Rio Grande do Sul de chamar consultorias de quem a gente achasse mais qualificada para discutir determinados assuntos, então a gente ia sempre no mesmo, que nos parecia o melhor, da questão de jardins é o Carlos Delfin vamos trazer o Carlos Delfin, o melhor de pedra é não sei quem vamos trazer para a gente ir até aprendendo, desenvolvendo conhecimento para aqueles determinados assuntos. E, nós resolvemos trazer a Lurdinha Horta para nos ajudar, porque ela, a família dela era de Pelotas...

NORIS - Ela era descendente dos Antunes Maciel

ANA - E, enfim, ela tinha uma ligação afetiva dela, isso aí pode ajudar, e a qualificação também a gente sabia que uma parte do acervo da casa tinha sido doada para o museu imperial, ela localizou lá, enfim, está, inclusive, em exposição permanente, lá do Museu Imperial, e aí a gente começou a discutir, mas já tinha ideias de fazer alguma coisa relacionada ao doce, a gente não sabia bem o que, que era o que caracterizava a cidade, dava para juntar a questão do material com o imaterial também, que por uma questão de gestão do IPHAN, foi separado em dois departamentos, mas, era a oportunidade de juntar de novo. Sabia que essas duas coisas não podem ser dissociadas, e parecia ser uma excelente oportunidade

para testar várias coisas, experimentar e para dar um uso mais completo para a casa, no ponto de vista do seu significado. E aí veio essa ideia do doce, a gente ainda não tinha batizado de museu do doce, a Lurdinha veio e estudou a casa, eu me lembro que tinha um projeto insipiente, qual era o nome dela? a Luzia, que ela desenvolveu no curso da Bahia, um projeto, mas aí não era destinada ao museu, então tinha as plantas da casa, tinha alguma coisa, alguns problemas, por que a casa era muito grande, precisaria de uma equipe - a gente sabia, que era impossível a Luzia sozinha fazer o levantamento daquela casa inteira -, então tinha umas plantas, esquemáticas, e com base naquilo, a Lurdinha começou a pensar no que poderia ser, que história aquela casa poderia contar. E tem um projeto, depois até a prefeitura, projeto não, uma pré proposta, que eu achava bem interessante que a prefeitura no fim acabou e eu não fiquei com cópia, ela também não ficou...

NORIS - ... A Lurdinha quem fez?

ANA - É. Era assim, eu me lembro de algumas coisas, por exemplo, eu me lembro que no salão grande e ela achava que poderia ser um lugar para trabalhar os ofícios, dentro dos quais o de técnicas construtivas da cidade, por que eu me lembro disso? Por que ela sugeriu uns pufes em que as pessoas pudessem deitar e ficar olhando para cima, e onde tivessem os instrumentos com os quais foram feitas as esculturas, o marmorino, enfim, e eu achei superinteressante aquele negócio de ficar olhando para cima, ver os detalhes, como era diferente, como é uma escultura, não é um elemento Pré fabricado, cada angulo é diferente do outro, então seria uma sala dos ofícios, mas, teria uma sala inicial, que era aquela da música, para contar a questão da escravidão, o que que possibilitou aquela questão do sal e do açúcar, a gente conversou com o historiador da universidade, o Mário Osório, a gente conversou, foi lá conversar com ele, então seria de cara, a pessoa entra e já sabe que aquilo ali foi possível por que houve um processo de escravidão que foi uma coisa que era cruel, que era uma escravidão, os escravos lidavam com sal, além de todo o sofrimento, enfim, a questão física, ressecava a pele. Depois, tinha então essa sala grande que seria para os ofícios, a salinha intermediária, que eu acho que deveria ser o quarto deles. Porque tinha uma ligação com o banheiro,

ali seria a questão da sociedade, que mulheres eram essas? Que homens eram esses? Depois a questão das crianças, a questão da cultura, e a parte de trás seria toda para oficinas, destinadas a trabalhar e passar esse saber do doce a vender coisas, na cozinha seria um café com stands para vender estes doces fabricados na oficina, e embaixo, um cinema, para, também, dar uma. E o projeto do cinema a gente meio que destacou de tudo e acabou contratando separado, o primeiro a ser executado, então foi aí que começou e teve um nome, o museu do doce, mas ele vai trabalhar com a elaboração e com a reelaboração da questão do doce. Quando a universidade compra o prédio, adquire o prédio, para nós foi até uma surpresa que foi rápida, a decisão, aquelas coisas do César Borges, mas graças a ele muita coisa foi preservada ali no centro, e aí houve umas modificações, por que, no plano, no projeto, que o Monumenta contratou, os projetos que o Monumenta contratava, na verdade eram projetos básicos, eles não tinham detalhamento, também na lei também não dizia o que era um projeto básico, ninguém sabia o que era projeto básico, cada um fazia um projeto básico do jeito que achava que era, ainda tinha essa ideia de fazer as oficinas e as cozinhas lá atrás onde era o escritório, do barão, mas aí a universidade, em função da pesquisa arqueológica que foi feita no térreo, e por pressão do setor de arqueologia resolveu fazer um museu de arqueologia. atrás, e daí a gente até achava que não era viável, primeiro por que eram duas coisas bem diferentes, tudo bem se a universidade queria reunir seus museus, bem então vamos discutir o Gotuzzo, também, de repente faz três museus concentra tudo ali e aquilo ali vai ser a atividade econômica que vai sustentar as três unidades, mas ao colocar o museu de arqueologia lá, o setor de arqueologia já se propôs a de se mudar para lá também, então a gente viu que estava cada vez mais um espaço burocrático e não ia trazer um retorno e atividade econômica que se tinha originalmente. Eu tive até duas discussões, não é discussão por que eu me dava bem com eles, com a direção da universidade, mas de alertar que tinha que ver bem o uso, por que não era para nossa geração, isso era uma coisa que ia ficar, então nós tínhamos que acertar bem, era esse, era a casa 8, aliás, eram três discussões, casa 6 era com a prefeitura, e o grande hotel... o grande hotel eu achava que tinha que ser residência universitária, eu digo, olha, é uma coisa que precisa, a cidade, a gente vê os estudantes numa situação, na época, não sei como está agora. E, era um lugar que congregava, que enfim, as pessoas, foi feito para isso, mas aí não,

queriam por que queriam que fosse um centro administrativo e isso foi até antes da universidade assumir, a prefeitura quando assumiu totalmente equivocada a ideia, aí fizeram intervenções muito caras, que não teria necessidade de fazer se fosse uma residência universitária, enfim... o governo seguinte desistiu da ideia de fazer um centro administrativo e acabou que o prédio foi para a universidade também, e a casa 6, eu defendia que fosse um centro de antiquários, que fosse uma amostragem por que as pessoas que chegam em pelotas, as vezes ouvem falar as vezes não ouvem falar por que tem antiquários fantásticos lá, a minha ideia era que fosse uma amostra de vários antiquários, e se a pessoa se interessasse, poderia ali remeter às diversas lojas que estavam dispersas na cidade pelo menos eles pagariam luz e água, enfim, reparo necessário para não ficar tudo nas costas da prefeitura. Ai eles não aceitaram a ideia.

NORIS - O César, ele comprou a 8 para ser a reitoria, nos jornais, no livro dele - que ele tem um livro agora - isso ele comprou para ser a reitoria. Como que tu conseguiu por que, o IPHAN era uma propriedade privada comprada e como que o IPHAN conseguiu.

(Neste ponto a entrevista foi parada e recomeçada em uma segunda parte, que segue abaixo)

ANA - Da arqueologia junto, o programa da reitoria não era compatível com a casa

NORIS - Sim. A casa, ela parece ser grande, mas não é tão grande assim

ANA - Inclusive muito compartimentada...

NORIS - Inclusive pro museu ela não é, a ideia de vários museus juntos, o pessoal da arqueologia depois, que acabou havendo um racha. Não cabia dois museus ali. Só se o porão fosse totalmente modificado, se fizesse como aconteceu em outros lugares, mas talvez...

ANA - Mas era um porão muito úmido também, a gente rebaixou ele, para ser visitado, rebaixamos acho que uns 20 cm, porque a gente não conseguia ficar de pé. E daí que veio a ideia do pessoal, viu rebaixado, vamos fazer aqui, mas vem cá é muito úmido, para expor peças. Colocar as peças em perigo, para as pessoas percorrerem também é complicado, dá para tu passar ali e pronto, mas não dá para trabalhar ali, a umidade é horrível. Se fez uma drenagem, enfim, mas... Aí sim, a drenagem, a solução técnica foi fazer um poço no meio do pátio ali com bomba, ai estragam as bombas não concertam as bombas, então...

NORIS - É a situação que temos agora, sem a bomba

ANA - Então não dá para pensar, a gente sabe como é a manutenção do prédio público, seja na universidade ou na prefeitura, ar condicionado, não pensa em ar-condicionado

NORIS - Nesse projeto da Lurdinha, chegou a ser pensado a questão da importância da família, porque, dos Antunes Maciel, O conselheiro, ele é um dos mais importantes, politicamente no Brasil, eles são os....

ANA - Te digo assim, a Lurdinha, como ela ainda estava ligada ao museu imperial, ela estava disposta a retornar ou emprestar o material que estava no museu imperial, coisa que, imediatamente quando ela saiu, quem assumiu lá, já não estava. Porque eu achava aquele espelho maravilhoso, as roupas dele...

NORIS - Tem a farda dele

ANA - A farda, o lustre ela estava disposta, mas quando precisava saiu, então tinha um espaço para ele nessa parte onde seria, depois da sociedade, é um daqueles quartos ali, seria a memória da família. E sabe que aconteceu um fato que foi incrível por que a Lurdinha, ela andou bastante, ela circulou por Pelotas, ela achou a casa da avó dela, que eles foram morar depois, os pais da avó, era um monte de irmãos, e a avó dela era chamada de pequena Alice na cidade por que ela era uma virtuose, uma pianista, bem criança ela já se apresentava no teatro 7 de abril, ela era a sensação na cidade, mas os pais dela morreram quando elas eram crianças. A família da Lurdinha descendente da casa 6. E aí o que aconteceu, morreram os pais, deixaram 10 filhos - não sei quantos -, e a avó da Lurdinha era a mais velha, e daí o tio assumiu o patrimônio do irmão para cuidar das crianças e acabou, segundo a história oral da família, se apropriando de todos os bens e deixando as crianças, criou eles, enfim, e a avó da Lurdinha acabou morando no Rio de Janeiro, casou com um advogado, e a vida inteira dela foi para reaver os bens de seus pais, e ela não conseguiu, ela morreu sem conseguir. Daí eu comentei com a Lurdinha que eu tinha conhecido uma herdeira da casa 6 que tinha falado que eles tinham caminhões de coisas no Rio de Janeiro, e ela tinha ouvido falar nessa parente mas não, enfim, não tinha contato com eles, e essa descendente, decidiu fazer um chá na casa dela, com todas as tias - por que eles tinham mania de morar, em Pelotas eles tem mania de morar no Rio de Janeiro, Porto Alegre não existe, eles se reportam direto a corte -então, juntou todas as tias e ela não conhecia essa prima distante dela, tomaram um chá, e aí essa prima vem e diz assim "olha, eu queria te dar um presente que veio da fazenda, que também era do avô da Lurdinha, e que ficou aqui nos meus pertences..." que era de uma fazenda, que o avô também morou lá, e deu para a Lurdinha uma caixa, uma caixa de correio, que na verdade era uma lata que o correio entregava nas fazendas. E, a Lurdinha abre e eram as certidões de posse de todos os bens... Mas ela não se deu conta, a pessoa que deu, a prima dela, na hora "olha que legal, isso aqui, os papeis antigos, tudo aquilo que a avó dela tinha procurado toda vida e, eu disse tu não foi lá, aí ela disse "não, já perderam a validade", enfim, nem falei o que era... Mas eu achei interessante ela ter achado o fio da meada, da história dela com a latinha que ela

ganhou. Agora uma coisa interessante, eu acho, era fazer contato com a família, para tentar reaver essas coisas que estão com a família

NORIS - A gente tem, eu já fui duas vezes na casa delas, nós fomos ano passado e essa ano de novo, e elas estão muito felizes com o restauro da casa, e tem uma das netas, uma das bisnetas que escreveu um livro "Chiquinha e eu" e aí, através dela, a gente chegou nas duas que é a Maria Alice e a Maria da Glória, que eram as proprietárias da casa,...

ANA – a Maria Alice eu acho é a mais moça, né?

NORIS - A Maria da Glória que é a mais moça, bem magrinha...

ANA - Achei que era a Maria Alice

NORIS - São as duas proprietárias, mas acho que a Maria da Glória é a mais espevitada, tomava conta mais desses negócios da família. Elas moram uma do lado da outra, na casa que o pai delas, Francisco Júnior, fez para ele e para a Dora, que era a irmã que foi com ele para o Rio de Janeiro. E elas tem tudo, a gente fotografou, eu fotografei tudo que era da casa

ANA - Eu era louca para ver essas maçanetas

NORIS - Não, mas da casa, elas são descendentes da 8, elas têm todo o mobiliário da casa 8, elas tem tudo, inclusive a banheira, original da casa, que está lá no Rio de Janeiro

ANA - Elas falaram isso, da banheira...

NORIS - É, elas falaram que elas queriam doar e que não foi aceito e que agora elas vão pensar

ANA - A universidade não queria, eu não entendi por que que não queriam a banheira. Aí eles diziam que era, nessa discussão do que ia ser e o que não era, e daí acho que eles imaginavam uma banheira no gabinete do reitor...

NORIS - Ah, foi a universidade que não quis. É uma banheira linda

ANA - Ah eu imagino pela descrição que ela me fez...

NORIS - Eu te mando a foto depois

ANA - Que bom que ela virá

NORIS - A banheira é linda. Agora elas disseram que vão pensar, que como não aceitaram quando elas quiseram dar, então... É a Maria Alice que guarda a banheira, elas dividiram as coisas entre as duas casas. Tem, praticamente, tudo o que restou da casa, que estava em bom estado, elas mantêm. Principalmente a Maria Alice

ANA - da 06 também que tinha todo o mobiliário,

NORIS - por que quando eles alugaram o Francisco Junior veio a Pelotas, com a irmã, e fizeram a mudança de praticamente tudo para o Rio de Janeiro.

Algumas coisas ficaram, piano de cauda, deve ter ficado na cidade, eles venderam para algum antiquário, a gente vê que. Não tem os quartos, mas isso elas dizem que foram comidos pelo cupim, algumas coisas se perderam pelo tempo, mas muita coisa da casa elas têm

ANA - Devem ter fotos também...

NORIS - Muitas coisas elas têm.

ANA - Então, como o Monumenta se organizou melhor, a prioridade foi elaborar projetos, daí eles fizeram o projeto básico, eu até me lembro que a pessoa que veio verificar e organizar a questão dos projetos básicos, ela tinha feito o mesmo curso que eu no ICROM, em Roma, e daí tinha até essa dúvida, o que que é, até que nível deve ir um projeto básico, e em relação a era 8, eram as três casas basicamente, que ficavam nessa discussão. A questão era até que nível de projeto se contrata, que nível de detalhamento, e a 6, eu me lembro, eu tive umas discussões intermináveis com a prefeitura, por que eu dizia não dá para licitar projeto, que não está bem detalhado, por que é um problema depois na hora da execução da obra, começa a ter que fazer aditivo, a gente não consegue fazer aditivo facilmente, então, quanto mais diagnosticado for, que o diagnóstico é uma etapa que muitas vezes as pessoas pulam, elas fazem o levantamento, fazem a proposta e o diagnóstico fica. Tá, daí, eu não ia aprovar se não viesse, na 06 que estava mais adiantado, se não viesse um projeto bem feito. Aí, a pessoa que estava tratando comigo na prefeitura, eu acho que era o secretário, enfim, não era o Mogar, era na época da primeira gestão do Marroni, era um bem jovem, um secretário, bom, enfim, daí ele não conseguiu me convencer, disse "olha, eu vou marcar um almoço teu com o prefeito", então marcaram uma reunião, daí eu fui falar com o prefeito: "prefeito, não adianta contratar projeto básico que não esteja bem detalhado, que vocês vão gastar mais, vai ser um problema na obra, vai demorar mais", daí consegui convencer o prefeito, daí a prefeitura licitou um projeto super bem elaborado que eu acho que é, dos que eu conheço, o melhor projeto de restauração,

mais completo que foi feito no Rio Grande do Sul, que é o da casa 6. Me lembro que veio uma equipe de Curitiba, uma empresa super boa de Curitiba, e eles pegaram estagiários ali de Pelotas, que veio a ser os arquitetos, a Simone Neutzke, os que trabalham na câmara da prefeitura também, e eles faziam rapel para tirar as medidas, de macacões, e caixa de ferramentas, os arquitetos levantavam pisos, barrotes por barrotes, foi um projeto primoroso, quando licitaram, era aquilo ali, pouquíssima coisa foi feita de aditivo, e quando tu faz de projeto incompleto, fica tendo o que fazer, foi o que aconteceu com as outras duas casas, não termina mais os aditivos.

NORIS - Na 8, vocês chegaram a fazer o projeto básico da 8?

ANA - Sim, eu me lembro que sim, que o Monumenta fez, por causa do cinema, que foi até a equipe da Ceres Storchi, que elaborou a Tangram, que era bem legal aquele projeto. E depois a Simone Neutzke acho que fez o, se eu não me engano, foi ela quem fez

NORIS - É, a Simone já fez um pela universidade...

ANA -Ai o que que o IPHAN fez, em vez de licitar um projeto novo licitou só essa parte ali de baixo, Aí como o IPHAN tinha pago o recurso da emergência, anos atrás, e a universidade, quando comprou, comprou o pacote todo, a universidade ficou devendo. Então a gente trocou pelo projeto e por algumas condições. Alguns a gente viu que não tinha como, a gente ia entrar em um impasse com a universidade, que era essa da questão da arqueologia, a gente achava que era inconsistente colocar a arqueologia lá dentro, só que estava provocando uma briga generalizada, e a gente achava que isso não era bom para a casa, então nós recuamos. Então a universidade, é dona da casa, tem a obrigação de fazer um projeto bem feito, e o programa de necessidades vai ficar então a cargo da

universidade, aí já veio a ideia de fazer a parte da frente o Museu do Doce e a de trás, daí já ficou explicitado que a reitoria não ficaria ali

NORIS - Mas aí vocês também se mantiveram dizendo que tinha que ser o Museu do Doce?

ANA - Sim...

NORIS - Ninguém queria da universidade.

ANA - É, como a essas alturas, o projeto já tinha sido apresentado para o monumenta com esse nome, então a gente, a Lurdinha já tinha vindo, a gente já sabia que era viável a proposta, não era uma coisa que tinha caído de paraquedas, não, tem uma questão que favorece o monumenta que é a de ter essa oficina lá atrás, que vai gerar emprego, vai gerar capacitação, enfim, vai vender doces ali, com dinheiro dos cursos, com dinheiro dos doces e com o café se consegue que, pelo menos, trocar lâmpada, pagar luz, coisas básicas, que os órgãos públicos tem dificuldade, mas sim já estava consagrado, o que a gente teve que abrir mão, uma parte que era super importante para o Museu do Doce, que era essa parte de oficinas de cozinhas, tanto que a infraestrutura disso não foi adiante, por que teriam cozinhas acabou não tendo, mas também não é tão irreversível.

NORIS - Não, no projeto tem a construção de uma cozinha, no fundo, ali no pátio

ANA - Então não vai ter mais a arqueologia?

NORIS - Não, a arqueologia foi uma luta interna e a arqueologia não é mais lá, só ficou o Museu do Doce. Inclusive já está com a exposição já aberta, funcionando

ANA - Eu me lembro que muitas das discussões da arqueologia, que eles foram com o César Borges, também foi com todos da arqueologia todo o setor, e não tinha ninguém, quem defendia o Museu do Doce éramos nós, o César Borges queria era que a casa tivesse bem, não estava tomando partido, mas como o pessoal da arqueologia estava muito bem organizado, acho que ele não queria também, bater de frente, por questões de política. Mas, se a arqueologia vier, ali para o museu, vocês vão colocar o tubarão na claraboia ou na sala de jantar, só com um feixe de luz ali vão deixar a sala vazia só com o tubarão não. ah não, porque na verdade eles queriam dar aula lá, e instalar os seus escritórios lá. Bom, parece que a gente já está vendo, coisa com durex, na parede, "amanhã trabalho de campo no sítio", a casa não é para isso...

NORIS - E da importância da casa, dentro do patrimônio do Rio Grande do Sul, como tu vê isso?

ANA - Eu acho uma casa extraordinária, até me lembro que eu comentei com o Márcio Meira, na época, logo no início do ministério da cultura, tinha uma infraestrutura que cuidava de museus e patrimônio e ele era o coordenador em Brasília, e a gente tinha ido conhecer Pelotas e ele dizia que Pelotas e Belém do Pará, para eles, eram duas cidades que tinham alcançado, do ponto de vista da arquitetura civil, um grau de requinte semelhante, uma com o ciclo da borracha e a outra com o ciclo do charque. E acho que, não só a questão específica de cada arquitetura como tal, que era uma maneira que a gente via, até os anos 80, por aí, que cada uma daquelas arquiteturas tem encanto incrível. Eu até mostro fotos, por exemplo, antes da intervenção, ali do Grande Hotel de Pelotas, comparando com (...) Itália patrimônio da humanidade, e foi que deu certo, foi uma ideia socialista, enfim, de famílias que moravam no mesmo ambiente, se tu vai ver o espaço interno

é igual, eu ia até pesquisar quem é que fez aquele projeto, qual era o conhecimento que se tinha dessa arquitetura mais de cunho socialista, as vezes que de arquitetura utópica. Mas cada uma tem um encanto naquelas casas, mas o que eu acho interessante é do ponto de vista urbano, da paisagem da cidade, essa conversa, tem coisas modernas e de boa qualidade também, tem o casarão, das três janelas, que ta cada vez pior, era o compromisso com a Paula Mascarenhas dar um jeito naquele, não sei agora ela como prefeita.

NORIS - Qual é o casarão das três janelas?

ANA - Um enorme que tem no centro, que já foi boate, já foi restaurante, estava com os tapumes na frente, estava em péssimas condições, não sei nem se ela não desabou.

NORIS - Ah, o do senador Mendonça, esta desabando.

ANA - Era um compromisso de campanha dela, era uma questão de honra, ela falou pra mim isso, uma questão de honra resolver isso aí. É linda aquela casa claro que fora os edifícios transformaram a escala da cidade, mas do ponto de vista urbano, é uma cidade interessantíssima de se caminhar, olhar, a largura das ruas, as praças, os loteamentos sucessivos, que a cidade, enfim, desenvolveu, ao longo de seu crescimento, eu acho, sou apaixonada por Pelotas, eu agora que perdi uma herança que eu tive de Pelotas, eu que trabalhei bastante tempo lá, todo dia eu almoçava e eu passava no café Aquarius, e dois anos eu trabalhei lá, eu ia de 15 em 15 dias, passava as vezes uma semana pelo menos três dias eu passava lá. Eu almoçava e aí eu passava no café Aquarius e eu comia um pote de arroz de leite, eu engordei 6kg em Pelotas, só fui perder agora em junho, que eu fiz um regime...

NORIS - Eu sei, eu era seca quando saí daqui...

ANA - É muito boa a comida. Nossa a vida social, a vida cultural, eu adoro. E aí a casa 8 era meu xodó, eu sempre procurava uma maneira de ajudar, mas como tem tantas coisas que demandam a atenção da gente ao longo do tempo, quando ficou nas mãos da universidade eu já relaxei.

NORIS - E, Ana, em relação ao patrimônio imaterial, por que o doce está em um projeto de inventário, no Rio Grande do Sul, o que mais nós temos em processo de inventário?

ANA - Na época, quando surgiu essa ideia de fazer inventário de patrimônio imaterial, uma questão que eu coloquei aqui, no Rio Grande do Sul, eu digo, olha, nos vamos trabalhar então, que a gente não tinha pessoal, antropólogo para trabalhar com isso, e havia uma resistência enorme por parte dos arquitetos, a ponto de eu ouvir que isso não era patrimônio não posso acreditar que estou ouvindo isto dos colegas "não isso não é patrimônio, porque patrimônio é arquitetura", sempre a coisa do material ou até por isso que foi criado o setor de patrimônio imaterial até todo mundo se convencer que de repente vai deixar de existir.

NORIS - A superintendência tem um setor de patrimônio?

ANA - É, mas eu criei, inclusive tem um setor que é... no início, a pessoa mais ligada às humanas era a Beatriz que é historiadora, então digo então tu vai tratar disto, e não vai cair na mão dos arquitetos que acham que não é patrimônio, então, vamos resolver isso aqui. Então tinha uma sala, um setor, e uma coisa só que eu coloquei para Brasília era "olha, a nossa prioridade vai ser trabalhar com negro e com indígenas, por que nós nunca trabalhamos com esse patrimônio e então já vamos começar de uma forma, dizendo qual o nosso recorte". Aí foi feito um inventário dos Mibiyá-guarani , junto às ruínas de São Miguel e daí foi avançando

esse inventário e hoje é o Brasil inteiro, no Brasil inteiro não, até o Espírito Santo onde os guaranis se estendem), e dos negros relacionados a Porongos, então se trabalhou com vários municípios, ali de Bagé, Pinheiro Machado, foram muito interessante, e a questão dos negros hoje, foi muito legal. Foram os dois inventários que iniciaram, que tiveram uma conclusão e o dos guaranis já foi reconhecido, como patrimônio imaterial brasileiro. Além disso, a gente abriu uma frente na área italiana, em Santa Tereza, para pesquisar patrimônio de festas religiosas, algumas coisas que estavam desaparecendo, questão de culinária, culinária em Antônio Padro também, lidas campeiras em Bagé, que até o foi a UFPel que organizou, e dos doces de Pelotas. E dos doces tinha a ver com questão do Museu do doce e ele se estendeu bastante, acho bem interessante, e até eu conversei com o pessoal na semana retrasada, que estão esperando algum detalhe para seguir em frente, agora a dificuldade que a gente estava tendo em relação á Pelotas com o inventário, é que associação comercial pretendia criar um selo...

NORIS - Tem o selo.

ANA - A gente diz que não seria a partir do inventário por que o inventário não vai excluir as práticas sociais, por exemplo, as doceiras tradicionais diziam doce que leva leite condensado não é doce. Começou esse negócio, o que é mais autêntico, não tem essa discussão com o patrimônio imaterial, isso se aplica até ao patrimônio material, critérios internacionais, mas o imaterial não. E aí tinha uma certa dificuldade por que a gente sempre notava que lá queriam usar para se dizer "esses aqui são, esses não são"

NORIS - A questão da tradição. utilizam bastante na tradição doceira que é portuguesa...

ANA - Mas assim, o açúcar não é o mesmo, as galinhas não são as mesmas, então tudo mudou

NORIS - O processo, até falei com a Beatriz alguns dias atrás, tu achas que a gente consegue que o doce seja considerado patrimônio imaterial?

ANA - Acho que sim. Por que é o sistema todo, não é só o doce...

NORIS - É o saber fazer

ANA - Desde plantar, colher...Eu acho que tem um desafio grande que é, a partir disso, não deixar que a secretaria da saúde, da vigilância sanitária venha com exigências absurdas, por que essas galinhas cheias de hormônio eles deixam no mercado, daí doce no taxa de cobre não deixam, botar no sol não pode, o fogão a lenha não pode, e qual é o conceito de saúde que as criaturas tem?

NORIS - O que tu achas que o IPHAN poderia fazer? por que na verdade já mudou as práticas do fazer o doce a partir do momento que não pode o cobre, a pá de madeira, que não pode várias coisas...

ANA - Eu acho que não pode, assim como os queijos de Minas, por exemplo, acho que pode apresentar isso no órgão responsável, que não sei qual é, as estas alturas e olha, isso aqui é um saber tradicional não causa doenças, por que um monte de porcaria enlatada que a gente come todo dia e tentar manter isso. Parece que com alguns queijos estão conseguindo fazer isso

NORIS - Por que isso é que as doceiras, mas se

ANA - Ah sim, depois tu perdes essa daqui a pouco elas não vão mais querer já estão acostumadas com as panelas de alumínio

NORIS - Sim

ANA - Eu acho uma perda muito grande isso aí, e é uma besteira. Do queijo, eu me lembro que tinha uma discussão uma época que tinha que estar a parede toda revestida de azulejo, bom, as pessoa não iam fazer mais não podia, tinha que ter o equipamento para tirar o leite das vacas gente, tem um monte de gente com câncer morrendo por causa dessas porcarias que põe nos alimentos, e isso aí que causa uma dor de barriga no máximo, não pode então não tem lógica. Eu cheguei a falar com o ministro da agricultura uma vez, quando era o Mendes Ribeiro pedi uma audiência com ele.. fui lá tomei um chá de banco , eu não saio daqui sem falar com ele, daí coloquei, é um absurdo o que está acontecendo, particularmente em Pelotas, aí ele pediu que trouxesse um dossiê para ele, que ele pessoalmente iria tratar dessas questões, e logo depois ele ficou doente. e deixou o ministério.

NORIS - Ana, é quase 11h. Vamos parar? Então, eu te agradeço.

**Apêndice D – Questionário respondido por Maria de Lourdes Parreiras
Horta**

Maria de Lourdes Parreiras Horta <mlhorta@gmail.com>

Seg, 10/10/2016 19:05

Prezada Noris,

Respondendo ao seu questionamento devo lhe dizer que:

1) não elaborei qualquer projeto de musealização do casarão 08, da Pça Cel Pedro Osorio, que pertenceu ao meu antepassado Francisco Antunes Maciel , em Pelotas! La estive apenas uma ocasião para uma palestra na Universidade e a convite dos meus colegas do IPHAN... Nem sabia da instalação ali do Museu do Doce!

2) pelos motivos acima, não posso atende- la neste sentido, e imagino deve haver um engano desta informação da mencionada Secretária Beatriz Araújo,, a quem não me recordo de ter conhecido!

Minha bisavó, Herminia Antunes Maciel (Ramos por casamento), era sobrinha e tutelada do Conselheiro. Tenho primas no Rio que sabem muito sobre o casarão pois são descendentes diretas do Conselheiro!

Esperando ter atendido às suas solicitações, fico contente em saber que os famosos doces de Pelotas, no que minha avó Alice Antunes Ramos (de Alencar por casamento) era eximia, tiveram seu devido reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro!

Sempre às suas ordens, e aguardando cópia de seu trabalho de pesquisa!

Com um abraço,

Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta

Em domingo, 9 de outubro de 2016, Noris Leal <norismara@hotmail.com> escreveu:

Prezada Senhora,

Sou professora do curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas, a qual é responsável pelo Museu do Doce, que está sediado no Casa do Conselheiro Francisco Antunes Maciel - Casarão 08, da Pça Cel Pedro Osório, centro histórico da cidade, o qual está em funcionamento desde 2013, quando a restauração do prédio foi completada.

E, estou desenvolvendo o meu doutorado no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural desta universidade, trabalhando com a musealização da sede do Museu do Doce. Durante a minha pesquisa recebi a informação da secretaria de cultura, na época, Sra Beatriz Araújo, que a Sra teria organizado um projeto para o Museu Nacional do Doce. Para o meu trabalho este documento, é uma fonte de pesquisa inestimável para o entendimento da musealização do tema e da própria casa, infelizmente segundo a Sra Beatriz, quando ela saiu da secretária este documento foi extraviado.

1 - Tendo em vista a falta de documentos que comprovem esta informação, gostaria de confirmar com a Sra a execução do projeto;

2 - E, em caso afirmativo, gostaria de saber se a Sra possui uma cópia e, se seria possível pesquisá-la?

Estas informações serão muito relevantes para o andamento da minha pesquisa, e para o registro da história da instituição.

Agradeço imensamente a sua atenção e fico no aguardo de seu contato.

Apêndice E- Questionário Respondido por Olga Cunha

Olga Inês Leão Vieira da Cunha <olgacunha@hotmail.com>

Qua, 02/11/2016 09:20

1. A ideia do Museu do Doce começou através de um projeto de minha autoria na década de 1980 enviado ao então prefeito municipal Irajá Andara Rodrigues. Posteriormente , na gestão do prefeito Bernardo Souza ,a secretária de cultura Beatriz Araújo fez o projeto do Museu Brasileiro do Doce ao qual o prefeito Adolfo Antônio Fetter Junior deu continuidade.

2. Beatriz Araújo , Rosane e eu. Da secretaria não sei te responder. Terias que ver com a Bia.

3. O Museu do Doce que teve na Fenadoce foi somente em uma edição da feira e foi consequência da vontade de criação de um museu na cidade.

4.Foi total uma vez que a iniciativa partiu da secretária de cultura que obteve todo apoio.

5. O motivo foi o projeto ter sido feito para o palacete 8 e o projeto enviado e aprovado pelo IPHAN para este imóvel.

6. Esta pergunta terias que ver com a Bia também uma vez que , quando fui convidada a fazer parte o projeto ja estava pronto e aprovado.

7.Tambem terás que ver com a Bia.

8. A ideia da Associação de Amigos surgiu da necessidade da participação da sociedade na efetiva montagem e manutenção do museu.

Foi organizada pela Bia , Rosane e eu. A diretoria eleita permanece praticamente a mesma (dois amigos faleceram) comigo na presidência e a Rosane como vice.

9.A compra do palacete 8 pela UFPEL mudou o projeto original do grupo e também da associação uma vez que tivemos que nos adequar legalmente para poder continuar apoiando o museu que é nosso principal interesse. A expectativa é de que o museu cumpra com a sua função que é de manter e divulgar o nosso rico patrimônio doceiro e , para isso , somos parceiros.

Espero que tenha podido ajudar na tua pesquisa e fico á inteira disposição para o que precisares.

**Apêndice F- Questionário Respondido por João Fernando Igansi
Nunes**

Fernando Igansi seg, 5 de ago 09:30

Para eu

Prezada profa. Noris, seguem apontamentos de memória.... Não encontrei muitas referencias.

- **Qual o seu papel na organização desta exposição?**

Durante a 7ª Fenadoce – 1999 - exerci a coordenação da exposição sobre o centenário da Confeitaria Nogueira no Museu Do Doce, contemplando a concepção e montagem, identificando e organizando o conteúdo disponível: rótulos de compotas de doces (indústrias variadas), fotografia de doçarias (Nogueira, em principal), equipamentos e utensílios.

- **Quem foi o responsável pela sua participação no referido evento?**

Carlos Umberto Delevati e Sergio Sias

- **O Sr. Participou das duas edições?**

Apenas da Edição de 1999.

- **Quem fazia parte da equipe de organização?**

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas-CD

Patrocínio: Coca-Cola, TIM CTMR celular, Arroz Extremo Sul, Coca-Cola,

CTMR

Apoio: Prefeitura Municipal de Pelotas, SEBRAE/RS, CEEE, 2o SGCI, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, 8a BIMtz, 9o BIMtz, UFPel, UCPel, DNER, SENAC, SESC, SENAI, SESI, ACP, ART, CIPEL, Sindilojas, SINDUSCON, SINDOCOPEL, OAB, Sindicato do Hotéis Restaurante Bares e Similares de Pelotas, Expresso Embaixador, Vileri Engenharia Industrial, Doces Dona Zilda, Veículos de Comunicação da Zona Sul

- Qual o objetivo desta exposição?

Comemorar o centenário da Confeitaria Nogueira e ampliar o chamado Museu do Doce iniciado com o "Mercado do Doce" (réplica do Mercado Público onde funcionava a fábrica e o Museu do Doce com exposição de poucos objetos, livros e fotografias, na edição de 1998).

• Como foi delimitado o tema?

Final da década de 90, na condição de Diretor de Arte e de Produto da Seriarte (empresa de Artes Gráficas de Carlos Umberto Delevati), através da coordenação da marca Patrimônio Histórico - PH (camisetas estampadas com imagens do patrimônio edificado do RS-Br e Montevideo-Ur. O contato com os valores da memória e do patrimônio a partir da marca PH, somado com os atributos gráficos/estéticos dos rótulos de compotas de doce das industriais locais, impulsionaram a pensar na montagem de uma exposição temática na Fenadoce. Primeiramente, foi pensado em uma exposição de rótulos. Em conversas com Sergio Sias, a idéia evoluiu para a ampliação do que já se chamava de "Museu do Doce" desde 1998, dedicando-se a homenagem ao centenário da Confeitaria Nogueira, com espaço específico para uma exposição de rótulos, fotografias, equipamentos e utensílios. A estratégia foi identificar colaboradores (agentes do ofício) e buscar os materiais na condição de empréstimo. A Sra. Norma Nogueira foi a fundamental colaboradora.

• Qual a sua visão sobre a importância deste evento para a divulgação da tradição doceira?

A exposição inaugurou uma ferramenta de comunicação para a formação de público a memória do doce enquanto prática de ofício (tradição), identidade e patrimônio.

- **Como esta exposição foi recebida pelas doceiras?**

Percebia-se que a exposição produzia um sentimento de orgulho pelo valor do reconhecimento da tradição ao mesmo tempo que evocava memórias dos contextos: de produção, de festejos e convivências.

- **O quanto você acha que este evento influenciou na criação de um Museu do Doce na cidade?**

Não diria influencia. Talvez houve um valor agregado pela formação de público e, assim, uma vontade consolidada.

Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes
Coordenador de Arte e Inclusão - PREC/UFPEL

**Apêndice G – Arvore Genealógica – Famílias Antunes Maciel e Castro
Moreira**

Apêndice H – Linha do Tempo

Anexos